

**PENSANDO O SERTÃO ATRAVÉS DE MICRO-HISTÓRIA:
ALGUNS TRAÇOS DA EXPERIÊNCIA SOCIAL NAS RIBEIRAS DO RIO PIRANHAS, PB
(SÉCULO XVIII)**

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes
PPGH – UFCG (cliohistoria@ymail.com)

Apresentar traços da experiência setecentista no sertão da Paraíba não é nada fácil devido à dificuldade com as fontes, mas com o decorrer de nossa caminhada por entre os documentos fomos aprendendo a conviver com os documentos que temos e extrair do mesmo o que nós é possível, visto que se outros artesãos da história entrarem em contato com o mesmo material poderão produzir novas ilações, com certeza. Isto acontece a todo instante, pois nenhum historiador pode pretender construir a versão única e verdadeira sobre algo ou alguém.

Tratando-se de um sertão do nordeste colonial, um lugar para e de onde confluem várias pessoas a todo instante, sejam a procura de lugar para morar ou gado para transportar ou mesmo em uma simples viagem pelos caminhos da vida, é que a possibilidade de histórias se multiplica. Dito isto, chamamos a atenção para a humilde tarefa do presente texto, que é de apresentar pequenos traços sobre um lugar específico, o sertão do Rio Piranhas, localizado no extremo oeste da Paraíba, durante o século XVIII.

Assim sendo, nosso recorte espacial é reduzido e procuraremos tecer algumas palavras baseados em pequenas experiências, até pontuais, envolvendo pessoas comuns¹. A nossa intenção não gravita no desejo de explicitar a presença de grupos sociais ou classes, pois isto levaria o nosso trabalho a ter um cunho quantitativo, e apenas vamos transparecer pequenos achados na qualidade de fontes e escrever algumas possibilidades de revelações que possam trazer sobre a vida dos habitantes do sertão das ribeiras do Rio Piranhas no período colonial.

Dito isso, explicitamos que o nosso trabalho traçará algumas linhas sobre reações e comportamentos humanos diante da realidade que os acompanhava tanto nas disputas de poder sobre um lugar como na hora da morte, ou que subtendemos que os acompanhava, mas sempre deixando claro que nossa pesquisa ainda está dando seus primeiros passos diante de um território que tecia inúmeros laços e tensões que envolviam desde a presença do poder administrativo, até questões de cunho afetivo pessoal.

¹ Sobre microanálise e a metodologia usada pela micro-história cf. LIMA, 2006.

Caminhantes e disputadores

Entre um dos motivos que impulsionavam os avanços pelo sertão estava a necessidade de melhorar as condições de vida, e assim, em todo o Brasil, durante a época colonial, “a população refluía de um para outro ponto, adensando nalguns, reduzindo-se em outros” (PRADO JR., 1981: 71), onde a remota esperança de uma situação melhor já incentivava as pessoas a procurarem novos lugares. Não obstante, outros andantes que possuíam boas condições sociais de finanças e status, como os D’Ávila, entravam pelos sertões adentro procurando aumentar seu poderio.

Essas entradas geravam confrontos onde colonizadores e índios disputavam espaços de terra, cujo objetivo dos colonizadores, geralmente, era a criação de gado, principal produto econômico do sertão. Em 1753, o Capitão Mor Índio da Aldeia Panaty quando preso foi morto cruelmente por um morador do Alto Sertão. Soubemos disso através de uma carta de Vicente Ferreira Coelho enviada ao Rei D. José I. Ele inicia escrevendo: “No destrito da Capitania da Parayba estão os Índios Panaty aldeados e tiverão os moradores do Sertão do Pianco principalmente o Cappitam Alferes José Gomes de Sá poderes e autoridades” e “[...] os fazerem despejar com o pretexto de que comião e furtavão lhes os gados”. Então os índios despejados não eram aceitos nem pelos moradores do Piancó e “menos os quizerão no Sertão das Piranhas, aonde forão, e [também] correrão os moradores come elles” e o seu missionário “Padre Costódio de Oliveira”².

Todavia, o jogo da discórdia entre os moradores do Alto Sertão e os índios Panatis não concluiu por aí. Os índios, estrategicamente, recorreram ao Governador da Paraíba que os remeteu ao general do Pernambuco que decidiu deixá-los em sua aldeia sob a fiscalização do Capitão Mor Índio que, por sua vez, deveria prender qualquer índio que cometesse furto. Então foi afixada na Matriz de Piancó e na aldeia dos índios uma ordem dada “a todos os moradores em geral que sabendo ou axando [*sic*] qualquer Índio a furtar [que] o prendem, ou deçem parte” ao Capitão Mor³ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

Os moradores não ficaram satisfeitos, principalmente, com o Capitão Mor Índio que conseguiu a “restituição da sua aldeia a qual querião os ditos moradores para fazendas de gados e por eça cauza, irado, Theodozio Alz’ [*sic*] de proposito foi implicar com o dito Cappitam Mor Indio”. Nesta litiga, prenderam o Capitão Mor Índio e na prisão “foy dar no dito Índio um Manoel da Silva muitas cutiladas” e tamanha violência não teve justiça. Ainda

² Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, ao rei [D. José I], sobre o que se praticou com os índios da nação Panatis, que, estando aldeados, foram despejados pelos moradores do sertão do Piancó, sob o pretexto de que lhes furtavam os gados; e conseguindo os índios a restituição de sua aldeia, houve tamanha violência que culminou com a morte de um índio da mesma nação e de seu capitão-mor; e solicitando, em nome dos Panatis, justiça e protecção real. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

³ Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, [...]. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

ataram-lhe uma corda no pescoço para teatralizar para as autoridades um suposto suicídio do índio através de enforcamento, na tentativa de isentar qualquer morador de culpabilidade pela morte do mesmo⁴ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

Vicente escreveu a carta a pedido dos Panatis, pois diziam não saber escrever. Assim percebemos o indígena tecendo suas estratégias de defesa, utilizando os próprios meios típicos e legais da cultura do colonizador. Segundo o escritor da carta, os índios eram tão miseráveis que não tinham o que vestir e diante de tanta violência se diziam fiéis a coroa e, por isso, eram merecedores da proteção de Vossa Majestade, já que outra morte ocorrera em 1755, onde um índio chamado Antônio Dias sofreu um tiro de um filho de um homem chamado Antônio Alz'. Os índios se diziam perseguidos e desgraçados sem proteção e se valiam da coroa⁵ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002). Era latente o sentimento de não aceitação do outro, do diferente, que era considerado intruso e invasor, para um lado, o do indígena, e empecilho para avanços, pelo outro, do colonizador, ou seja, é importante que ampliemos nosso olhar sobre a questão que não era só econômica, mas também cultural.

O poder sobre a terra também gerava disputas entre os próprios colonizadores, onde um grande detentor de terras arrendava-as a um sujeito despossuído. No entanto, com o tempo, a arrendatário procurava se apossar definitivamente do bem. Só a “[...] a Casa da Torre [pertencente a Garcia D’Ávila], que sempre funcionara como bastião militar, possuía 28 propriedades arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio de Peixe, na Paraíba, além de dominar uma extensão de 260 léguas de testada na Capitania de Pernambuco” (BANDEIRA, 2000, p. 197).

Com tamanho domínio, os D’Ávila acabavam por praticar comumente o *arrendamento* de suas terras, inclusive no sertão piranhense. No requerimento de sesmaria nº 498 encontramos “João de Mello Leite, morador no sertão do Piancó” dizendo que

“era senhor e possuidor de um sitio de terras de crear gados no mesmo sertão do Piancó, a que chamão o Arrayal da Canôa, cujos sitios e suas terras e logradouros houvera por compra á casa da Torre, e como esta não lhe dera titulo algum por onde constasse pertencer-lhe as ditas terras, mais que uma simples escriptura de venda das distas terras, [...] não tinha o supplicante titulo justo e assim para conservação da sua posse das ditas compradas, as pedia por data, com três léguas de comprido e um de largo [...] rogando que se lhe desse em nome de S. M. por sesmaria [...]” (TAVARES, 1982, p. 272).

Os currais do Rio Piranhas faziam parte do conjunto de mais de oitocentos currais que estavam ligados aos rios do Pernambuco que levavam seus gados para as feiras de “Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento dos engenhos, desde o rio de São

⁴ Ibid.

⁵ Ibid.

Francisco até o rio Grande”. O número de cabeças de gado desse recorte espacial chegava a oitocentos mil no século XVIII e para se ter uma idéia da importância desta economia “basta advertir que todos os rolos de tabaco que embarca[va]m para qualquer parte [iam] encourados” e a cada ano eram importados para Lisboa, só do Pernambuco, região a qual o sertão de Piranhas estava muito ligado economicamente, quarenta mil meios de sola ao preço de mil setecentos e cinquenta réis perfazendo um total de setenta contos de réis ao ano (ANTONIL, 1982, p. 199-202).

Um sertão de hábitos simples

Se quase inexistia fluxo monetário dentro da economia açucareira, mesmo tendo esta um alto grau de comercialização (FURTADO, 2007, p. 92), imaginemos como era no sertão criatório, distante dos centros de comércio de bens de consumo. Acreditamos que quase não circulava moedas, visto que as “inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima” (Ibid., p. 96). Entre os bens lidos em inventário, não encontramos, até o momento, bens em dinheiro líquido, as dívidas eram pagas com gado vacuum ou cavalar. Desse modo, podemos entrever que a capacidade de consumo do sertanejo, mesmo mais abastado, era pequena e isto poderia refletir sobre a vida, o comportamento ou seus hábitos.

Dona Eugênia dos Milagres⁶, viúva do Capitão Domingos Pinto Bandeira teve seus bens inventariados em 1734. Entre eles, aparecem 262 cabeças de gado vacuum⁷ de toda sorte, que queria dizer, machos e fêmeas, grandes e pequenos, mais 30 bestas e 16 potros. Pouco aparecem roupas e nenhuma mobília. Estavam mais presentes terras e gado, pois para os inventariantes, Capitão Domingos Gonçalves Sobreira e Ignácio Ribeiro da Cunha, era o que era considerado importante e merecia ser relatado.

Entre as roupas estavam:

Quantidade	Descrição	Valor em réis
01	timão de seda já usado	6\$000
01	saia de crepe	6\$000
01	manto de tafetá velho	2\$000
01	saia de sarge [?] de limo [?]	19\$280
01	saia de serafina e uma vestia de seda velha	
Total		33\$280

⁶ Ver Inventário de 1734 de Eugênia dos Milagres. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

⁷ Cada cabeça de gado foi avaliada pelos avaliadores em 18 tostões, o que perfazia o valor total em gado vacuum de 471\$600 (quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos réis); todas as bestas foram calculadas em 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis); e os potros foram avaliados em 252\$000 (duzentos e cinquenta e dois mil réis).

Tabela 1- Peças de vestuário inventariadas, categoria "bens móveis", pertencentes à Eugênia dos Milagres. Fonte: Inventário 1734. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Já entre os objetos pudemos encontrar:

Quantidade	Descrição	Valor em réis
02	cabeções usados	3\$520
12	pratos de estanho (11 pequenos e 1 grande)	5\$560
12	colheres de latão	
01	toalha de mesa de algodão	2\$880
02	toalhas de mão	
03	enxadas	0\$960
02	sela	10\$000
03	freios	2\$000
02	canastras	5\$120
01	imagem de Santo Christo	2\$000
01	tacho velho de cobre	3\$500
Total		34\$580

Tabela 2 - Objetos inventariados, categoria "bens móveis", pertencentes à Eugênia dos Milagres. Fonte: Inventário 1734. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Ou seja, pudemos captar que as “coisas” consideradas importantes o suficiente para serem colocadas em inventário eram muito simples. Ao menos na nossa visão de hoje. Denota uma vida sem muitos luxos apesar de ter em seu montante bruto de bens no valor de 1.272\$420 réis⁸. Poderíamos chegar a dizer que viviam em um meio ambiente material que propiciava uma “sociedade da escassez”, como eram em outros lugares antigos (Cf. ROCHE, 2000, p. 34).

O que vemos é que a busca pelo Sertão poderia trazer habitantes de diferentes lugares para essa espacialidade. Em meio a estes milhares de moradores, encontramos um habitante da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó de nome Manoel Ferreira Velho⁹ que declarava em seu inventário ser natural da Freguesia de Santiago de Carvalhosa, Termo do Porto, Arcebispado de Braga, Portugal. Ainda não sabemos muito sobre o mesmo e até nos perguntaríamos sobre que motivações mais específicas impulsionaram Manoel a vir habitar e morrer no sertão. Era um homem de posses, pois tinha bens suficientes para justificar a abertura de um inventário, no entanto, ainda “anônimo” para nós, já que não circulava entre os “grandes” nomes da ocupação do sertão paraibano.

⁸ Este valor parte de nossa soma aos bens de Eugênio dos Milagres de acordo com as informações no documento. No entanto, no resumo contido no próprio inventário, conta 1.272\$920. Ver Documento 1 em anexo.

⁹ Ver. Cx. Inventários 1734-1781: Inventário de Manoel Ferreira Velho. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

Suas últimas vontades demonstravam a forte preocupação de um homem, sem herdeiros, com a vida após a morte. Enquanto pedia rogo “a gloriosa virgem Maria Senhora Nossa Madre de Deos e a todos os Sanctos da corte celestial particularmente ao [seo] anjo da Guarda e ao sancto Antonio São Bento São Miguel o anjo Nossa Senhora dos Milagres a Nossa Senhora do Ó” para intercederem por sua alma, esperava que como fiel à fé católica fosse salva a sua alma “não pellos [seos] mercimentos mas pellos da Santissima Paixão do Unnigenito filho de Deos Nosso Senhor”. É como se ele tivesse claramente a consciência de não ser digno de salvação prometida pela sua fé por se considerar pecador, então como alternativa, procurava transferir as atenções do julgamento celestial para a “Paixão do Unnigenito filho de Deus”. Além disso, chamava como advogados todo um corpo de personagens divinos por ele considerados capazes de defendê-lo na sua passagem para a vida imaterial.

É bem certo que a construção dos testamentos tinha na sua primeira parte uma função religiosa e isso chega a nos lembrar um texto de “dos mortos” que devia ser proferido para que se atingisse o céu. Através do testamento, Manoel procura se redimir e agradar a seu Deus distribuindo a partir de suas fazendas (conjunto de haveres) quantias para diferentes santos, capelas, missas e “nossas senhoras” como Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora dos Prazeres e até “hum órfão pobre” foi beneficiado com “quarenta mil réis”.

Doações	Valor
Irmandade da Santa Misericórdia do distrito onde morresse	20\$000
Irmandade da Santíssima do distrito onde morresse	10\$000
Nossa Senhora do Bom Sucesso desta freguesia	10\$000
Nossa Senhora dos Prazeres do Piancó de Cima	5\$000
Capela de Santo Antônio	10\$000
Nossa Senhora do Ó	10\$000
Um órfão	40\$000
Casa Santa	10\$000
Convento de Nossa Senhora da Penha (Freguesia do Recife - PE)	30\$000
Convento de São Francisco	10\$000
Hospital dos Miseráveis (Recife - PE)	20\$000
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	12\$000
Total	167\$000

Tabela 3 - Doações feitas por Manoel Ferreira Velho em seu testamento. Fonte: Inventário de 1737. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

Dava a entender que ele não media esforços para garantir um lugar no céu, tomando atitudes de benevolência através de bens tangíveis para com a “madre de Deos” e irmandades. Segundo João José Reis (1991, p. 49-53), as irmandades “eram associações corporativas” onde no seu interior eram tecidas “solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”. Eram formadas, sobretudo, por leigos e promoviam ações de caridade para com os

seus associados e pessoas carentes não associadas. Entre os benefícios estava a assistência a um enterro digno acompanhados pelos irmãos e irmãs de confraria.

Manoel Ferreira Velho considerava sua alma tão preciosa que ele encomendou a companhia da “Irmandade das Almas” durante o seu enterro. Mas o seu corpo físico também foi contemplado quando ordenou: “[...] e me amortalharão no abito de São Francisco”. Manoel narrou todo o rito fúnebre do seu corpo mortal para o seu inventariante – e curador do seu corpo depois de morto –, Manoel Pinto da Sylva, visando o benefício, obviamente, de sua alma: “[...] deixo [...] pella minha alma trinta missas de corpo presente”.

Quantidade	Local da Missa	Intenção
12	Convento de São Francisco	Sua alma
02	[?]	Pelas almas
30 ¹⁰	[?]	Corpo presente
03	Em altar privilegiado	Sua alma
02	[?]	Alma dos avós paternos e maternos
02	[?]	Alma do pai e da mãe
02	[?]	Para cada santo que evocava por intercessor

Tabela 4 - Encomenda de missas contidas no testamento de Manoel Ferreira Velho. Fonte: Inventário de 1737. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

E ele ainda insistiu dizendo que alguém acompanhasse o seu corpo a sua tumba com “a bandeira de Sancta Casa da Misericórdia do districto” onde morresse e encomendou até missas para as almas de seus avós, de seu pai e sua mãe, quem sabe preocupado com a interferência dos pecados de seus antecessores sobre a sorte da sua vida espiritual. Dito isto, percebemos alguns traços das manifestações externas da fé que faziam parte das concepções religiosas sobre a morte dos homens sertanejos¹¹.

Escravidão: caminhos ainda a percorrer

Entre a documentação compulsada sobre o sertão, encontramos também registros de cartas de alforrias, entretanto, se observarmos o conteúdo dessas cartas de liberdade de maneira muito superficial, sem dar a devida atenção aos seus pormenores¹², podemos pensar se tratar apenas, no seu conjunto, de uma certidão emitida por uma autoridade competente: um tabelião. E sendo esse um membro do grupo intermediário da nobreza da

¹⁰ No testamento, Manoel Ferreira Velho pede que ajuste as missas de corpo presente celebradas com 12 ofícios pela sua alma.

¹¹ Sobre o tema “ritos fúnebres” cf. REIS, 1991.

¹² Sobre o estudo do pormenor, dos pequenos indícios dentro da documentação cf. GINZBURG, 1989, p. 143-179.

terra¹³, tal documento não poderia revelar nada mais que palavras pré-definidas, típicas do tipo de documento, e que não poderiam revelar nada que nos ajudassem na compreensão histórica social que o construiu. Contudo, se dá o contrário.

Apesar de ser um documento padrão de uma maneira geral, os documentos de liberdade podem ser reveladores e possuem elementos informativos que são bem particulares a cada registro de alforria e que podem deixar transparecer realidades mais profundas.

Somos capazes de citar muito rapidamente como exemplo, um conjunto de cartas de alforrias doadas pelo Comissário Francisco Teixeira Soares e o conhecimento significativo do mundo escravo sertanejo que elas nos ofereceram.

Predominava na historiografia tradicional sobre escravidão, até certo tempo, o pensamento de que, devido às grandes dificuldades que o cativo enfrentava no seu modo de viver, a formação de famílias permanentes constituídas por cativos não era concebível, inclusive, “uma alegação comum dos donos era que o casamento impunha restrições à mobilidade e à venda dos escravos” (RUSSELL-WOOD, A. J. R., 2005, p. 252), daí suas uniões conjugais serem desestimuladas.

Isso não é o que revela as cartas¹⁴ de doação de liberdade, já cogitadas, feitas pelo Comissário Francisco Teixeira Soares aos membros da família do escravo Gregório (Gentio da Guiné) que era formada por ele, sua mulher, chamada Grácia, e oito filhos – Maria de 19 anos, Isabel de 16 anos, Quitéria com 12 anos, Vitorianna com 03 anos, José e Luiz de apenas 04 meses, Manoel com 14 anos e Alexandre de 05 anos de idade.

Esses documentos de liberdade poderiam ser apenas um amontoado de papelada, mas acabaram por nos exhibir uma família cativa no interior do nordeste bastante estável. Para o aluno esta poderia ser uma grande descoberta, momento de desconstruir antigos mitos em torno da família constituída por cativo, mas, de todo modo, é importante promover uma discussão em torno das variáveis que perpassavam a instituição de famílias escravas como “o ambiente (rural ou urbano), a ocupação (mineração, agricultura de *plantation*, cultivo de subsistência em pequenas propriedades, criação de gado) e os talentos (ofícios mecânicos, conhecimento paramédico) [...]” (RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 252, grifo do autor), além do consentimento do senhor.

Podemos perceber que muito ainda temos a conhecer sobre a escravidão no sertão, um lugar onde “campear e vaquejar eram atividades de negros e brancos” e onde os senhores bem sabiam que as abas das serras e os seus grotões eram um convite

¹³ Sobre o conceito de nobreza cf. SILVA, 2005.

¹⁴ Ver. Livro de Nota 1747 – 1750: Cartas de Alforria e liberdade dadas pelo Comissário Francisco Teixeira Soares. Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis “Coronel João Queiroga”. Pombal – PB.

irrecusável ao negro insatisfeito para fuga¹⁵. Podendo esse espaço cultural e geográfico ter influenciado a relação entre esses sujeitos, os senhores e escravos.

Considerações Finais

É bem verdade que escrevemos pequeníssimas experiências. A primeira parte envolvia as disputas entre os caminhantes do sertão, tanto brancos como índios; a segunda mostrava um pouco dos bens e hábitos simples dos residentes da ribeira do Rio Piranhas, ligada ao mundo dos inventários; e por último, tratamos da incógnita que ainda é escravidão no sertão. De fato, o sertão precisa ser visto como um lugar a ser conhecido para que possam ser impulsionadas novas pesquisas sobre o mesmo, mostrando que ainda tem muito a revelar, pois, as suas visibilidades não estão esgotadas.

Findamos, esperando termos conseguido mostrar pequenos traços possíveis das vivências no sertão, onde encontramos homens e mulheres, nobres, colonos, cativos, aventureiros, nativos, que experimentaram diversas histórias (sociais e culturais) que ainda estão por serem aprofundadas em futuras pesquisas.

Referência Bibliográfica

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. (Reconquista do Brasil; 70)
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- COÊLHO, Maria da Conceição Guilherme. **Entre a terra e o céu: viver e morrer no Sertão do Seridó (séculos XVIII e XIX)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: UFRN, 2000.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart V. de; LIMA, Maria da Vitória B. **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba**, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. João Pessoa: UFPB, 2002.

¹⁵ COÊLHO, 2000, p. 44.

PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais:** nascimento do consumo (séc. XVII – XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O conceito de nobreza. In.: _____. **Ser nobre na colônia.** São Paulo: Unesp, 2005. p. 15-40.

TAVERES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba.** Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Mossoroense)

O COMITÊ DE 1808 E A DEFESA DOS INTERESSES DOS NEGOCIANTES INGLESES COM A CORTE NO BRASIL

Carlos Gabriel Guimarães¹

Resumo:

O presente texto tem como objetivo analisar a criação de um Comitê de defesa dos interesses dos negociantes ingleses que comercializam com o Brasil, a partir da chegada da Corte em 1808.

Mencionado por Hipolito José da Costa no Correio Braziliense de julho de 1808, essa “Sociedade dos negociantes ingleses” foi enfatizada pela historiografia como uma amostra da preeminência inglesa no comércio com Portugal desde Methuen (1703). Consoante com essa historiografia, o Comitê demonstrava, também, a importância do Brasil enquanto mercado para os ingleses no interior do Império Português, ainda mais numa conjuntura crítica na Europa com o Bloqueio Continental de Napoleão Bonaparte. Entretanto, mesmo reconhecendo a crescente participação dos ingleses no comércio colonial português, legal ou ilegalmente durante o século XVII e início do XIX, a supremacia de fato viria somente com a perda do mercado brasileiro para os manufaturados portugueses com a abertura dos portos em 1808, e essa estava ligada às duas questões políticas: a pressão dos ingleses contra a Pauta Geral da Alfândega Grande de Lisboa de 1782, que instituiu a aplicação da tarifa de 20% ad valorem; e a manutenção de um fórum privilegiado como a manutenção do Juiz conservador.

Abstract

The paper has as purpose to analyse the creation of a Comitee of defense of the interests of the british merchants who commercialize with Brazil, from the arrival of the Portuguese Crown in the Rio Janeiro (1808). Refer to Hipolito Jose da Costa in the newspaper Correio Braziliense (July/1808), this Association of the British merchants was anlysing by the historiography as a sample of the British predominancy in the commerce with Portugal since Methuen (1703). The Comitee demonstrated the importance of Brazil while market in the inside of the Portuguese Empire, still more in a critical conjuncture in the Europe with the Continental Blockade of Napoleão Bonaparte. However, the major participation of the English in the Portuguese market was consolidated with the lose of the Brazilian market for the Portuguese manufactured with the opening of the ports in 1808 and the Treated to 1810, and were two politics questions were fundamental: the pressure of the English against the General Guideline of the Great Customs of Lisbon of 1782, that it instituted the application of the ad-valorem tariff of 20%; and the justice privileged with the “Conservatória Estrangeira” (Judge conservative).

O Comitê de 1808 e a defesa dos interesses ingleses com a Corte no Brasil

Introdução

O presente texto tem como objetivo analisar a criação de um Comitê de defesa dos interesses dos negociantes ingleses que comercializam com o Brasil, a partir da chegada da Corte em 1808.

Mencionado por Hipolito José da Costa no Correio Braziliense de julho de 1808, essa Associação dos negociantes ingleses foi enfatizada pela historiografia como uma amostra

da predominância britânica no comércio com Portugal desde Methuen (1703). Consoante com essa historiografia, o Comitê demonstrava, também, a importância do Brasil enquanto mercado no interior do Império Português, ainda mais numa conjuntura crítica na Europa e, particularmente para a Grã Bretanha, com o Bloqueio Continental de Napoleão Bonaparte. Entretanto, mesmo reconhecendo a crescente participação dos ingleses no comércio colonial português, legal ou ilegalmente, a perda do mercado brasileiro para os manufaturados portugueses com a abertura dos portos em 1808, estava ligado a duas questões políticas que foram concretizadas com os Tratados de 1810: a revogação da Pauta Geral da Alfândega Grande de Lisboa de 1782, que instituiu a aplicação da tarifa de 20% ad valorem; e a manutenção de um fórum privilegiado para os ingleses com a manutenção do Juiz conservador.

O texto foi dividido em três partes mais as considerações finais. Na primeira parte tratamos da discussão historiográfica sobre a Predominância Britânica com chegada da Corte. Na segunda analisamos a criação do Comitê e a ação de D. Domingos de Sousa Coutinho, futuro Marquês de Funchal, e irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Visconde de Linhares. Na terceira parte analisamos as Reflexões do negociante português Manuel Luis da Veiga, criticando a criação do referido Comitê, como também da política portuguesa no Rio de Janeiro.

1. A chegada da Corte e a “predominância” britânica

"Neste ano enfraqueceu muito o comércio com a nossa América, por se ter permitido em alguns de seus portos a entrada de manufaturas inglesas, o que deu causa a suspenderem-se as ordens para a remessa das nacionais, e forçosamente será muito menor a exportação em 1801(...)".ⁱⁱ

A citação de Maurício José Teixeira de Moraes, chefe da Contadoria da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos, acerca do comércio português no ano de 1800, retratou muito bem uma situação que vinha crescendo desde a primeira metade do século XVIII: a presença da Grã Bretanha no “exclusivo comercial” Brasil-Portugal. A respeito dessa presença inglesa no comércio português do século XVIII, na “Idade do Ouro do Brasil”, Charles Boxer e H. E. S. Fisher retrataram essa presença inglesa, seja no comércio legal, seja no contrabando.ⁱⁱⁱ, reproduziu um trecho da carta de um negociante inglês John Milner em Lisboa, em 1711, endereçada ao representante do governo inglês, em que afirmava:

"The advantage of this commerce has been very great and beneficial to britain. We import from thence of our manufactures, four or five times the value of we take of their commodities (grifo meu), and as their trade to Brazils every year improves, ours will also; this and the vast quantity of corn we import returns al in

money again, its not easy computed what vast sums go by every convoy, ny every packet.(...)^{iv}

Essa “brecha” no comércio colonial português, no entender de José Jobson de Andrade Arruda estava ligada às

“concessões feitas a Inglaterra, primeiramente sob a forma de licenças, revelam a força dessa potência, e ao mesmo tempo, põem em evidência a contradição básica do Império Português: pequeno reino com vasto Império. Contradição essa que o obrigou à alienação de parte de seu "exclusivo" colonial, em troca de proteção política e militar”^v

Embora divergindo de José Jobson de Andrade Arruda no tocante a dependência portuguesa das exportações brasileiras do século XVIII e início do XIX^{vi}, Jorge Pedreira destaca a mudança verificada com o impacto de 1808 sobre Portugal. Para Jorge Pedreira,

“depois da suspensão do Pacto Colonial, os comerciantes ingleses transportavam as produções do Brasil para os portos da Grã Bretanha, que constituíam as novas bases para a sua distribuição na Europa. Em junho de 1808, o governo inglês concedera estatuto de nação mais favorecida à importação de gêneros brasileiros, para além de facilidades na armazenagem e reexportação”^{vii}

O interesse dos negociantes ingleses pelo mercado colonial português, especialmente o mercado brasileiro, aumentou com a conjuntura adversa em que se encontrava a economia britânica. Pressionada pela guerra com a França e, com as restrições no mercado europeu e norte-americano para alguns de seus produtos industriais, especialmente para a produção têxtil^{viii}, a Grã-Bretanha teve suas exportações diminuídas_ cf. Tabela 1, o que criava dificuldades para uma economia industrial exportadora.^{ix}

Tabela 1: Exportações dos Produtos Britânicos (em valores reais, L 1000).

Anos	Norte da Europa, inclusive França	Espanha	Portugal	Gibraltar, Malta, Sicília, Levante e outros	Irlanda, Guernsey e outros	Ásia	África	USA	América	Total
1805	10.320	50	1.850	1.410	5.000	2.900	760	11.010	7.700	41.070
1806	7.570	30	1.700	2.960	4.510	2.940	1.160	12.390	10.80	44.140
1807	5.000	30	970	2.920	5.070	3.360	770	11.850	10.440	40.480
1808	2.160	860	430	5.570	5.870	3.520	630	5.240	16.590	40.880
1809	5.700	2.380	800	6.960	5.450	2.870	800	7.260	18.010	50.240
1810	7.700	1.400	1.310	5.210	4.210	2.980	600	10.920	15.640	49.980
1811	1.500	1.230	4.650	5.450	5.020	2.940	340	1.840	11.940	3.920

Fonte: PLATT, op. cit, p. 28

Consoante com a tabela 1, a solução encontrada foi o incremento das exportações britânicas nos outros mercados, como o mercado americano, principalmente o brasileiro.^x Nesse último, era necessário não só a abertura dos portos portugueses como também de um novo tratado Portugal e Grã-Bretanha, que removesse a tarifa de 20% ad valorem sobre os manufaturados da têxtil instituída pela Pauta Geral da Alfândega Grande de Lisboa de 1782.^{xi} Essa expectativa pode ser comprovada numa carta circular da firma inglesa Guilherme Warre & Co., cuja família, além da feitoria do vinho na cidade do Porto, tinha negócios ligados ao algodão brasileiro desde o final do século XVIII. Enviada para o seu consignatário no Rio de Janeiro, essa carta de 2/02/1808 destacava:

*“Sendo pellos motivos que constão muito a mui pezar auzentar-me de Portugal, abandonando hum estabelecimento que existia perto de hum seculo, determino-me desde já formar huma nova Caza de Commercio e Agencia no Rio de Janeiro, abaixo da firma **Guilherme Warre & Co.**, concorrendo para isso, não foi o meu puro desejo, de renovar e conservar as antigas relações, que tenho com os meus patricios portugueses, mas que minha Caza nesta cidade, achasse perfeitamente habilitada para poder suprir a correspondencia mais extensa, não foi nestes Reinos e Dominios, mas para facilitar o transito das produçoens do Brasil aos costumados portos de seu consumo quando aqui não tenham saída.*

*As importantes consequencias e incalculáveis mutuos beneficios, que infalivelmente rezultarão, tanto commerciaes como politicos da magnanma rezoluçam de S. A Real ter transferido, a sua Real pessoa e Corte de Portugal para o Brasil puderosamente autorizão esta determinaçã: proponho o mais cedo que me seja possível mandar alguns dos meus socios e agentes inglezes, que me acompanharao do Porto, e em quanto não estabelecer o **Novo Tratado de Commercio** em que actualmente se trabalha, ofereço me no seu serviço, (...).”^{xii}*

A abertura dos portos para as “nações amigas” decretada pelo príncipe regente D. João na Bahia, em 28/01/1808, foi concretizada com os novos tratados de 1810, os da Aliança e Amizade e do Comércio e Navegação^{xiii}. A importância do mercado brasileiro, particularmente da cidade do Rio de Janeiro, estava relacionado não apenas ao seu papel de *demand*a por produtos, como também de *entrep*osto para o comércio com as colônias e ex-colônias espanholas na América. A respeito da localização da cidade do Rio de Janeiro, que chegou a ter aproximadamente 6.000 comerciantes estrangeiros nesse período^{xiv}, John Mawe relatou a importância dessa localização da cidade para o comércio:

“Nenhum porto colonial do mundo está tão bem localizado para o comércio geral, quanto o do Rio de Janeiro. Ele goza, mais do que qualquer outro porto, de iguais facilidades de intercâmbio com a Europa, América, África, Índias Orientais e as ilhas dos mares do Sul, e parece ter sidocriado pela natureza para constituir o grande eleo de união entre o comércio dessas grandes regiões do globo. Dominando também, como de vasto e rico território e valiosos recursos, exigia somente um governo eficiente, que lhe desse prestígio político, e agora adquiriu esta vantagem, ao ser escolhida para residência da Corte de Portugal”^{xv}

Para se ter uma idéia da importância do mercado latino-americano para os ingleses, François Crouzet estimou que no período 1783-1812, esse mercado mais a West Indies constituíram-se no segundo mercado das exportações inglesas no período, perdendo somente para os Estados Unidos.^{xvi} Segundo Olga Pantaleão, entre 15 de janeiro e 24 de maio de 1808, 44 navios ingleses obtiveram licença do Privy Council para vir ao Brasil, e as exportações inglesas para o Brasil chegaram a 2.552.000 libras. Só no período de 1 de agosto a 31 de dezembro do mesmo ano, as exportações foram no valor de 788.000 libras, sendo 114.000 libras correspondentes a mercadorias trazidas a fim de serem reexportadas para Buenos Aires.^{xvii}

No tocante as exportações brasileiras para a Inglaterra, essas também aumentaram. Em 1808, o Brasil exportou 5.100.000 libras de algodão bruto, além das 1.662.000 libras que chegaram ao mercado britânico, via Portugal. Em 1809, foram exportadas 18.000.000 libras de algodão brasileiro, e no ano seguinte, 20.000.000 libras.^{xviii}

Embora os riscos fossem grandes, fortunas foram feitas, assim como inúmeras firmas e comerciantes faliram. Gilbert Farqhar Mathison estimou, com toda imprecisão dos dados, que por volta de 1820, a comunidade de mercadores estrangeiros, no qual os ingleses eram os mais expressivos, girava em torno de três a quatro mil indivíduos.^{xix} No tocante às firmas inglesas havia mais de 60 firmas, composta tanto por aventureiros, como também filiais de firmas tradicionais inglesas, tais como a Robert Kirwan & Cia, Valentin Chaplin & Cia e muitas outras.^{xx}

2. O “Comitê permanente da Sociedade de Negociantes Ingleses que traficam com o Brasil” de 1808.

A organização do “*Comitê permanente da Sociedade de Negociantes Ingleses que traficam co o Brasil*” foi noticiado no Correio Braziliense de julho de 1808. Segundo o periódico, que foi citado por Alan K Manchester, Olga Pantaleão e Lenira Meneses Martinho^{xxi}, os negociantes de Londres foram “convocados por um aviso para se ajuntarem a 25 do mês passado (junho), e considerar de commum acordo o que poderá fazer o bem de seus interesses naquele Negocio. A primeira resolução, que tomaram, foram para nomear seu presidente João Prinsep”.^{xxii}

Embora no Correio Braziliense não ficou explícito quem convocou o Comitê, foi o Ministro de Portugal na Corte de Londres D. Domingos de Souza Coutinho, 1º Conde e 1º Marques de Funchal, irmão de D. Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares, quem convocou os negociantes ingleses, passados seis meses desde a abertura dos portos em 28 de janeiro de 1808.^{xxiii}

Um dos pontos mais importantes do documento citado pelo Correio Braziliense foi a assinatura de 113 nomes de negociantes, bem como a “eleição” para dos 16 membros efetivos do Comitê, demonstrando o interesse dos negociantes ingleses com as medidas tomadas pela Corte portuguesa no Brasil. Numa cópia citada pelo Correio Brazilinse, datada de 29 de junho de 1808, temos os 16 nomes eleitos, além do presidente João Prinsep:

“Senhor, _ Tenho a honra de vos informar, que os Senhores, aqui mencionados, me foram apresentados pelos escrutadores, por haverem sido eleitos por escrutínio, para formar o Comitê Permanente da Sociedade dos Negociantes Ingleses, que traficam para o Brasil.

Eu sou senhor

Taverna da Cidade de Londres, 29 de Junho de 1808.

João Prinsep, presidente

Henrique Burmester, Escudeiro (Esquire);

Pedro Berthon, Esc;

Cornélio Buller, Esc.

Jaime Campbell, Esc.

Simam Cock, Esc.

Guilherme Haldiman, Esc.

George Hathon, Esc.

Joam Josias Holford, Esc.

Guilherme Jacob, Esc. e membro do Parlamento;

M. Kirwan, Esc.;

Joam Kingston, Esc. e membro do Parlamento;

Roberto Mc. Kerrell, Esc.;

J. H. Noble, Esc.;

R. Peder, Ec.;

Joam Turnbull, Esc.;

Jaime Warre, Esc.”^{xxiv}

Analisando a referida lista, constatamos importantes sobrenomes ligados às firmas comerciais inglesas atuantes no Brasil e em Portugal. Foi o caso da família Kirwan com a já citada Robert Kirwan & Cia no Rio de Janeiro, e a família Warre com atuação comercial em Portugal e no Brasil. Jaime (James) Warre era irmão de Willian Warre, Cônsul da Feitoria do Porto em 1802, após a morte do seu tio, John Whiteehead, que foi eleito Cônsul da Feitoria do Porto em 1756^{xxv}. A família Warre constituiu-se numa das famílias inglesas com atuação em Portugal desde o século XVII.^{xxvi}

Outro ponto a destacar na referida lista foi o fato de que todos tinham uma titulação de Esquire, ou seja, um título de “nobreza” abaixo de Knight e acima de Gentleman (“gentil homem”), e dois eram membros do parlamento. Tal fato vem de encontro com a íntima relação do comércio com o Estado inglês no período, ou seja, a política econômica do governo britânico de defesa dos interesses do comércio exportador-importador. J. P. Cain e A G Hopkins denominaram esse período da expansão comercial britânica sob hegemonia de uma coalisão política de negociantes e proprietários de terras no Parlamento de “**Gentlemanly capitalism**” .^{xxvii}

Alan K Manchester destacou que “esse grupo de comerciantes com sua organização efetiva, tornou-se um fator importante nas relações comerciais anglo-brasileiras”.^{xxviii} A pressão sobre a permanência da Conservatória Inglesa, assim como das tarifas de 15% ad valorem, ambas confirmadas com os Tratados de 1810, se constituíram numa política do Comitê. A reação dos negociantes portugueses e reinóis no Rio de Janeiro não tardou. Num documento sem data, os negociantes reclamaram junto a SAR, dizendo:

“Dizem os negociantes da praça desta Corte do Rio de Janeiro, que elles se veem na mais dura consternação com a perda total no giro de seo commercio, porquanto os ingleses tem obrado no commercio de tal modo que os suplicantes tem muito fixado sas casas e lojas de fazenda _ e ouros, vivem tam abatidos que já não despachão fazendas na alfandeganem ahy aparecem porugueses em razão de que os ditos ingleses estão vendendo publicamente par miúdo, e a retalhos fazendas em suas cazas de commercio, ficando arruinados os suplicantes em tal estado de miséria (...).”^{xxix}

Embora se trate de uma pequena parte do requerimento e, mesmo constatando que os negociantes brasileiros e reinóis da cidade do Rio de Janeiro mantiveram o monopólio da cabotagem interna, dos seguros, do tráfico negreiro e outros negócios com os Tratados de 1810,^{xxx} no decorrer dos anos, o comércio importador e exportador de “fazendas secas por atacado”, ou seja, de fios e tecidos de algodão e outros gêneros secos que não molhados (vinho, azeite e outros), foi sendo monopolizado pelos ingleses^{xxxi}. Conhecidas como “**American Houses**”^{xxxii}, essas firmas organizadas sob a forma de sociedade comercial e familiar,^{xxxiii} além de controlarem o comércio de exportação e importação das commodities no decorrer do século XIX, também desempenharam um importante papel no financiamento do tráfico negreiro, mesmo com a proibição por parte da Grã Bretanha. Como demonstram os trabalhos de Luiz Henrique Tavares e Robert Conrad^{xxxiv} e, mais recentemente, com o livro de Marika Sherwood, os ingleses continuaram no tráfico negreiro, mesmo no período do comércio ilegal pós-1831.^{xxxv}

3. Reflexões sobre o Comitê: a análise do negociante Manuel Luis da Veiga

Reações sobre a presença inglesa a partir de 1808 foram feitas tanto pelos mercadores a retalho, quanto pelos homens de negócios, como vistas acima. Entretanto, no tocante ao Comitê, chamou atenção o documento de Manuel Luis da Veiga (1808), cujo título é: **Reflexoens Políticas sobre o estabellecimento dos Negociantes Inglezes no Brazil feitas ao Illmo. e Exmo Sr. D. Domingos de Souza Coutinho, Ministro da Nação Brasileira na Corte de Londres.**^{xxxvi}

Negociante da Praça de Lisboa, que fez carreira comercial no Brasil^{xxxvii}, e, estava em Londres no ano de 1808, Manuel Luis da Veiga analisou politicamente a decisão do

ministro português, a quem ele chama de ministro da **Nação Brasileira** em Londres, de convocar os negociantes ingleses com negócios no Brasil. Tal reflexão, na realidade, tratou-se de uma reação dos negociantes portugueses, principalmente dos que ficaram em Lisboa, já que uma parcela de negociantes migrou com a Corte para o Brasil^{xxxviii}. Com interesses comerciais e políticos prejudicados com a conjuntura da Abertura dos Portos e a predominância dos ingleses em Portugal e no Brasil, a análise feita por Manuel Luis da Veiga é bastante interessante. No tocante ao comércio no Brasil e a conjuntura favorecendo aos negociantes ingleses em detrimento dos portugueses, o autor destacou o seguinte:

*“Os negociantes do Brasil, pela maior parte, eram consignatarios dos da Praça de Lisboa, e como seus comitentes (os portugueses) se achão impossibilitados de lhes poderem fazer as costumadas remessas de fazendas, próprias ao consumo daquele paiz; resta-lhes so um único meio de de poderem subsistir e bem a ser, de servirem ao commercio da mesma forma ate aqui, recebendo as fazendas de importação da Inglaterra, assim como as recebiam dos Portos de Portugal; porem uma vez que os negociantes ingleses tenham no Brasil seus agentes não só farão eles, exclusivamente, as remessas precisas das fazendas para consumo dos brasileiros, como sera absolutamente impossível poderem entrar com eles em concorrência os Negociantes Portugueses,(grifo nosso) tanto por não terem seus créditos estabelecidos na Inglaterra para as compras das mesmas fazendas, aproveitando-se dos prazos dos seus pagamentos, como pela dificuldade de as pagarem a dinheiro, ou a troco dos seus generos, por outras muitas razões que desenvolveremos nos segintes parágrafos (*Nota, quando eu fiz estas Reflexões em Janeiro deste ano a nossa Nação no estado, que todos sabem daquele tempo)”.^{xxxix}*

No relato acima, o negociante percebeu a perda do mercado do Brasil como consumidor de produtos portugueses. Mesmo minimizando os negociantes portugueses e brasileiros no Brasil, tratando-os como meros “consignatários” dos da Praça de Lisboa, no seu entendimento, a perda do comércio do Brasil estava se tornando um fato. Entretanto, uma questão era fundamental para diminuir os prejuízos dos negociantes portugueses: a não assinatura de **um novo tratado comercial**. No documento, há uma passagem em que o autor defendeu a não regulamentação dos tratados.

“He verdade que nas circumstancias em que se achão nossa Nação são por algum modo, indispensáveis certas condescendências com o Governo Ingles (grifo nosso), porem ao menos encurtassem os dannos, e empregassem os meios de evitar maiores prejuízos, quando mais não seja, entretanto, que S A R não regula os Tratados de Commercio, e Navegação, entre as duas Nações”.^{xl}

Consoante com o dito acima, para os negociantes portugueses em Lisboa, a questão envolvendo um novo tratado de Comércio e Navegação seria, de fato, a perda do comércio do Brasil. Aproveitando-se dos direitos e privilégios com a Pauta Geral da Alfândega Grande de Lisboa de 1782, que instituiu a aplicação da tarifa de 20% ad valorem sobre os tecidos e fios ingleses, o comércio envolvendo as exportações dos manufaturados portugueses para o

Brasil fora favorável aos negociantes portugueses.^{xii} Entretanto, desde a abertura dos portos, e com a possibilidade de um novo tratado que legitimasse a nova política, verificou-se não só desmonte desse comércio, mas, no dizer de Valentim Alexandre “o Colapso de um sistema”.^{xiii}

Tal política fez aumentar as críticas dos negociantes portugueses de Lisboa às ações do ministro português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, mesmo reconhecendo que para compensar a concessão no algodão inglês, vinha negociando contrapartidas para o futuro tratado. Entretanto, face as idas e vindas do governo imperial brasileiro sobre o novo Tratado, o que demonstrava a falta de consenso sobre determinados assuntos como o fim do tráfico de escravos, a Inquisição, o juiz conservador e outros, temas esses que vinha sendo discutido desde a Convenção de fevereiro de 1809, celebrada entre o Conde de Linhares e o ministro inglês no Rio de Janeiro o Barão de Stranford^{xliii}, fez com que o ministro inglês Canning não ratificasse o tratado elaborado em 1809, e que D. Domingos tinha comunicado ao “Rio de Janeiro que Canning se mostrara satisfeito com o texto do acordo”.^{xliv}

Face à negativa de Canning, um novo projeto de tratado foi elaborado em Setembro de 1809, sendo enviado para o Brasil em Outubro do corrente, já com Canning fora do governo. Segundo Valentim Alexandre, tal posição do governo inglês, somado à tentativa de mudança do ministro português em Londres, e a ação de Strangford de por fim ao Comitê dos Negociantes ingleses proposto por D. Domingos, demonstrou certa fragilidade dos irmãos Sousa Coutinho à frente da política externo do governo português.^{xlv}

Os tratados de 1810, somado à conjuntura portuguesa de invasão francesa e, com o fim da guerra, de protetorado inglês, levou o recrudescimento do apoio dos negociantes portugueses, tanto de Lisboa quanto do Porto, à monarquia portuguesa. O apoio desses ao movimento vintista à Revolução do Porto de 1820, e suas atuações na Cortes de 1821, favorável ao retorno das condições anteriores a 1808, consistiu no ápice da insatisfação desse grupo com a Corte no Brasil. Entretanto, esta é outra história.

Considerações Finais

Este trabalho se constituiu num primeiro esforço de uma pesquisa que se iniciou recentemente, e a questão envolvendo a criação do Comitê é muito importante para analisar a não só a forma de atuação dos negociantes ingleses, como também a negociação política que envolveu os homens de Estado do Império Luso-Brasileiro e os negociantes e o governo britânico numa conjuntura marcada pela Invasão Francesa em Portugal e a Abertura dos Portos do Brasil em 1808.

No tocante a forma de atuação dos negociantes ingleses, para Eugene Ridings, mesmo durando pouco, os interesses defendidos pelo Comitê “estavam presentes em outras formas de associações comerciais” no decorrer do século XIX^{xlvi}, bem como serviu de exemplo para outros Comitês ingleses em outras praças mercantis, como em Buenos Aires em 1810.^{xlvii}

Entretanto, essa forma de atuação não significa o Imperialismo inglês e nem a submissão e/ ou dependência dos negociantes portugueses e brasileiros aos ingleses, como se achou a historiografia da dependência. Pesquisas deverão ser feitas para analisar com maiores detalhes os negócios dos ingleses no comércio brasileiro, e o conflito ou negociação/sociedade dos negociantes ingleses com os nacionais (pós-1822).

Com relação à negociação e ação política que envolveu a vinda da Corte para o Brasil, Kirsten Schultz propõe uma nova leitura. Ao contrário da Historiografia que atrela o Conservadorismo do Estado brasileiro como uma resposta, desde 1808, à Era das Revoluções, marcada pela Independência dos EUA e da Revolução Francesa, para Kirsten Schultz significou:

“Mais do que uma simples defesa contra a ameaça revolucionária, a transferência da Corte (e seus desdobramentos) pareceu constituir uma transformação revolucionária do próprio império português. Em resposta, contemporâneos começaram a considerar uma política imperial e monárquica que não só negaria a mudança e defenderia o status quo ante, pré-revolucionário, mas, ao contrário, levando em conta as demandas da conjuntura revolucionária então vivida, forneceria à monarquia e ao império as bases para a sua regeneração”.^{xlviii}

A partir da perspectiva de Kirsten Schultz, podemos pensar na abertura dos Portos, como também na defesa dos Portos francos feitas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e por José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú)^{xlix}, como uma medida liberal que, mais do que romper com a ordem, foi a resposta da ordem para manter a Monarquia e o Império na Era das Revoluções. Nessa conjuntura crítica, era necessário incorporar as mudanças e, dessa forma, podemos compreender a reação dos negociantes de Lisboa à política do ministro português em Londres como sendo da Nação do Brasil, e não de Portugal. Na realidade, a ação do ministro era a tradução da política efetivada por seu irmão D. Rodrigo de Souza Coutinho de regenerar o Império Português com sede no Rio de Janeiro, e, não mais em Lisboa.

ⁱ Universidade Federal Fluminense, Prof. Doutor do Departamento de História

ⁱⁱ Balanço Geral do Comércio de Reino de Portugal. Transcrição de José Antonio Soares de Souza. Aspectos do comércio do Brasil e de Portugal no fim do século XVIII e XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, outubro/dezembro, 1970, nº 289, p.26.

- ⁱⁱⁱ BOXER, Charles R. Brazilian Gold and British Traders in first half of the Eighteenth Century. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. XLIX, nº 3, August 1969, pp. 4450-474; FISHER, H. S. E. **De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770**. Tradução de Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa: Gradiva, 2000.
- ^{iv} John Milner to Lord Dartmouth, ctober 19, 1711, in PRO, SP 89/21. Apud BOXER, op. cit., 459-460.
- ^v ARRUDA, José Jobson de A.. A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. Vol. VIII. Lisboa: Ed. Estampa, 1986, p. 163.
- ^{vi} Segundo Jobson Arruda, a diminuição das importações de manufaturados portugueses por parte de sua principal colônia, não significou um déficit comercial para Portugal. A posição superavitária portuguesa continuou até 1810, principalmente através das reexportações dos produtos coloniais no mercado europeu. ARRUDA, op cit., p. 163 e 180-188.
- A diminuição da participação dos produtos portugueses, especialmente dos manufaturados, no comércio colonial tem sido objeto de grande discussão. Para alguns historiadores, como Valentim Alexandre e Jorge Pedreira, essa diminuição não ocorreu, discordando da metodologia que Fernando Novais e José Jobson de A. Arruda utilizaram na análise da **Balança Geral de Comercio do Reyno de Portugal com seus Dominios (vários anos)**. A respeito desta controvérsia verificar os trabalhos de ALEXANDRE, Alexandre. **Os Sentidos do Império**. Porto: Ed. Afrontamento, 1993; PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)**_Portugal: Difel, 1994.
- ^{vii} PEDREIRA, op. cit., pp. 323-324.
- ^{viii} A respeito da indústria têxtil inglesa, seus problemas e expansão, verificar o trabalho de: CHAPMAN, Stanley D. Financial Restraints on the Growth of Firms in the Cotton Industry: 1790-1850. **The Economic History Review**, vol XXXII, nº 1, February, 1979. p.50-69.
- _____. **The Cotton Industry in the Industrial revolution**. 2ª ed, London: Macmillan Press Ltd, 1977.
- ^{ix} CROUZE, François. **Britain Ascendant: comparative studies in Franco-Britain Economic History**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1990. (cap.6)
- ^x PLATT, D. C. M. **Latin American and British Trade, 1806-1914**. London: Adan & Charles Black, 1972, p. 29.
- ^{xi} MARTINS, Fernando A. **Os 150 anos da promulgação da Pauta Geral das Alfândegas de 1837**. Lisboa: 1987 (Separata da Revista Aduaneira da Alfândega nº 4/86 e 5/87.
- ^{xii} BNRJ. **Carta circular de Guilherme Warre & Cia. a destinatário não identificado sobre o futuro estabelecimento de uma casa de comércio e agência no Rio de Janeiro, para facilitar a saída das produções do Brasil aos portos de consumo**. Londres, 2/02/1808.
- A respeito da expectativa do novo tratado entre a Grã-Bretanha e Portugal conferir o trabalho de SHAW, L. M. E. **The Anglo Portugueses Alliance and the English Merchants in Portugal, 1654-1810**. UK/Aldershot: Ashgate, 1998.
- ^{xiii} A respeito da pressão inglesa sobre Portugal, verificar o trabalho de MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.(caps. 3 e 4)
- ^{xiv} John Luccock, op. cit., p. 41.
- ^{xv} MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. Tradução de Selena Benevides Viana. Prefácio de Mario Guimarães Ferri; introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1978, pp. 82-83. A visão inglesa e “crítica” das práticas e costumes dos portugueses de John Mawe era semelhante de John Luccock. Ambos negociantes e “viajantes”, seus relatos têm que ser analisados com muito cuidado, pois existe muito preconceito e distorção da realidade observada. A respeito do relato de viajantes como fonte histórica cf. BARREIRO, J. C. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: ed. UNESP, 2002; REICHEL, Heloísa Jochims. **O Relato dos Viajantes como fonte histórica**.www.eh.net/XIIICongress/cd/papers/60JochimsReichel320.pdf
- ^{xvi} CROUZET, op. cit., p.238.
- ^{xvii} PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico, 1º volume, O Progresso de Emancipação**. 4ªed.. São Paulo: DIFEL, 1976. p. 88.
- ^{xviii} Idem, p.89.
- ^{xix} MATHISON, Gilbert Farqhar. **Narrative of a Visit to Brazil, Chile & Peru**. London, 1825, p. 129. Apud PLATT, op. cit, p.39.
- ^{xx} Platt, op. cit., p. 42; Olga Pantaleão estimou em 100 firmas inglesas para o ano de 1810. NAPOLEÃO, op.cit., p. 73.

- ^{xxi} MANCHESTR, op. cit., p. 78; PANTALEÃO, op. cit., p. 72 e MARTINHO, Lenira Meneses e GORESTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Séc. Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Div. De Informação, 1993, p. 70.
- ^{xxii} COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense, julho de 1808**. In: *Ibdem*. **Correio Braziliense (ou Armazém Literário, 1808, vol. 1**. Londres: Imp. por W. Levi, 1808, p. 115.
- ^{xxiii} PANTALEÃO, op. cit., p. 72. D. Domingos António de Souza Coutinho exerceu vários cargos na diplomacia portuguesa. Foi o enviado extraordinário na Dinamarca em 1788, passando depois a Turim e, em 13/05/1802, foi nomeado Ministro na Corte de Londres até o ano de 1833, quando faleceu. Cf. Márquez do Funchal. **O Conde de Linhares. Dom Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho**. Lisboa: Typographia Bayard, 1908, p. 10.
- ^{xxiv} Costa, op. cit., p. 116
- ^{xxv} No ano de 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, criou a Cia Geral de Vinho do Alto Douro com o intuito de monopolizar a produção e distribuição do vinho do Porto concorrendo com os ingleses.
- ^{xxvi} Shaw, op. cit., p. 53
- ^{xxvii} CAIN, J.P. and HOPKINS, A.G. Gentlemanly Capitalism and British Expansion Overseas I. the Old Colonial System, 1688-1850. **The Economic History Review**, 2nd ser. XXXIX, 4 (1986), pp. 501-525.
- ^{xxviii} Manchester, op. cit., p. 78.
- ^{xxix} BNRJ. SM. **Requerimento dos Negociantes (da Praça do Rio de Janeiro) contra os ingleses**. II, 34, 25, 23. sem data
- ^{xxx} A respeito do poder econômico e político dos negociantes de grosso trato no RJ verificar os trabalhos de: LOBO, Eulália M. Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; GMARTINHO E GORESTEIN, op. cit; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; PUNTSCHART, William. **Os Negociantes de Grosso Trato no Brasil colonial, 1808-1822**. São Paulo, 1992, 333p. Dissertação de Mestrado (História social). FFLCH/Universidade de São Paulo; FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. **Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império**. Niterói, 2002. Tese (Doutorado em História). PGH/Universidade Federal Fluminense.
- ^{xxxi} Assim como ocorreu no Brasil, no México, na Argentina e no Chile, as firmas inglesas concentraram-se no comércio exportador-importador. Cf. HEATH, Hilarie J. British Merchant Houses in Mexico, 1821-1860: conforming business Practices and Ethics. **Hispanic American Historical Review**, 73:2 (1993), 261-290; REBER, Vera Blinn. **British Mercantile Houses in Buenos Aires, 1810-1880**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1979; FIGUEROA, Eduardo Cavieres. **Comercio Chileno Y comerciantes Ingleses, 1820-1880: um ciclo de Historia Economica**. Valparaiso: Instituto de Historia/Universidad Católica de Valparaiso, 1988.
- ^{xxxii} CHAPMAN, Stanley D. **Merchant Enterprise in Britain. From the Industrial Revolution to World War I**. Cambridge: Cambridge Un.Press, 1993. (cap.3 "Merchants in the Atlantic Trade").
- ^{xxxiii} GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Comércio Inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co, 1824-1854**. (texto inédito que constituía num dos capítulos do livro Nação e Cidadania no Império)
- ^{xxxiv} Embora a historiografia destaque tal participação, coube aos trabalhos de Robert Conrad e de Luis Henrique Dias Tavares, a comprovação da participação direta dos comerciantes ingleses e de outras nacionalidades no comércio negreiro brasileiro. Conferir CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985; TAVARES, Luís Henrique Dias. **O comércio Proibido de Escravos**. São Paulo: Ática, 1988.
- ^{xxxv} SHERRWOOD, Marika. **After Abolition. Britain and the slave trade since 1807**. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- ^{xxxvi} BNL. VEIGA, Manuel Luis da. **Reflexoens Políticas sobre o estabellecimento dos Negociantes Ingleses no Brazil feitas ao Illmo. e Exmo Sr. D. domingos de Souza Coutinho, Ministro da Nação Brasileira na Corte de Londres**. In: *Idem*. **Analyses (...)**. Lisboa, 1808. Sobre Manuel Luis da Veiga, Jorge Pedreira destaca que foi um importante negociante de Lisboa, e escreveu o livro **Escola Mercantil sobre o Commercio assim antigo como Moderno entre as Naçoens Commerciantes dos velhos Continentes**. Lisboa, 1803. Foi reeditado em 1817 (BNL). PEDREIRA, op. cit., p. 66. É importante destacar que essa reflexão não foi citada no referido trabalho de Jorge Pedreira.

-
- ^{xxxvii} Segundo o Dicionário Histórico de Economistas portugueses, no verbete sobre Manuel Luis da Veiga feito pelo Jorge Pedreira, não se tem muita informação sobre o negociante, e que após o regresso de Londres, retornou ao Brasil, estando em Pernambuco por volta de 1820. CARDOSO, José Luis (coord.). **Dicionário Histórico de Economistas Portugueses**. Lisboa: Temas & Debates, 2001, pp. 349-351 (Manuel Luis da Veiga)
- ^{xxxviii} Não existe uma quantificação precisa de quantos negociantes portugueses (seja de Lisboa, seja do Porto) migraram com a Corte para o Rio de Janeiro. A respeito de alguns negociantes que migraram com a Corte conferir Gorestein e Meneses, op. cit, p.p. 135-157.
- ^{xxxix} Idem, p. 32.
- ^{xi} Idem, p. 39.
- ^{xii} PEDREIRA, op. cit, cap. 5
- ^{xiii} ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português**. Porto: Ed. Afrontamento, 1993. (Parte IV, Capítulo 1). PEDREIRA, op. cit, pp. 325-326.
- ^{xliii} Idem, pp. 224-229.
- ^{xliv} Idem, p. 229
- ^{xliv} Idem, p. 230
- ^{xlvi} RIDINGS, Eugene. **Business Interest Groups in nineteenth century Brazil**. Cambridge: Cambridge university Press, 1994.
- ^{xlvii} Idem, p. 22; REBER, Vera Blinn. **British Mercantile Houses in Buenos Aires, 1810-1880**. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1979, p. 41.
- ^{xlviii} SCHULTZ, Kirsten . A era das Revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência Brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp.25-126.
- ^{xlix} Em 1811, o Visconde de Cairu escreveu **Refutação da Declamações contra o Comércio Inglês.Extraído de Escritores Eminentes**. Sobre a Economia Política no Império Luso Brasileiro conferir: CARDOSO, José Luís (coord.). **A Economia política e os dilemas do Imperio Luso-Brasieiro (1790-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001; ROCHA, Antonio Penalves. **A economia política na sociedade escravista (um estudo dos textos econômicos de Cairu)**. São Paulo: HUCITEC/Departamento de História da USP, 1996;

COMÉRCIO E TRÁFICO DE ESCRAVOS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX: NOVAS PERCEPÇÕES DE DUAS FONTES SERIADAS

Cristiano Corte Restitutti
Doutorando em História Econômica (USP)
E-mail para contato: ccr@usp.br

Resumo

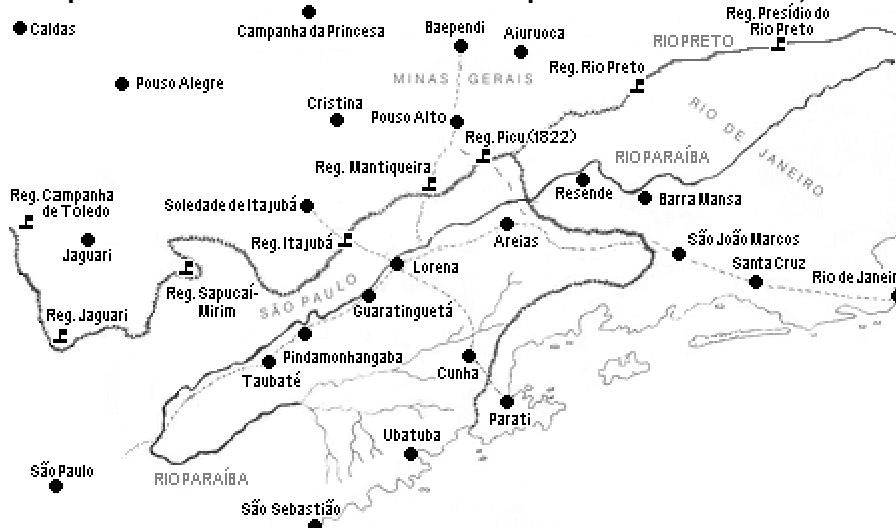
Este trabalho expõe os resultados do cruzamento de duas fontes conhecidas: os livros dos registros da capitania de Minas Gerais e os despachos de escravos e passaportes de tropas da Intendência da Polícia da Corte. Ampliam-se as críticas às fontes, demonstram-se as possibilidades de análise conjunta e sugerem-se novas percepções das fontes a partir do cruzamento. Apresentam-se possibilidades de análise do comércio terrestre de abastecimento e de exportação e, sobretudo, do tráfico de escravos.

1. Introdução

Este artigo expõe os resultados do cruzamento de duas fontes conhecidas: os livros dos registros da capitania de Minas Gerais e os despachos de escravos e passaportes de tropas da Intendência da Polícia da Corte. O objetivo de explorar fontes através do cruzamento é contribuir para a compreensão das próprias fontes e, a partir delas, do comércio regional e tráfico de escravos no centro-sul do Brasil em princípios do século XIX.

O primeiro corpo documental do exercício de cruzamento são os livros de registros da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Nacional. Foram transcritos os livros de sete registros na fronteira sul de Minas Gerais referentes ao período 1796-1833 (Campanha de Toledo, Jaguari, Sapucaí-Mirim, Itajubá, Mantiqueira, Picu e Rio Preto – ver Mapa 1).

Mapa 1 - Rotas do Sul de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, c.1820



Elaboração própria. Apenas principais caminhos, rios e localidades.

Há dois tipos de livros dos registros: direitos de entrada e gêneros de exportação. Os livros de direitos de entrada advêm da cobrança de imposto de importação e os livros de gêneros de exportação registram a saída de mercadorias. As informações captam o trânsito

de tropas no comércio entre o Sul de Minas Gerais e o vale do rio Paraíba.

Outra fonte capta a ponta fluminense deste comércio. São os livros de passaportes de tropas e despachos de escravos da Intendência da Polícia do Rio de Janeiro (1809-1832), também do Arquivo Nacional, transcritos por equipe financiada pelo IPEA¹. A partir do cruzamento nominal, é possível identificar as tropas na saída de Minas, confirmar o trânsito na Corte e observar o regresso em Minas. Descortinam-se as etapas da rota, o tempo de viagem, suas carregações, tamanho, composição humana. Sobretudo, desvelam-se expedições dirigidas ao mercado carioca, vis-à-vis aquelas destinadas a praças intermediárias (e.g., até Parati e daí ao Rio por via marítima) ou ao comércio local (e.g., certos gêneros e/ou tropeiros “menores” dirigiam-se a localidades florescentes do vale do rio Paraíba) e diferenciam-se as empresas de tropa de animais das de tráfico de escravos.

O trabalho está estruturado em seis seções. Esta seção introdutória apresentou sucintamente as fontes. A seção 2 demonstra a metodologia para a construção da amostra e do cruzamento nominal. Na seqüência sugerem-se possibilidades de análise em cruzamento amplo das fontes dos Registros (seção 3) e da Intendência da Polícia (seção 4). Efetua-se esforço preliminar de cruzamento específico (seção 5), a fim de determinar sub-registros das fontes (seção 5.1) e analisar a logística das tropas (seção 5.2). Por fim, recapitulam-se os principais resultados do exercício de cruzamento (seção 6).

2. Construção da amostra e resultados gerais

Para o esforço de cruzamento das fontes da Casa dos Contos (CC) às da Intendência da Polícia (IP) foi perseguida a diretriz de considerar o cruzamento tão-somente para casos com certeza de não se tratar de homônimo. Para tanto, o confronto das outras informações disponíveis além do nome têm sido muito importantes².

Para compor o universo total da fonte IP foram selecionadas as entradas com destino Minas Gerais e Resende (RJ). O motivo de incluir destino Resende no Rio de Janeiro é o fato de que no código 421, para os anos 1819-1821, os declarados residentes em “Minas Gerais” que declararam destino “Resende” representaram 40,5% do total de mineiros residentes (FRAGOSO & FERREIRA, 2001, p. 253). Dos que declararam destino Minas, foram excluídos aqueles cujas informações complementares indicavam que não seguiam para o Sul de Minas, ou seja, foram excluídos os que declaravam partir para o registro do Paraibuna e outros na zona da Mata. Foram assim selecionadas 22.094 entradas da base de dados IP, para serem cruzadas ao universo da base de dados CC, com 41.568 entradas. O cruzamento é feito ao imputar o mesmo número de identificação aos sujeitos

¹ Transcrição organizada em CD-ROM (cf. FRAGOSO & FERREIRA, 2001).

² Por exemplo, titulação, idade, características físicas, nomes dos acompanhantes, etc.

considerados presentes nas duas bases. É um *cruzamento amplo*, em oposição ao *cruzamento específico*, ou seja, os sujeitos do cruzamento amplo são aqueles “com o pé no Rio de Janeiro” e não somente as expedições específicas identificadas na saída de Minas, na passagem pelo Rio de Janeiro e no retorno a Minas. Este possível cruzamento específico é um subconjunto do cruzamento amplo ora efetuado. Não foi efetuado o cruzamento total dos universos, mas sim de uma amostra. A amostra inclui todos os sujeitos com primeiros nomes de “A” a “F” (de Abel a Fulgêncio). Esta amostra é bastante representativa, mais de 35% das pessoas tinham essas iniciais (Tabela 1, coluna % AF/Total). Os resultados do cruzamento foram surpreendentes. No total 61,1% das passagens nos registros foram associadas a sujeitos “com um pé do Rio de Janeiro” e 43,5% das passagens de mineiros pela Intendência da Polícia foram associadas a sujeitos dos registros.

Tabela 1 - Universo, amostra e cruzamento amplo dos bancos de dados dos Registros e da Intendência da Polícia (em quantidades de passagens, passaportes e despachos)

Base	Total	Amostra AF	% AF/Total	Cruzamento AF	% Cruzamento/ Amostra AF
Campanha de Toledo	1277	483	37,8%	79	16,4%
Jaguari	1903	625	32,8%	101	16,2%
Sapucaí-Mirim	1051	334	31,8%	155	46,4%
Itajubá	8986	3050	33,9%	1340	43,9%
Mantiqueira	10942	4109	37,6%	2614	63,6%
Picu	8737	3577	40,9%	2847	79,6%
Rio Preto	8672	3193	36,8%	2250	70,5%
Total Casa dos Contos	41568	15371	37,0%	9386	61,1%
Código 411	665	230	34,6%	35	15,2%
Código 419	1839	658	35,8%	398	60,5%
Código 421	15129	5435	35,9%	2571	47,3%
Código 424	4461	1615	36,2%	452	28,0%
Total Intendência da Polícia	22094	7938	35,9%	3456	43,5%

Os registros de maior trânsito – Mantiqueira, Picu e Rio Preto – comportaram maiores proporções de viagens diretas à Corte. É importante notar que os sujeitos que transitavam na Corte eram usualmente aqueles com maior número de passagens nos registros. Nos registros de Itajubá e Sapucaí-Mirim a taxa de cruzamento foi inferior, mas ainda elevada. No Jaguari e em Campanha de Toledo a taxa de cruzamento foi pequena, com a ressalva de que nestes registros foram transcritas tão-somente as exportações disponíveis e as importações de escravos e animais muars; espera-se que a taxa será ainda menor quando forem transcritos os dados das pequenas importações de fazendas secas e molhadas dos tropeiros locais.

Os códigos 411 e 424 informam pouco sobre o destino, por isso seu universo inclui maior proporção de não sul-mineiros e a taxa de cruzamento foi inferior (ver Tabela 1). O código 411 contempla termos de fianças (por exemplo, de pagamento de sisa dos escravos) onde há mais informações sobre os fiadores do que sobre os sujeitos e não fica claro se os

sujeitos viajam junto com os escravos. O código 424 trata dos despachos dos escravos e veremos que as informações repetem os dados do código 421, com informações distintas (por exemplo, no código 424 há informações sobre a venda dos escravos). O código 421 é o mais volumoso e contém emissões de passaportes (concentradas até 1822) e despachos de escravos (concentradas a partir de 1824). Os passaportes são bastante completos acerca das características do sujeito, mas os destinos são genéricos (“para Minas”), exceto no caso de localidades fluminenses (“para Resende”), enquanto os despachos são menos completos que os do código 424. Já o código 419 registra apenas entradas de tropeiros na Corte; os tropeiros sul-mineiros usualmente portavam guia do registro de Itaguaí, a um, dois ou três dias de viagem do local onde foi anotada a entrada na Corte.

O cruzamento é aperfeiçoado ao tratar as informações por sujeito e não por passagem, eliminando o efeito positivo sobre o cruzamento dos tropeiros muito freqüentes. Identificar o total de sujeitos no trânsito na Intendência da Polícia parece tarefa impossível; por outro lado, foi possível identificar o total de sujeitos no trânsito nos registros³. Os sujeitos presentes nas duas fontes respondem por 61,1% das passagens totais nos registros, mas estes sujeitos são 39,1% dos importadores e 36,4% dos exportadores (Tabela 2).

Tabela 2 - Sujeitos identificados nos Registros e na Intendência da Polícia (amostra A-F)

Registros	Sujeitos nas importações			Sujeitos nas exportações			Suj. que importam e exportam		
	Amostra	Cruzam.	%	Amostra	Cruzam.	%	Amostra	Cruzam.	%
Campanha de Toledo	76	24	31,6%	139	14	10,1%	53	17	32,1%
Jaguari	57	14	24,6%	182	30	16,5%	69	29	42,0%
Sapucaí-Mirim	157	59	37,6%	38	16	42,1%	80	37	46,3%
Itajubá	441	146	33,1%	333	110	33,0%	237	113	47,7%
Mantiqueira	759	295	38,9%	417	209	50,1%	369	231	62,6%
Picu	254	171	67,3%	368	193	52,4%	243	176	72,4%
Rio Preto	510	298	58,4%	311	152	48,9%	228	160	70,2%
Total de sujeitos	1861	728	39,1%	1497	545	36,4%	778	435	55,9%

Obs. O “total de sujeitos” é inferior à soma das parcelas porque alguns sujeitos transitavam em mais de um registro. As quantidades de “sujeitos que importam e exportam” incluem sujeitos que importam por um registro e exportam por outro, por exemplo, traz bestas novas via Toledo e exporta fumo no Picu, etc.

Nos registros do Picu e do Rio Preto os sujeitos “com um pé no Rio de Janeiro” são a maioria absoluta dos transeuntes. Já na Mantiqueira esta proporção foi severamente reduzida na categoria importações, por dois motivos: a fonte inclui entradas pelo registro da Mantiqueira desde 1796 e a partir de meados da década de 1820 o trânsito na Mantiqueira era principalmente de locais para o vale do Paraíba paulista, pois a rota direta para o Rio de Janeiro foi substituída pelo Picu. Já nos registros de Campanha de Toledo e Jaguari a proporção de sujeitos importadores “com o pé no Rio de Janeiro” foi maior que a mesma proporção em passagens totais (e maior também que a proporção de sujeitos exportadores). A razão é que nestes registros acontecem importações eventuais de animais de carga feitas

³ A diretriz de diferenciar os homônimos foi perseguida. Por exemplo, os “Francisco José da Silva” (FJS) dos registros foram diferenciados como seis sujeitos distintos: FJS [Araxá], FJS [Jacuí], FJS [Lavras], FJS [Mantiqueira], FJS [Pouso Alegre] e FJS [São João Del Rei].

por tropeiros ativos nas rotas para o Rio de Janeiro. Na categoria de sujeitos confirmados ativos tanto nas importações quanto nas exportações, a maioria absoluta (55,9%) esteve presente na Corte⁴. Novamente destaca-se a ligação das principais rotas; nas demais também foi relevante, e Toledo em menor proporção.

3. Nova percepção da fonte dos Registros

Uma possibilidade de análise do cruzamento é perceber a inserção dos produtos na rota com a Corte. Comparam-se as quantidades importadas e exportadas pelos sujeitos que compõem o cruzamento amplo (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Proporção das importações feitas por sujeitos presentes nas 2 fontes (amostra A-F)

Registros	Escravos	Animais de carga (cabeças)	Fazendas secas (cargas)	Sal (cargas)	Cachaça (barris)	Outros molhados (cargas e barris)
Campanha de Toledo	24,2%	30,3%				
Jaguari	54,2%	15,1%				
Sapucaí-Mirim	72,5%		76,4%		27,5%	67,0%
Itajubá	61,1%	9,9%	48,8%	45,0%	27,0%	49,7%
Mantiqueira	76,6%	43,9%	81,6%	61,0%	55,3%	85,4%
Picu	91,9%	95,7%	90,8%		71,4%	86,6%
Rio Preto	78,8%	77,0%	83,7%	86,4%		81,0%
Total	78,6%	36,9%	80,4%	68,5%	45,1%	83,7%

Tabela 4 - Proporção das exportações feitas por sujeitos presentes nas 2 fontes (amostra A-F)

Registros	gado bovino (cab.)	fumos (@)	gado suino (cab.)	tou-cinho (@)	queijos (unid.)	panos (varas)	aves (unid.)	grãos e farinhas (alq.)	café (@)
Campanha de Toledo	27,8%	27,6%	11,5%		12,0%		14,9%	0,0%	
Jaguari	39,8%	26,2%	15,4%		20,3%	16,4%		13,8%	74,1%
Sapucaí-Mirim	75,7%	38,9%	71,4%		0,0%				
Itajubá	58,5%	70,5%	60,2%	50,7%	33,5%		54,0%		
Mantiqueira	57,9%	89,4%	80,2%	100,0%	41,2%	6,5%	22,3%		
Picu	74,3%	88,3%	72,4%	75,8%	75,5%	93,3%	75,5%		
Rio Preto	78,4%	53,8%	58,3%	82,4%	63,1%	77,7%	66,8%	54,6%	100,0%
Total	64,3%	84,6%	65,5%	76,5%	38,7%	71,2%	62,9%	30,3%	98,6%

Os índices não têm o significado do cruzamento específico, ou seja, se um sujeito usualmente trazia sal de Parati, mas foi confirmada sua presença na Corte em algum momento, então todas suas importações foram consideradas feitas por um sujeito “com o pé no Rio de Janeiro”; similarmente, as exportações por Jaguari e Toledo não eram diretamente destinadas ao Rio de Janeiro, mas os tropeiros iam à Corte no momento de adquirir escravos novos. Além disso, os sujeitos presentes em ambas as fontes são em geral mais ativos nos registros, por isso a proporção das quantidades por eles transportadas foi maior que sua proporção na quantidade total de sujeitos transeuntes. Apesar destas ressalvas, a análise comparativa entre produtos permanece válida, pois as distorções aplicam-se a todos.

⁴ A proporção deve ser maior, pois sujeitos que no retorno traziam apenas sal não foram registrados a partir de 1821 (o gênero foi isento), carecendo, portanto, de confirmação da atividade comercial nos dois sentidos.

Os gêneros de importação cujos transportadores apresentaram maiores índices de ligação com o Rio de Janeiro foram molhados diversos (principalmente vinho), fazendas secas e escravos (Tabela 3). Os animais de carga eram sabidamente provenientes de Sorocaba, mormente por tropeiros especializados (*muladeiros*). A cachaça foi confirmada como procedente do vale do Paraíba paulista por tropas locais, com índices reduzidos em todos os registros. Os elos com o Rio de Janeiro eram mais fortes nos três principais registros, e os maiores índices foram atingido no Picu. Já o registro de Itajubá mantinha fortes vínculos com o porto de Parati (cf. RESTITUTTI, 2008, pp.10-11).

Os gêneros de exportação cujos transportadores apresentaram maiores índices de ligação com o Rio de Janeiro foram café, fumo e toucinho (Tabela 4). Todos os gêneros apresentaram índice superior a 60%, exceto queijos (38,7%) e grãos e farinhas (30,3%), mas no Picu e Rio Preto os queijos não destoam dos demais produtos. Os gados soltos – bovinos e suínos – eram sabidamente destinados ao mercado da Corte, mas havia sempre a possibilidade de mudança de mãos e/ou interrupção da marcha para invernagem (engorda). Há nuances específicas em cada registro para diferentes produtos que não cabem aqui serem analisadas em maior detalhe.

4. Nova percepção da fonte da Intendência da Polícia

O cruzamento permite verificar a consistência dos despachos de escravos pela Intendência da Polícia⁵. Aprofundar sobre todas as possibilidades de análise do cruzamento das fontes não é objetivo deste pequeno artigo, portanto por ora descartam-se as riquezas informativas do código 424 e privilegia-se a maior abrangência temporal do código 421. A tabela 5 apresenta o resultado do cruzamento aplicado ao código 421.

Os maiores índices de cruzamento para despachos de escravos ocorreram no destino “Minas Gerais por Itaguaí”, com 78% para os escravos novos e 75% para os escravos ladinos. Entretanto, em números absolutos o destino “Minas Gerais”, sem especificação, comportou 4.531 escravos novos e 88 ladinos despachados por sujeitos identificados nos registros sul-mineiros. É interessante notar que proporção não-desprezível dos escravos despachados para “São Paulo por terra” ou “São Paulo por Itaguaí” o eram por sujeitos com trânsito pelos registros sul-mineiros (16% a 28% do total de cativos novos).

5 Antes de prosseguir se faz necessário um importante alerta aos pesquisadores que utilizam os despachos da Intendência para estimar a redistribuição do tráfico a partir do Rio de Janeiro. Os códigos 421 e 424 contemplam informações distintas sobre os mesmos despachos. Os volumes 1-7 do código 424 cobrem o período 1826-1831 e seus conteúdos quantitativos coincidem com os volumes 21-23 do código 421, com poucas diferenças – algumas por problemas de transcrição. Os códigos 421 e 424 são complementares por suas informações qualitativas, porém os despachos não devem ser somados, sob o risco de dobrar o número de escravos. Não temos ciência se o cuidado de excluir os despachos dobrados foi tomado no artigo seminal de Fragoso & Ferreira. Por não citarem o fato, teme-se que houve dupla contagem a partir de 1826, pois as remessas de escravos novos saltam de 9.155 em 1825 para 18.553 em 1826 (FRAGOSO & FERREIRA, 2001, p. 246)

Tabela 5 - Escravos novos, ladinos e crias despachados, e escravos que o tropeiro trouxe com passaporte, no código 421 da Intendência da Polícia (amostra A-F)

Destino	Morador em	Novos			Ladinos			Crias			Trouxe		
		A	C	%	A	C	%	A	C	%	A	C	%
Minas Gerais	não declara	13103	4494	34%	551	88	16%	8	2	25%	11	7	64%
	Minas Gerais	54	36	67%	5	0	0%				65	24	37%
	Corte	10	0	0%	4	0	0%						
	São Paulo										5	5	100%
	Resende	1	1	100%									
	Macaé				1	0	0%						
Total Minas Gerais		13168	4531	34%	561	88	16%	8	2	25%	81	36	44%
Minas Gerais pelo registro de Itaguaí	Minas Gerais	228	175	77%	6	5	83%				533	421	79%
	não declara	174	156	90%	4	2	50%				4	4	100%
	Resende	54	54	100%							4	4	100%
	São Paulo										3	1	33%
	Corte				1	0	0%						
Minas por outros registros com guia de Itaguaí	não declara	40	2	5%									
	Minas Gerais	7	5	71%	5	5	100%				13	0	0%
Total Minas Gerais por Itaguaí		503	392	78%	16	12	75%				557	430	77%
Resende	não declara	2511	603	24%	78	23	29%	2	1	50%	328	172	52%
	Minas Gerais	540	426	79%	75	62	83%	4	4	100%	4932	4120	84%
	Resende	5	4	80%	7	3	43%				15	10	67%
Total Resende		3056	1033	34%	160	88	55%	6	5	83%	5275	4302	82%
São Paulo por terra ou por Itaguaí	não declara	320	89	28%	52	2	4%				5	0	0%
	Minas Gerais	63	10	16%							28	13	46%
São João Marcos	Minas Gerais	5	2	40%							11	6	55%
Parati	Minas Gerais				3	0	0%	1	0	0%	1	1	100%
Não declara	Minas Gerais				3	2	67%	10	0	0%	61	39	64%
Total Outros Destinos		388	101	26%	58	4	7%	11	0	0%	106	59	56%
Total geral		17115	6057	35%	795	192	24%	25	7	28%	6019	4827	80%

Obs. A = amostra; C = cruzamento; % = cruzamento/amostra.

Em números absolutos o destino “Resende” supera o destino Itaguaí, tanto na amostra quanto no cruzamento. Além disso, o índice de cruzamento dos declarados moradores em Minas Gerais com destino a Resende foi similar ao destino Itaguaí, com 78% dos novos e 83% dos ladinos. O resultado sugere que os destinos Itaguaí e Resende tinham o mesmo significado para a logística do tráfico. Fragoso & Ferreira (2001, p. 254) sugerem que os mineiros declaravam destino “Resende” para evitar maior imposto por passaporte – era de \$40 réis para Resende e de \$160 réis para “as terras minerais”. Por outro lado, a quantidade de total de despachos de escravo novos para Minas Gerais (13.671 na amostra, 4.623 no cruzamento) é mais de quatro vezes superior ao total de despachos de novos para Resende (3.056 na amostra, 1.033 no cruzamento). A questão da evasão ao imposto existia, porém não relativa ao tráfico, mas sim à emissão de passaportes para as tropas, nas quais se incluem os “escravos que o tropeiro trouxe”. Há concentração dos escravos de tropa no destino Resende (5.275 na amostra, 4.302 no cruzamento), em quantidade quase dez vezes superior aos destinos Minas Gerais (638 na amostra, 466 no cruzamento). Os próprios autores esclarecem a questão, pois a diferença de taxa era relativa à *emissão de guias de*

passaporte (FRAGOSO & FERREIRA, 2001, p. 254). De modo que quando os escravos novos acompanhavam as tropas, eram conjuntamente declarados com destino a Resende. A Tabela 6 demonstra que o índice de cruzamento para os escravos “que o tropeiro trouxe” e para os camaradas de tropa foi similar para os mesmos destinos e moradias declarados.

Tabela 6 - Elementos componentes das tropas no código 421 (amostra A-F)

Destino	Morador em	Escravos			Camaradas			Parceiros		
		A	C	%	A	C	%	A	C	%
Minas Gerais	Minas Gerais	65	24	37%	63	21	33%			
	não declara	11	7	64%	15	5	33%			
	São Paulo	5	5	100%	6	2	33%			
Total Minas Gerais		81	36	44%	84	28	33%			
Minas Gerais pelo registro de Itaguaí	Minas Gerais	546	421	77%	654	509	78%			
	não declara	4	4	100%	4	4	100%	21	16	76%
	Resende	4	4	100%	1	1	100%			
	São Paulo	3	1	33%	9	3	33%			
Total Minas Gerais por Itaguaí		557	430	77%	668	517	77%	21	16	76%
Resende	Minas Gerais	4932	4120	84%	5289	3692	70%	2	0	0%
	não declara	328	172	52%	490	169	34%	394	117	30%
	Resende	15	10	67%	13	7	54%			
Total Resende		5275	4302	82%	5792	3868	67%	396	117	30%
São Paulo por terra ou por Itaguaí	Minas Gerais	28	13	46%	25	13	52%			
	não declara	5	0	0%	37	0	0%	1	0	0%
São João Marcos	Minas Gerais	11	6	55%	18	8	44%			
Parati	Minas Gerais	1	1	100%	4	4	100%			
Não declara	Minas Gerais	61	39	64%	69	35	51%			
Total Outros Destinos		106	59	56%	153	60	39%	1	0	0%
Total geral		6019	4827	80%	6697	4473	67%	418	133	32%

Obs. A = amostra; C = cruzamento; % = cruzamento/amostra.

As quantidades de escravos e camaradas amostradas foram próximas. Mais, o índice de cruzamento foi similar para os dois grupos, concentrado nos destinos Resende e Itaguaí, o primeiro em maiores quantidades absolutas. A tabela 6 inclui os dados dos parceiros, que são os escravos de tropas conduzidas por outro escravo, o qual raramente declarava local de moradia. As tropas conduzidas por escravos eram quase unicamente compostas por parceiros. Se havia um camarada, este era o capitão da tropa e o escravo condutor e parceiros voltavam a ser denominados “escravos que o tropeiro trouxe” (na amostra, apenas 17,3% das tropas com parceiros tinham camaradas e 0,8% tinham escravos que trouxe). A grande quantidade de escravos componentes das tropas tem surpreendido alguns pesquisadores e a sugestão de camuflagem de escravos novos dentro da tropa é inevitável. Se por um lado isto é uma possibilidade, não é a regra⁶. As tropas eram compostas por um capitão de tropa (*tropeiro*) e vários camaradas e/ou escravos. A quantidade de camaradas/escravos dependia do tamanho da tropa (*peões tocadores de*

⁶ Pinheiro (2007, pp. 85-107) estima que 80% a 90% da soma de escravos novos e que trouxe seria o “tráfico efetivo”, ou seja, em 1809-22 apenas 15% a 30% dos escravos que trouxe seriam de fato componentes de tropa,

lotes de bestas), além de dois a quatro elementos fixos (*arreador, ferrador, madrinheiro e cozinheiro*)⁷. Cada peão da tropa era responsável por um lote de bestas, cada lote composto por sete a dez animais de carga (padrão Sul de Minas). Em 1815-22 as tropas de fumo na Mantiqueira carregavam em média 225,5 arrobas (RESTITUTTI, 2008, p. 4). A oito arrobas por animal, a tropa média era composta por 28 bestas, ou três a quatro lotes. Congruente à estimativa por quantidade conduzida e composição da tropa (três a quatro tocadores mais dois a quatro elementos fixos), na amostra do Códice 421 da Intendência da Polícia entre 1811 e 1822 as tropas tinham em média 3,2 camaradas e 3,4 escravos que trouxe ou parceiros escravos. Das tropas com camaradas e/ou escravos 61,8% eram compostas por ambos, 25,0% apenas por camaradas e 13,2% apenas por escravos.

5. Cruzamentos específicos

5.1 Sub-registros do tráfico interno

A tabela 7 apresenta os resultados de alguns cruzamentos específicos, demonstrando que dadas às quantidades de mercadorias conduzidas e a necessidade de mão-de-obra para tocar os animais de carga, a maior parte dos escravos que trouxe eram de fato componentes de tropa.

Tabela 7 - Cruzamento específico das tropas nos registros e na Intendência da Polícia, 1818-22

Tropeiro	Viagem		Mantiqueira	Intendência da Polícia			Mantiqueira	
	Ano	Dias	Fumo (@)	Camaradas	Trouxe	Novos	Sal (@)	Novos
Antonio Joaquim de Oliveira	1818	81	156		3		76	
Antonio José de Alvarenga	1818	65	330	7	2		68	7
Domingos Dias Chaves	1820	60	270	6			68	
Francisco de Sousa Arruda	1820	40	228	2	4		303	
Jeronimo de Alcantara	1820	60	320	2	5		281	
Joaquim José Gonçalves	1818	62	664	3	3		259	
Joaquim Marques de Oliveira	1818	43	192	4			250	
José Alves de Siqueira	1819	50	284		5		114	
José Carneiro Santiago	1818	62	560	1	12		133	
José Pereira da Silva	1820	55	164	2	3	7	84	5
José Pinto de Sousa	1818	62	724	5	5		192	6
Manoel Carneiro Santiago	1822	55	524			55	440	
Manoel de Araujo Guimarães	1822	-		5	2	52		42
Manoel Vieira da Silva	1820	63	200	6	2		581	3
Pedro Pires da Silveira	1820	51	174	3			158	

José Pinto de Sousa partiu da Mantiqueira com uma tropa muito grande, sendo plausível a declaração de ser composta por 10 ajudantes, dos quais cinco escravos. Não

os demais seriam novos camuflados. Esta hipótese é absurda diante dos fatos apresentados na seção 5.

⁷ A hierarquia da tropa: o *capitão*, que podia ser o *capataz*, *patrão* ou *dono*, “que marchava atrás e era responsável por tudo, ou se confundia o próprio tropeiro, ou caminhava ao lado deste, ou ia sozinho”; um *arreador* e/ou *ferrador*, “um peão promovido por sua antiguidade e prática, ia montado, corria todos os lotes”; os *camaradas* ou *peões*, um por lote, iam “às vezes a pé, às vezes a cavalo, conforme as estradas; na serra, a pé; se era escravo, sempre a pé, na mão um pau para bater na besta, e também um chicote”, um *madrinheiro*, “ia à frente, na madrinha”; e um *cozinheiro*, “que podia ser o madrinheiro” (ALMEIDA, 1981, p. 74).

constam escravos despachados no Rio de Janeiro, mas cinco novos pagaram direitos na entrada em Minas. José Pereira da Silva pagou à Intendência da Polícia o despacho de sete escravos novos, porém na entrada em Minas pagou direitos sobre cinco; pode ter vendido dois negros no caminho, talvez encomendados a outrem. Manoel Vieira da Silva partiu com uma tropa relativamente pequena – 200 arrobas de fumo – mas a quantidade de animais na tropa era certamente maior do que a média, afinal retornou dois meses depois com quase 600 arrobas de molhados (inclusive 80 barris de cachaça), o que justifica a composição da tropa (seis camaradas e dois escravos que trouxe). Pagou os direitos de entrada em Minas Gerais por três escravos novos não declarados à Intendência da Polícia. Manoel José de Araújo Guimarães despachou para Minas 52 escravos novos e pagou direitos de entrada para 42 cativos. Seu tempo de viagem não consta na tabela 10 porque não há registro da sua saída de Minas. Manoel Carneiro Santiago partiu com 524 arrobas de fumo e no Rio de Janeiro despachou 55 escravos Voltou com 440 arrobas de fazendas secas (e 8 bestas novas para sua tropa), porém não consta registro de escravos⁸.

Os resultados parciais sugerem que para 1818-22 há sub-registros em ambas as fontes. Quanto à questão do extravio por falsa declaração, cabe anotar que todos os tropeiros da Tabela 7 declararam passaportes para Resende no Rio de Janeiro e moradia em Minas Gerais, exceto os despachos de escravos de Manoel Carneiro (55 novos) e Manoel de Araújo (52 novos), que foram explícitos “despacha para Minas Gerais...” e não declararam moradia. Os resultados não confirmam que havia “tramóia” dos mineiros para não constar Minas como destino do tráfico, pois os dois grandes despachos de escravos sem tropa foram corretamente declarados “para Minas”.

5.2 Tropas e tropeiros

A Intendência da Polícia voltaria a anotar a saída de tropas do Rio de Janeiro entre 1829 e 1832 (código 419). Do cruzamento, novamente constatam-se divergências entre os despachos de escravos e os direitos pagos nos Registros (Tabela 8). Outro fato notável é que o tempo médio do percurso de ida para a Corte e volta para o registro diminuiu para cerca de 30 dias. Antes, através do Registro da Mantiqueira levava-se o dobro do tempo⁹. A tropa média via Picu para a Corte carregava mais de 400 arrobas de fumo e porventura gêneros adicionais como toucinho, queijos e galinhas. Em comparação com 10 anos antes,

⁸ Em 1822 estava ficando pronta a picada do Picu. É possível que um dos filhos de Manoel Carneiro tenha trazido os cativos pelo novo caminho, antes da instalação do registro, caracterizando o extravio dos direitos de entrada. É possível que a tropa na Mantiqueira fosse conduzida por seu filho homônimo, então com 14-15 anos (já em 1819, Manoel Carneiro Júnior, com 12 anos, partia da Corte para Resende com tropa composta por um camarada e sete escravos que trouxe).

⁹ A qualidade do cruzamento de informações do registro do Picu para 1829-32 foi melhor que a do registro Mantiqueira para 1818-22, pois as datas de saída informadas na Mantiqueira referem-se ao pagamento da consignação voluntária, e não ao momento específico da passagem no registro.

havia mais animais nas tropas, portanto mais ajudantes.

Tabela 8 - Cruzamento específico das tropas nos registros e na Intendência da Polícia, 1829-32

Trapeiro	outros / da conta de	Viagem		Picu Ida		Intendência				Picu Volta	
		A	D	Fumo	Outros	C	T	P	N	DE	E
Ant.o Carn.o Santiago		1830	28	990		1	19			swm	
Ant.o Carn.o Santiago		1831	29	544			12			ws	
Ant.o Carn.o Santiago		1831	30	570		11				swm	
Ant.o Carn.o Santiago		1831	29	643		4	12			swm	
Ant.o Carn.o Santiago		1832	25	568		1	10			m	
Ant.o J.e de Alv.ga		1829	29	145		4	5			s	
Ant.o J.e de Alv.ga		1831	28	244		2	5			sw	
Ant.o J.e de Alv.ga F.o		1830	30	342	396g	5	6			smw	
Ant.o J.e de Alv.ga F.o	& Companhia	1830	28	326	12t160g	8	5			wsg	
Ant.o J.e de Alv.ga F.o	& Companhia	1831	31	100		9				ws	
Ant.o J.e de Carv.o, Cap.		1830	20		90p	3	1				1
Ant.o J.m Mendes	Ant.o J.e de Carv.o, Cap.	1829	31	490			8			smw	
Ant.o J.m Mendes	Ant.o J.e de Carv.o, Cap.	1830	32	590		1	11			swmv	
Ant.o J.m Mendes	Ant.o J.e de Carv.o, Cap.	1831	32	380		8				sw	
Jacob, escravo de	Ant.o Silv.o da S.a, Cap.	1830	29	208				5		s	
Sabino, escravo de	Ant.o Silv.o da S.a, Cap.	1830	30	304				5		s	
Sabino, escravo de	Ant.o Silv.o da S.a, Cap.	1830	30	256				6		s	
Sabino, escravo de	Ant.o Silv.o da S.a, Cap.	1830	30	290				7		s	
Jacob, escravo de	Ant.o Silv.o da S.a, Cap.	1831	29	128	116t		6			s	
Jeronimo de Alcantara		1829	34	387	100q	2	6		1		1
Jeronimo de Alcantara	& Companhia	1831	30	220			6			wsm	
Jeronimo de Alcantara		1831	29	90		2				mws	
J.e Rib.ro da Luz, Alf.	& Companhia	1830	31	460					1	was	1
J.e Rib.ro da Luz, Alf.		1830	29	552					1	swm	2
J.e Rib.ro da Luz, Alf.	de sua c.ta e de outros	1831	29	451		1	10			wsmv	
J.e Rib.ro da Luz, Alf.		1832	29	492					1	wsm	6
Bento J.e Furtado	Maria J.e Per.a, Dona	1830	28	858		6	17			sm	
Bento J.e Furtado	Maria J.e Per.a, Dona	1831	29	720		2	15			s	
Bento J.e Furtado	Maria J.e Per.a, Dona	1831	27	850		2	15			sw	

Obs. Viagem: A = Anos; D = dias de viagem. Picu Ida: Fumo em arrobas; Outros, g = galinhas; p = porcos; q = queijos; t = @ de toucinho. Intendência: C = camaradas; T = ladinos que trouxe; P = parceiros; N = escravos novos. Picu Volta: DE = Direitos de Entrada; E = escravos novos ou ladinos novos em Minas. Na coluna DE os produtos importados em ordem decrescente de peso: a = aguardente do Reino; g = gengibre (gim); m = molhados sortidos; s = fazendas secas; v = vinagre; w = vinho.

Quando tropeiros conduziam da conta de outros, os proprietários declarados eram normalmente ex-tropeiros ou seus herdeiros. Raros são aqueles que entram no ramo de exportação de fumo sem antes terem eles próprios ou familiares participado deste comércio na qualidade de tropeiros. Menos raros são aqueles que não galgaram patentes militares, que não herdaram bens de raiz, que importaram poucos escravos e que se perpetuaram na atividade tropeira. Os tropeiros de profissão não são claramente percebidos, mas um olhar atento para indícios presentes nas fontes permite identificar sujeitos nas Tabelas 7 e 8. Além dos tropeiros-proprietários, como os grandes importadores de escravos em 1822 descritos na Tabela 7, percebem-se outros tipos de condutores. As definições não são rígidas, pois durante o ciclo de vida o sujeito pode transitar entre categorias.

O nível mais raso de condutor é o escravo de tropa. Um cativo de confiança podia

tornar-se condutor principal de alguns animais de seu senhor. Nesta categoria encontram-se Jacob e Sabino (Tabela 8), escravos do Capitão Antonio Silvério da Silva, de Pouso Alto. A partir de 1829 todas as exportações do Capitão Silvério no Picu foram feitas por quatro escravos tropeiros. Dois foram registrados dez vezes na Intendência da Polícia, entre novembro de 1829 e maio de 1831: Jacob era *pardo* e Sabino era *Angola*; suas tropas eram compostas inicialmente por 5 e depois por 6 ou 7 parceiros.

Em nível superior ao escravo tropeiro estava o camarada. Havia camaradas ligados a tropeiros – “camarada de fulano”, ou podiam ser camarada de alguém tão-somente no período que estavam na tropa. Eram comuns os que viviam “de andar por camarada em várias tropas” ou declaravam “profissão camarada”. Antonio Joaquim Mendes foi reconhecido na Intendência da Polícia em 15 ocasiões entre 1816 (com 24 anos) e 1822 (com 32 anos). Natural e morador de Minas, tropeava para Resende, como todos os mineiros declaravam. Nesta época, não transitava na Mantiqueira, vivia de tropear para Resende mesmo. A partir de meados da década de 1820, Antonio Joaquim foi tropeiro contratado pelo Sargento-Mor Antonio José de Carvalho. As tropas eram grandes. Nunca importou escravos para si, era tropeiro profissional. Raramente utilizava camarada, suas tropas eram compostas por 8 a 11 escravos de propriedade do Sargento-Mor (Tabela 8). Também é o caso de Bento José Furtado (Tabela 8). Dona Maria José Pereira herdou de seu marido Coronel José Manoel dos Santos Cabral imensa tropa. Entre 1829 e 1833, Bento Furtado conduziu 13 vezes a tropa de Dona Maria José através do Picu, com tamanho médio de 704 arrobas, 4 camaradas e 16 escravos ladinos. Em cinco ocasiões Bento apareceu como camarada da mesma tropa, conduzida por José Manoel dos Santos Pereira, filho de Maria José Pereira (mesmo tamanho e composição). Bento era jovem e ser camarada de tropa era o primeiro passo para se tornar tropeiro profissional¹⁰.

Outros tropeiros de profissão tinham tropas próprias que viajavam em companhia de camaradas e poucos escravos. Negociavam a produção alheia da sua própria conta. Estes tropeiros eram pequenos proprietários, poucos conseguiam patentes militares. Importavam escravos no Rio de Janeiro, mas não abandonavam a atividade tropeira. São os casos de Jerônimo de Alcântara e Antonio José de Alvarenga (os dois presentes nas Tabelas 7 e 8). Jerônimo de Alcântara transitava com fumo e toucinhos no registro da Mantiqueira pelo menos desde 1802 com tropas pequenas, por vezes da conta de outros. Em 1809 foi reconhecido na Intendência da Polícia – era pardo. Em c.1820 conduzia tropas grandes na

¹⁰ Quando não esteve na tropa de Dona Maria José, andou pelas tropas de outros proprietários, como camarada de porcadadas. Em 1833, na primeira vez que transitou no registro de Itajubá como capitão de tropa (já conhecia a rota por camarada em diversas porcadadas), o escrivão anotou “Bento Jose arreador de Dona Maria Jose Pereira”. Bento José Furtado é recorrente na barreira de Piquete em São Paulo no pé da Serra de Itajubá na década de 1850, conduzindo tropas sempre compostas por mais de 100 bestas carregadas (AESP, Livros de barreira, Figueira, CO 1928-1932; cf. RESTITUTTI, 2008, pp. 10-11).

Mantiqueira (Tabela 7). A partir de 1824 passou a transitar no Picu e adotou como padrão tropas pequenas, de 150, 120 ou 60 arrobas. Suas atividades pouco modificaram até 1833, ocasionalmente transportava da conta de outros ou em companhia de vários camaradas. Em 1830 figurou como camarada na tropa de Mariano Pereira de Magalhães. Estaria então com 60 anos. Em 1831 importava molhados da conta de diversos proprietários, inclusive um Nogueira, como fazia trinta anos antes. Jerônimo de Alcântara, pardo, permaneceu como tropeiro até o fim da vida. Antonio José de Alvarenga esteve várias vezes na Corte entre 1817 e 1820. Exportava fumo e bovinos e importava sal. Tinha 36 anos em 1820 e não houve identificação de cor – portanto era branco. Em três ocasiões o percurso completo foi identificado, em companhia de 7, 8 e 9 camaradas (uma vez na Tabela 7). Entre 1815 e 1826, Alvarenga fazia uma ou duas expedições anuais de fumo na Mantiqueira. A partir de 1827, em companhia de seu filho homônimo e utilizando a estrada do Picu, fazia em média quatro expedições anuais de fumo. Utilizava então ao menos sete escravos em suas tropas. Alvarenga e seu filho compareciam mais de uma vez por ano na Corte com exportações de fumo (cinco identificadas na Tabela 8). Por duas vezes a tropa de Alvarenga Filho partiu “em companhia”. Nestas ocasiões foi acompanhado por 8 e 9 camaradas.

Por fim, há o tropeiro-proprietário propriamente dito (sobre a figura do fazendeiro-negociante no Sul de Minas em 1800-1850, vide Andrade, 2008). Praticava atividades de condução de animais na juventude, para mobilizar a produção da família ou da conta de outros proprietários. Com o passar dos anos galgava patentes militares, importava escravos às dezenas, herdava bens de raiz ou adquiria terras por outros meios. Em idade mais avançada restringia suas atividades tropeiras a expedições ocasionais, principalmente para adquirir escravos no Rio de Janeiro. Passava a ter suas produções comercializadas no Rio de Janeiro através de escravos, camaradas, tropeiros contratados e parentes.

Alguns casos de tropeiros-proprietários foram identificados nas tabelas 7 e 8 e ao longo do texto. O Capitão Antonio Silvério da Silva passou a utilizar a condução de escravos. Delegava a totalidade de seu comércio interprovincial a Sabino e Jacó. O Sargento-Mor Antonio José de Carvalho confiava seu comércio a um tropeiro experiente, seu arreador Antonio Joaquim Mendes. Muitos utilizavam mão-de-obra de parentes, especialmente descendentes. Mesmo os tropeiros de profissão encontravam em seus filhos parceiros ideais para incrementar os negócios, como José Antonio de Alvarenga e seu filho homônimo. Outros encontravam soluções intermediárias. Dona Maria José Pereira herdou de seu marido imensa tropa que passou a ser conduzida tanto por seu filho Manoel dos Santos Pereira quanto pelo jovem e promissor camarada Bento José Furtado.

Os grandes tropeiros eram ligados a famílias proprietárias, seja por parentesco, compadrio, contrato ou escravidão. No extremo-sul de Minas, região exportadora de fumo, os familiares participavam ativamente do transporte terrestre. Os patriarcas eram

importadores de escravos e alguns estavam dentre as figuras mais ricas de Minas Gerais. Bom exemplo é a família Carneiro Santiago. A esposa do Alferes Manoel Carneiro Santiago foi inventariada em 1845 com 558 contos de réis¹¹. As atividades de exportações de fumo e importações de escravos associadas a um extremo controle de todas as etapas do comércio foi o segredo da riqueza da família¹². Manoel e seus filhos homens capitaneavam pessoalmente as tropas, raramente utilizavam arreadores contratados ou escravos. Suas tropas eram imensas, as tropas do filho Antonio Carneiro (cinco na Tabela 8) eram compostas em média por 16 pessoas, principalmente escravos, exportando em média 663@ de fumo, ou seja, tropas compostas por mais de 10 lotes¹³. Manoel Carneiro abusava de seus filhos ao colocá-los no serviço de tropa a partir dos 12 ou 13 anos de idade. Antonio tinha 15-16 anos em 1830¹⁴. O primogênito José Carneiro aparece na tabela 7 em 1818 e na ocasião foi reconhecido com 17 anos, e declarou 12 anos quando capitaneou sua primeira tropa até o Rio de Janeiro, em 1814. Entre 1823 e 1833 os Carneiro Santiago exportaram 7% da quantidade total fumo sul-mineiro para o Rio de Janeiro. Similarmente, importaram mais de 6% dos escravos entrados na Mantiqueira e Picu no mesmo período. O número de escravos traficados foi maior do que o que pagou os direitos de entrada, pois o despacho apresentado na Tabela 7 de 55 cativos não consta correspondência nos registros. Utilizando as fontes de modo complementar, trouxeram 401 cativos, quase exclusivamente através do patriarca (96%) – seus filhos pouco traziam escravos novos nas tropas¹⁵. Em 1839, Alferes Manoel Carneiro foi recenseado com 209 cativos e cinco de seus seis filhos homens somaram 159 nos fogos adjacentes¹⁶, escravarias muito grandes para os padrões da região e da época. A família perpetuou as atividades mercantis no correr do século XIX; João Carneiro Santiago Sobrinho, neto do patriarca, era o maior exportador de fumo na rota de Itajubá para Parati em 1868-72¹⁷.

6. Considerações finais

Este artigo mostrou que a exploração das fontes dos registros mineiros e da Polícia da Corte em conjunto amplia as possibilidades de análise de cada uma em separado. Foi

¹¹ Centro de Documentação e Memória de Cristina, documento não-classificado. É um monte-mor muito elevado para os padrões da região e da época (anterior ao grande aumento dos preços dos escravos, a partir de 1850).

¹² Na partilha dos bens do casal em 1845, Manoel Carneiro abdicou de sua meação, herdando a terça (93 contos de réis). Em apenas 11 anos, Manoel Carneiro mais que duplicou o valor dos bens. Foi inventariado em 1856 com 199 contos de réis, sendo 25% em dívidas ativas (Fórum Fausto Dias Ferraz, Cristina/MG, doc. não-class.).

¹³ No inventário de 1845 foram contadas 155 bestas de carga, 51 cavalos e éguas e 26 carros de boi.

¹⁴ Foi recenseado com 24 anos em 1839 (APM, PP 1/10, Cx.2, Doc.7, “Carmo de Baependi”, fogo 336).

¹⁵ Um deles – João – comparecia anualmente na feira de Sorocaba (1830-32) e entrou em Minas pelo registro de Campanha de Toledo com 178 animais de carga em três expedições.

¹⁶ APM, PP 1/10, Cx.2, Doc.7, “Carmo de Baependi”, fogos 332-337.

¹⁷ AESP, Livros de barreira, Figueira, CO 1858-72; RESTITUTTI, 2008, p. 11, nota 22.

verificado o alcance do esforço de cruzamento para cada fonte. Os resultados foram considerados bons para o caso do Sul de Minas Gerais.

O cruzamento bem-sucedido foi ferramenta para criticar consistentemente as fontes. Foram aventadas possibilidades de análise para as pesquisas de comércio regional, de tráfico interno e de micro-análise das tropas e dos traficantes. Questões abertas na historiografia para a compreensão do comércio regional e do tráfico de escravos foram tentativamente esclarecidas.

Procurou-se contribuir para a micro-história do tropeirismo e do tráfico de escravos com análise de casos específicos. Os agentes mercantis foram categorizados, com a ressalva de que as definições não são rígidas, pois os sujeitos transitam entre os arquétipos do modelo durante o ciclo de vida.

Fontes

Arquivo Nacional – Coleção Casa dos Contos.

Livros de Consignação Voluntária: *Baependi*: 688. *Campanha da Princesa*: 1433.

Livros de Gêneros de exportação: *Campanha de Toledo*: 458, 464-70, 729. *Itajubá*: 4058-9, 4061-2, 4120, 4123, 4125-7. *Jaguari*: 452, 477-9, 750-3. *Mantiqueira*: 3252-3, 4060, 4103, 4111, 4121-2, 4124. *Picu*: 455, 732-3, 745-8, 2906-9. *Presídio do Rio Preto*: 450, 2961, 755. *Rio Preto*: 480, 3675. *Sapucaí-Mirim*: 456.

Livros de Direitos do Entradas: *Campanha de Toledo*: 28, 663, 668-9, 803, 1229, 1355-60, 1651, 2899-905. *Itajubá*: 780, 1237, 2715-6, 3046, 3188, 3218, 4058. *Jaguari*: 407, 509, 1307-8, 1371-6, 1643, 1654-5. *Mantiqueira*: 16, 20, 728, 671-2, 783, 794-8, 1920-1, 2275, 2287, 2570-2. *Picu*: 408-15, 427, 429, 516. *Rio Preto*: 635-8, 685-6, 782, 784-90, 1236. *Sapucaí-Mirim*: 416, 420, 483, 548-54, 725.

Arquivo Nacional – Fundo Polícia da Corte. (CD-ROM – IPEA/FRAGOSO/FERREIRA)

Código 411: Volumes 1-2, 4-13, 15-16, 18-19.

Código 419: Volumes 1-3.

Código 421: Volumes 1-17, 19, 21-23.

Código 424: Volumes 1-9.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins/EDUSP, 1981.

ANDRADE, M. F. de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**: Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

FRAGOSO, J. L., FERREIRA, R. G. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada*. In: BOTELHO, T. R., et alli (org.). **História Quantitativa e Serial no Brasil**: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

PINHEIRO, F. W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros**: Zona da Mata, c.1809-c.1830. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

RESTITUTTI, C. C. *Comércio terrestre e marítimo do fumo de Minas no século XIX*. XIII **Seminário sobre a economia mineira**: Anais... (CD-ROM). Diamantina, 2008.

“OS SÉCULOS XVII E XVIII E OS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA-PE”

Eduardo Augusto de Santana
Graduando em História da UFRPE, Bolsista do PIC-CNPq
duca_augusto@yahoo.com.
Elba Monique Chagas da Cunha
Graduanda em História da UFRPE, Bolsista do PIBIC-CNPq
elbachagas@gmail.com.

Este projeto ainda em fase de execução fora desenvolvido, como um dos canais de atuação de um projeto de pesquisa maior intitulado “Resgate Histórico e Cultural dos Vestígios Arqueológicos na Área da Refinaria do Nordeste-Abreu e Lima, Ipojuca-PE”, cuja meta é o estudo, prospecção, salvamento, análise e conservação dos vestígios materiais Pré-históricos e Históricos coloniais encontrados na área da futura refinaria Abreu e Lima. Projeto maior este, coordenado pela Professora Suely Cristina Albuquerque de Luna, professora adjunta da UFRPE.

Esta pesquisa se dá através do trabalho de campo onde realizamos a identificação (este já em andamento) e a catalogação do patrimônio arquitetônico existente. Portanto, uma das metas estará em identificar, num período de tempo compreendido entre o início do Séc. XVII e o final do Séc. XVIII os tipos de bens materiais e culturais característicos deste período. Buscando aí, entender por meio de uma abordagem metódica sobre cada período, quais as características, que podem vir a ser identificadas nas construções ali existentes.

Alem de pretender identificar quais as principais transformações ou mudanças sofridas por estes bens culturais ao longo destes dois séculos de estudo. Tendo também como meta, relacioná-los a uma função socioeconômica no tempo e espaço.

Por outro lado, a espacialização das edificações a serem estudadas pode nos fornecer informações acerca do processo de implantação dos assentamentos humanos, nas suas mais variadas formas (Casas-grandes, Igrejas, Arruados, Capelas e outros), e a evolução desses assentamentos através do período de tempo já citado.

Sendo parte fundamental do nosso trabalho a realização, após a pesquisa, trabalho de campo e identificação desses bens materiais, a ministração de Palestras de Educação Patrimonial aos alunos matriculados nas redes de ensino Estaduais, Municipais e Privados do Município. Sendo, pois, realizadas na área urbana do município e seus

distritos tais palestras. Onde foram realizadas na maior partes dos estabelecimentos de ensino ali existentes.

É, portanto, do interesse desta pesquisa entender os mecanismos que deram início, a ocupação daquela área. Além de entender como se deu este processo. Procuramos desta forma, compreender os jogos de interesses ali envolvidos e as ações que deram surgimento a produção açucareira naquele território.

Por outro lado, conscientes de que cada vez mais, se faz necessário nos voltarmos para o estudo da nossa própria história, como também, de levarmos o conhecimento obtido através desses estudos aos indivíduos diretamente envolvidos nesse processo histórico. É que buscamos no decorrer da pesquisa de campo realizada, conscientizarmos, a população local da importância de conhecerem a sua história, para que a partir daí haja o reconhecimento e a apropriação dessa identidade cultural por parte desses indivíduos.

Sendo assim, no decorrer dos vários estágios em que será e é, desenvolvido o nosso trabalho, pretendemos reverter o conhecimento obtido para a elaboração de palestras no Município. Portanto, as pesquisas bibliográficas; entrevistas realizadas com os moradores das áreas que serão diretamente atingidas pela implantação da Refinaria e, com pessoas que de alguma forma estão ligadas a alguma atividade que possa gerar algum tipo de conhecimento como (artesãos, moradores antigos, funcionários de órgãos públicos, pesquisadores, professores e até jovens da comunidade) que enriqueça a história do município; visitas as áreas onde estão situadas algumas das construções contempladas por nossa pesquisa; e na realização de palestras de educação patrimonial (já concluídas na área urbana do município), atuaremos na ministração de palestras educativas aos alunos da rede de ensino pública e privada de Ipojuca.

Tivemos assim, como uma de nossas principais metas, levar as pessoas da comunidade local a encararem o seu patrimônio como uma alternativa viável para a geração de emprego, renda e afirmação das suas cidadanias. Visamos então, incentivar a valorização pela própria comunidade da riqueza da sua cultura e da sua história por meio do reconhecimento da importância do seu patrimônio, enquanto elemento cultural capaz de gerar e incentivar a identidade de um grupo.

Portanto, foi nesta perspectiva de trabalho que fizemos uso de métodos pedagógicos que estimulassem a participação dos jovens durante as palestras. Incentivando desta feita, o aluno, a construir por si só as suas próprias representações a respeito do seu patrimônio. E a partir da exposição que fizemos a respeito da variada

soma de riqueza representada pelas varias facetas pelas qual o patrimônio histórico pode se manifesta e nos apropriarmos dele. Estimulamos desta maneira, a releitura por parte dos alunos das varias significações que estes bens têm e podem ter nas suas vidas, bem como suas respectivas comunidades como um todo.

Por outro lado, devido ao número de bens materiais históricos encontrados no Município. E por estarem dispersos em uma área relativamente grande, alem de para se ter acesso a alguns desses bens, ser bastante difícil, nesta etapa da pesquisa focamos os bens históricos edificados localizados nas áreas urbanas do município de Ipojuca e dos seus distritos de Porto de Galinha, Nossa Senhora do Ó e Camela. No entanto, isto de maneira alguma impedira que as zonas rurais deste município venham a ser objeto de estudo na próxima etapa de nossos trabalhos.

Entretanto, para que possamos compreender com mais clareza a evolução e caracterização de cada um desses elementos formadores da riqueza patrimônio de Ipojuca, e necessário fazemos uso de uma vasta gama de informações a respeito dos estilos arquitetônicos empregados nos vários tipos de patrimônios (Igrejas, Capelas, Casas-grandes, Senzalas, Arruados e outros) encontrados nesta área. Se fazendo ainda necessário à análise detalhada das características desses bens encontrados, para posterior divulgação dos dados obtidos nos futuros relatórios, encontros acadêmicos, palestras e simpósios que tratem deste tema.

Entendemos por meio da experiência obtida durante as palestras que, mesmo diante de tantos percalços encontrados durante as etapas de nossa pesquisa. Nunca deixamos de lado a questão social envolvida neste trabalho, bem como a necessidade de envolver as comunidades locais, para que assim, seja incutida nos corações e mentes dessas pessoas a importância de se preservar todos os seus bens culturais. Buscamos, pois, durante todas as fases em que se dividiu a pesquisa colocar as pessoas envolvidas a par dos dados obtidos em nosso trabalho, por meio das palestras de Educação Patrimonial.

Para que a esta meta fosse alcançada, deixamos os alunos que participaram das palestras bastante à-vontade para que externassem as suas opiniões, referencias e pontos de vista sobre o assunto tratado. Permitindo que, nas de sala cedidas pelos estabelecimentos de ensino para a realização das palestras, os se sentissem livres para interagir conosco no desenvolvimento das atividades. Desta maneira podemos utilizar o conhecimento desses jovens na elaboração das próprias palestras. Utilizando todas as

informações angariadas na pesquisa e juntas aos estudantes, como um meio de melhor transmitir a mensagem que queríamos que fosse passada.

Sendo assim, após nos apresentarmos e explicarmos a razão do projeto de educação patrimonial e qual a sua finalidade, passamos a trabalhar junto aos alunos e professores do colégio, o conceito de educação patrimônio e significado dos vários tipos de patrimônio: Patrimônio arqueológico Histórico e Pré-histórico, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material, e o Patrimônio Ambiental.

Portanto buscamos familiarizar os educandos a respeito desses conceitos e orientá-los quanto à importância da preservação desses tipos de patrimônio. Após isto, aplicamos a dinâmica junto aos alunos para melhor fixar o conteúdo que foi apresentado, obtendo assim, uma excelente resposta dos alunos. Pois, os mesmos se mostraram bastantes conceituados e interessados em tudo o que lhes era passado a respeito do patrimônio de Ipojuca.

Todo o trabalho realizado junto aos alunos, contou com a participação efetiva dos mesmos, sendo-lhes dada total liberdade de intervir no decorrer das palestras com informações e observações que julgassem pertinentes a plena realização das atividades educativas.

A melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, talvez seja uma das maiores conquistas que poderíamos lograr em obter por meio deste projeto. Temos assim, como um dos nossos objetivos, a criação de uma consciência coletiva acerca da cidadania, através do (re) conhecimento e preservação do patrimônio histórico. E que no futuro venha a tornar-se uma fonte de renda complementar obtida por meio do turismo histórico naquela região.

A especulação a respeito da maneira como estes tipos de construções foram sendo edificados em um meio tão inóspito, nos leva conjectura sobre a grande importância de Ipojuca no cenário regional no que se refere à produção açucareira. Importância esta que levou a serem fundados no local os Conventos de Santo Antonio pelos franciscanos no Séc. XVII em Ipojuca, e outro pela mesma ordem em Sirinhaém.

Que apesar de, não terem os mesmos padrões de azulejos nos corredores superiores e inferiores, como os que existem nos conventos franciscanos, que se encontram em Olinda, Recife e Salvador. Representam assim, um importante marco da arquitetura colonial e religiosa nesta região.

Entretanto, é justamente este paradoxo encontrado nesta constatação que nos instiga a continuarmos na busca de desvendar os motivos, além dos já conhecidos, para a

grande notoriedade que esta “pequena” freguesia desfrutou no período colonial. Uma vez que, cada vez mais indivíduos passaram a investir na comprar ou na formação de novos engenhos nesta freguesia e regiões vizinhas. De acordo com Pereira da Costa:

“Em 1630, diz Adriano Verdonck, constava a povoação de Ipojuca de uns 600 habitantes, onde havia muita gente rica. O açúcar era escoado pelo armazém para o passo situado na Foz do Rio com destino a praça do Recife, por mar, em barcas, que pegavam de 100 a 110 caixas”. E já em outra passagem, Pereira da Costa, nos conta que, “Em 1746 a Paróquia de Ipojuca conta 961 fogos e 5.514 habitantes, 22 Capelas e 21 engenhos, sendo 5 de fogo morto; e a sua tropa de guarnição, 4 Companhias de auxiliares, 1 de Cavalaria e 4 ordenanças com um total de 625 praças”. (Pereira da Costa; 1952. Vol. II).

Sendo, no entanto, uma pena que muitas dessas construções tenha sido deixadas ao abandono, principalmente às antigas Casas-grandes e respectivas Capelas, levando assim, a deteriorização dessas construções. Isto foi causado, sobretudo pelo “empobrecimento” de muitos senhores de engenho. Bem como pelo surgimento das primeiras Usinas de açúcar que transformou muitos engenhos já em franca decadência em meros fornecedores de matéria prima (bangüês). Além de muitos outros bens desse período terem sido destruídos pelos seus proprietários em nome do “progresso” e para dar lugar às outras construções mais modernas.

No entanto, é em meio a este surto de prosperidade gerado pela indústria açucareira entre os séculos XVI, XVII e XVIII. E que só será desacelerado em meados do

Séc. XVIII, com a ascensão de novas zonas produtoras de açúcar no mundo. Ganhando depois, no fim da primeira metade do Séc. XIX ganhar novo fôlego.

Assim, é que levando em consideração a todos estes fatores geradores desse processo, que nos debruçamos no estudo da colonização desta importante área de produção que foi no passado, Ipojuca e regiões vizinhas. Colaborando decisivamente para consolidação da agroindústria açucareira nesta área. Voltada e claro para o mercado externo e sustentada pelo modo de produção escravista.

Sendo assim, é em meio a toda essa efervescência cultural, histórica e étnica gerada pela empresa colonial, que buscamos compreender o desenrolar de todo este processo histórico-social no qual esteve envolvida toda esta região. Compreendendo, antes de qualquer coisa que todos os indivíduos, etnicamente falando, envolvidos neste processo deram importantes contribuições à composição dos elementos formadores da arquitetura erigida nas grandes propriedades rurais e nos povoados da região. Conferindo a paisagem local traços tão marcantes de um estilo arquitetônico indiscutivelmente rico e fascinante, quanto a maior parte das construções deste período.

E com grande satisfação, que esta pesquisa pode executar de acordo com o que fora proposto no plano de trabalho do candidato a elaboração e execução de uma cartilha, cujo tema trata da Educação Patrimonial no Município de Ipojuca. Sendo, no entanto, a elaboração desta cartilha realizada junto com outros alunos da Graduação do Curso de História desta Universidade que participarão do projeto maior intitulado **“Resgate Histórico e Cultural dos Vestígios Arqueológicos na Área da Refinaria Nordeste - Abreu e Lima, Ipojuca-Pe”**. Todo este trabalho de elaboração da Cartilha foi realizado sob a coordenação das professoras doutoras Suely Cristina Luna de Albuquerque e Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, professoras adjuntas de UFRPE locadas no seu Departamento de Letras e Ciências Humanas.

Esta cartilha será posteriormente distribuída em todas, as Escolas do Município de Ipojuca, onde foram realizadas as palestras de Educação Patrimonial pela equipe de Patrimônio da qual fazia parte. Assim como, será entregue um exemplar às instituições que apoiarão este projeto maior e as pessoas envolvidas com a questão do patrimônio em nosso meio que de uma forma ou de outra contribuiram neste trabalho.

Também, é com imensa alegria que podemos afirma terem sido realizadas o maior número possível de Palestras, junto aos estabelecimentos de ensino da cidade. Levando por meio de uma prática didática participativa, as crianças e adolescentes dessas Escolas a refletir a tratar com mais respeito o seu patrimônio.

O fruto da pesquisa bibliográfica, das entrevistas e da pesquisa de campo realizadas no Município de Ipojuca, e em instituições de apoio a pesquisa como a Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Gilberto Freyre, Gabinete Português de Leitura, Arquivo Público de Pernambuco e Biblioteca Pública do Estado nos permitirão levantar questões que servirão como ponto de partida para a continuidade das pesquisas sobre o patrimônio histórico e arquitetônico desta área da zona da Mata Sul de Pernambuco. Uma vez que, seria bastante pretensioso por parte deste trabalho pensar, que todas as questões levantadas ou em aberto neste trabalho já estão satisfatoriamente respondidas.

Pois, a questão do patrimônio histórico local é algo bastante complexo que carece da nossa apreciação minuciosa. Para que assim, as dúvidas referentes ao período colonial nesta parte do nosso Estado, e as incertezas quanto o acervo histórico material edificado desta época que ainda existem no local possam ser dirimidas ou atenuadas, através da continuidade desta pesquisa.

Portanto, os dados colhidos nesta abordagem devem ser interpretados para que nós possamos nos lançar a reflexão constante acerca das condições humanas, e claro históricas que deram origem, a estes bens. Usando-os como ponto de partida na fundamentação de uma crítica constante e construtiva do nosso presente.

Além do mais, a relevância desse estudo deve-se ao fato, de que as construções situadas naquela região, pertencentes a este período serem um dos mais belos exemplos da nossa arquitetura colonial encontradas em nosso Estado. Pois, isto vem despertando o respeito e a admiração de todos aqueles que compreendem a importância de se preservar a memória e o conhecimento de nossos bens culturais. Pois, refletem a cultura, a sociedade e os valores de um período crucial para a formação da nossa própria identidade enquanto povo, enquanto cidadãos. Além de nos orientar enquanto indivíduos capazes de refletir sobre o nosso passado. E a partir, destas reflexões podem nos oferecer soluções aplicáveis e que possa auxiliar-nos em nosso presente.

Referências Bibliográficas

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. v 2.

_____. **Anais Pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1952. v 3.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da Cana-de-Açúcar sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. 4. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral. **A Ferida de Narciso: Ensaio de História Regional**. São Paulo: Senac, 2001.

MENDONÇA, Luis Carvalheira de. **A invenção de Porto de Galinhas: história, empreendedorismo e turismo**. Recife: Persona, 2004.

FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO AO FINAL DO SÉCULO XVIII¹

Fania Fridman

Resumo

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa em andamento que trata da formação das freguesias no Rio de Janeiro. Estas aglomerações, que contavam com atividades agrícolas e citadinas, constituíam-se em núcleos de povoamento e mercados locais. Até o final do século XVIII, 43 freguesias haviam sido estabelecidas no recôncavo norte ocidental, na enseada de Angra dos Reis e na vila de Santo Antônio de Sá, partindo do litoral em direção ao sertão. Tais pólos cristãos, fundados pela Igreja sob o regime do padroado em parceria com a "nobreza da terra", apontam para a existência de uma rede urbana e de estratégias territoriais no projeto ultramarino português.

Introdução

Este trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa em andamento dedicada à produção do espaço fluminense e à natureza da ingerência do Estado e seus agentes em uma perspectiva histórica. Cabe inicialmente uma nota explicativa do porquê da escolha do tema e qual a sua pertinência: para se entender a história de um país é preciso acompanhar a formação de seu território, desde as unidades mais modestas - arraiais, aldeias, povoados e freguesias - até as vastas extensões que acabam por delimitar as fronteiras. Contribuições recentes apontam que os programas de ação governamental vêm de longa data, contudo há necessidade do desenvolvimento de estudos que os registrem de maneira sistemática de modo a se poder contar com um repertório dos diversos projetos e atores e das lutas que foram travadas para sua concretização.

De acordo com dois importantes historiadores brasileiros, Caio Prado Júnior e Fernando Novais, a colonização é o ponto de partida para compreender a história e a nação brasileiras. E se recorrermos a Bosi quando diz "*colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se quer trabalhar ou sujeitar (...) *tomar conta de*, no sentido básico de *colo*, importa não só em cuidar, mas também em mandar" (Bosi, 1992, pg. 11) indagaremos acerca dos agentes da dominação. Aquele que desempenhou papel fundamental neste processo de sujeição foi a Igreja católica que desde a Idade Média através de suas circunscrições ou pólos de "cristianização" - paróquias, dioceses e províncias metropolitanas - possuía a vocação de

¹ O presente texto se insere na pesquisa "Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense" desenvolvida no Grupo de Estudos do Território e de História Urbana com apoio do CNPq e da Faperj. Agradeço a Valter Luiz de Macedo pela elaboração dos dois mapas inéditos e a gentileza de Fabio Pesavento e Nancy Rabelo pela cessão de informações coletadas para suas teses de doutorado.

dominar as áreas e definir o quadro de vida cotidiana, isto é, "colonizar e evangelizar se colocam em pé de igualdade (...)" (Hoornaert, 1992, pg. 211). A instituição eclesiástica vivia sob o padroado, um regime definido como a soma de privilégios e vantagens concedidas pelo Papa ao grão mestre da Ordem de Cristo em favor da dilatação da fé e da manutenção do culto. Este era o método pelo qual o governo português cumpria sua função de "proteção" sobre a Igreja, cabendo ao monarca promover a criação de dioceses, apresentar os nomes dos escolhidos para ocupar as prelazias e capelas, a obrigação de construir e conservar os edifícios de culto e remunerar o clero, promovendo assim a expansão da fé cristã. Em troca, recebia o direito de cobrar e administrar os dízimos pagos pelos fiéis. O rei exercia o governo civil e religioso no ultramar através de seus representantes, entre eles os clérigos que tornavam-se funcionários ao receberem a cômputo paga pela Fazenda Real.²

O estudioso que se dedica ao período confronta-se com a falta de investigações concernentes ao papel que as freguesias exerceram na produção da rede urbana e à multiplicação de seu número e de seu patrimônio fundiário. Do ponto de vista metodológico o projeto em curso contempla uma geo-história e um conjunto de elementos interdependentes na longa duração tal como proposto pela Escola dos Annales. A problemática refere-se à política territorial delineando cristalizações que foram partidas (ou não) no decorrer do século XIX quando da instauração do Estado Nacional, da privatização do solo e das estratégias dos novos atores que surgiram na cena social.

A pesquisa debruça-se sobre o processo de produção do (atual Estado) Rio de Janeiro que originou-se de três capitanias – a de São Thomé; a segunda porção de São Vicente e a pequena capitania real do Rio de Janeiro encravada na delimitação de São Vicente. As donatárias dividiam-se em comarcas abarcando os termos das vilas e cidades e estes se fracionavam em paróquias, "o que evidencia carência de sólida distinção conceitual entre poderes civil e eclesiástico, levando aquele a servir-se da freguesia, circunscrição deste, confirmando a regra, frequente, de a organização religiosa preceder à civil" (Lacombe, 1993, pg.52). Será tratada neste texto a gênese e/ou consolidação das capelas ao final do século XVIII, quando o Rio de Janeiro já figurava como centro articulador de grandes regiões do império português.

As freguesias

A freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exerce a administração civil. A palavra paróquia vem do grego *parochos* (aquele que fornece as coisas necessárias) ou *paroikia* (vizinhança; *para*, perto e *oikos*, casa). Trata-se de uma circunscrição eclesial em que se divide a diocese, palavra igualmente de origem

² "Este será o regime de provimento dos cargos eclesiásticos no período colonial: o rei apresenta ao Papa os bispos na qualidade de chefe de Estado; e no de grão-mestre da Ordem de Cristo apresenta aos bispos

grega e utilizada no império romano, que tem o sentido de governo. Sua multiplicação vertiginosa estabilizou-se nos séculos XII e XIII quando submeteu-se aos cuidados espirituais de um bispo pago pelo rei com rendas do dízimo. "Os bispos eram considerados nobres vinculados à coroa real, e portanto sua atuação religiosa estava limitada com frequência aos interesses políticos" (Azzi, 1992, pg. 172). Cada bispado supunha a existência de uma cidade - o do Rio de Janeiro foi concebido em 1676 e ia até o sul do Brasil.³ Separada por razões especiais de um bispado, a prelazia ou vigararia é uma área de transição para a categoria de diocese na qual um sacerdote representa o poder legal com autonomia administrativa. A prelazia do Rio de Janeiro foi erigida já em 1576 e, no momento da criação do bispado, formaram-se algumas vigararias, conforme observaremos adiante.

Ainda que a estrutura eclesiástica implantada tenha sido altamente centralizadora,⁴ Hoornaert (1992) diz ter sido o Brasil colonial um "conglomerado de cristandades": em cada localidade mandava uma família "dona" da religião e onde o padre estava mais ligado ao clã que ao bispo. A vida política também possuía caráter local: se o início de uma pequena povoação era sempre um cruzeiro ou capela, cuja acomodação dependia do patrimônio do santo, isto é, das terras doadas pelos grandes proprietários fundiários, tal fato pode ser interpretado como um sistema patriarcal do domínio político (Omegna, 1971) e uma mistura entre a coisa pública e o negócio privado na ordem espacial.

Coexistiam dois tipos de capelas: as colativas e as curadas. Nas primeiras, mais raras, os párocos, selecionados por concurso, exerciam seu ofício mantidos pela fazenda real. As curadas eram dependentes das "benesses de pé do altar". Quando as dispersas comunidades se institucionalizavam pela elevação de sua ermida à paróquia, confirmada por um alvará que também determinava os seus limites, o governo começava a exercer o padroado sobre elas, mantendo-as com as rendas provenientes dos dízimos da Ordem de Cristo. Afora o Estado estabelecer tais instâncias - as menores do poder instituído - em assentamentos com a atenção da Igreja, a população também procurou oficializar arraiais em regiões inóspitas ou de ocupação mais antiga ou em expansão para garantir e ampliar seu prestígio (Marx, 1991).⁵ Parece também evidente que a necessidade de ermidas onde os fiéis pudessem satisfazer suas obrigações

os beneficiários para os cabidos, paróquias e capitânicas" (Lacombe, 1993, pg. 55). À Ordem de Cristo cabia a jurisdição espiritual sobre as terras conquistadas que não pertencessem a nenhuma diocese.

³ A primeira diocese foi a da Bahia (1551), depois seguiram-se as de Pernambuco e do Maranhão (1676). O bispado do Pará (1719) submetia a região amazônica, o de Mariana (1745) o centro-oeste e, no mesmo ano, foi organizado o de São Paulo. Nenhum outro foi criado até a Independência, daí apresentarem extensão tão ampla. As arquidioceses ou províncias situam-se em cidades de particular importância política, econômica, histórica ou religiosa, são autônomas e só devem obediência diretamente ao Papa.

⁴ Quanto aos curas (de *curati*, incumbidos com a cura), estes não podiam ser membros de ordem regular, hereges, judeus, negros, mulatos nem portadores de defeito físico ou de impedimento canônico.

religiosas foi aumentando à medida que a população crescia, além das construções piás representarem locais de encontro onde ocorria uma boa parte da vida social.

O Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) - um conjunto de normas para as terras portuguesas no Brasil - regravam a vida social pois a instituição cristã era, como dito acima, o principal balizador da mentalidade e da moral. Estava previsto o dote anual de cada igreja paroquial (maior para aquelas erguidas em vilas) assim como a esmola real para a sua edificação, manutenção ou reforma. A licença para a sua construção estaria condicionada à sua localização - lugares decentes, em sítio alto, livre de umidade e "desviado de lugares imundos e sórdidos e de casas particulares, e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas (...) em lugar⁶ povoado onde estiver o maior número de fregueses" (título XVI § 687, pg. 252). Aos bispos caberiam a provisão, a colação e a instituição dos santuários, a serem confirmados posteriormente pelo rei (título XXII § 518).

Como tais aglomerações, contendo pelo menos dez casas ou famílias, revelavam um mercado local onde exerciam-se atividades rurais e urbanas, não seria exagerado supor que, acompanhando o ritmo da colonização, concretizassem uma política urbanizadora, ou seja, expressassem uma ordem urbana de base patrimonial e eclesiástica. Neste sentido o estabelecimento de uma igreja matriz "é índice seguro da existência de núcleos ou centros de povoamento com suficiente densidade demográfica para justificar a sua instalação (...). Assim, pelo estudo das datas das sesmarias e das resoluções régias que confirmaram a criação das freguesias é possível situar os pontos de povoamento e conjecturalmente retraçar os caminhos que os ligavam à cidade" (Lacombe, 1970, pg. 188).

A primeira freguesia, a de São Sebastião, foi fundada em 1569 com área coincidente com o termo da capitania. Entre 1634 e 1697 foram criadas 16 paróquias - Nossa Senhora da Candelária; Nossa Senhora da Conceição orago da vila de Angra dos Reis; Nossa Senhora d'Apresentação orago de Irajá; São João Batista orago de Meriti; São Gonçalo orago de São Gonçalo; Santo Antônio de Sá orago da vila em Macacu; São Nicolau orago de Suruí; Nossa Senhora do Loreto orago de Jacarepaguá; Santo Antônio orago de Jacutinga; Nossa Senhora dos Remédios orago da vila de Parati; Nossa Senhora do Desterro orago do Campo Grande; São João Batista orago de Itaboraí; Nossa Senhora do Pilar orago do Iguaçú; Nossa Senhora da Piedade orago de Inhomirim; Nossa Senhora da Piedade orago da vila de Magé e São João Batista orago de Icaraí. A pujança econômica de Nossa Senhora do Desterro (Campo Grande) ocasionou sua elevação a prelazia em 1673 e, vinte anos após o Rio de Janeiro ter se tornado sede de bispado (1676),

⁵ A estabilidade social de uma localidade também era facilitada pelo convento, que dava prestígio e facilitava a promoção de um povoado à vila ou de vila à cidade.

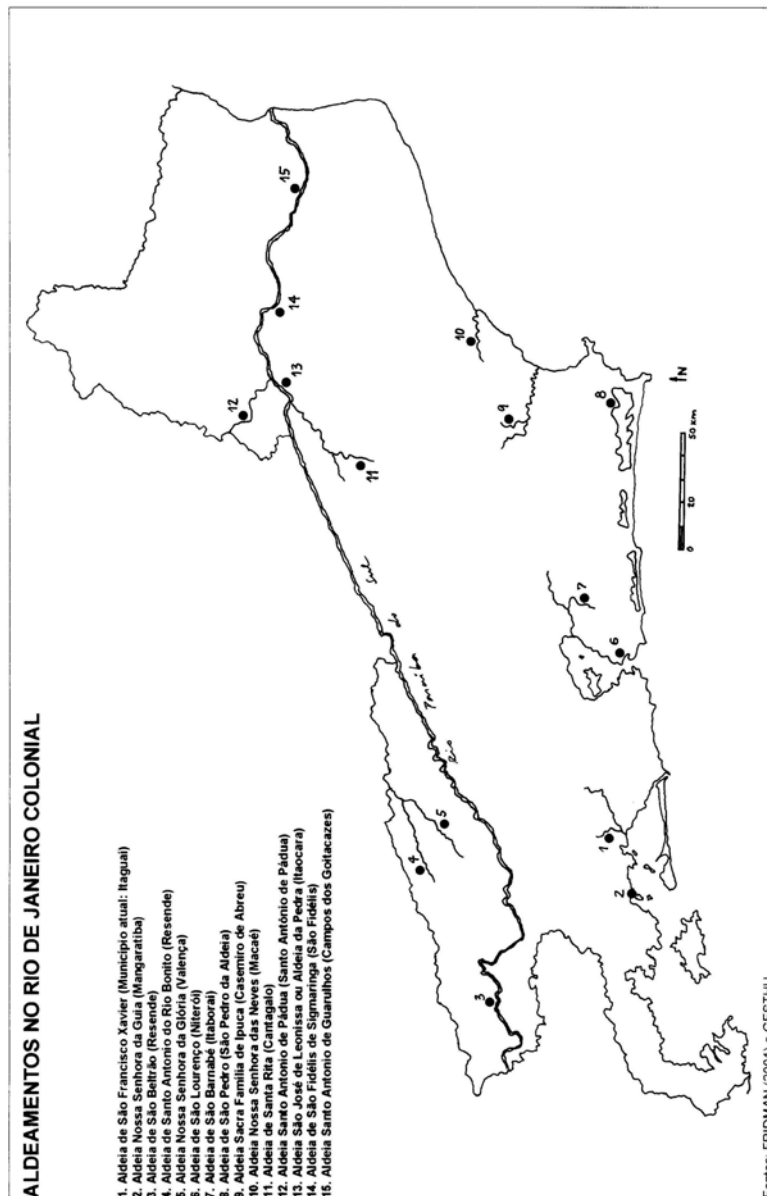
⁶ De acordo com os dicionários Bluteau (1712), Moraes Silva (1813) e Vieira (1873), lugar é povoação pequena, menor que vila e maior que aldeia.

foram erigidas em vigararias Nossa Senhora da Piedade (Magé), Nossa Senhora do Pilar (Iguaçu), Nossa Senhora da Piedade (Inhomirim), São João Batista (Icaraí) e São João Batista (Itaboraí).⁷

A corrida do ouro, descoberto ao final do século XVII, deu origem à abertura de caminhos e à conquista das terras fluminenses através da doação de sesmarias e da fundação de roças, estalagens, casas de comércio, postos de fiscalização, arraiais e de freguesias no interior da capitania - até então ocupado descontinuamente pelos brancos - através do apoderamento das terras dos nativos, exterminados física ou culturalmente. As aldeias de repartição, organizadas desde 1575, serviam para submeter os silvícolas e utilizá-los no domínio do território, na segurança dos caminhos e na produção econômica (Fridman, 2001). A partir da reforma pombalina, São Pedro do Cabo Frio, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba, São Lourenço, São Barnabé, Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, Sacra Família de Ipuca, Santo Antônio de Guarulhos, Nossa Senhora da Glória de Valença, São Antônio do Rio Bonito, São Fidélis de Sigmaringa, São José de Leonissa, Santo Antônio de Pádua e São Luiz Beltrão foram transformadas em matrizes com denominações de vilas do reino e suas terras esbulhadas pelos colonos.⁸ (Mapa 1)

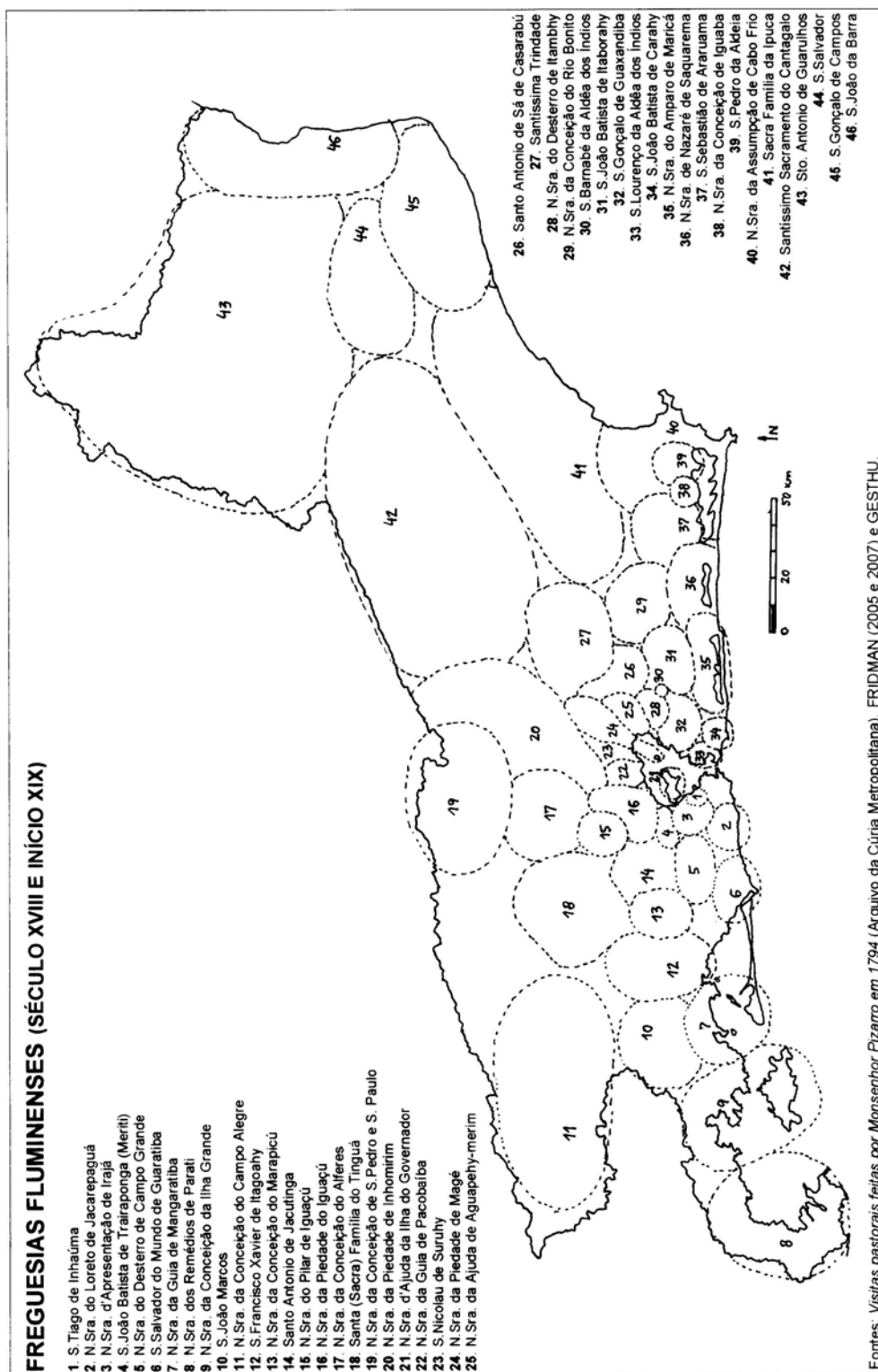
⁷ "É bem sabido que à Freguesia de Nossa Senhora da Candelária desta Cidade de São Sebastião foi sujeito, a princípio, todo o território da banda d'além pelo que pertencia ao pasto espiritual; e que pela extensão e longitude fazendo-se impraticável a mesma administração aos Fregueses que naqueles continentes habitavam, e à proporção da cultura que iam tendo as terras, se multiplicavam: foi de necessidade que se erigissem algumas Capelas e nelas houvessem Capelães Curados pelos Revmos. Administradores da Jurisdição Eclesiástica desta Capitania. (...) Pelos anos posteriores representando-se à S. Mag^e a grande necessidade que havia de se erigirem e criarem neste Bispado algumas Vigararias, assim por parte do Povo e moradores desta Capitania como pela informação que sobre a mesma matéria deu o Revmo. Administrador ou Governador do Bispado (por ausente em Lisboa o Ilmo. Sr. Bispo D. José de Barros de Alarcão) e de que foi encarregado por S. Mag^e, houve o mesmo Senhor por bem mandar erigir em Vigararia as mesmas Capelas ditas, ordenando também que lhes fossem assinados termos e limites pelo seu Alvará de 18 de janeiro de 1.696" (ACMRJ; Livro de Visitas Pastorais fls. 183, 184).

⁸ Na carta régia de 18 de janeiro de 1751 endereçada ao governador da capitania, d. José I determinava a domesticação do "gentio bravo" em todos os "sertões que correm para a parte do norte da capitania" além da criação na cidade do Rio de Janeiro de uma Junta de Missões presidida pelo governador e composta pelo bispo, ouvidor, juiz de fora e pelos prelados tanto provinciais como das religiões com conventos e colégios. Logo após a expulsão dos *loyolistas* de todos os domínios portugueses em 1759, o governador enviou um ofício ao Secretário de Estado informando a ereção de freguesias e vilas nos locais onde existiram aldeias da Companhia de Jesus para facilitar a cobrança dos dízimos e comentando sobre a má educação dada pelos padres aos índios que os tornou "incapazes, indolentes e insolentes". Em 1798 quando um decreto extinguiu as reduções, seus bens foram vendidos pelo Tesouro e os silvícolas, agora considerados órfãos, passaram a trabalhar em serviços públicos ou distribuídos aos colonos, ou ainda vendidos e marcados a ferro como escravos (AN Fundo Secretaria de Estado do Brasil; código 80, vol. 09 folhas 37v e 38; Projeto Resgate AHU_ACL_CU_017, Cx. 51, D. 5076; AHU_ACL_CU_017, Cx. 61, D. 5825; AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6097; AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9139).



Mapa 1

Mapa 2



Nos dois primeiros quartéis dos setecentos constituíram-se mais 10 freguesias - Nossa Senhora da Piedade orago do Iguaçú; Nossa Senhora da Guia orago de Pacobaíba; Nossa Senhora d’Ajuda orago da Ilha do Governador; Nossa Senhora do Desterro orago de Itambi; Santíssima Trindade orago de Santíssima Trindade; Nossa Senhora da Conceição orago do Alferes; São João Marcos orago de João Marcos; Nossa Senhora da Conceição orago de Campo Alegre; São Tiago orago de Inhaúma e Sacra Família orago do Caminho do Tinguá.⁹ Na segunda metade do século mais povoações foram elevadas a paróquia - São Salvador do Mundo orago de Guaratiba; Nossa Senhora d’Ajuda orago de Guapimirim; Nossa Senhora do Amparo orago de Maricá; Nossa Senhora de Nazaré orago de Saquarema; Santana de Macacu; Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Paulo orago da Paraíba caminho de Minas Gerais; São Lourenço orago da aldeia dos índios; Nossa Senhora da Conceição orago de Marapicu; São Francisco Xavier orago da aldeia de Itaguaí; São Barnabé orago da aldeia dos índios; Nossa Senhora da Conceição orago de Iguaba; Sacra Família orago da aldeia de Ipuca; Nossa Senhora da Guia orago da aldeia de Mangaratiba; Nossa Senhora da Conceição orago do Rio Bonito, Santíssimo Sacramento orago de Cantagalo e São Sebastião orago de Araruama.¹⁰ (Mapa 2)

O Rio de Janeiro era a entrada e saída das Geraes, servindo de porto escoador do ouro e de entreposto comercial. Como a região da mais importante cidade portuguesa do além mar necessitava de segurança, ampliaram-se as obras de defesa restaurando ou construindo fortificações e organizaram-se tropas¹¹ e postos de fiscalização (registros) para coibir o contrabando. Medida fundamental vinculou-se aos povoados, capelas e vilas. O Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ordenou o recolhimento

⁹ Em 17 de julho de 1719 o bispo do Rio de Janeiro escreveu uma carta ao rei em resposta à provisão em que foi determinado o envio da lista dos moradores do Bispado incluindo o número de escravos, mulheres e crianças. Descrescia a dificuldade em se cumprir tal ordem devido à pouca comunicação entre uma localidade e outra. A fiscalização sobre o território e os moradores pode ser constatada pelo ofício de 13 de junho de 1756 que o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar enviou ao bispo do Rio de Janeiro ordenando a elaboração de relações nominais de todas as vilas e povoados indicando as distâncias e os rios navegáveis, bem como o número de habitantes e de capelas (Projeto Resgate AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 1147; AHU_ACL_CU_017, Cx. 50, D. 5049 e D. 5050).

¹⁰ Dentro dos limites da cidade do Rio de Janeiro surgiram as de São José, Santa Rita, Engenho Velho e Paquetá às quais devem ser somadas as existentes em Cabo Frio e Campos dos Goitacazes, capitânias anexadas à do Rio de Janeiro antes de 1759.

¹¹ Em 1749 com a efetivação dos Corpos Auxiliares, acompanhados das Milícias e Terços - agrupamentos armados existentes desde os primeiros séculos da colonização - a segurança da costa e do interior parecia estar assegurada. No entanto uma Carta Régia de março de 1766 determinou o recrutamento dos moradores de todas as comarcas para a reorganização dos Terços, Tropas Auxiliares, Ordenanças e dos Regimentos de Cavalaria e Infantaria. No ano seguinte, com a vinda do general Bohm como inspetor geral das forças, o vice-rei escreveu ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar relatando os problemas para o recrutamento e sugerindo além do aumento dos soldos e do controle do número de padres na capitania, o estabelecimento de povoados, vilas e baluartes fortificados nos pontos estratégicos do litoral fluminense utilizando-se os rendimentos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro (Projeto Resgate AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6968; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7213; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7219; AHU_ACL_CU_017, Cx. 81, D. 7277).

de "todos os vadios e fascínoras que perturbavam a quietude da capitania" que viviam nos sertões da capitania, assentando-os obrigatoriamente em lugares com mais de 50 fogos para que fossem mantidos sob a vigilância das autoridades. Nos ofícios de fevereiro e abril de 1767 o vice-rei do Brasil dirigindo-se ao Secretário de Estado dizia que a maioria daqueles miseráveis habitantes do sertão haviam sido condenados à cadeia, ao degredo ou à forca e, ao enfatizar que somente as vilas de São Salvador de Campos, São João da Barra, Parati, Angra dos Reis, Santo Antônio de Sá de Macacu e a cidade de Cabo Frio poderiam recebê-los, sugeriu a fundação de freguesias junto à baía do Rio de Janeiro.¹²

Os atos preconizados pelo marquês de Pombal, com suas posições anti-clericais, proibindo os noviciados, as heranças e doações, monitorando o patrimônio religioso e alienando parte de seus bens, ocasionaram a repreensão ao bispo do Rio de Janeiro que teria efetuado mais de 60 ordenações de padres dos cleros regular e secular para atender às inúmeras paróquias "dispersas pelo vasto território".¹³ A autoridade sobre a igreja incluía a apresentação de dados acerca da distribuição e gestão das comarcas, paróquias e vigararias com a descrição detalhada do número de ermidas dependentes, o valor das cômguas e de outros rendimentos dos párocos, cônegos, beneficiados e capelães. Tal repertório, elaborado antes de 1777 quando da saída do primeiro ministro, foi uma das fontes do trabalho realizado por Monsenhor Pizarro, iniciado em 1781. Suas anotações originais, referentes àquelas localizadas no recôncavo norte ocidental, enseada de Angra dos Reis e da vila de Santo Antônio de Sá, divulgadas em 1794, tornaram-se elementos fundamentais para a elaboração do quadro 1.

Variadas informações podem ser observadas. Em primeiro lugar, afora a importância das datas das capelas para o acompanhamento da colonização em terras fluminenses, chama a atenção o fato de todas serem coladas em 1755 com exceção das antigas reduções indígenas. Isto significa dizer que mesmo no período pombalino estaria preservada a mistura do negócio público e eclesiástico assumindo as matrizes funções administrativas, militares e fiscais e, por isso, sustentadas pela metrópole. Ainda que a formação teológica dos clérigos fosse limitada, era bastante elevada em relação à população em geral justificando-se assim sua remuneração anual. Pizarro indica em seu texto que o bispo recebia 500\$000 réis, a cômguia para o pároco de uma

¹² Projeto Resgate AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7174; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7218.

¹³ Projeto Resgate AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7133.

capela colada era de 200\$000 réis e de 25\$ réis ao coadjutor (ajudante ou substituto de um prior ou prelado). A ajuda real ao quizamento para as igrejas variava de 23\$900 a 25\$000 réis.¹⁴

¹⁴ A título de comparação, um capelão de engenho recebia 50\$000 réis, o mestre do açúcar 100\$000, o padre com missão entre os índios 200\$000 e o capelão da aldeia 100\$000.

Quadro 1 - Freguesias no Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII

Freguesias	Capela Curada (ano)	Capela Colada (ano)	Freguesia (ano)	Pop. total	Escravos	Fogos (nº)	Engenhos (nº)	Engenhocas (nº)	Irmãndades (nº)
São Tiago orago de Inhaúma	1684	1743	1743	1.846	1060	188	5	-	2
N.Sra.Loreto orago de Jacarepaquá	1658?	1664	1661	3.869	1839	224	8	-	5
N.Sra.Apresentação orago de Iraiá	1613	1646	1646	3.496	2240	274	12	2	7
S.João Batista orago de Meriti	antes de	1646	1646	1.616	978	175	11	-	3
N.Sra.Desterro orago de Campo Grande	1673	1755	1673	3.629	2165	314	14	-	2
S.Salvador do Mundo orago de Guaratiba	1676	1755	1755	2.961	1727	341	6	-	4
N.Sra.Guia orago de Mangaratiba	1620	-	1764	874	444	70	-	-	-
N.Sra.Remédios orago da vila de Parati	1654*	1725	1667*	6.150	2134	945	5	97	5
N.Sra.Conceição orago da vila de Anra	1608	1636	1633	8.770	3436	1.377	16	mais de	4
S.J.Marcos orago de João Marcos	1739	1755	1742	1.894	696	258	4	4	1
N.Sra.Conceição orago do Campo Alegre	1729	1742	1742	2.500	409	200	8	7	2
S.Francisco Xavier orago aldeia de	1615	-	1759	580	67	118	1	-	-
N.Sra.Conceição orago de Marapicu	1728	1755	1759	1.821	919	166	4	-	2
Sto. Antônio orago de Jacutinga	1612?	1755	1657	3.540	2138	343	10	1	4
N.Sra.Pilar orago do Iauacu	1612	1696	1696	3.895	1219	555	1	1	4
N.Sra.Piedade orago do Iauassu	1699	1755	1719?	9.182	1868	320	2	4	4
N.Sra.Conceição orago do Alferes	1726	1755	1739?	1.229	727	118	1	11	-
Sacra Família orago do Caminho Tinguá	1715	1755	1750?	757	226	104	2	4	-
N.Sra.Conceição orago da Paraíba do	1734	1756	1756	572	160	68	-	-	-
N.Sra.Piedade orago de Inhomirim	1677	1698	1696	5.007	2179	471	3	10	4
N.Sra.Aiuda orago da Ilha do Governador	1710	1755	1730?	919	481	116	1	-	2
N.Sra.Guia orago de Pacobaíba	1647	1755	1727	1.689	842	217	-	-	6
São Nicolau orago de Suruí	1628	1755	1647	1.962	946	252	-	-	1
N.Sra.Piedade orago da vila de Macé	1647	1687	1696	4.630	2138	687	3	-	6
N.Sra. Aiuda orago de Guapimirim	1674	1755	1755	1.936	970	356	4	-	4
Sto.Antônio de Sá orago da vila de Santo	1612	1646	1646	4.553	2430	782	11	-	7
Santíssima Trindade orago Santíssima	1675	1755	1737?	3.790	2010	470	5	-	5
N.Sra.Desterro orago de Itambi	1674	1755	1733	1.498	663	165	5	-	5
N.Sra.Conceição orago do Rio Bonito	1755	-	1768	1.954	948	301	11	-	1
São Barnabé orago da aldeia dos índios	1705	-	1759	332	143	99	-	-	-
S.J.Batista orago de Itaborai	1679	1696	1684	10.930	3227	997	32	-	5
São Goncalo orago de São Goncalo	1629	1646	1646	6.378	3821	789	24	5	8
São Lourenco orago da aldeia dos índios	1627	-	1758	165	12	45	-	-	-
S. J. Batista orago do distrito de Icaraí	1660	-	1696	3.231	1480	503	3	1	4

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.
Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

fontes: Livro de Visitas Pastorais (ACMRJ); Pizarro Araújo (1945); Melgaço (1884).

* <http://www.governo.rj.gov.br/historia04.asp> em 17/9/2007

** sem incluir a fazenda de Santa Cruz

Excluindo ainda os antigos aldeamentos e as freguesias erigidas nos caminhos que levavam às minas, verifica-se a existência de confrarias que representavam classes de renda, cor ou ofícios. Estão presentes as irmandades do Santíssimo Sacramento congregando os brancos mais aquinhoados e de destaque da elite;¹⁵ de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e de Nossa Senhora dos Remédios Padroeira, organizadas pelos negros cativos¹⁶ e aquelas que representavam os pardos, cativos ou libertos - Nossa Senhora da Conceição e da Boa Morte, Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Lapa, Nossa Senhora do Socorro dos Homens Pardos, São Gonçalo Garcia, São Braz, Bom Fim dos Pardos e Nossa Senhora do Terço. Quanto aos ofícios, demonstrando a existência de atividades de caráter urbano, observa-se a irmandade de São Miguel e Almas, em torno da qual se reuniam os brancos e mestiços mais humildes que atuavam como boticários,¹⁷ caixeiros (balconistas ou ambulantes), confeitores, tecelões, artesãos de adornos com azeviche, de pentes e de cordões de seda, funileiros e ferreiros. Em Pacobaíba, a confraria de Nossa Senhora da Guia agrupava os artífices de artigos de couro e de fios, incluindo os de ouro; nas capelas de Santo Antônio de Sá e Guapimirim os ceramistas, pedreiros, carpinteiros, ladrilhadores, marceneiros e mestres de obra formavam a irmandade de São José e, em Parati, os garimpeiros cultuavam o Senhor Bom Jesus dos Passos. Nos portos de Suruí e de Guapimirim os marinheiros e soldados eram protegidos por São Nicolau e Nossa Senhora da Ajuda. Nossa Senhora da Piedade, adorada pelos viajantes e aventureiros em busca do ouro, tornou-se a padroeira das freguesias de Iguassu, Inhomirim e Magé, demonstrando que estas paragens eram pousos daqueles que seguiam para as minas pelo Caminho Novo.¹⁸ Havia ainda os santos protetores da pecuária e da agricultura, como a de Parati dedicada a São Roque, defensor do gado, e aquela consagrada a São Gonçalo, o patrono da fertilidade. E para os que deixaram sua terra, a devoção a Nossa Senhora do Desterro em Campo Grande e Itambi.

As atividades agrícolas também mereceram comentários e contribuem aqui para a compreensão de seu elo com os núcleos urbanos (Bloch, 1999). Verifica-se a correlação

¹⁵ Exceto as de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e da Santíssima Trindade.

¹⁶ Salvo Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande e Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador.

¹⁷ Donos de botica, entendida aqui como farmácia, loja ou taberna.

¹⁸ Uma variante foi aberta a partir de Inhomirim que se tornou sede de um distrito miliciano compreendendo Magé, Pacobaíba e Suruí.

entre o número de vizinhos,¹⁹ de engenhos e/ou de engenhocas e a criação das prelações - Campo Grande, Pilar do Iguçu, Inhomirim, Magé, Itaboraí e Icaraí - ou das vilas - Angra (1608), Parati (1654), Santo Antônio de Sá (1697), Itaboraí (1773) e Magé (1789). A "nobreza da terra" doava terrenos para a edificação e o patrimônio das paróquias e ocupava cargos públicos, inclusive militares, reforçando com seu prestígio as relações pessoais de dependência, de fidelidade e de sociabilidade nas aglomerações. Na documentação pesquisada chama a atenção também a propriedade de engenhos das ordens beneditina (Jacarepaguá e Ilha do Governador) e carmelita (Guaratiba, Angra, Magé e Santo Antônio de Sá) em localidades servidas por rios ou de frente para o mar. Quanto aos ancoradouros, desempenharam importante função os portos de Santo Antônio do Mato (Jacutinga), de Estrela (Inhomirim), dos rios Macacu, Mauá (Pacobaíba), Suruí e de Iguassu - os dois que recebiam barcos maiores e o porto das Caixas (Itaboraí) com seu empório. No de Magé, onde havia um abundante comércio, o valor dos sobrados negociados era o mais alto da capitania, e o de São Gonçalo apresentava os preços de engenhos, fazendas e de sítios acima da média do Rio de Janeiro.²⁰ Ainda relativo ao transporte da produção agrícola e ao acesso a Minas foram fundamentais para a "interiorização da metrópole" os Caminhos Novo (com o registro e a passagem de barcas pelo rio Paraíba em Nossa Senhora da Conceição), do Tinguá, da Serra do Couto e de Inhomirim.

Constata-se também a presença de ricas famílias em diferentes localidades - Corrêa (Campo Grande e Meriti); Costa Barros (Magé e São Gonçalo); Gago (Irajá e Guapimirim); Maxado (Irajá, Inhomirim e Rio Bonito); Oliveira Braga (Irajá, Guaratiba, Jacutinga e Santíssima Trindade); Pereira da Silva (São Gonçalo e Santíssima Trindade); Moreira de Soiza (Pilar e Piedade do Iguassu); Soiza (Angra, Irajá e Meriti); Suzano (Campo Grande e Angra) e os parentes Pereira Ramos, Azevedo Ramos, Andrade Sotto Maior e Werneck (Marapicu, Jacutinga, Alferes e São Gonçalo). E de clãs com forte influência em uma freguesia - Antunes de Andrade (Santo Antônio de Sá); Azeredo Coitinho (Itaboraí); Bustamante (São Gonçalo); Gonçalves Portugal (São João Marcos); Paes Leme (caminho

¹⁹ "É muito certo que o total de Almas compreende mais de uma terceira parte porque ordinariamente os brancos e pardos solteiros e libertos, que tem ser apreendidos para soldados, jamais se manifestam; antes procuram ocultar-se quanto podem. Os senhores de escravos igualmente ocultam ao Rol todos os que tem, subtraindo muitas vezes uma boa parte deles, e alguns até a metade desde que os Dizimeiros excogitaram o meio de obterem Portarias de V. Excia., para tirarem dos Róis das Freguesias o número dos escravos e fazerem os seus ladroados ajustes (...). Em consequência deste procedimento padecem os Párocos com as faltas de satisfação aos seus rendimentos" (ACMRJ, Livro de visitas, fl. 81).

²⁰ Segundo as 200 escrituras públicas de compra e venda de propriedades (período 1750/1790) que apresentam o valor das transações de um total de 262 registros levantados no Arquivo Nacional. Trata-se de uma amostragem pois a maioria dos negócios se fazia sem a oficialização nos cartórios.

do Tinguá); Ribeiro de Avelar (Alferes); Teles Barreto de Menezes (Jacarepaguá) e Vasques (Jacutinga). Além do tráfico de escravos, da importação de panos ou empenhados nas atividades de crédito e de seguros, alguns "homens de grossa aventura" e membros da nova elite econômica (Fragoso, 2001) também eram senhores de engenho - é o caso de Braz Carneiro Leão (Santo Antônio de Sá e Itambi) e os Velho (Inhomirim, São Gonçalo e Itambi).

Para concluir: na instalação de espacialidades urbanas os dados relativos ao recôncavo norte ocidental, enseada de Angra dos Reis e à vila de Santo Antônio de Sá revelam a relação simbiótica entre a metrópole e a Igreja em parceria com os donos de terras e de escravos. Se inicialmente partiam do litoral, aos poucos vastas áreas do interior foram atingidas e incorporadas sob suas jurisdições. Tais pólos de "cristianização" permitem questionar a idéia consagrada segundo a qual uma base urbana fraca não propiciaria o surgimento de uma rede de cidades e considerar a existência de estratégias ou mesmo de um planejamento territorial no projeto ultramarino português.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, J. S. A. Pizarro. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. 10 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 [1820; 1822].
- AZZI, R. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In HOORNAERT, E. (coord.). *História da Igreja no Brasil*. tomo II/1. Rio de Janeiro: Ed. Paulinas; Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- BLOCH, M. *La terre et le paysan. Agriculture et vie rurale aux 17^e et 18^e siècles*. Paris: Armand Colin, 1999.
- BLUTEAU, R., S. J. *Vocabulário Portugues e Latino*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-9.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Edições do Senado Federal volume 79, 2007. [1719]
- FRAGOSO, J. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do império português 1790-1820. In FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRIDMAN, F. Três vilas da Província Fluminense. *Estudos de História da UNESP* (2), 2001.
- . As cidades e o café. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR*. Salvador: UFBa, 2005.
- . O urbano e o regional nos Campos das Delícias. *Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR*. Belém: UFPa, 2007.
- HOORNAERT, E. A crmandade durante a primeira época colonial. In HOORNAERT, Eduardo (coord.). op.cit.

LACOMBE, A. J. Ordens religiosas, irmandades e confrarias. *RIHGB* (288), jul-set 1970.

---. A igreja no Brasil colonial. In *História geral da civilização brasileira*, vol. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, 7ª ed.

MARX, M. *Cidade no Brasil. Terra de quem?*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

MELGAÇO, Barão de. Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB* (47), 1884.

MORAES SILVA, A. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813 (2ª ed.).

OMEGNA, N. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA; Instituto Nacional do Livro, 1971, 2ª ed.

VIEIRA, D. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

Fontes de dados primários

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ)

Livro de Visitas Pastorais feitas pelo Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo em 1794 - VR 1.

Arquivo Nacional (AN)

Fundo Secretaria de Estado do Brasil; códice 80, vol. 09 folhas 37v e 38; 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Série Notas (5D), Livros 120, 121, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 151, 153, 154 e 155; 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Série Notas (5E), Livro 65; 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Série Notas (5G), Livros 62, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 102, 107 e 108.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Projeto Resgate: AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 1147; AHU_ACL_CU_017, Cx. 50, D. 5049; AHU_ACL_CU_017, Cx. 50, D. 5050; AHU_ACL_CU_017, Cx. 51, D. 5076; AHU_ACL_CU_017, Cx. 61, D. 5825; AHU_ACL_CU_017, Cx. 64, D. 6097; AHU_ACL_CU_017, Cx. 77, D. 6968; AHU_ACL_CU_017, Cx. 79, D. 7133; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7174; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7218; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7213; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7219; AHU_ACL_CU_017, Cx. 80, D. 7228; AHU_ACL_CU_017, Cx. 81, D. 7277; AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9139.

BRASIL E ANGOLA: A RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE AS COLÔNIAS PORTUGUESAS

Fernanda Danielle Cavalcante Nogueira¹

Resumo: Nos porões dos navios negreiros, mais de três milhões de africanos fizeram uma viagem sem volta. Foram mais de trezentos anos de horrores, gerando imensas fortunas para os traficantes de escravos, que viam o trato como o mais vendável e lucrativo negócio. Do porto de Luanda, em Angola, o embarque de negros para o Brasil tornara-se indispensável. Iniciava-se, portanto, um largo período da História brasileira em que os braços escravos seriam o sustentáculo da economia agrícola colonial. Estes mesmos braços produziram o açúcar, a cachaça, o café, o tabaco e o algodão, produtos apreciadíssimos na África portuguesa e de custo relativamente baixo no Brasil. A relação entre Brasil e Angola foi, portanto, complementar antes de ser concorrencial. No presente trabalho, buscamos compreender de que forma se processou a complementaridade entre ambas as colônias. Para tanto, nos utilizamos de uma vasta produção bibliográfica. Da análise dos elementos fornecidos em tais leituras, concluímos que a colonização do século XVI favoreceu um elo de interdependência entre Brasil e Angola. O que significa que o negro africano, além de ter constituído um contingente fundamental de mão-de-obra, possibilitou mesclar ainda mais a sociedade colonial brasileira e que, em Angola, ou mesmo em qualquer outra parte da África, os chefes políticos e religiosos ofereciam escravos aos europeus em troca de bugigangas, tabaco e aguardente. Uma troca sempre desvantajosa para o negro, é claro.

Palavras-chave: Navios Negreiros; Braços Escravos, Colônias Portuguesas.

Summary: In the bilges of the slave ships, three million Africans had more than made a trip without return. Three hundred years of horrors had been more than, generating immense richness for the dealers of slaves, who saw the treatment as the most salable and lucrative business. Of the port of Luanda, in Angola, the embarkment of blacks for Brazil becomes indispensable. It was initiated, therefore, a wide period of Brazilian History where the enslaved arms would be cornerstone of the colonial agricultural economy. These same arms would produce the sugar, rum, the coffee, the tobacco and the cotton, products we apreciadíssimos in Portuguese Africa and of relatively low cost in Brazil. The relation between Brazil and Angola was, therefore, to complement before being concorrencial. In the present work, we search to understand of that it forms if processed the complementarities between both the colonies. For in such a way, we use in them of a vast bibliographical production. Of the analysis of the elements supplied in such readings, we conclude that the settling of century XVI favored a link of interdependence between Brazil and Angola. What he means that the African black, beyond having constituted a basic contingent of man power, made possible to mescals the Brazilian colonial society still more and that, in Angola, or same in any another part of Africa, the heads religious politicians and in exchange for offered to slaves to the Europeans gadgets, tobacco and spirits. An always disadvantageous exchange for the black is clearly.

Keywords: Ships Niggers; Arms Slave, Portuguese colony.

¹ Aluna do 7º período do Curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN e bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais - PETCIS

Negros: uma questão mal resolvida

O sistema escravista foi condição fundamental para a colonização efetivada no Brasil. Ainda no século XVI, latifúndios monocultores estabeleceram-se no País. Seria o açúcar o principal sustentáculo da economia colonial e, conseqüentemente, a maior riqueza da terra. Suas conseqüências, no entanto, marcariam para sempre a estrutura social brasileira.

Haja visto ter sido considerado um artigo de luxo na Europa, o cultivo e o comércio do açúcar tornar-se-iam ótimos negócios para Portugal, pioneiro nas Grandes Navegações. Assim, a ganância da Metrópole lusa acabou desencadeando a devastação de uma imensa mata; a escravização do índio; a busca desenfreada pelo lucro e posteriormente, a substituição da mão-de-obra indígena pelos braços negros.

Para ser efetivado, o sistema escravista precisava ser justificado ideologicamente. Neste sentido, ao condenar a exploração da mão-de-obra indígena e declarar que os negros não possuíam alma, a Igreja incentivava a escravização dos africanos. Mais uma vez para os que chegavam os meios para se adentrar no mundo de glórias seriam justificados pela lei e pela fé. Iniciava-se, portanto, o período das viagens sem volta: o tráfico negreiro.

Segundo Novais², a escravidão aparece como uma relação social dominante, ainda que não exclusiva. Esta relação irá, portanto, influenciar consideravelmente o cotidiano colonial. Notamos ainda em sua fala uma preocupação em definir o tipo de colonização que aqui se estabeleceu e que marcaria para sempre, um país construído sob os tijolos da instabilidade e da exploração:

“[...] o tipo de exploração econômica que se desenvolveria no Novo Mundo impunha uma constante e grande mobilidade às populações; de outro, a compulsão do trabalho, exigida pela mesma exploração da Colônia, levava à clivagem radical entre os dois estratos básicos da sociedade. [...] a faina colonizadora tendeu sempre a ampliar a área de dominação (competição entre os Estados) e a montar uma empresa de exploração predatória, itinerante, compelindo o trabalho para intensificar a acumulação de capital nos centros metropolitanos. [...] a dominação direta sobre os homens (escravidão) e a posse de terras (ainda mais recebidas por doação) imprimiam-lhes na mentalidade uma configuração fortemente senhorial; mas, agentes de uma produção mercantilizada em extremo, defrontavam-se no dia-a-dia com o mercado, o que lhes exigia um comportamento fundamentalmente burguês”.

² NOVAIS, Fernando A. **Condições da Privacidade na Colônia**. In História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa/ coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organiz. Laura de Mello e Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997. – (História da Vida Privada no Brasil. Vol. 1), p. 29-31.

Adquiridos em guerras fratricidas, os negros trazidos para o Brasil eram, principalmente, da costa ocidental africana. É o que nos diz Mattos³:

“Os cativos podiam ser obtidos em guerras entre os próprios estados africanos, incentivadas por processos de expansão. Nesse caso, os povos subjugados passavam a ser tributários e submetidos à servidão. As disputas políticas motivadas, por exemplo, pelo rapto de mulheres das linhagens mais importantes, resultavam igualmente na escravização de pessoas. Na tentativa de sobrevivência, a fome ocasionava a venda de si mesmo ou de parentes, e os castigos penais por crime ou por dívida eram outros meios de escravização na África”.

Ainda que no próprio interior das sociedades africanas houvesse a utilização de escravos, como concubinas, criados e soldados e fosse esta uma das principais mercadorias de exportação, foi em função da crescente procura dos europeus por mão-de-obra escrava, nos séculos XVI e XVII, que a escravidão se expandiu no continente. Esse aumento considerável da demanda ocorreu em função da expansão das propriedades agrícolas na América; fato que exigia o trabalho escravo para garantir a produção em larga escala. Tornando-se assim, uma instituição fundamental para a economia, uma vez que produzia a principal mercadoria do comércio internacional. “Transportam-se da África para o trabalho agrícola no Brasil nações quase inteiras de negros. Uma mobilidade espantosa”⁴.

Nagôs, Bantos, Jejes e Congos foram transformados em “lucrativa moeda de troca”⁵. Navios carregados de manufaturas européias aportavam em entrepostos costeiros na África e logo em seguida retornavam com seus porões abarrotados de negros para trabalharem ou serem “salvos” na colônia portuguesa da América. Foi esse triângulo Europa-África-América que viabilizou o empreendimento colonial português e deu origem ao “modo de ser dos brasileiros”⁶. Esse comércio

“desenvolvera-se à sombra do comércio de escravos da África para o Brasil; e continuava a depender desse tráfico e da estabilidade do sistema agrário, patriarcal e escravocrático brasileiro, para sua conservação. Hostilizando esse sistema, hostilizava o industrialismo inglês sistema ainda maior: o de produção oriental, ao qual a economia brasileira acomodara-se através de uma série de vantagens recíprocas, certo como é que chegou a ser considerável a exportação, do Brasil para a África, de fumo e de aguardente”⁷.

³ MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira**, 2007, p.65.

⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**, 2000, p. 9.

⁵ BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História – a incrível saga de um País**, 2003, p. 114.

⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, 1995, p. 274.

⁷ BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz *apud* FREYRE, Gilberto *sobrados...* 1998 p, 432

Para plantar e cultivar o açúcar eram necessárias terras férteis, engenhos estruturados e uma política de obtenção de mão-de-obra escrava em larga escala, disponível para trabalhar na lavoura e enriquecer a Metrópole. Isso tudo Portugal conseguiu reunir já em 1533. Terminado o ciclo da Guiné, iniciava-se imediatamente o de Angola.

Considerados adaptáveis ao regime de trabalho forçado, os negros revelaram-se mais viáveis para os senhores de engenho. Não obstante, eram os traficantes os que mais lucravam com a preferência pelo negro. Farinha, cachaça, algodão ou qualquer espécie de bugiganga eram suficientes para que os chefes políticos e religiosos fornecessem os vencidos de guerras a baixo custo para os mercadores europeus.

“[...] na economia colonial dos séculos XVI e XVII destacaram-se ainda outros produtos, secundários, mas, por vários motivos, não desprezíveis. [...] Exportava-se a produção de rolos de fumo para a Europa e a África, sendo utilizada, neste último caso, em escambo, para a compra dos escravos necessários aos canaviais e engenhos”⁸.

Vale salientar que longe de ser exclusivamente português, o tráfico também era praticado por holandeses, franceses e ingleses. Portugal o via como uma importante fonte de receitas. E de fato, era. Somente em 1751, proíbe-se a exportação de africanos para colônias não portuguesas e o Brasil passa a ter exclusividade sobre a oferta de negros escravos. Presos em armadilhas, eram levados para a praia com o pescoço atado ao de outros negros. “[...] passavam quase todo o tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões, costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários”⁹. Jogados nos tumbeiros, pouco comendo ou vivendo, adquiriram moléstias pelas péssimas ou inexistentes condições da higiene. Amontoados em compartimentos, cujo cheiro era insuportável, os negros chegariam doentes para plantar a cana-de-açúcar e posteriormente, já no século XVIII, trabalhar nas minas objetivando encontrar ouro para os brancos, obviamente.

Somando-se às péssimas condições de viagem, ao chegarem ao Brasil, eram separados dos familiares e de suas tribos. Sob pena de não cumprirem com suas “obrigações”, os castigos. Açoites, palmatórias, troncos, colares de ferro, trucidações nas moedas eram formas de despertar o medo em outros escravos que tentassem fugir ou fazer algum mal aos seus senhores.

⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial**, 1994, p. 205.

⁹ MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira**, 2007, p.101.

A exploração sexual das negras também se fez presente na maior nação escravista, o Brasil. Vítimas do assédio, de estupros e da vingança das esposas traídas, as negras geraram em seus ventres alguns dos mestiços que comporiam o País: os mulatos. A negra vista como sinônimo de prazer despertava a lascívia do homem branco, numa sociedade onde a mulher de classes dominantes era reprimida sexualmente. A negra serviria também, para amamentar e cuidar dos filhos dos senhores, uma vez que as mães brancas não costumavam amamentar seus filhos; além de reproduzir novos escravos para os seus donos. Diante disso, as mulheres negras, muitas vezes, “abortavam para não legarem filhos à crueldade branca”¹⁰.

A historiografia tradicional, no entanto, renega a participação dos chamados “homens comuns” nos importantes processos políticos, limitando-se a contar os feitos dos grandes “heróis”. Sobre o negro se diz que não reagiu às imposições dos brancos. Contudo, há de se considerar que as fugas, os abortos, os suicídios e os assassinatos constituíram algumas das formas dos negros dizerem não às atrocidades sofridas. Segundo Mattos¹¹,

“A fuga era um dos meios de resistência à escravidão mais utilizados pelos cativos. Os escravos costumavam fugir em grupo, o que resultava na formação de quilombos. Porém, algumas vezes, as fugas eram realizadas individualmente e os escravos procuravam abrigo na residência de algum liberto ou livre conhecido, viajavam para outra região ou se estabeleciam em lugares periféricos da cidade. E para não serem presos, os escravos fugidos fingiam ser libertos”.

Já nas palavras de Ribeiro¹², a contribuição cultural do negro africano teria sido pouco relevante na formação original da cultura brasileira, numa fala que por si só, já denuncia uma tendência à homogeneização. E quando reconhece o negro como um agente cultural, o faz sob o argumento de que sempre fora mais passivo que ativo, restringindo-se ao aprender a viver na *protocélula luso-tupi*. Na verdade, comete o mesmo equívoco que muitos estudiosos da História brasileira: de ver o negro, o africano, como objeto, como ser inanimado, capturado em meio ao acaso nas centenas de tribos africanas e, tendo vindo para o Brasil apenas para assumir a função de massa trabalhadora que produziu tudo o que aqui se fez. Ao falar em raça, repete o testemunho histórico do preconceito, da discriminação contra as nossas próprias raízes. No entanto, devemos reconhecer um ponto forte em sua fala: que, através de esforços contínuos, o negro reconstituiria suas culturas pelo convívio com

¹⁰ CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**, 1988, p. 77.

¹¹ MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira**, 2007, p.128-129.

¹² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**, 1995, p. 114.

africanos de diversos lugares e com a gente da terra. Esforços justificados pelas marcas cruéis de uma escravização sem precedentes.

Em se tratando de Angola, grande consumidora dos produtos brasileiros, sua colonização foi realizada pelos brasílicos que obtiveram de Portugal o aval necessário para explorarem as terras africanas. Espaços separados por um oceano, mas unidos no plano econômico, político e cultural, Brasil e Angola tiveram um só sistema de exploração colonial. O primeiro, envolvendo-se diretamente com o trato dos viventes; o segundo, fornecendo os negros que seriam ao longo dos anos, explorados, subjugados e desprezados.

Sob pressão da Inglaterra que, inserida na Revolução Industrial ambicionava novos mercados consumidores, chegava ao fim o tráfico negreiro. Porém, ainda demorariam alguns anos para que o escravismo fosse enfim superado. Ou melhor, deixado de ser predominante, tendo em vista que suas amarras permanecem até hoje e estão longe de serem superadas. Abolida a escravidão no Brasil, em 1888, aos negros permaneceriam à execução das tarefas mais duras, o preconceito e a discriminação.

Numa sociedade erguida por três milhões de africanos, o negro continua sem espaço. Sustentado na injustiça e nos privilégios de uma minoria, o Brasil nos transmite a herança de sermos, simultaneamente, dominadores e dominados. Dominadores enquanto descendentes dos europeus, daqueles que se fartaram do trabalho e da dor do negro; dominados, por termos em nosso sangue, as marcas cruéis de anos de exploração sofrida; quando, ao conhecermos as raízes históricas do preconceito que prepondera sobre o negro, nos enchemos de solidariedade para com os mesmos. Somos até capazes de negar o nosso racismo e preconceito. No entanto, o que vemos e fingimos não ver é a exclusão do negro: racial e econômica, relegando-o a uma posição subalterna na sociedade. É preciso perceber que, enquanto não o encararmos como um agente de fundamental importância em nossa formação social, será impossível se pensar um Brasil justo, onde a cidadania seja estendida a todos; onde os indivíduos possam usufruir de condições de igualdade. Ao menos conhecer e refletir sobre a condição do negro ao longo do tempo, nos permitirá repensar sobre qual Brasil queremos legar aos nossos descendentes.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul/** Luiz Felipe de Alencastro. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História – a incrível saga de um País/** Eduardo Bueno. - São Paulo: Ática, 2003.

CARRIL, Lourdes. **Terras de negros: herança de quilombos/** Lourdes Caril. – São Paulo: Scipione, 1997. – (Ponto de apoio).

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos/** Júlio José Chiavenato. – São Paulo: Moderna, 1988. – (Coleção Polêmica).

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala/** Gilberto Freyre. – Rio de Janeiro, 2000.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira/** Regiane Augusto de Mattos. – São Paulo: Contexto, 2007.

NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** Vol1. / Fernando A. Novais e Laura de Mello e Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil/** Darcy Ribeiro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil Colonial/** Arno Wehling e Maria José C. de M. Wehling. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FALTA DE MOEDA, FIXAÇÃO DO PREÇO DO AÇÚCAR E MANIPULAÇÕES MONETÁRIAS NO SÉCULO XVII: IMPACTOS SOBRE PRODUTORES E COMERCIANTES

Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima
Prof. Dr. – Instituto de Economia / UFRJ
e-mail: fcgclima@terra.com.br

I. Introdução

Na literatura sobre a história econômica do Brasil no século XVII é comum a menção ao fato de que era escassa a circulação de moeda metálica. No entender dos colonos, a escassez de “dinheiro de contado” reduzia os preços do açúcar e a capacidade de arrecadação de tributos. Para remediar o problema, teria sido feito amplo uso de açúcar como moeda. Além de tentar impor a aceitação compulsória de açúcar a um preço fixado oficialmente em pagamentos, as autoridades coloniais promoveram levantamentos da moeda e reivindicaram a cunhagem de moeda provincial, medidas estas demandadas tanto por senhores de engenho e lavradores de cana como por homens de negócio e comerciantes. Nas diversas capitanias foram implementadas políticas monetárias de acordo com as respectivas realidades conjunturais, muitas vezes sem autorização de Lisboa. Nas duas últimas décadas dos seiscentos, em razão da imposição da “moeda a peso” em conjunto com os dispositivos da lei de 4 de agosto de 1688, registravam-se sérios enfrentamentos entre a Coroa e os elites coloniais – os chamados “motins da moeda”.

Este artigo busca contribuir para o debate sobre as políticas monetárias adotadas – ou meramente defendidas – no Brasil no século XVII, tanto no que diz respeito ao uso do açúcar como moeda como às manipulações monetárias. São examinados as possíveis razões e os impactos da escassez de moeda metálica e sua substituição pelo açúcar em pagamentos e contratos, assim como as motivações das autoridades coloniais na realização de levantamentos da moeda e na adoção da moeda provincial.

A próxima seção apresenta uma evolução cronológica da situação monetária e do uso do açúcar em pagamentos na primeira metade do século XVII. A seção III discute brevemente possíveis causas e conseqüências da falta de moeda, para então analisar as alterações realizadas na relação entre os valores extrínsecos e intrínsecos das espécies metálicas. São examinados também os motivos de Portugal e os reflexos no Brasil da

adoção do sistema da “moeda a peso”. Na seção conclusiva resumimos os principais pontos apresentados.

II. Circulação monetária, endividamento e adoção do açúcar como moeda

Entre as últimas décadas do século XVI e as primeiras do século seguinte, foi intenso o comércio entre o Rio da Prata e as cidades portuárias brasileiras, o que motivou a forte entrada de moedas de prata na América portuguesa. Ressalta Mauro (1997, p. 174) que, “sobretudo antes de 1640, a prata de Potosi, tomando a rota do Rio de la Plata se derrama, clandestinamente ou não, sobre o Brasil”. Canabrava (1984) e Brandônio (1956), entre outros, descrevem esse comércio. Os principais portos faziam parte deste roteiro. Carta escrita por um mercador português, em 1596, informa que “peruleiros ou mercadores do Peru trazem ao Rio de Janeiro milhares de ducados em ouro ou de prata e investem aqui em mercadorias; e quando não há aqui mercadoria suficiente, eles são obrigados a ir para a Bahia e para Pernambuco para investir seu dinheiro.”¹

Entretanto, na Bahia, já em 1608 havia demandas, por parte dos senhores de engenho e lavradores de cana para que do preço do açúcar fosse fixado Schwartz (1988). Naquela ocasião, os senhores de engenho enfrentavam dificuldades para pagar suas dívidas e desejavam uma moratória de três anos, além de limites a execuções de hipotecas. A falta de moeda, como procuraremos explicar mais adiante, apenas indiretamente explicaria tais demandas. De pronto, o problema maior era o endividamento dos produtores em relação aos comerciantes, que só aceitavam açúcar em pagamentos de dívidas a preços excessivamente reduzidos. Pelo menos desde 1626 a Câmara de Salvador encarregou-se de “taxar” o açúcar, referendando os preços acordados por juntas formadas por produtores e comerciantes com este propósito específico, ou arbitrando um preço intermediário quando não havia concordância.

As primeiras queixas sobre falta de moeda metálica no Brasil datariam de meados da década de 1610. Mauro (op. cit., vol. 2, p. 154) levanta a possibilidade de que, em 1613, já poderia haver falta de moeda: “[E]m 1613 o rei recebe do Brasil esta adjuração: deixai circular no Brasil os reais gastos, senão encontrar-nos-emos sem prata (...); criai no Brasil uma Casa da Moeda, para poder fundir as moedas sem que seja obrigatório faze-

¹ Boxer (1952, pp. 75-6). Como destaca aquele autor, esse dinheiro não necessariamente permanecia no Rio de Janeiro, já que pelo menos parte do lucro ia para os países produtores dessas mercadorias.

las passar por Lisboa”². Frederic Mauro é um dos autores que vinculam a pouca circulação de espécies metálicas com o uso do açúcar em pagamentos: “[n]o Brasil, no fim do século XVI, a moeda metálica ainda é rara. (...) Sabemos (...) que no Rio de Janeiro, em 1614, o governador faz do açúcar uma verdadeira moeda legal, fixando o seu preço (...) e dando-lhe poder liberatório ilimitado” (Mauro, idem). Sua fonte é o livro de Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, o qual, referindo-se a eventos ocorridos em 1653, acrescenta que “[d]ada a escassez de numerário, desde os tempos de Constantino Menelau [1614] circulava no Rio de Janeiro o açúcar como moeda” (Coaracy, 1965, p. 146)³.

De acordo com Lessa (2000, p. 42) “desde o início o Rio foi assim uma caixa-forte de reservas de metais preciosos...”. Visitando Salvador em 1612, o francês Pyrad de Laval mostrou-se surpreso com a grande quantidade de moedas de prata espanholas circulando na cidade (Simonsen, 1938). A ser verdadeiro seu testemunho, pode-se questionar quais as razões que teriam levado o governador do Rio de Janeiro a fixar o preço do açúcar e tornar obrigatória sua aceitação como meio de pagamento em 1614.

Uma delas poderia ser o fato de que, entre 1611 e 1614, o preço pago pelo açúcar, na Bahia, sofrera considerável queda⁴. Vale notar que o valor estipulado (1.000 réis) era o mesmo que o praticado na Bahia, um aparente contra-senso levando-se em conta que, como afirma Fragoso (2002), o açúcar fluminense era de qualidade inferior, e o Rio de Janeiro ainda não tinha atingido a importância político-estratégica que veio a assumir mais tarde.

Outra hipótese é a de que, em 1612, os comerciantes “conseguiram a anulação da Provisão Régia que isentava os proprietários rurais da execução por dívida dos bens de produção” (Lobo, 1975, p. 52). A decisão de fixar o valor do açúcar acima daquele estabelecido pelo mercado poderia então ter sido uma forma de compensar os

² Entretanto, é possível que tal adjuração não tenha sido motivada por uma escassez de numerário, mas sim pelo alvará de 26 de janeiro de 1612 que ordenava que os reales singelos de origem espanhola que então circulavam no Brasil deveriam ser enviados para Lisboa para lá serem marcados com as armas do rei (Rau, 1956).

³ “Não era fenômeno peculiar, pois também pelos mesmos motivos fato análogo ocorria em colônias de outros países” (Coaracy, op. cit., p.146). Gonçalves (1985), referindo-se também às demais capitanias do Brasil, acrescenta que, além do açúcar, “o fumo, aguardente, couros, madeira, algodão (...) eram usados no trato diário do comércio”. Também a história da moeda no Brasil contada em diversas outras obras e na internet – p.ex., o *site* do Banco Central do Brasil – apresenta, juntamente com a decisão do governador do Rio de Janeiro de 1614, um extenso rol das mercadorias usadas como moeda no período colonial.

⁴ De acordo com dados apresentados por Schwartz (1988, p. 400), o preço do açúcar vendido pelos engenhos baianos caiu de 1.287 em 1611 para 1000 reais em 1614.

produtores. As querelas entre senhores de engenho e grandes comerciantes começavam então a tomar corpo e “[e]m 1614, alcançariam os primeiros uma moratória de dívidas que muito encrespou os segundos. (...) Comerciantes e senhores de engenho, dois grupos distintos, em colisão pelo menos desde 1614” (Costa, 2002, p. 55)⁵. Essas duas hipóteses remetem a questão do açúcar como moeda para a esfera meramente política e parecem indicar um balanço de forças que, naquela época, penderia mais para o lado dos senhores de engenho⁶.

Não se sabe o prazo de vigência da medida anunciada pelo governador do Rio de Janeiro em 1614. Entretanto, visitando a capitania em 1624, Juan de Souza Cardena, Desembargador dos Agravos da Relação da Bahia, “[p]roveu (...) que por quanto as mais demandas que há nesta Capitania são sobre as diferenças dos pagamentos em assucar e preço delles, ou em em dinheiro de contado, que todos os créditos, ou conhecimentos *que se fizerem daqui por diante*, serem que, pagarem em assucar; e isto se entenderá sempre pelo preço que na Câmara se assentar no mez de Junho (...) de cada hum dos annos...”⁷. Naquele ano, portanto, o preço do açúcar não estava fixado; caberia à Câmara decidir sobre seu preço a cada ano, preço esse que teria de ser obrigatoriamente aceito em todos os contratos “... com declarações de que acima se tractam e[m] dinheiro de contado, se entenderá o pagamento deles em dinheiro, e não em assucar, salvo se as partes convierem nisto”⁸, isto é, os contratos que previssem pagamento em moeda metálica teriam de ser respeitados. A decisão de permitir o pagamento em açúcar é justificada nos Autos como uma forma de acabar com “os excessos que os mercadores fazem as suas vendas”⁹. Não há qualquer menção a uma possível escassez de moeda, o que não significaria necessariamente dizer que o problema não existisse. No ano

⁵ Leonor Costa defende a tese de que até a primeira década do século XVII produtores de açúcar e comerciantes formavam um mesmo grupo social. De acordo com Evaldo Melo, a relação conflituosa entre eles teria sido mais marcante em Pernambuco do que outras capitanias (Mello, 2003, capítulo 4).

⁶ Entretanto, uma terceira hipótese pode ser levantada tomando-se como ponto de partida a informação de que, em sendo grande a falta de moeda, “espontaneamente havia se estabelecido o regime de troca, ou barganha, de produtos como instrumento de comércio. Na ausência de regulamento sobre essas transações (...) surgiram numerosos abusos e discórdias” Coaracy (op. cit., p. 39). A decisão de fixar o preço do açúcar e forçar a sua aceitação nos pagamentos teria sido tomada “para remediar a esses males”⁶. O preço estabelecido para o açúcar seria sempre fruto de uma decisão política que mais diretamente poderia beneficiar este ou aquele grupo social. Mas a mera fixação do preço poderia então ser vista como uma medida que visaria reduzir os custos de transação e de informação.

⁷ Tourinho, Eduardo. *Autos de Correições de Ouvidores do Rio de Janeiro, 1624-1699*. Vol 1. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1919, p 7.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

seguinte, talvez como resultado dessa visita, o preço do açúcar branco foi fixado em 800 réis e o mascavado a 500 réis (Coaracy, op. cit., p. 65). Considerando-se que o açúcar produzido no Rio de Janeiro era de qualidade inferior e avaliado com preço abaixo daquele praticado na Bahia, chama a atenção o fato de que – novamente comparando essa informação com os dados apresentados por Schwartz (1988) – o novo valor é superior ao recebido pelos engenhos baianos naquele ano, que foi de 675 réis.

Os mercadores que vinham de Portugal com fazendas costumavam levar em troca açúcares. Em fevereiro de 1641 queriam pagar somente 1\$000 a arroba do branco, preço considerado excessivamente baixo pelos moradores do Rio de Janeiro. Daí que a frota estava empatada no porto. A Câmara da cidade ordenou então, “por ser bom para todos e a frota seguir viagem, que o açúcar fosse trocado a razão de quatro pesos [1.280 réis] a arroba e o mascavo a dois cruzados [800 réis]”¹⁰. Em pouco menos de dois anos (novembro de 1642), a história se repete, ainda que os números fossem diferentes e denotassem uma profunda deterioração da conjuntura econômica. Os “homens mercantis capitães e mestres de navios e mais que tratam de comprar açúcares para o Reino” teriam formado um monopólio e conveniência entre si “combinando todos de comum conformidade a não quererem comprar os ditos açúcares nem recebe-los em pagamentos de dívidas dos que (...) lhes deviam e estavam obrigados a pagar (...) senão por preço tão baixo e diminuto que não era possível...”. A falta de moeda estaria aumentando o poder de barganha dos mercadores, que ofereciam apenas 400 réis pelo açúcar branco, “e a este respeito se querem pagar das dívidas procedidas de fazendas, roupas, vinhos, escravos e outros gêneros que, vendidos fiados a açúcar, ganham neles a cem por cento ou mais”¹¹. Em suma, como os moradores não tinham dinheiro para pagar suas dívidas ou para comprar as mercancias, tinham de fazer os pagamentos em açúcar, cujo valor era então reduzido arbitrariamente pelos mercadores. Estes, segundo notícia vinda nos

¹⁰ Rio de Janeiro. Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo. *O Rio de Janeiro no século XVII – Acordões e veranças do Senado da Câmara, 1635-1650*. RJ: Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo, 1935, pp. 41-2.

¹¹ De acordo com uma “advertência para a conservação do Estado do Brasil enviada a el-Rei por Lourenço de Brito Correia” (que participou da junta de governadores-gerais em 1641), datada de 29/03/1644, a situação era inteiramente diversa. O preço “dos açúcares” no Brasil teria subido, ao mesmo tempo em que teria baixado no Reino, e a diferença seria de apenas 20%. Por isso os mercadores não os compravam, mandando o dinheiro para o Reino e enviando a seus correspondentes apenas o açúcar que cobravam de dívidas (Rau, 1956-8).

navios chegados de Portugal, podiam revender em Lisboa o açúcar branco produzido na capitania por 2 mil réis e o da Bahia por 2.200 réis¹²

Os “homens bons e pessoas nobres do governo” que tinham ido à Câmara contar a história acima requereram então que, para que pudessem viver e pagar suas dívidas “porque senão os engenhos e fazendas se despovoarão por falta de cabedais”, deveria ser fixado o preço do açúcar branco a dois cruzados [800 réis] a arroba e o mascavado a 500 réis, “e que pelo dito preço serão obrigados os credores a tomá-lo em pagamento de suas dívidas como se fosse dinheiro de contado exceto o dinheiro de empréstimos¹³ e que esse se fará a conveniência das partes”. Naquela ocasião, o Ouvidor Geral subscreveu plenamente as demandas dos “homens bons”¹⁴.

Em Salvador, também em 1642, ocorre episódio semelhante. O Procurador Conselho dizia que pela falta de dinheiro, “per se levar todo para o Reino o que havia, iam caindo em grande baixa os pressos do açúcar e demais drogas da terra e que assim se queixava o povo e lhe requeriam que se puzessem preços nos açúcares para com isso haver pagamentos e correr a negociação que estava tudo empatado”. Requereu “fazerem preço aos açúcares para com eles se fazerem pagamentos os moradores a seus credores...”. Foram então convocados “os homens da governança desta Cidade e homens de negócio e mais o povo pessoas de melhor talento”. Resolveram “que para a determinação dos preços se tomassem por parte da lavoura dois homens... e por parte da negociação foram também eleitos [dois homens]... e os mesteres do povo por parte dele...”. Após deliberarem, foi divulgado o “termo do assento que se tomou sobre o preço dos açúcares e correrem nos pagamentos por dinheiro (...) o açúcar branco a mil réis a arroba e o redondo a 900 réis e o abaixo a 2 cruzados...”. Assinaram, entre outros, o Bispo e o Governador¹⁵.

¹² Idem, pp. 61-2.

¹³ Idem p. 63. Note-se que, assim como ocorrera em 1624 quando da visita do Desembargador dos Agravos, neste bando há referência ao status diferenciado dos empréstimos feitos em dinheiro, como se estes pertencessem a uma hierarquia superior de contrato – ou ainda, como se o dinheiro de contado pertencesse a uma hierarquia superior de moeda.

¹⁴ Fragoso (op. cit.) entende que esta decisão representou uma “intervenção mais incisiva no mercado” do que aquela tomada em 1641, já que a de 1642 obrigava a aceitação de açúcar, enquanto que a outra teria fixado o preço do produto. Mas talvez as duas medidas tenham tido, na prática, impactos idênticos. Afinal, os mercadores que compravam açúcar eram os mesmos que vendiam as “fazendas” trazidas de Lisboa, pelas quais aceitariam apenas moeda metálica. É provável que a medida de 1641 incluísse a exigência de aceitação do açúcar na quitação de certas dívidas, como acontecera em 1614 e 1625.

¹⁵ DHAM. Atas da Câmara 1641-1649. 2º vol., AMS, pp. 66-74.

Procedimento semelhante foi repetido inúmeras vezes ao longo do século XVII e durante pelo menos as primeiras décadas do século seguinte na capitania baiana (Schwartz, op. cit.; Russell-Wood, 1981). No início de 1693, o Conselho Ultramarino deu um parecer favorável a um pedido do Procurador Geral do Senado da Câmara da Bahia para que fosse concedida aos senhores de engenho e agricultores, por mais seis anos, a possibilidade de que o preço do açúcar fosse fixado por “dois homens de são consciência, que a Câmara nomearia para fazerem a dita avaliação muito verdadeira” e que este preço teria de ser aceito pelos seus “acretores”. Em 21 de fevereiro daquele ano, o rei acrescentou “como parece”, à margem do parecer¹⁶. Também em Pernambuco, onde era mais encarniçado o embate entre “nobres” e mascates, o sistema de “louvados” vigorava pelo menos desde o início da década de 1690 (Mello, 2003). No Rio de Janeiro, teriam acontecido até pelo menos 1663 (Lobo, 1975).¹⁷

O que há de comum no mecanismo de fixação de preços do açúcar nas diferentes cidades parece ser a participação de ambos os lados na negociação, assim como a menção ao fato de que o açúcar, àquele preço, teria de ser aceito pelos credores exceto quando o empréstimo original tivesse sido feito em dinheiro de contado. É provável que esses acordos nem sempre tenham sido honrados, e que em épocas de crise o preço tenha sido abaixo do estabelecido (Schwartz, 1988). Mas devia ser por esse preço que a Fazenda Real aceitava o açúcar em pagamento de tributos e contribuições¹⁸.

III. Política monetária

III. 1. Causas e conseqüências da escassez de moeda

¹⁶ DHBN, vol. 89, 1950, pp. 223–4. Em 07/05/1697, o rei ordena, pela Portaria do Governador Geral de, que o Senado “faça logo que se louvem os senhores de engenho, lavradores das canas e mercadores em dois louvados cada um e que dentro de três dias ajustem o preço que deve ter o açúcar segundo suas qualidades...”. Depois de quinze dias, como não haviam chegado a um consenso, coube ao Doutor João da Rocha Pita, Chanceler da Relação, conferir e ajustar o preço do açúcar em 1.500 réis a arroba do açúcar branco macho, e em 700 réis o do mascavado. Em maio do ano seguinte foi novamente formada uma junta e novamente não houve acordo; mas a frota tinha de partir até o início de junho, e então o mesmo João da Rocha Pita taxou o açúcar branco macho a 1\$200 e o mascavado a \$ 600 (DHBN, vol. 87, 1950, pp. 6-7).

¹⁷ Fragoso, Almeida e Sampaio (2007) mencionam um pedido nesse sentido encaminhado à Corte em 1679.

¹⁸ Há registros de que, no auge na crise do açúcar (década de 1680), o fisco tinha de aceitar perdas quando se via obrigado a lançar fintas, ou seja, “reduzir a dinheiro” o açúcar já arrecadado para efetuar despesas com “a infantaria” ou com reparos de navios.

Ao longo de muitas décadas no século XVII, e particularmente após a criação da Companhia Geral, os senhores de engenho se queixavam de que os mercadores – ou seus representantes – que vinham com as frotas não apenas possuíam o monopólio da venda de certos produtos (estanco), com também acordariam entre eles antecipadamente o preço a ser pago pelo açúcar. Essa seria a razão freqüentemente apontada para a falta de moeda nas cidades brasileiras. Nos “excessos que os mercadores fazem” estaria a origem da balança comercial desfavorável que levava para o Reino a moeda metálica disponível.

A grande maioria dos autores que trata da escassez de moeda no período, não só no Brasil como em outros países, tende a concordar com esta visão dos contemporâneos. Uma visão alternativa é a de que a falta de moeda não era uma questão de quantidade, mas de qualidade. Ao analisar o caso de algumas colônias inglesas da América do Norte no final do século XVIII, (Redish, 1984) afirma que a moeda metálica era escassa porque vigia um padrão monetário de múltiplas moedas, imposto por lei, e não em consequência de déficits externos. Esse padrão levava a que as moedas de baixa qualidade (moedas de prata cerceadas) fossem dominantes na circulação monetária, enquanto que haveria um prêmio para as “boas” (porém raras) moedas de ouro e moedas de prata de elevado valor intrínseco, como prediz a Lei de Gresham. O cerceio das moedas correntes poderia ser uma forma de o “mercado” adequar o valor intrínseco ao valor extrínseco, ou seja, o valor de mercado do metal ao seu valor oficial, por exemplo, quando havia inflação.

Supple (1957), tratando da realidade européia, destaca que os efeitos deletérios do bimetalismo provocaram guerras monetárias (desvalorizações e/ou variações da relação ouro-prata) e fuga de uma ou outra moeda. Daí surgiam as queixas sobre escassez de moeda. A moeda usada pelos comerciantes e, principalmente, para pagamentos de menor valor, era de prata. Com o passar do tempo, devido à sua raridade, foram se desgastando e sendo cerceadas. Cada vez mais circulavam moedas de má qualidade; as de ouro eram entesouradas. “Não há dúvida de que era este fenômeno que estava por trás de muitas das queixas dos contemporâneos a respeito de ‘escassez de moeda’. Isto não quer dizer que não houvesse considerável confusão e falta de precisão no uso da terminologia. A frase era usada no sentido de aperto de crédito, taxas de juros em elevação e um aumento no número de falências; poderia indicar os resultados de uma safra super abundante em um distrito agrícola; poderia ser empregado como uma expressão genérica de pobreza ou uma manifestação de uma típica depressão

econômica; e, além disso, poderia se referir a uma perda generalizada de metais preciosos resultante de uma balança comercial insatisfatória” (pp. 244-5).

Os argumentos de Redish e Supple citados acima, embora referidos a outras realidades históricas, parecem corresponder também ao Brasil do século XVII, tanto em relação à qualidade da moeda¹⁹ como no vínculo existente entre moeda, crédito e crise econômica em geral. A queda nos preço do açúcar contribuía para o crescente endividamento dos produtores²⁰ que, não podendo honrar suas dívidas em dinheiro de contado, estariam sendo forçados a pagá-las em açúcar, cujo preço era estabelecido pelos seus credores (mercadores) a valores abaixo daqueles que consideravam “justos”. Dessa forma os agricultores viam sua dívida aumentar, quer estivesse ela contratada em réis ou em “açúcar a como valer em dinheiro de contado”, como era a praxe.

De acordo com Schwartz (op. cit., p. 178), em razão da escassez de numerário “muitas transações foram realizadas através de várias formas de crédito. Como os comerciantes cobravam um ágio por essas operações, os senhores de engenho consideravam a falta de moeda uma razão fundamental para seu endividamento e procuravam continuamente modos de alterar as condições que a causavam”. Entre esses modos merecem destaque as políticas monetárias, cuja análise deve levar em conta o padrão monetário então vigente em Portugal²¹ e, portanto, no Brasil: bimetalismo baseado em uma relação fixa entre os valores oficiais do ouro e da prata medidos em uma unidade de conta (real) e no qual a circulação monetária era composta exclusivamente de moedas metálicas.

III. 2. As manipulações monetárias

Para Fragoso (op. cit.), a economia política das “melhores famílias” do Rio de Janeiro era clara com respeito à cunhagem: queriam não apenas uma moeda “levantada” em relação ao valor corrente em Portugal, mas também que só circulasse na capitania (moeda provincial) com valor nominal superior ao de corrente na Metrópole. João Fragoso esclarece que, embora ao longo do seu texto tivesse associado aquelas demandas da elite carioca ao fato de o açúcar do Rio de Janeiro ser de má qualidade, no Nordeste, onde o açúcar era de alta qualidade, as demandas de suas elites eram as mesmas, no

¹⁹ Este ponto será mais explorado na subseção que trata da moeda a peso.

²⁰ No Rio de Janeiro, no período entre 1650 e 1660, as dívidas escrituradas dos senhores de engenho eram cerca de 70% superiores a seus créditos (Sampaio, 2003, tabela 1).

²¹ Ver, por exemplo, Sousa (2006).

intuito de proteger suas economias e os interesses das respectivas nobrezas. Pode-se ir mais além e afirmar que essas duas medidas de fato faziam parte do cotidiano dos administradores colônias em diversas partes do mundo. Godinho (1991), Priest (2001) e Wolters (2006) descrevem, respectivamente, um quadro semelhante em Goa (Índia) ainda no século XVI, nas colônias inglesas na América e em colônias holandesas na Ásia²².

No Brasil, como em Portugal, não se verificou qualquer alteração no valor oficial do ouro ou da prata nas quatro primeiras décadas do século XVII. Após a independência, em 1640, o governo de Portugal decretou diversas desvalorizações da moeda, a última delas em 1688²³. Tais desvalorizações, conhecidas como “levantamentos da moeda”, podiam ser realizadas quer pela diminuição do valor intrínseco (conteúdo metálico) das moedas, mantendo seu valor extrínseco (nominal), ou elevando o valor extrínseco sem alterar seu conteúdo intrínseco²⁴. Os levantamentos decretados em Lisboa eram aplicáveis em todo o império e, segundo os contemporâneos, eram necessário para reter a moeda no território, tendo efeitos semelhantes aos que teriam as desvalorizações cambiais no dias de hoje. Adicionalmente, tornavam atraente o envio, à Casa da Moeda, de metais, amoadados ou não, que estivessem entesourados ou no exterior, possibilitando desta maneira ganhos de senhoriagem. Foram abertas oficinas monetárias em Salvador, Rio de Janeiro e Vitória²⁵, tanto por determinação da Metrópole, como por ordem dos governadores. Tinham como finalidade apenas remarcar (carimbar) as espécies em circulação, uma vez que não teriam condições técnicas de cunhar moedas (Gonçalves, 1985).

Em 1643, na Bahia, o Procurador do Conselho, preocupado com o fato de a moeda estar sendo transferida para o Reino, requereu que o ouvidor geral do Estado e os oficiais da Câmara, acompanhados pelas “pessoas nobres e da governança de mais autoridade e homens de negócio de maior cabedal e que mais entendiam da matéria”, fossem fazer uma representação junto ao governador-geral Antonio Telles da Silva para que fosse decretado um levantamento da moeda de 50%. O governador-geral aquiesceu, e estabeleceu que as moedas correriam, a partir de então, com valor aumentado naquela

²² Os diretores da Companhia das Índias Orientais holandesa, após muito debate, conseguiram convencer seus pares em Amsterdã de que era necessário diferenciar a moeda utilizada no comércio internacional da moeda para uso local, com maior valor de face.

²³ Para uma análise detalhada das manipulações monetárias portuguesas do século XVII, ver Peres (1929).

²⁴ Quase sempre esses levantamentos implicavam a recunhagem de todas as moedas em circulação, o que por si só representava receitas de senhoriagem.

²⁵ Para detalhes, ver Sombra (1940) e Gonçalves (1985).

percentagem²⁶. É interessante destacar que tanto senhores de engenho como comerciantes estivessem representados: afinal, os levantamentos beneficiariam principalmente os devedores.

No ano, seguinte, foi ordenada remarcação no Rio de Janeiro, também de 50%, a partir de uma ordem do governador-geral. Que se saiba, outros levantamentos foram decretados em 1656 (aparentemente à revelia do Reino), em 1663 (“regimento” do conde Óbidos), em 1676 (no Rio de Janeiro, também à revelia) e em 1679²⁷. A próxima seção faz referência ao mais mencionado levantamento, ocorrido em 1688.

III. 3. Moeda a peso

Desde o final da década de 1670 os administradores coloniais protagonizaram com a Coroa uma prolongada disputa sobre a circulação no Brasil de moeda cerceada (Fragoso, Almeida e Sampaio, 2007). Lisboa tentava impor a política de moeda a peso, ou seja, fazer com que as moedas que corresse em seu “reino e conquistas” tivessem valor nominal proporcional ao seu conteúdo metálico. Essa política foi determinada com crescente rigor por sucessivas leis, tornando-se efetiva a partir da lei de 1688 que “levantou” a moeda em 20% como forma de compensar a perda nominal resultante da moeda a peso. Os impactos dessa lei foram mais sentidos no Brasil do que em Portugal, como explica Azevedo (1929, pp. 330-1):

“As patacas, de procedência castelhana, que já de tempo anterior aos Filipes tinham curso legal, quase sempre cerceadas, e perturbando freqüentes vezes a circulação, passavam a valer pelo peso, com a oitava a 100 réis. Esta última disposição, aplicada à risca, afetava no Brasil a circulação justamente em sentido contrário ao que tinha em vista a lei. (...) Abundante em Portugal e fraco, por efeito dos cerceios, o dinheiro em patacas era o que os negociantes da metrópole levavam para as colônias da América, e o que ali quase exclusivamente corria. Quando em vez de gêneros de produção local regressava à Europa, natural era recolherem os portadores as espécies menos cerceadas, sucedendo assim consistir o grosso da circulação nas patacas de menos valor intrínseco. Vimos como as câmaras tinham arbitrariamente levantado o valor às moedas, e a metrópole por seu turno assentido nesta forma de inflação. O regime das patacas fora aplicado às demais moedas; e assim as de três vinténs tinham passado a 100 réis, as de seis vinténs a 200 réis. As patacas elevadas a 640 réis, e cujo conteúdo variava de 4 a 6 ½ oitavas (...), sujeitas à pesagem e ao preço estabelecido, diminuíam de valor quase todas (...). Fácil é conceber a

²⁶ DHAM, Atas da Câmara 1641-1649. 2º vol., pp.176-7. O decreto menciona explicitamente moedas de prata (patacas, reales, vinténs e tostões) e moedas de ouro (dobrões).

²⁷ Para uma análise desses levantamentos, ver, por exemplo, Sombra (1940) e Lima (2005a).

impressão de pânico e as iras latentes que a ordem régia suscitaria. Nas terras mais importantes, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, os governadores, tendo por importuna a providência, não lhe deram execução. A inflação aceitavam-na de boa vontade os habitantes, mas havia de ser sobre os valores correntes: vinte por cento sobre as patacas de 640 réis...”.

Esta citação ajuda a elucidar a atitude dos colonos em geral e dos senhores de engenho em particular, aparentemente contraditória, de reagirem negativamente ao levantamento de 1688. Este levantamento específico não pode ser entendido sem que considere a questão da moeda a peso: para os colonos, 20% a mais de valor nominal implicava em redução – talvez de até 30% –, dado que a moeda havia sido levantada nos anos anteriores, com ou sem consentimento, em cerca de 50%.

Do ponto de vista da metrópole, a moeda a peso (ou “tostão a oitava”) foi uma medida adotada com objetivos diversos, que só a ela poderia interessar. O objetivo central era obter a padronização das moedas metálicas no sentido de procurar aproximar os valores intrínsecos e extrínsecos das espécies metálicas em circulação, independentemente de sua origem, seguindo a tendência de outros países europeus de aprimorar seu meio circulante. Avanços tecnológicos na cunhagem e o fortalecimento dos estados nacionais permitiam esses avanços. Tal medida contribuía para a redução dos custos de transação, tendo sido decretada “atendendo aos irreparáveis danos e prejuízos que resultam a meus vassallos e ao comum de meus Reinos na introdução do abuso de correrem neles as patacas sem respeito ao seu justo valor intrínseco, contra o estilo e prática universal dos mais domínios estrangeiros...”.²⁸ Um objetivo paralelo era coibir a entrada de moeda falsificada, o que também contribuía para impor a nacionalização do meio circulante e aumentava as receitas de senhoriação. Mas, no Brasil, gerou movimentos de revolta (“os motins da moeda”), só estancados com a criação da Casa da Moeda em 1695 para a cunhagem da “moeda provincial”. Vale notar que a capitania que mais tempo resistiu à adoção da lei de 1688 foi São Paulo²⁹.

Teve início então um longo período de estabilização do valor das moedas, tanto de prata como de ouro. No século XVIII, foram realizados apenas dois aumentos – em 1734 e 1749 – no valor da prata, com o objetivo de ajustar a relação oficial ouro – prata aos valores praticados pelo mercado. As iniciativas de “levantamento” da moeda em Portugal foram rechaçadas pela Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio porque aos

²⁸ Lei de 26 de outubro de 1686.

²⁹ Esses “motins” são relatados em Sombra (op. cit.) e Lima (2005b).

comerciantes interessaria apenas o valor intrínseco das moedas, e não seu valor extrínseco, e pelo temor das conseqüências inflacionárias da desvalorização (Sousa, op. cit.).

IV. Considerações finais

Análises sobre as negociações objetivando a fixação do preço do açúcar, assim como dos pedidos de levantamentos da moeda e sua eventual aplicação pelas autoridades locais podem ser úteis para entender a conjuntura política, em particular os conflitos entre senhores de engenho e comerciantes e, em alguma medida, entre moradores e autoridades metropolitanas. O texto destacou três momentos possivelmente distintos da evolução econômica do Brasil no século XVII – meados da década de 1610, início da de 1640 e os anos em torno da lei de 1688, nos quais as políticas adotadas foram igualmente distintas. O uso do açúcar como meio de pagamento teria se originado no início do século e adentrado o século XVIII em Pernambuco e na Bahia – duas capitânicas inteiramente diversas no que diz respeito às relações entre produtores e comerciantes –, mas teria sido interrompido no Rio de Janeiro. Por sua vez, as demandas por alterações no valor nominal das moedas expressas por ambos os segmentos sociais, assim como as medidas de política monetária adotadas na Bahia e Rio de Janeiro a partir da década de 1640 (e por Pernambuco após a década de 1660) foram basicamente as mesmas, independentemente do fato de que os conflitos entre produtores e comerciantes tivessem sido bem mais pronunciados em algumas cidades do que em outras. Vale salientar, ainda, que o levantamento de 1688 deve ser analisado separadamente dos demais, na medida em que sua aplicação se deu ao mesmo tempo em que foi imposta a moeda a peso e a crise da economia açucareira atingia seu ápice. Todos os moradores foram atingidos, e as negociações com a Coroa para superar as dificuldades acabaram por levar à criação da Casa da Moeda para a cunhagem de moeda provincial, uma solução portanto diferente das anteriores.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

Bibliografia

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista - Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CANABRAVA, Alice P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1965.

COSTA, Leonor Freire. *Impérios e Grupos Mercantis: entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

DHAM. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*. Cartas do Senado, 1638-1673, 1º vol. Prefeitura do Município de Salvador, Bahia.

DHBN. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, diversos volumes.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. "Knights, 'Archer Indians' and the Atlantic World: Rio de Janeiro in the 17th century". In *Imperial (Re)visions: Brazil and the Portuguese Seaborne Empire – Conference in Memory of Charles R. Boxer*. Yale University, 2002.

FRAGOSO, J., ALMEIDA; Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GALBRAITH, J.K. *Money: Whence it came, where it went*. New York: Pelican Books, 1975.

GODINHO, Vitorino M.. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 Volumes. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GONÇALVES, Cleber B. *Casa da Moeda do Brasil, 290 Anos de História, 1694-1984*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1985.

LIMA, Fernando C. G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*. Vol. 35, nº 1, 2005a.

————— "A Lei de Cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil". *Revista de Economia Contemporânea*. Vol. 9, N.2, Maio-Agosto de 2005b.

LOBO, Maria Eulália L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. *Revista de História*. Ano XXVI, volume LI, 1975.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*, Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666–1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.

PERES, Damião. *Histórias de Portugal*. Lisboa: Barcelos, 1929-35.

PRIEST, Claire. “Currency Policies and Legal Development in Colonial New England”. *Yale Law Journal*, Vol. 110, 2001.

RAU, Virgínia. *Os manuscritos do arquivo da casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. 2º Volume. Coimbra: Universidade de Oficina da Atlântida, 1956-8.

REDISH, Angela. “Why Was specie Scarce in Colonial Economies? An Analysis of the Canadian Currency, 1796-1830”. *Journal of Economic History*, 46, 1984.

Rio de Janeiro. Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo. *O Rio de Janeiro no século XVII – Acordões e veranças do Senado da Câmara, 1635-1650*. RJ: Diretoria Geral do Patrimônio, Estatística e Arquivo, 1935, pp. 41-2.

RUSSELL-WOOD, J.R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o Caso Fluminense, 1650-1750. *V Congresso Brasileiro de História Econômica*. ABPHE, Caxambu, 07 a 10 de setembro de 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOMBRA, Severino. *Pequeno Esboço de História Monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

SOUSA, Rita Martins de. *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista, 1688-1979*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

SUPPLE, B.E. “Currency and commerce in the early seventeenth century”. *The Economic History Review*. New Series, Vol. 10, N.2, 1957.

WOLTERS, Willem G. “Managing Multiple Currencies with Units of Account: Netherlands India 1600-1800”. *XIV International Economic History Congress*, Helsinki, 2006.

TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ: PEDREIROS, CARPINTEIROS, MARCENEIROS E TANOEIROS DO RECIFE, SÉCULO XVIII.

Henrique Nelson da Silva
Mestrando – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
rique_nelson@yahoo.com.br

Orientadora: Professora Virginia Almoêdo de Assis

O século XVII assiste, assim podemos dizer, ao nascimento do Recife. Cidade que já surge como importante centro comercial, urbano. Com a invasão holandesa em 1630, o Recife deixa de ser apenas uma vila de pescadores com seu porto, tornando-se um dos principais centros urbanos da colônia, e até de toda a América.

Com suas ruas, repletas de casas comerciais. Com suas pontes, igrejas e sobrados. Com sua concentração populacional. Com sua demanda por serviços e produtos. O Recife era sem dúvidas um centro atrativo de artífices com suas mais variadas especialidades. E é tendo este centro urbano como espaço durante o século XVIII, que passamos a refletir sobre a vida dos trabalhadores especializados, dos oficiais mecânicos.

Alguns centros urbanos da colônia já foram visitados por pesquisadores no estudo dos oficiais mecânicos, como Salvador, São Paulo e as cidades das Minas, que já foram focos de pesquisadores como Maria H. Flexor, Silva filho (1996) e Meneses (2003), estes dois últimos conhecemos através do artigo de Douglas Cole Libby (2006). Assim, centralizamos nosso estudo no Recife, buscando observar como os artífices se organizavam nesta cidade e se é possível identificar especificidades quando comparados aos trabalhadores de outras regiões do Brasil.

Sobre a organização espacial destes trabalhadores nos centros urbanos, Joaquim Serrão, ao tratar dos artesãos de Portugal, se refere à importância das concentrações profissionais em determinadas ruas das cidades do Reino, que ganham muitas vezes o nome da profissão estabelecida nesta rua, são os arruamentos:

Estes montavam as suas tendas ou oficinas em arruamentos próprios, de início por obediência ao interesse profissional e, a partir da segunda metade do século XIV, por exigência dos Conselhos (SERRÃO, 2001; p. 336).

A Professora Maria Helena Flexor (1974) afirma que em 1785 a Câmara de Salvador estabeleceu locais próprios para o exercício das artes mecânicas. Contudo, por ser uma prática tradicional entre os artesãos, mesmo antes de determinações como esta, é possível encontrar arruamentos nos centros coloniais. No Recife, mais

por tradição e conveniência que por determinação, podemos observar na documentação referências aos arruamentos, como por exemplo, a Rua dos Açougues e Rua dos Taneiros, a primeira encontrada em um documento datado de 1671 e a segunda bem anterior a 1771.

Como essas ruas acima citadas, haviam tantas outras. E são a esses arruamentos a que se refere Gilberto Freyre em *Sobrado e Mucambos* ao descrever as cidades coloniais:

As ruas, parece que tiveram nas cidades mais antigas do Brasil seu vago caráter sindicalista ou medievalista, numas se achando estabelecidos, se não exclusivamente, de preferência, certa ordem de mecânicos, noutras, os negociantes de certo gênero – carne ou peixe, por exemplo (...) os nomes mais antigos de ruas acusam sobrevivência, no Brasil, do sindicalismo ou do medievalismo das cidades portuguesas. Rua dos toneleiros, beco dos ferreiros...
(FREYRE, 2002; p. 756).

Em Portugal, a convivência entre os artífices nos arruamentos, foi fundamental para a organização dos hospitais dos ofícios, das irmandades e finalmente, das corporações de ofício (LANGUANS, 1943). Instalados em determinadas ruas da cidade, os artífices montavam suas tendas e ofereciam seus serviços em condições muito parecidas com outras cidades do Brasil. Assim como em Salvador e nas cidades mineiras, os artífices regiam-se em parte pelo Livro de Regimentos dos oficiais Mecânicos de Lisboa de 1572, Regimento este reformado em 1767.

Os regimentos dos ofícios regulamentavam as eleições dos dirigentes: Juízes e escrivão; condições para o exercício profissional, como a abertura de lojas ou tendas, condições de exploração, fiscalização, preços e salários; condições de trabalho; examinadores, matéria de exame, categorias; produção e processos adotados; sanções de caráter monetário, penal e impeditivo de exercício de direito.

Contudo, é importante notar que na Europa, e especificamente em Portugal, a atenção com a execução e obediência aos regimentos das diversas profissões era uma tarefa das corporações de ofício. Assim, as corporações cumpriam um importante papel tanto para os artífices quanto para a sociedade, ao regular os preços, zelar pela qualidade dos produtos, impedir a concorrência desleal e providenciar o acesso às matérias-primas para os artífices.

No Brasil colônia, seja por questões jurídicas, ou por outros fatores políticos ou econômicos, não se constatou formação das corporações de ofício. E na ausência das corporações dos artífices, a tarefa de regulamentar e fiscalizar a execução das artes

mecânicas era função das Câmaras municipais, como indica a Professora Maria H. Flexor:

As condições para o exercício da profissão – como abertura de lojas ou tendas – eram impostas pela Câmara (cargas, licenças, fianças). As condições de exploração das atividades cabia também a ela (regimentos) e a fiscalização dos preços era feita pela Câmara e pelo povo, que tinha direito de acusar os infratores (posturas, correições, acusações) (FLEXOR, 2002; p. 182).

Em seu estudo sobre a Câmara do Recife, o professor George Cabral identificou que além das atividades acima descritas, na Câmara havia registros sobre as eleições de juizes de ofícios.

Las elecciones de los jueces se realizaban anualmente en el senado, cuando los oficiales de cada profesión indicaban a sus dirigentes. Cuando no había la cantidad suficiente de oficiales mecánicos para proceder a la elección, los vereadores nombraban directamente al juez y al escribano para el oficio. Encontramos en las actas, a lo largo del periodo de 1762-1800, varias elecciones para los oficios de guarnicionero, cerrajero, carpintero, ebanista, tonelero, albañil, hojalatero, zapatero y sastre. Los artesanos y maestros estaban obligados a renovar anualmente sus licencias a través del pago de las tasas municipales. (SOUZA, 2007; p. 490).

Assim, é possível encontrar nas Atas da Câmara do Recife, eleições como a realizada em 14 de Julho de 1714 pelos artífices do ofício de sapateiro:

...áí foram vindos os oficiais de Sapateiro, para efeito de votarem em Juiz, e Escrivão ao dito Ofício de Escrivão, digo, de Sapateiro e tomados os votos de cada um deles, e regulados se achou com mais para Juiz do dito ofício de Sapateiro a Francisco Barbosa e para seu Escrivão a Manoel Nunes Calhau, e visto os votos dos ditos Sapateiros mandaram eles oficiais do Senado da Câmara a mim Escrivão dela, lhes passasse suas provisões para poderem exercer os ditos para o que foram eleitos... (Atas da Câmara do Recife, Livro I: 1714 – 1738, p [7]¹)

Os juizes e escrivães de ofício eram os principais representantes dos profissionais na cidade. Realizavam o exame aos aprendizes que pretendiam tornarem-se mestres e através de requerimento negociavam junto à Câmara municipal as diversas questões referentes ao trabalho dos artesãos.

¹ As Atas da Câmara do Recife foram transcritas pelas Professoras Virginia Almoêdo de Assis e Vera Lúcia Acioli; e embora este trabalho tão importante para os pesquisadores ainda não tenha sido publicada, foi nos cedido.

Em 12 de fevereiro 1716, por exemplo, os oficiais do ofício de tanoeiro – por intermédio do juiz e do escrivão – requereram um novo regimento onde se alterariam os preços de seus serviços na cidade:

...aí por requerimento que fizeram os oficiais de tanoeiro para se lhe dar novo regimento para o seu ofício, por estarem os preços do que atualmente tinham muito diminutos, por ser muito antigo, foi resolvido pelo Senado fizesse o Juiz, Escrivão do dito ofício novo regimento atendendo ao tempo presente, e que assistisse a facção do dito regimento o Procurador deste Conselho o Capitão Lourenço Álvares Lima, e feito que foi o dito regimento, na forma mandada ... (Atas da Câmara do Recife, Livro I: 1714 – 1738; p. [27v])

Os oficiais da Câmara não dispunham de conhecimentos técnicos sobre os ofícios, sendo assim incapazes de tomar decisões como a alteração dos valores cobrados em determinados serviços e avaliação dos novos mestres de ofício, necessitando assim da atuação dos juizes. Ainda necessitamos aprofundar nossas pesquisas para avaliar desde que período estes representantes dos artífices passaram a atuar nas cidades da colônia. Mas levando em conta a necessidade de uma organização mínima entre os artífices, e que esses juizes era uma posição tradicional entre os artífices europeus, não nos surpreenderia encontrar os juizes de ofício atuando nas cidades coloniais ainda nos primeiros anos de ocupação dos portugueses no Brasil. No final do século XVII no Recife, o juiz de pedreiro Antônio Fernandes Mattos² tornou-se figura bastante destacada, tanto pelo seu poder aquisitivo, quanto pelo prestígio adquirido através de suas obras na cidade, entre elas a fortaleza da Madre de Deus, à suas próprias custas.

Contudo, a Câmara, mesmo com a presença dos juizes dos ofícios, não foi capaz de manter a qualidade dos serviços prestados pelos artífices de determinados ofícios. Isto transparece em uma carta dos almotacés da Câmara enviada ao Príncipe regente em 30 de dezembro de 1799:

A perfeição dos ofícios mecânicos raramente já se alcança nesta Vila; por que se propõem a aprendê-los (ou sejam livres, ou escravos) apenas chegam aos preliminares, para logo se apartam dos mestres e passam a abrir tendas, que mantêm as custas dos que (por necessitarem de obras de semelhantes ofícios, e não acharem quem as faça melhor) se remediaram com as mesmas imperfeitas, que eles traçam (LAPEH/A.H.U. - PE, Doc. 14432).

² Natural do Minho, em Portugal, nasceu por volta de 1640 e chegou a Pernambuco antes de 1671 e faleceu em 1701. Sobre sua história, ler *Um Mascate no Recife...* José Antônio Gonsalves de Mello, 1967.

Outro trecho da mesma carta, torna mais claro a falta de zelo por parte dos oficiais da Câmara municipal do Recife com esses ofícios:

Esta desordem provém da inconsideração, com que os vereadores do Senado da Câmara (a fim de utilizarem ao seu escrívão, e mentor) vão conservando as tendas de semelhantes indivíduos por meio de multiplicadas e infinitas licenças, sem que eles nunca se examinem. Quanto importa, que os oficiais mecânicos sejam perfeitos, dita a mesma razão; porque da perfeição deles depende a conservação de uns ofícios tão necessários ao Estado.

A regulamentação e fiscalização dos ofícios, começando pelos exames e concessões de licenças para os artesãos armarem suas tendas, à atenção da qualidade dos serviços e os preços desses serviços parecem ter sido um dos principais problemas dos centros urbanos das colônias. Uma das principais características das corporações de ofício européias foi seu caráter protecionista. Ações protecionistas por parte das autoridades locais, que necessitava ter controle sobre os produtos oferecidos nas cidades, buscando assim, se resguardar de altas de preço e da concorrência externa, influenciando a mão-de-obra; e também, por parte dos próprios trabalhadores que enxergavam nas corporações e na legislação local, um abrigo contra a concorrência da mão-de-obra estrangeira, no caso das cidades européias, resguardando assim a garantia de sua subsistência (PIRENNE, 1968).

As ações diretas das corporações nas cidades Européias talvez tenham evitado muitos dos problemas enfrentados pelos núcleos urbanos do Brasil colônia. Mas para os artífices do Brasil, um outro elemento mencionado na carta apontada acima, sem dúvidas, requeria um maior cuidado com o regimento, com a regulamentação dos ofícios: a escravidão.

O escravo era o principal elemento diferenciador entre o trabalhar no Reino e trabalhar na colônia para o oficial mecânico. Enquanto na Europa predominava uma estrutura hierárquica entre os artesãos que se mantinha ao longo dos séculos – onde conviviam nas tendas e oficinas os mestres, os aprendizes e jornaleiros – na sociedade escravocrata colonial o escravo se interpôs e confundiu essa estrutura.

Muitos dos mestres artesãos possuíam seus escravos e estes participavam na maioria das vezes de todo o processo de aprendizagem dos ofícios, contudo, não lhes era permitido ser examinado para tornar-se um mestre³. Ou seja, os escravos aprendiam os ofícios, mas não podiam exercê-lo como um mestre, assim não lhe era

³ Mais a frente observaremos como os artífices da Irmandade de São José buscaram conter o acesso dos escravos aos ofícios mecânicos.

permitido abrir uma tenda. Isto por outro lado não lhes impedia em praticar determinados ofícios irregularmente ou simplesmente como auxiliar dos mestres.

Embora normalmente os escravos eram utilizados para exercerem serviços mais pesados no setor da construtivo, auxiliando pedreiros, por exemplo, a participação cada mais presente de escravos nos ofícios mecânicos no século XVIII, depois acentuada no século XIX, certamente foi objeto de muitas polêmicas entre os mestres de ofício.

No sentido mais prático, o acesso dos escravos aos ofícios, significa uma maior concorrência aos demais artífices, sejam estes brancos, pardos ou negros livres. Talvez uma concorrência que oferecesse melhores preços pelos serviços. Muito vem se discutindo sobre a presença de negros, e particularmente de escravos nos ofícios mecânicos⁴. No Recife, ainda não foi possível identificar um percentual da presença de escravos e de negros livres entre os artífices. Porém, o trabalho escravo, possivelmente aumentava na medida proporcional ao crescimento da cidade e da demanda por serviços, como bem indicou a Professora Leila Mezan Algranti:

Quanto mais a vila ou cidade se desenvolvia, mais escravos eram requisitados para a prestação de serviços - públicos ou privados – nos ofícios mecânicos, especializados ou não, nas indústrias e demais atividades próprias da vida nas cidades (ALGRANTI, 2002; p. 196).

Sem dúvidas, a questão do governo do exercício profissional nos centros urbanos - regulamentação, concessão de licenças, fiscalização – assim, como a crescente presença do trabalho escravos nos ofícios especializados nesses centros, foram objeto de atenção tanto por parte dos governantes e da sociedade em geral, quanto especificamente, por parte dos mestres de ofício.

Estamos convencidos de que foram diversos os modos como os governantes e artífices dos centros urbanos do Brasil colônia, buscaram para resolver possíveis conflitos e problemas no cumprimento do exercício profissional. Com base nos estudos realizados em Minas Gerais, Douglas Cole Libby afirma que a ausência de corporações na região, se deveu principalmente pela percepção dos representantes das câmaras, onde a ausência de regulamentações fazia com que o mercado se ajustasse por si só, dando estabilidade econômica (LIBBY, 2006, p.64), certamente, caminhos diversos podem ser observados em outras regiões do Brasil.

Mais convencidos ainda, estamos sobre as perspectivas de observarmos diversos meios e formas de organização por parte dos oficiais mecânicos para

⁴ Ver: Libby, p. 67 e Flexor (2002), p. 177.

resolverem as questões relativas ao exercício de suas profissões. Em nosso estudo, observamos um espaço consolidado na sociedade colonial, como um possível instrumento de ação por parte dos próprios artífices para regerem e fiscalizarem o exercício de seus ofícios: as irmandades.

Estas se caracterizavam por associações onde se reuniam os leigos no catolicismo tradicional e surgem no Brasil ainda no início do período colonial, tornando-se mais presentes nos séculos XVII e XVIII (ASSIS, 1988, p. 24). Desempenhavam um papel auxiliar e complementar dos papéis da igreja e do estado, tanto na colônia quanto no Reino.

As confrarias de irmãos leigos eram sem dúvidas um dos principais elementos agregadores da sociedade portuguesa e do Brasil colonial. Algumas, como a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, virgem Maria da Misericórdia, ou simplesmente a Santa Casa da Misericórdia, gozava de uma série de privilégios e constituía um dos pilares da ocupação portuguesa no além-mar, haja vista que era uma das primeiras instituições instaladas nas colônias portuguesas (WOOD, 1981).

Estas irmandades eram essencialmente associações caritativas constituídas entre os irmãos com o objetivo de se ajudarem mutuamente nas dificuldades, prestando aos irmãos, desde um enterro digno e missas na morte, até empréstimos em dinheiro em vida. O culto em comum a um santo também era um elemento fundamental dessas irmandades. As condições para o ingresso nesses grêmios e até o comportamento dos irmãos, era estabelecido nos compromissos das irmandades. Esses compromissos deveriam ser redigidos pelos irmãos e aprovados pelo Rei para que pudessem existir.

Em Portugal, as corporações de ofício muitas vezes se confundiam com as irmandades. É importante salientar que enquanto as primeiras estavam voltadas para o regimento dos ofícios, das questões relativas ao exercício profissional, as confrarias – como já foi dito – caracterizavam-se por seu caráter assistencialista.

Na sociedade católica, os profissionais de cada ofício ou agrupamento de ofícios são protegidos por um determinado santo; os carpinteiros, pedreiros e marceneiros se apóiam no culto a São José; os latoeiros cultuam Santo Eloi; e São Jorge é o protetor dos ferreiros e serralheiros (Flexor, 2002, p. 192). Assim, sob a proteção de seus santos, os artífices se reuniam nas irmandades e algumas dessas associações originaram corporações de ofício. Um caso que exprime essa relação foi o da Irmandade de São José de Lisboa, onde os ofícios pedreiros e carpinteiros, transformaram em 1501 o compromisso da Irmandade em regimento (LANGUANS, 1943).

Caio César Boschi em seu estudo sobre as irmandades em Minas Gerais, nos traz uma importante discussão, segundo Boschi as associações leigas:

Foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Com elas, o catolicismo e a igreja católica amoldam-se à realidade na qual se propagam. Nada de anacronismos históricos. As irmandades caracterizam sempre o seu momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações, por outro (BOSCH, 1986; p. 12).

E é pensando nas diversas formas e fluidez de suas denominações que devemos nos debruçar sobre as irmandades constituídas pelos artífices no Brasil, buscando observar se nessas associações havia interesses expressos pelos membros quanto ao governo e fiscalização do exercício profissional, como já vimos afirmando.

Mais uma vez aqui, retomamos Douglas Cole Libby, nosso porta voz dos estudos sobre os artífices das regiões mineiras. Segundo o autor, Meneses é enfático ao afirmar que as irmandades dos oficiais mecânicos não atuavam como intermediárias nas práticas das artes mecânicas (LIBBY, 2006;p.63).

Essa afirmação, a princípio, não parece ser aplicável quanto à Irmandade de São José de Salvador e principalmente quanto a de São José do Ribamar do Recife, esta última que vem sendo objeto de nossa pesquisa.

Isto pode ser observado no prólogo do compromisso da Irmandade do Patriarca São José da capital baiana de 1780:

São os ofícios o ornato da República como disse Caziodoro; 1. E nela tão precisos como reconheceu Cícero; 2. Razão porque em direito comum se impôs a obrigação de se aprenderem; 3. Lhes foram concedidos várias isenções, e privilégios. 4. Entre todos, com mais especialidade se deve reconhecer a arte, e ofício de pedreiro, e carpinteiro; porque resultando da construção dos ofícios, a pomposa, e honorífica magnificência das côrtes, a cuja conservação, e autoridade se atendeu nas constituições de direito; 5. Desejando os oficiais destes ofícios a que pertence a arte daqueles edifícios, que melhor se apure a dita arte; e que a República se sirva como melhor convém, determinarão fazer os presentes capítulos de seu compromisso, e Regimento na certeza de que só na boa união, e governo dos ditos ofícios poderão estes conservar-se com mais perfeição, empenho, e zelo do bem comum (LAPEH/A.H.U, códice 1283).

Como pode ser observado no trecho do documento, o compromisso expressa a determinação dos artífices dos ofícios de pedreiro e carpinteiro, além dos ofícios anexos de canteiro e alvenciro, de Salvador com o zelo no governo das artes mecânicas. Isso pode ser mais claramente observado com o exame do compromisso da irmandade. Enquanto que grande parte dos compromissos de outras irmandades leigas apresenta uma série de regulamentos para a eleição das mesas que governarão anualmente as irmandades, para a procedência dos irmãos e as penas pecuniárias para os que não cumprirem com as regras do grêmio, a irmandade dos artífices de Salvador apresenta um verdadeiro regimento dos ofícios que compõem a confraria.

Entre os dezenove capítulos expostos no compromisso, os quatro primeiro se dedicam a eleição da mesa da irmandade. Interessante notar que entre os cargos a serem eleitos, está o de juiz de ofício, como consta no capítulo IV:

Nas pautas que se fizerem para se votar se dirá desta forma: para Juiz da mesa do Santo e Bandeira, e mais abaixo para Juiz de pedreiro, e mais abaixo para Juiz de carpinteiro, e logo mais abaixo para Escrivão Geral e mais abaixo para Tesoureiro, e mais abaixo para Procurador da mesa do Santo. (LAPEH/A.H.U, código 1283).

A eleição dos representantes e responsáveis pelos ofícios ao longo do ano no interior da irmandade demonstra a relação entre o regimento dos ofícios e a administração do grêmio. Assim, a irmandade através dos seus representantes trabalhava na regulamentação dos artífices.

Após os quatro capítulos que tratam da eleição da mesa, os capítulos V “Das obrigações dos consultores”, VI “Da obrigação do juiz da mesa” e o VII “Das obrigações do escrivão geral”, tratam de procedimentos burocráticos da irmandade e não apresentam elementos que se refiram diretamente ao exercício dos ofícios.

Porém, os capítulos seguintes nos apresentam um rico e pormenorizado registro de diversas questões referentes ao governo das artes mecânicas, como o Capítulo VIII, que informa como deve proceder o juiz de ofício – vistorias, exames das obras na cidade, avaliações de propriedades e exame dos oficiais – entre as determinações sobre o procedimento dos juizes, dois pontos devem ser salientados:

O primeiro se refere à obrigação do juiz de ofício de se apresentar à Câmara Municipal para tomar posse legalmente do cargo, sendo assim o juiz de ofício, o vínculo entre a irmandade e a administração formal:

Assim que forem eleitos os Juizes dos ofícios de pedreiro e carpinteiro, serão obrigados a irem ao senado da Câmara tomar o juramento do seu cargo na forma que é estilo, sem o qual juramento

não poderão usar da dita ocupação e a ela incubem primeiramente o cumprirem as determinações dos Juizes da mesa, assim para a cobrança dos vinténs dos oficiais (como já fica dito) mas em tudo o mais que tocar ao serviço da dita mesa e ofício na forma que nela se observa. (LAPEH/A.H.U, código 1283).

O segundo ponto a ser observado se refere ao impedimento de se realizar exame para mestre de ofício não apenas aos escravos, mais a todos os negros: “*Não poderá ser admitido ao dito exame negro de qualidade alguma (grifo meu), e só sim pardo que seja forro pelo pai assim o permitir”.*

Nos capítulos seguintes, “Das mais obrigações pertencentes aos ofícios em comum”, pode-se observar uma série de procedimentos que devem ser tomados não apenas pelos juizes e mestres de ofícios, mas por todos os artífices dos ofícios de pedreiro e carpinteiro, canteiro e alveneiro, que vão desde o processo de aprendizagem, à execução das obras, passando pelas penas contra os artífices que não atenderem o regulamento.

Certamente daremos continuidade à análise do compromisso da Irmandade baiana, o que pretendemos pôr em discussão em trabalho posterior. Nosso objetivo em ressaltar o exemplo da Irmandade de São José de Salvador neste artigo, é que primeiro possamos compará-lo com a afirmação descrita por Douglas Cole Libby no que se refere à análise das irmandades dos artífices mineiras e para que possamos compreender que, a diversidade da sociedade e dos centros urbanos do Brasil colônia, demandou recursos diferentes no objetivo de regulamentar e fiscalizar a prática dos diversos ofícios especializados na colônia. Esses recursos trazem a tona alguns dos limiares entre o trabalhar no Reino, na Europa e no Brasil colonial.

Em segundo lugar, e principalmente, nosso objetivo como o exemplo acima, foi apontar para nossa perspectiva de que as irmandades devem ser focalizadas no estudo dos trabalhadores no Brasil, assim como estamos a realizar no estudo da Irmandade de São José do Ribamar dos quatro ofícios de pedreiro, carpinteiro, marceneiro e tanoeiro, do Recife.

Segundo Pereira da Costa (Vol. 6: 96 – 97), a irmandade instituída por carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros, já existia por volta de 1735 e se instalou inicialmente na Igreja do Hospital do Paraíso no Bairro de Santo Antônio. Esta era regida por um compromisso deste mesmo ano de 1735 que vigorou até 1770, quando foi redigido um novo; esse novo compromisso passou a vigorar possivelmente no ano de 1776. Até o presente momento, apenas encontramos este último de 1776. No ano de 1838 ainda foi redigido outro compromisso, que segundo ainda Pereira da Costa, tinha o objetivo de facilitar a admissão de escravos no corpo da irmandade.

No ano de 1752 os irmãos artífices deram início a construção da igreja de São José do Ribamar, porém as obras tiveram que parar por falta de recursos, sendo retomadas em 1788. No final do século XVIII a igreja já havia sido erguida e já se rezavam as missas, embora faltassem alguns detalhes.

Para os artífices dos quatro ofícios do Recife, a Irmandade de São José buscou atuar de forma semelhante ao descrito no compromisso da associação dos artífices de Salvador. Os documentos deixam transparecer que os irmãos artífices buscaram assumir o papel de reger os ofícios em conjunto com a Câmara municipal através dos juizes de ofício. Os “irmãos de São José” buscaram agir no sentido de limitar o acesso à aprendizagem dos ofícios por brancos e negar aos escravos, assim como também procuraram ser atuantes na fiscalização da execução das obras.

Apesar de não possuirmos o compromisso de 1735, uma querela envolvendo a Irmandade e os oficiais tanoeiros, nos deixa informações sobre as pretensões da associação dos artífices. Em uma Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei, anterior a 1773, consta que os mestres do ofício de tanoeiro Manoel Xavier Pereira e Inácio Tavares da Costa e demais mestres da Rua dos Tanoeiros, denunciavam uma irmandade que regia-se sem seu compromisso ter sido confirmado pelo Rei.

Mas a questão não propriamente o fato de o compromisso de 1735 não ter sido submetido à aprovação régia, mas sim pelo fato de ter sido redigido um novo compromisso em que, segundo os tanoeiros:

(...) foram os atuais juizes dos ofícios obrigados mandar confirmar o mesmo compromisso, e antes de o remeterem para esta côrte, eles por fato próprio, e sem ser convocada a irmandade como era preciso, acrescentaram vários capítulos sumamente prejudiciais ao ofício dos Suplicantes, sendo um deles, que não poderiam ensinar o mesmo ofício a escravo algum, fosse próprio ou alheio e bem assim o não poderiam ensinar a outra quantidade de aprendizes, sem licença dos mesmos juizes, acumulando penas pecuniárias...
(LAPEH/AHU – PE, Doc. 8752).

O documento nos deixa claro, não apenas a pretensão de parte dos irmãos da irmandade através dos juizes dos ofícios, mas também que essas ações encontravam resistência por parte de um grupo dos artífices. Controlar o acesso aos ofícios era um meio de controlar a oferta de mão-de-obra na cidade; porém, provavelmente o que mais atingia aos oficiais tanoeiros era a proibição do acesso do escravo ao exercício do ofício e tratando-se de uma sociedade escravocrata, certamente esse era um dos temas mais polêmico entre os artífices.

A análise do compromisso redigido em 1776, nos mostra que essa proibição foi modificada pela restrição à posição de mestre de ofício examinado. Por outro lado, a queixa por parte dos tanceiros nos mostra que se confirmado, a irmandade poderia ter condições suficientes para fazer valer seu regulamento sobre os demais artífices.

Nas corporações de ofício européias haviam regulamentos que determinavam o exercício do ofício mecânico, o Regimento, e este regimento era obrigatório a todos os artífices aos quais seus ofícios possuíam regimentos. Nas irmandades o compromisso a princípio era opcional aos irmãos. Mas opção do compromisso e a obrigatoriedade do regimento se confundem no capítulo IX da Irmandade de São José do Ribamar:

Cada oficial dos quatro ofícios anexos será obrigado a pagar de entrada dez tostões a de anual a cabo de cada um ano pagará trezentos e cinqüenta Réis. (...) os que não quiserem ser nossos irmãos pagarão de assentada para a Bandeira do nosso Santo e sua fábrica trezentos e vinte Réis e não será examinado de seu ofício para mestre dele sem que primeiro seja Irmão nosso (grifo nosso) pagando os dez tostões de sua entrada e as esmolas da carta em que vai taxada no capítulo 13 e os oficiais cativos dos quatro ofícios anexos serão seus senhores obrigados trabalhando eles pelos ditos ofícios a pagarem de assentada para a Bandeira do nosso Santo duzentos e quarenta Réis e cada um ano para a mesma Bandeira oitenta Réis ... (LAPEH/A.H.U., Códice 1301).

A situação era de que a todos os mestres de ofício era obrigatório compor e seguir as determinações da irmandade. Para os que não quisessem compor a irmandade, estes não podiam ser examinado para tornarem-se mestre, o que significa que não poderiam abrir uma tenda para trabalharem. Também é possível identificar que para os artífices escravos, seus senhores também ficavam obrigados a pagarem as tachas da confraria. Quando analisamos o capítulo XIII, que trata das obrigações dos juizes e escrivães dos ofícios, encontramos além de outras funções:

(...) são obrigados a ver todas as obras desta praça e achando que alguma delas são fabricadas por algum oficial dos quatro ofícios anexos sem que este seja aprovado ou tenha licença do Senado da Câmara ou de qualquer Ministro de S. M. F. o condenarão em dez tostões para a fábrica do Nosso Santo, suspensão de não continuar com a dita obra enquanto se não mostrar examinado ... (LAPEH/A.H.U., Códice 1301).

O que está expresso nos trechos do compromisso resume-se na seguinte sentença: Caso um artífice não compusesse a Irmandade dos quatro ofícios estava

impedido de tornar-se mestre e abrir tenda para trabalhar, e mesmo trabalhado em qualquer obra pela cidade, era função dos juizes dos ofícios, fiscalizar e punir com a proibição de continuar a obra até que o artífice fosse examinado, e entrar para a irmandade.

Aqui observamos que os irmãos da Irmandade de São José do Ribamar dos quatro ofícios, compuseram uma estrutura ao qual pudessem manter o controle sobre o exercício dos ofícios mecânicos, uma vez que ser mestre de ofício era também ser irmão de São José e seguir o regulamento do grêmio, assim, questões como a aprendizagem dos ofícios - tanto de brancos, quanto de pardos e negros forros ou escravos – quanto às eleições dos juizes de ofício - eram discutidas no interior da irmandade.

É necessário salientar que a Câmara não havia perdido suas funções quanto aos ofícios mecânicos, mas nossas pesquisas indicam que os artífices buscavam – talvez até diante do pouco zelo por parte dos oficiais do senado para com os ofícios – ter maior poder de decisão sobre o regimento das artes mecânicas.

Para entender os mecanismos dessas ações da irmandade, estamos aprofundando nossas pesquisas através da documentação da associação. Com base na análise no Livro de Termos, assim como do compromisso da irmandade, percebemos que as decisões do grêmio entre 1773 e 1789 eram tomadas pela mesa constituída por um juiz e um escrivão de um dos quatro ofícios – que se alternavam no governo da mesa anualmente – pelos procuradores e mordomos, assim como pelo tesoureiro. Porém, a partir deste ano de 1789, as decisões da confraria passaram a ser tomadas pelos juizes dos quatro ofícios, acompanhados pelos respectivos escrivães, pelo tesoureiro e pelo procurador geral da irmandade⁵.

Entre as reuniões das mesas da irmandade, encontramos decisões sobre a realização da festa de São José, realizada geralmente no dia 19 de Março, termos de posse dos irmãos e Padres, recebimento de esmolas e obras da igreja. Também encontramos termos relatando reuniões das mesas realizadas para se acertar a defesa da irmandade contra ações, como a realizada pelo mestre tanoeiro Manoel Xavier Pereira⁶, já descrita acima.

Porém, outro termo nos chama bastante atenção por demonstrar a realização de reuniões com o objetivo de determinar ações relativas ao regimento dos ofícios, e especificamente, na ação de impedir o acesso de escravos à posição de mestre de ofício:

⁵ O Livro de Termos analisado apresenta Atas de reuniões da Mesa realizadas a partir de 1773 até a primeira metade do século XIX.

⁶ IPHAN, Livro de Termos da Irmandade de São José, doc 119, p.16.

Aos vinte e dois dias do mês de março de mil setecentos e noventa e um, estando presentes todos os deputados da mesa, assentaram todos para a notícia certa que tiveram, que estava o preto José, escravo do Doutor Joaquim Apolinário Bael examinado pela Câmara de Olinda por não ser admitido nesta vila por ser cativo, contra a lei do nosso compromisso, que proíbe não serem escravos examinados e como sua Majestade fidedigna nos confirmou por uma provisão régia que se acha em o mesmo compromisso, lavremos este termo de defendermos o tal insulto a custa da mesma irmandade até o final da sentença do último tribunal para em todo tempo constar lavremos este termo em que todos nós assinamos. E eu Martinho de Souza Lima, escrivão o escrevi (IPHAN, Livro de Termos, doc. 119; pg 30v).

Assinaram este termo todos os juizes e escrivães dos quatro ofícios, demonstrando claramente a ação direta dos artífices da vila do Recife no objetivo de reger, regularizar e fiscalizar o exercício e organização de seus ofícios através da irmandade. Uma associação de trabalhadores, não uma corporação de ofício, mas um grêmio onde tem como principal objetivo, organizar os trabalhadores das mesmas profissões. Atuante no papel, seja de controlar o acesso à aprendizagem dos ofícios, seja limitar o espaço dos escravos no exercício profissional, a irmandade de São José demonstra uma experiência de organização dos artífices do Recife no Bairro de São José.

A articulação entre a irmandade e a Câmara municipal, muito provavelmente era exercida pelos juizes de ofício, que ao mesmo tempo cumpriam o exercício legal da função – já descrita nesse texto – junto aos oficiais da Câmara e governavam a Irmandade de São José do Ribamar.

Sem dúvidas, muito deve ser discutido sobre a vida dos oficiais mecânicos do Recife, assim como a atuação desses artífices na Irmandade de São José no século XVIII. Dessa forma, daremos continuidade ao nosso trabalho, vislumbrando trazer a luz não apenas dados sobre uma parcela dos artífices do Brasil no período colonial, mas contribuindo para que possamos escrever um importante capítulo sobre a história dos trabalhadores no Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Ofícios urbanos e os escravos ao ganho no Rio de Janeiro Colonial (1808 – 1822)**. In: **História Econômica do Período Colonial**. Tamás Szmrecsányi (Org). 2º Edição, São Paulo, Hucitec; Associação Brasileira de

Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial. 2002.

- ASSIS, Virginia Almoêdo, **Pretos e Brancos – a Serviço de uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

- COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Anais Pernambucanos**. Volume 6 1740 - 1794. 2º Edição. Recife: Coleção Pernambucana, secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 1983.

- FLEXOR, Maria Helena. **Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador - Departamento de Cultura, Museu da Cidade, 1974.

- _____ . **Ofícios, manufaturas e comércio**. In: **História Econômica do Período Colonial**. Tamás Szmrecsányi (Org). 2º Edição, São Paulo, Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial. 2002.

- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Coleção Intérpretes do Brasil, Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

- _____ . **Sobrados e Mucambos**. Coleção Intérpretes do Brasil, Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

- LANGUANS, Franz Paul. **As Corporações dos Ofícios Mecânicos: subsídios para a sua História**. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.

- MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Um Mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes Matos no período de 1671 – 1701**. 2º Edição. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

- PIRENNE, Henry. **Historia Econômica e Social da Idade Média**. 4º Edição. Lisboa: Editora Mestre Jou, 1968.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Volume 1. 6º Edição. Lisboa: Editora Verbo, 2001.

- SOUZA, George F. Cabral de. **Elite y Ejercicio de Poder en El Brasil Colonial: La Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)**. Universidad D Salamanca. Tesis Doctoral. Salamanca, 2007

- BOSCH, Caio César. **Os Leigos no Poder (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática 1986.

- WOOD, A.J. Russell. **Fidalgos e Filantropos**. Editora Universidade de Brasília, 1981.

FONTES MANUSCRITAS

- Atas da Câmara do Recife, Livro I: 1714 – 1738; (transcrito pelas professoras Virginia Almoêdo de Assis e Vera Lúcia Acioli).

- Pesquisados no LAPEH (laboratório de Pesquisa e Ensino em História – UFPE):

- Arquivo Histórico Ultramarino. Documento 8752. Anterior 1773, Março, 04, Recife.

- Arquivo Histórico Ultramarino. Documento 14432. 1799, Dezembro, 30.

- Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 1301.

- Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 1283.

- Pesquisados no Arquivo da 5ª Superintendência do IPHAN:

- Livro de Termos da Irmandade de São José do Ribamar, doc. 119.

PERÍODO COLONIAL DE IPOJUCA-PE, VISTO A PARTIR DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Julianne Socorro do Monte
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Graduando
juliannesocorro@yahoo.com.br

O município de Ipojuca está situado na mesorregião da Mata pernambucana, mais precisamente na Microrregião da Mata Úmida. A sede municipal está a 10m de altitude, é delimitada ao Norte-Nordeste pelo município do Cabo; ao Sul-Sudoeste pelo município de Serinhaém; ao Leste-Sudeste pelo Oceano Atlântico e ao Oeste-Noroeste pelo município de Escada. Sua distância em relação à capital do Estado é de 52km.

A origem da povoação ou mesmo da freguesia de São Miguel de Ipojuca permanece escondida no passado, posto que não se encontram indícios exatos acerca de sua fundação, que provavelmente surgiu da doação de sesmarias. Porém, sabe-se que um dos documentos mais antigos – Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil – faz referências a Gaspar Pereira de Castro, imigrante da Galiza, filho de gente nobre e casado com Ana Tomé. Já em 1584 morava como lavrador nas terras de Ipojuca, assim como Pero Dias da Fonseca, senhor de engenho, dono de Tabatinga e Antônio Gonçalves Menaia, mestre de açúcar e lavrador, como residentes na freguesia de Ipojuca, naquele ano. Nessa época, a povoação já possuía também um vigário ou uma cura de Almas, o padre Gaspar Neto, antes mesmo da criação da paróquia que, segundo documento existente na câmara eclesiástica somente ocorreu em 1595, por ocasião da visita do bispo Dom Frei Antonio Barreiros.

Entretanto, segundo informação prestada pelo vigário Firmino José Dias de Araújo Figueiredo ao bispo Dom José da Silva Barros em 1881, a fundação da freguesia somente teria se realizado em 1586, tendo como primeiro vigário o padre Sebastião Rodrigues.

Essas informações foram retiradas da Série de monografias municipais de Pernambuco – Ipojuca, 1991, mostram como as terras em que foram encontrados os sítios arqueológicos RNEST-21 e RNEST-25, localizados nas terras do Engenho Salgado, Ipojuca-PE, já eram povoadas desde o século XVI revelando-nos o grande potencial histórico de informações que esta região pode fornecer para estudos do período colonial em Pernambuco.

As informações histórico-culturais que se pode extrair desta área é de grande importância, pois servem para preencher lacunas históricas existentes sobre a formação de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, as quais são apontadas pela historiografia pernambucana como sendo uma das primeiras áreas ocupadas pelos europeus em sua instalação na capitania de Pernambuco no século XVI, se estendendo pelos anos

seguintes em que aconteceu a colonização do Brasil. Com essas informações pode-se entender como se processava a vida cotidiana dos primeiros colonizadores e senhores de engenho durante a colonização.

Metodologia

Cada vez mais é necessário existir um trabalho de salvamento arqueológico em áreas onde irão acontecer grandes construções empreendidas por empresas que desejam se instalar nesses locais para desenvolver centros de tecnologia, hidrelétricas e petroquímicas que acabam modificando o ambiente natural e a forma de vida das pessoas que habitavam estes lugares. Os estudos arqueológicos de salvamento acompanhados por programas de educação patrimonial, levadas as populações atingidas pelas transformações nessas áreas, fazem com que, pelo menos, parte da história, costumes e modos simbólicos de vida desses povos sejam preservados para gerações futuras, e assim valorizando a cultura, as crenças e a identidade de uma determinada região.

Com o grande número de sítios encontrados na área de instalação da Refinaria do Nordeste demos preferência a dois sítios arqueológicos para fazer-mos este estudo, o RNEST-21 e o RNEST-25, eles foram escolhidos, dentre os demais, por fornecerem grandes quantidades de vestígios pertencentes ao período abordado pela pesquisa e por estarem em bom estado de conservação mesmo sendo sítios a céu aberto.

As etapas de trabalho de campo usadas na pesquisa foram bem dinâmicas. Em primeiro lugar foi feito um levantamento topográfico do terreno, seguido por uma coleta sistemática do material de superfície e escavação por níveis naturais através da abertura de trincheiras longitudinais e latitudinais e/ou quadrantes. Logo após este trabalho foram feitos plotagens e desenhos dos vestígios arqueológicos *in situ*, com registros fotográfico e fílmico dos mesmos fragmentos. Seguindo esta etapa foram feitas análises laboratoriais parciais dos vestígios arqueológicos encontrados durante o Resgate Arqueológico e, após isso, guarda do material arqueológico no Núcleo de Pesquisas (NUPESQ), Depto. de Letras e Ciências Humanas da UFRPE.

Na escavação dos sítios selecionados, foi utilizado o método de escavação por níveis naturais através da abertura de trincheiras longitudinais e latitudinais e/ou quadrantes de 4 x 4 metros, de modo a obter as dimensões dos espaços ocupados e a distribuição espacial dos vestígios encontrados bem como permitir uma visualização e correlacionamento dos níveis evidenciados nos perfis verticais dos sítios, inserindo-se os dados em fichas apropriadas contendo referências de setores, níveis e tipos de vestígios. A partir da malha quadriculada foram selecionadas as quadrículas por onde se iniciaria a escavação dos sítios, tomando-se inicialmente como critério norteador para a abertura dessas quadrículas as áreas que apresentavam uma maior densidade de vestígios

arqueológicos em superfície.

Quando necessária escavação em grandes áreas foi realizada de modo que em alguns sítios podem-se verificar diferentes técnicas de escavação. Foram realizados os desenhos dos perfis estratigráficos e das plantas-baixa das quadriculas escavadas, assim como o levantamento fotográfico de todas as etapas dos trabalhos. Em relação a catalogação dos vestígios arqueológicos encontrados, estes receberam etiqueta de identificação individual, sendo que cada sítio teve sua numeração seqüencial (de 1 a infinito).

Ao fim dessa etapa esses vestígios passaram pelo processo de higienização e prévia análise, e após o processo de higienização e numeração, os vestígios foram identificados, em primeiro momento, pelo tipo de matéria-prima utilizada para a confecção dos objetos. Dentro da categoria Pré-histórica as matérias-prima preferencialmente utilizadas foram a argila e o lítico, e na categoria Histórica identificamos objetos confeccionados com argila, vidro e metais. Após essa primeira separação iniciou-se, o processo de caracterização e contabilização dos fragmentos ou, quando possível, objetos.

A análise desses vestígios baseou-se em dois parâmetros: qualitativo e quantitativo. O parâmetro qualitativo está relacionado ao período em que foi produzido o objeto, o tipo de matéria-prima, técnicas de elaboração e, quando possível, a sua função, possibilitando a formação de grandes categorias de análise de material (cerâmica, lítico, metais). Quanto ao parâmetro quantitativo este foi utilizado para mensurar a quantidade de vestígios em cada categoria de análise, de modo a se observar as preferências e possibilidades de acesso a cada tipo de objeto. Paralelo a este trabalho, também foi importante desenvolver oficinas de educação patrimonial junto às crianças das redes públicas e privada do município de Ipojuca e entrevistas com a população dessa área, buscando com os primeiros incentivar a preservação da história local e com os últimos saber mais informações sobre a cultura imaterial dos mesmos.

Identificação dos sítios

RNEST- 21

Sítio Histórico a céu aberto localizado no município de Ipojuca nas coordenadas UTM **Zona:** 25 **L N:** 9073037 **E:** 0276478, situado a meia encosta de colina, acerca de 20m de altitude em relação ao nível do mar. O sítio apresenta uma área estimada de 40 x 75 metros, medido através de aparelho GPS a partir da distribuição dos vestígios na superfície e do resultado dos trabalhos de escavação. O material arqueológico histórico encontrado foi fragmento de cerâmica, faiança, louça e grés.

Foram realizadas duas trincheiras no sítio, que chegaram a 50cm de profundidade, nas quais se constatou a presença de duas camadas estratigráficas, a primeira com cerca de 20cm, com sedimento arenoso, solto, com coloração marrom escuro, onde evidenciou-se a presença de louça, vidro, metal e grés até os 15cm de profundidade, e a segunda camada com sedimento areno-argiloso, compacto, de coloração marrom oliva claro, sem nenhum tipo de vestígio arqueológico.

Coordenadas da delimitação do sítio

Coordenadas – UTM	
N	E
9073037	0276478
9073025	0276460
9073050	0276442
9073075	0276570
9073106	0276470

Tabela de vestígios arqueológicos encontrados

VESTÍGIO	QUANTIDADE	PROFUNDIDADE (cm)
Botão	1	30
Fornilho de cachimbo luso-brasileiro	1	Superfície
Fornilho de cachimbo luso-brasileiro	2	15
Cerâmica histórica	813	Superfície
Cerâmica histórica	49	10
Cerâmica histórica	1201	15
Cerâmica vitrificada	2	Superfície
Objetos de cobre	5	15
Moeda de cobre	1	15
Faiança	7	Superfície
Objetos e fragmentos de ferro	17	15
Grés	5	Superfície
Grés	21	10-15
Louça	50	Superfície
Louça	22	10
Louça	190	15
Sílex	2	Superfície
Sílex	7	10-15
Telha	21	15
Tijolo	1	10
Vidro	10	Superfície
Vidro	83	10-15

Total de vestígios = 2.511

RNEST- 25

Sítio multicomponencial a céu aberto, localizado no município de Ipojuca nas coordenadas UTM Zona: 25 L N: 9071700 e E: 0277428, onde foram observados vestígios arqueológicos tanto do período pré-colonial quanto histórico. O sítio situa-se no topo e meia encosta de colina a céu aberto numa área de cultivo de cana de açúcar, a uma altitude de 30m em relação ao nível do mar, com vista para o Noroeste. O sítio ocupa uma área com aproximadamente 50 X 36 metros, medida a partir da distribuição dos vestígios na superfície e do resultado das escavações das trincheiras.

A superfície do solo apresenta sedimento areno-argiloso, pois se nota uma concentração de areia associada ao sedimento argiloso. O sítio apresenta vista panorâmica para a estrada portuária no sentido sudoeste podendo ser visualizadas a avenida portuária, linhas de transmissão de energia e a fábrica de polímeros MG.

No momento dos trabalhos de salvamento o sítio encontrava-se recoberto por vegetação de cana-de-açúcar ainda em fase de crescimento. Os trabalhos iniciaram-se pela remoção da vegetação das áreas a serem escavadas sendo, concomitantemente, realizada a identificação, etiquetagem, posicionamento e recolhimento dos vestígios de superfície.

Durante a identificação e a coleta do material de superfície, observou-se que o material pré-colonial encontrava-se disperso no lado da vertente Nordeste da colina, indicando que a área da ocupação indígena estava mais restrita a este local do sítio. De modo que foram abertas quadrículas nessa área para a obtenção de informações mais precisas, sendo esta área identificada, ao final dos trabalhos, como a principal concentração de vestígios indígenas no sítio.

A escolha das áreas para serem escavadas foi definida por critérios previamente estabelecidos de acordo com as características do sítio. Desse modo foram locadas 4 trincheiras alinhadas por plano cartesiano, nas áreas do sítio caracterizadas pela alternância de setores planos e em declive, e que correspondem aos locais com maior concentração de vestígios em superfície, e organizadas em quadrículas de 4 x 4 m, cujos cortes foram alternados 4 x 2 m, 2 x 4 m e 4 x 4 m, estando estas posicionadas de modo a se obter informações sobre a espacialização dos vestígios arqueológicos tanto no sentido horizontal quanto no sentido vertical. Assim, às trincheiras se localizaram da seguinte forma: Trincheira 1, no sentido Nordeste, com extensão de 36 x 4 metros; Trincheira 2, no sentido Sudeste, com extensão de 24 x 4 metros; Trincheira 3, no sentido Noroeste, com extensão de 24 x 4 metros e; a Trincheira 4, no sentido Nordeste/Sudoeste na área central do sítio, com extensão de 28 x 4 metros. A escavação processou-se através da abertura de quadrículas alternadas, de maneira a se ter dados referentes à distribuição dos vestígios em profundidade assim como identificar a estratigrafia do terreno.

As escavações mostraram, do ponto de vista estratigráfico, a ocorrência de duas camadas, sendo a primeira apresentando como característica recorrente a presença de materiais orgânicos (raízes e carvão), fragmentos de rochas como o arenito e o quartzo, além de se encontrar bastante revolvida pelo cultivo da cana de açúcar, composta por sedimento de textura areno-argiloso, com coloração variando entre cinza e marrom amarelado, apresentando espessura entre 15 e 30cm dependendo da posição do terreno em relação à declividade. Estes elementos se encontram misturados aos vestígios arqueológicos, onde ocorreu à identificação de material arqueológico como cerâmica histórica, louça, faiança, vidro, grés, fornilhos e piteiras de cachimbos luso-brasileiros, objetos de metal, cerâmica indígena, batedores de seixos de quartzo, lascas, núcleos, fragmentos de sílex e fragmento de uma pré-ponta de flecha de sílex.

As escavações da 2ª camada atingiram a profundidade média de 45 cm cuja textura se apresentou mais argilosa com tonalidade amarela amarronzada. Após 45 cm de profundidade o solo apresenta o processo de esterilidade arqueológica, cujo sedimento é argiloso característico "massapé" de coloração amarelo amarronzada, com a presença, em alguns cortes, de pequenos fragmentos arenosos de rocha e de quartzo (entre 1 e 3cm de tamanho) depositados laminarmente na horizontal, oriundos da decomposição da rocha local (Formação Cabo), e onde não havia indícios de presença humana. A profundidade média da escavação das quadrículas foi de 50cm, sendo que algumas foram aprofundadas até 1 metro para a confirmação da estratigrafia.

Praticamente o material indígena (cerâmica, lascas, núcleos, fragmentos de sílex, batedores em seixo e uma pré-ponta) estava na superfície, ocorrendo muito pouco material em profundidade, sendo esses vestígios os mais antigos do sítio, a explicação para o fato do material mais antigo estar na superfície e o mais recente em profundidade (vestígios históricos), se dá pela forma de utilização do solo para a agricultura. O processo de mecanização do plantio da cana-de-açúcar revolve a terra atingindo entre 30 e 40cm do solo, trazendo para superfície o que está em baixo e colocando para baixo o que está na superfície, acarretando o reposicionamento e a mistura de materiais dos dois períodos distintos.

O salvamento do RNEST-25 resultou num total de 17 setores escavados. As escavações deste sítio consolidaram sua característica multi-componencial de ocupação humana, representada por uma densidade significativa de vestígios arqueológicos que demonstram períodos distintos de ocupação humana que abrangem tanto a época pré-histórica quanto a histórica.

Coordenadas da delimitação do sítio RNEST-25.

Coordenadas – UTM	
N	E
9071700	0277428
9071640	0277597
9071660	0277597
9071688	0277556
9071654	0277524
9071622	0277569

Tabela de vestígios arqueológicos encontrados:

VESTÍGIO	QUANTIDADE	PROFUNDIDADE (cm)
Cerâmica indígena	05	Superfície
Cerâmica histórica	253	Superfície
Cerâmica histórica	1222	15
Cerâmica histórica	93	30
Louça	09	Superfície
Louça	04	15
Faiança	20	Superfície
Faiança	124	15
Faiança	11	30
Botão	01	15
Moeda de cobre	01	30
Fragmento de ferro	05	15
Fragmento de ferro	01	30
Lasca de sílex	07	Superfície
Núcleo de sílex	03	Superfície
Lítico não identificado	05	Superfície
Lítico não identificado	13	15
Lítico não identificado	03	30
Batedor de seixo	02	Superfície
Pré-ponta em sílex	01	Superfície
Fornilho de cachimbo luso-brasileiro	01	Superfície
Fornilho de cachimbo luso-brasileiro	04	15
Piteira de cachimbo luso-brasileiro	02	Superfície
Piteira de cachimbo luso-brasileiro	03	15
Telha	68	Superfície
Telha	1025	15
Telha	206	30
Tijolo maciço	13	Superfície
Tijolo maciço	38	15

VESTÍGIO	QUANTIDADE	PROFUNDIDADE (cm)
Tijolo maciço	02	30
Vidro	04	Superfície
Vidro	03	15

Total de vestígios = 3.152

Resultados

Para o historiador Michel De Certeau antes de saber o que diz uma sociedade, é necessário saber como funciona por dentro e levar a sério o lugar social da qual ela se originou. Dessa forma ao saber que somos um povo constituído por descendentes de um país colonizado pelos europeus da Península Ibérica, podemos conceber que a História do Brasil foi escrita com uma perspectiva eurocêntrica desde o início da colonização, com os relatos dos primeiros viajantes e colonistas que por aqui passaram, pois eles refletiam o seu lugar social como fala Michel De Certeau. Nesse contexto, podemos entender o porque o elemento índio e o negro foram tão desvalorizados, pois estes faziam parte do grupo que estava sendo subjugado pelo branco europeu que nesse momento ditava as regras para a construção de uma história do Brasil.

Com essa temática o Nordeste representa uma área de excepcional importância para estudos arqueológicos do período colonial, pois por “(...) ali se encontram cidades que floresceram (...) testemunhando a consolidação do projeto colonial português no Brasil” (ETCHEVARNE. CLIO, 2006), os estudos arqueológicos intensivos nessa região tão procurada, para a instalação de famílias portuguesas nos primeiros anos da colonização, revelam dados importantes sobre o as possibilidades de se reescrever uma história na qual se permitiu a coexistência tanto do europeu quanto do índio dentro do mesmo espaço colonial o que é um pouco novo, pois por vários anos se pensou na sobreposição de um sobre o outro.

Ao se empreender trabalhos arqueológicos nos quais encontramos um sítio como o RNEST-25, percebe-se que está idéia não pode ser ignorada, como também, ao se deparar com trabalhos como o de Anne-Marie Pessis, Gabriela Martins, Claudia A. de Oliveira e Elisabeth Medeiros intitulada “Intervenção Arqueológica na Igreja São Frei Pedro Gonçalves em João Pessoa-PB”, que faz, a partir de investigação arqueológica, uma análise do período colonial da Paraíba, buscando ver a existência de todos, europeus e índios, como protagonistas e construtores, em um mesmo espaço, de uma identidade nacional que ao vir de um desejo de segurança, que por sua própria natureza já nasce de

um sentimento ambíguo, como Zygmunt Bauman fala em suas obras da ambigüidade do sentimento de identidade formado por um povo.

Outro dado relevante em nossa pesquisa foi o de encontrar nos sítios uma grande quantidade de cachimbos, o que nos leva a, mais uma vez, ver a relação estreita da população da colônia com o fumo, que nos revela que seu uso se fez presente no cotidiano das pessoas no Brasil colonial.

A iniciativa de recuperar arqueologicamente os vestígios desse passado colonial e essencial para a compreensão de uma série de eventos ocorridos durante a colonização, pois sabendo da grande relevância do Nordeste para estudos arqueológicos, principalmente ao tratar do período colonial no Brasil, muitas vezes nos deparamos com a falta de pesquisas, o que ocasiona grandes lacunas históricas que impedem o historiador de fazer uma maior organização temporal das informações já existentes sobre o período, nesse sentido nossa pesquisa ajudará para que seja aumentado o número de informações sobre a região e, também, para que outros historiadores se interessem pelo tema abordado.

Considerações Finais

A importância deste trabalho para estudos futuros estava em apresentar para os estudiosos o quanto é relevante empreender pesquisas arqueológicas deste tipo no Nordeste brasileiro, e para mostrar o valor das informações colhidas nesse espaço para a área científica, para as organizações governamentais e para a população em geral. Assim, foi mostrado como é importante conhecer a história local e preservá-la, para que não se permita que chegue ao esquecimento das próximas gerações.

É aqui, então, que se compreende a necessidade de incrementar as pesquisas arqueológicas que associadas a pesquisas bibliográficas que ampliam e complementam o trabalho, dando uma verdadeira dimensão histórica do momento em questão. Os estudos desenvolvidos na área de implantação da Refinaria do Nordeste, utilizando-se dos vestígios arqueológicos materiais encontrados nos sítios, serviram como informações base para pesquisa sobre o período colonial no Nordeste brasileiro, principalmente em Pernambuco, pois com elas pudemos levantar questões relevantes em relação ao perfil cultural e social destes primeiros homens que chegaram à colônia e sua relação com o espaço indígena, e como, aos poucos, o espaço colonial foi se sobrepondo ao espaço indígena.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CERTEAU, Michel De. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos, 1493-1590**. VOL. I. Arquivo Público Estadual do Recife – PE, 1951.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos, 1591-1634**. Vol. II. Arquivo Público Estadual do Recife – PE, 1952.
- D' AQUINO, Gilma. **Os Cachimbos Tabulares Falomorfos Cerâmicos de Alenquer, Pará**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 16. Recife, UFPE, 2003.
- ETCHEVARNE, Carlos. **Aspectos da cerâmica colonial do século XVII em Salvador, Bahia**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 20. Recife, UFPE, 2006.
- ETCHEVARNE, Carlos. **A Reciclagem de Faiança em Salvador. Contextos Arqueológicos e tipos de reutilização**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 16. Recife, UFPE, 2003.
- LAGE, Maria da Conceição Soares Meneses. FABRIS, José Domingos. MORAES, Beneilde Cabral. CAVALCANTE, Luis Carlos Duarte. **Análise química de sedimentos como indicador de ocupação humana pré-histórica no Parque Nacional da Serra da Capivara**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 20. Recife, UFPE, 2006.
- LUNA, Suely. **Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 16. Recife, UFPE, 2003.
- PESSIS, Anne-marie. MARTINS, Gabriela. OLIVEIRA, Claudia A. de. MEDEIROS, Elisabeth. **Intervenção Arqueológica na Igreja São Frei Pedro Gonçalves em João Pessoa-PB**. Clio, Revista do Curso de Mestrado em História, nº 16. Recife, UFPE, 2003.
- **Série monografias municipais – Ipojuca**. FIPE – Fundação Instituto Pernambucano, 1991.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS OFICINAS DE CHARQUE DA VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI (1748-1793)

Leonardo Cândido Rolim
Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Graduando.
leonardorolim-ufc@hotmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivos esmiuçar a estruturação interna das oficinas de carnes da Vila de Santa Cruz do Aracati, abordando a divisão e especialização do trabalho no interior das referidas oficinas, e analisar as relações sociais na Vila do Aracati no que diz respeito à ocupação econômica de sua população de homens livres e escravos. Discutindo ainda a criação de gado nas fazendas do interior da Capitania do Ceará no século XVIII e, a partir da análise da divisão do trabalho nos currais, problematizar todo o processo de feitura da carne salgada desde a chegada do gado à Vila de Santa Cruz do Aracati até sua venda aos donos de barcos no porto da Vila, sempre dando ênfase à mão-de-obra utilizada.

A incipiente bibliografia até agora produzida sobre as charqueadas não permite uma análise qualitativa sobre o assunto. O charque foi um produto que, de acordo com pesquisas recentes, foi de grande importância para o comércio intercontinental de escravos. A discussão aqui proposta dá uma maior ênfase à Vila de Santa Cruz do Aracati, a mais importante da Capitania no século XVIII, aonde chegou centenas de rezes todo ano para serem feitas carnes salgadas e vendidas aos donos de barcos do porto do Recife e de Salvador. Temos como indagações iniciais qual seria a mão-de-obra utilizada pelos donos das oficinas, qual a ocupação desta mão-de-obra quando não se produzia charque e se houve uma divisão e/ou especialização do trabalho dentro das oficinas de charque.

Economia pastoril e ocupação do sertão

Para analisarmos as oficinas de charque do Aracati é preciso fazer uma sistematização conjuntural da ocupação do sertão através da criação de gado, evidenciando os possíveis fatores que levaram a necessidade da factura de carnes salgadas em algumas vilas e localidades do interior e do litoral setentrional do nordeste brasileiro no século XVIII. Com base no trabalho *Pecuária, Agricultura de Alimentos e Recursos Naturais no Brasil-Colônia* de SILVA, podemos observar que a base da criação de gado nos sertões foi a

(...) doação de vastas extensões de terras recém conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar

prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos. (2002, p. 123).

A unidade de terra utilizada para a pecuária no sertão era a sesmaria, cabendo ao sesmeiro sua exploração. No Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808), FARIA escreveu que:

Segundo as Ordenações Filipinas, “sesmarias são propriamente as dadas de terras, *casais* [casas de campo ou granjearias] ou *pardieiros* [casas velhas, ameaçando ruínas, ou já arruinadas ou desabitadas] que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora não o são”. (2001, p. 529).

Geralmente a sesmaria era dividida e arrendada a pequenos proprietários de terra ou diretamente ao vaqueiro. As fazendas de gado, como eram chamadas as unidades de terra que formavam as sesmarias do Sertão, contrariavam a idéia do grande latifúndio agro-exportador utilizado na região de exploração da cana-de-açúcar no que diz respeito à relação entre o tamanho da terra e a produção. Na fazenda, diferentemente do grande latifúndio canavieiro, não havia relação direta entre a dimensão territorial e a produção. As fazendas eram áreas de pequenas porções de terra dentro da sesmaria, arrendadas ou não, sendo que o arrendamento constituía fonte de riqueza para o sesmeiro. As imposições naturais determinavam os traços fundadores da fixação do homem no espaço do sertão, ou seja, havia uma necessidade de terras com recursos naturais como a água, que era muito rara nessa paisagem, por se tratar de uma região de clima semi-árido. De acordo com SILVA uma solução encontrada pelos proprietários e arrendatários para o controle da água e consequentemente de cacimbas e olhos d’água, foi a construção de currais. O curral era a unidade centralizadora da pecuária, com a presença do gado e da moradia dos vaqueiros e seus funcionários, responsáveis pela criação do gado.

A figura do vaqueiro construída pela historiografia tradicional é a de um sujeito perseverante e de ofício heróico, embrenhando-se nas matas da caatinga à procura do gado. Essa construção levou ao que se chama de generalização do termo vaqueiro, sendo utilizado para todos os funcionários da fazenda. SILVA, desmistificando essa idéia, escreveu que:

(...) o vaqueiro é homem livre, de prestígio e posição social única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por *senhor*, e se distingue claramente de seus homens. Estes, *camaradas*, *cabras* ou *fábricas*

ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com o proprietário. (2002, p. 137).

Portanto, podemos interpretar que havia uma estratificação do trabalho no interior do curral e nas fazendas. O vaqueiro era o gerenciador das atividades econômicas exercidas na fazenda de criação, sendo ainda uma espécie de capataz do dono da fazenda. Era pago através do sistema de *partilhas* ou *sortes*. Os outros funcionários seriam os cabras, tangedores e passadores. Respectivamente responsáveis pelos serviços no interior do curral, condução da boiada para locais com melhor inverno ou para as feiras e pelo trato da venda nesses locais.

Segundo a historiografia clássica, as fazendas de criar abasteciam os centros urbanos coloniais em expansão, mais especificamente Recife e Salvador. As rezes faziam longos percursos dos sertões até feiras nessas cidades, onde eram comercializadas. A respeito disso escreveu o visitador da *Companhia de Jesus* João Antônio Andreoni:

Constam às boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gados (...). As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de para. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem aonde possam parar. (ANTONIL, 1711).

Ao chegar às feiras as rezes estavam magras e fracas, sendo vendidas a baixos preços, tornando esse comércio financeiramente prejudicial para os criadores. Por essas perdas, o sistema de criação de gado no interior, como um produto que se transporta com os próprios pés, tornou-se inviável, apesar de existirem vilas e cidades para engorda. Segundo ANDRADE (2002, p. 103) “no percurso havia pontos de repouso e de engorda, pois a caminhada provocava uma queda de peso dos animais”. Andrade ressalta ainda que nesses “pontos de repouso” onde se fazia a recuperação do gado, formaram-se núcleos urbanos ainda hoje existentes.

Para autores como Capistrano de Abreu (1975) e Caio Prado Júnior (2006), essa marcha das boiadas para além do lado negativo de perda do valor do gado por conta das difíceis condições climáticas, teve também seu lado positivo. Para Capistrano os caminhos abertos no trajeto do gado em direção aos centros consumidores, abriram também a possibilidade de entrar no sertão, de povoá-lo e

conquista-lo. Em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Capistrano aborda a importância desta “conquista” do sertão a partir da criação de gado que, segundo ele, “resolveu o problema” da ocupação das terras do sertão que, não sendo boa para a lavoura, foi utilizada para a pecuária. Capistrano levou em conta também a doação de sesmarias como fatores primordiais para “civilizar” e “pacificar” os índios *bravios* do sertão. PRADO JÚNIOR afirma que a pecuária foi a mais importante atividade econômica do Brasil, excetuando-se aquelas de alcance internacional no período colonial. O autor escreveu também que:

a rapidez com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. (2006, p. 191).

O Ceará, tendo a maior parte de seu território tomado pelo Sertão, foi uma das áreas de maior conflito por terras. De início com os índios tapuias que não se submetiam ao colonizador e dificultavam a ocupação da capitania, e depois entre os próprios proprietários de terras, que disputavam as melhores terras para criar seu gado e, posteriormente, plantar seu algodão.

As Oficinas de Carnes ou Charqueadas

Analisando a conjuntura da colônia no final do século XVII e início do século XVIII observamos, segundo explicações tradicionais, as já citadas longas marchas das rezes pelo sertão ou litoral, que acabavam desgastando o gado e desvalorizando seu preço, causando altos prejuízos financeiros aos fazendeiros que eram ainda mais prejudicados pela concorrência de fazendas mais próximas aos grandes centros de comercialização. Então, a partir da primeira metade do século XVIII os fazendeiros das áreas mais próximas ao litoral passaram a comercializar o gado já abatido e transformado em carne seca e salgada. A origem e a técnica de corte e salga das carnes é motivo de variados pontos de vista entre os autores.

O artigo *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste* de Renato Braga, publicado na Revista do Instituto Histórico do Ceará, é o trabalho mais citado pela historiografia tradicional para explicar o surgimento de oficinas de charque no Ceará, o autor dá uma visão determinista da situação histórica da época. BRAGA (1947, p. 150) escreveu que “um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica do preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores”. Segundo a interpretação desse autor todos os

criadores de gado seriam charqueadores ou pelo menos conhecedores da técnica, o que não é constatado nos documentos. A explicação de que um anônimo teria tido essa idéia foi a maneira que Braga encontrou para falar da origem das charqueadas, mas ele expõe ainda fisiograficamente os motivos, afirmando que o

(...) vento constante e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época. (1947, p. 150).

Geraldo Nobre (1977) no primeiro e importante trabalho sobre as charqueadas no Ceará discorda de Renato Braga quando ele diz que todos os criadores conheciam a técnica. Ao contrário, NOBRE escreveu que:

Existem razões para se admitir, porém, que a técnica adotada pelos fazendeiros jaguaribanos constituiu, de certo modo, uma inovação, envolvendo *um segredo ciosamente mantido por algumas pessoas*, com objetivos de monopólio do preparo e do comércio da carne do Ceará. (1977, p. 49). Grifo Meu.

Em outro trabalho de igual importância sobre charqueadas no Ceará, Valdelice Girão (1984) afirma que as fabricas de beneficiar carnes surgiram no Ceará, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, sendo logo estendidas aos rios Parnaíba, no Piauí, e Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte. As atuais pesquisas sobre as charqueadas na Vila do Aracati nos remetem a um panorama do comércio intercontinental do charque.

De acordo com Almir Leal de Oliveira (2006) na comunicação *A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: O Ceará e as Dinâmicas do Mercado Colonial (1767-1783)* a partir da década de 1710 foram sendo criadas as oficinas de carne salgada, juntamente com a produção do couro salgado. Os interesses da elite açucarocrata de Pernambuco devem ser bem observados nesse sentido. O abastecimento de carnes verdes estava prejudicado no início do século XVIII e, sendo a capitania do Siará Grande subalterna a Pernambuco, as oficinas de charque do Aracati iriam então suprir a falta de carne para consumo e para o escambo de escravos na África. Ainda segundo OLIVEIRA

(...) a partir de 1757 encontramos dados referentes à inserção do charque como produto estratégico para a manutenção do tráfico atlântico de escravos, para a manutenção de tropas, para o abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro. (2006, p. 4).

Escreve ainda OLIVEIRA (2006, p. 4): “Na África o charque ganhou notabilidade a partir de sua introdução na alimentação dos escravos que estavam sendo preparados para a travessia do Atlântico”. Ou seja, o charque além de seu papel dentro da própria colônia teve um papel importante na manutenção do tráfico negreiro entre o Brasil, ainda colônia de Portugal, e os centros comerciais de negros em África, principalmente Angola. Depois da reconquista de Angola ainda no século XVII, que esteve sob domínio holandês, os comerciantes de escravos brasileiros passaram a ter preferência dos comerciantes de escravos em África em relação aos portugueses e outros europeus: “A chave do sucesso brasileiro estava nas mercadorias que financiavam seus investimentos” (FERREIRA, 2001, p. 345). Podemos observar então a importância da carne seca na manutenção das redes de comércio e na sustentação do Império Português Ultramarino.

Estrutura Física das Oficinas

Geraldo Nobre, ao analisar a estrutura física das oficinas, nos fala que algumas tinham 45 braças, outras 50 ou 57. O autor escreveu ainda que

(...) o telheiro seria o centro das atividades da oficina, tanto servindo para abrigar as pessoas que preparavam as carnes secas como para sobre ele ficarem expostas ao sol as postas dos animais abatidos, tal qual nos varais, ou paus apoiados em duas forquilhas, ocupando em fileiras a maior parte da área do estabelecimento, cabendo a restante ao curral e, em alguns casos, ao estaleiro. (1977, p. 187).

O Auto de segunda audiência geral que requereo a Câmara nesta Vila do Aracati, descreve as oficinas de charque:

(...) herão huas cazas, ou idifícios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vã que em pouco tempo seu podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha ... (NOBRE, 1977, p. 84).

O documento nos apresenta a informação que as oficinas poderiam ser “desmontadas” e novamente erguidas com “os mesmos paus, e telha”. Nesse sentido podemos inferir que o número de trabalhadores dentro da oficina, ou seja, que trabalhavam diretamente com o preparo das carnes, era relativamente grande. Pela quantidade de boi que chegava a Vila do Aracati – José Alípio Goulart (1965) em *Brasil do Boi e do Couro* estima em torno de 30.000 animais a serem abatidos – era necessário um número considerável de mão-de-obra e que também fosse organizada num processo produtivo. O gado era abatido e transformado em dois tipo de carne seca: “de *posta* e de *tassalho*”, sendo que após o corte das matas as carnes secavam ao vento e ao sol para sua melhor conservação. Valdelice Girão (1984, p. 106) afirma que todo o processo decorreu do “aperfeiçoamento da técnica empregada pelo índio, transferida ao vaqueiro, no preparo da carne-seca, ainda hoje comum nas regiões sertanejas nordestinas – a chamada **carne-de-sol**”.

As primeiras oficinas localizavam-se, geralmente, dentro da Vila de Santa Cruz do Aracati, no *Auto da Audiência Geral de 12 de Fevereiro de 1781* lemos:

“(…) as ditas Officinas estão tambem per si fazendo outro gravíssimo prejuizo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz pereser muitos individuos; e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objecto a Saude publica, (...)”.

(NOBRE, 1977, p. 80).

Podemos observar que as oficinas localizavam-se dentro da Vila, prejudicando assim a “Saude publica” dos moradores, chegando a ser discutida em Audiência da Câmara da Vila os problemas causados pelas ditas oficinas de carnes. Inferimos, portanto, o convívio imediato que a população do Aracati, sendo alguns indivíduos mais relacionados ou não com o fabrico das carnes, tinha com o processo de feitura do charque. Outro documento nos remete a agitação da Vila do Aracati no “tempo dar carnes”:

He sem dúvida ser conveniente haver justiça naquele Lugar por quanto além de haver nelle muitos moradores, quando he no tempo dar carnes [...] se faz muito populozo pelas concurrencia de muitas sumacas e gentes que dessem destes certoens com inúmeros gados a fazerem suas negociaçoens donde nascem haverem muitas contenddas [...] e algumas mortes. (GIRÃO, 1984, p. 109).

As oficinas, já instaladas nas embocaduras dos rios, permitindo que o embarque do produto fosse imediato da fábrica para os mercados em Recife, favoreceram o surgimento das feitorias e, conseqüentemente, o progresso da Vila. Os vários autores que abordam o tema das charqueadas, utilizam-se de termos diversos para se referir aos estabelecimentos que produziam carnes salgadas. Os mais recorrentes são: *oficinas* e *fábrica* de carnes. Fazendo um estudo comparativo da etimologia dessas duas palavras, utilizando dois dicionários: um de português-latim do século XVIII, escrito por um clérigo regular, D. Raphael Bluteau; e um mais atual o *Minidicionário da Língua Portuguesa* de Sérgio Ximenes; observa-se que o sentido dessas palavras mudou ao longo do tempo. No dicionário do século XVIII as palavras oficina e fábrica são sinônimas, sendo uma estrutura, construção ou casa onde se fabricam determinados gêneros. Ao contrário, no dicionário atual os termos sofrem um distanciamento, deixam de ser sinônimos e mudam também o seu sentido individual. Fábrica passa a ser um estabelecimento industrial, equipado com máquinas onde se produzem produtos para o consumo; e oficina perde totalmente o seu sentido anterior, fica ligado apenas a lugar onde se exerce um ofício.

Essa mudança no sentido das palavras esta ligada ao conceito de fábrica e oficina que se tinha anteriormente, não tendo relação ao conceito de máquina e a idéia capitalista, ou seja, era onde apenas se manufaturava. O que podemos observar é que, apesar da mudança de sentido dessas palavras ao longo do tempo os autores ainda se utilizam dos termos a partir da terminologia antiga, o que se faz lógico, já que o historiador tem que pensar historicamente.

A produção nas oficinas de carne do Aracati

As fábricas de carnes aracatienses funcionavam – como já foi dito – em pequenas porções de terra localizadas na ribeira do rio Jaguaribe. Na historiografia há uma grande dificuldade para descrever a estrutura física e a organização do trabalho nas oficinas da Vila de Santa Cruz do Aracati, em conseqüência do escasso número de fontes catalogadas no Arquivo Público do Ceará e da incipiente bibliografia sobre o tema. Porém existem alguns relatos de cronistas como Simões Lopes Neto e do naturalista francês August Saint-Hillaire, que descrevem a estrutura física das oficinas que produziam charque no Rio Grande do Sul, não região do rio Pelotas.

Segundo LOPES NETO, baseado na observação da oficina de José Pinto Martins, localizada onde hoje é a cidade de Pelotas,

as oficinas eram construções toscas, apressadas, galpões cobertos de palha, várias para estender a carne desdobrada e salgada, e alguns fechos de ferro para a extração de parte da gordura dos ossos por meio da fervura em água. O sal do Reino só se empregava para encharque – salga da carne. A courama era estaqueada, seca ao sol; o sebo, simplesmente lavado, posto ao tempo em varais e depois secado, em forma de madeiras cúbicas, produzindo pães de peso variável. A ossamenta era amontoada e queimada e esta cinza atirada para aterros, ou servia, empilhada, para fazer mangueiras e cercas. Todas as outras partes do boi não tinham valor comercial e eram atiradas fora. (1977, p. 106)

Essa descrição nos permite ter um esboço do que era o processo de beneficiamento do boi depois de abatido, e também do nível que se tinha de divisão do trabalho. Segundo Geraldo Nobre, o proprietário da oficina descrita retirou-se para o continente de São Pedro do Sul por motivo da grande seca de 1777-1779, segundo geralmente se acredita, José Pinto Martins contava com 30 de idade, ou pouco mais, vividos no Aracati. Porém o autor diz não haver documentação conhecida que remeta a sua presença naquela Vila. Podemos, portanto, nos basear na descrição do cronista para inferir a quantia relativamente alta gasta na manutenção e no pagamento dos funcionários das oficinas, mas ao mesmo tempo não podemos fazer a mesma coisa com a quantidade de lucro, já que o charque do Rio Grande do Sul era vendido para as minas e fornecia alimentação para as tropas Reais. E, sendo João Pinto Martins um charqueador no Aracati, sua oficina no sul do e a técnica empregada na feitura da carne seca não devia ser muito diferente da charqueada no Ceará. Cabendo então a discussão sobre a especialização do trabalho e a mão de obra utilizada no processo.

A descrição de August Saint-Hillaire, um viajante francês, nos permite ter uma visão do nível de especialização do trabalho no interior das oficinas de carnes, pois há um maior detalhamento da estrutura, facilitando assim a análise. Em um de seus relatos ele faz uma descrição da propriedade de um tal senhor Chaves, também em Pelotas. SAINT-HILLAIRE descreve que:

diante da residência do senhor Chaves, estende-se um belo gramado e além vêem-se várias fileiras compridas, de grossos paus fincados na terra. Tem cerca de quatro pés, sendo cada um terminado por uma pequena forquilha. Essas forquilhas recebem varões transversais destinados a estender a cerne (ao centro) e secar no tempo de charqueadas. Ao lado destes secadores existe um edifício

onde se salga a carne e onde é construído o reservatório denominado tanque. (1935, p. 85).

Essa descrição da estrutura física de uma oficina nos permite concluir, a respeito do trabalho no interior da fábrica de carnes, que havia uma divisão de tarefas e uma especialização do trabalho, no processo pelo qual passava a carne até ficar pronta para comercialização. Depois da negociação das rezes e a acomodação destas no interior da oficina, os funcionários tinham que matar cada boi, extrair seu couro, que poderia ser utilizado para amarrar o charque depois ou vendido para artesãos, corta-lo em *posta* ou *tassalho*, lavar a carne e só depois salga-la. Essa inferência básica de como seria o processo de charqueamento pode nos dar idéia da força-de-trabalho utilizada pelo dono da oficina, mas que possuía ainda agentes indiretos como funcionários para transportar o sal até a oficina, alguns para buscar lenha a fim de espichar o couro e trabalhadores que pendurassem as mantas para secar e ficassem para vigiá-las durante a secagem à noite.

Essa mão-de-obra, ao contrário do que pensava a historiografia tradicional é livre e escrava, observando que os charqueadores tinham considerável número de escravos e as charqueadas não duravam o ano todo, sendo apenas na época em que os bois estavam para ser abatidos, podendo se observar ainda pela freqüência maior de barcos em certas épocas do ano, em detrimento de outras. Um exemplo de documentação referente a mão-de-obra podemos utilizar um *Registro de Memória* publicado no Volume 1 da Revista do Instituto do Ceará. Esse registro dá conta de “factos e casos raros” acontecidos na Vila de Santa Cruz do Aracati. Em uma passagem o autor fala da fábrica de carnes secas do capitão-mor João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Martins, relatando que “os quaes para a fábrica das carnes tinham bastante escravatura” (CEZAR, 1887, p.83). Tal afirmação documentada nesse registro evidencia o uso do trabalho escravo nas oficinas de carnes secas do Aracati. Geraldo Nobre calcula em 40 escravos a média que se empregava em cada oficina, mas que, não sendo durante o ano todo o trabalho nas oficinas, seria mais vantajoso o emprego de mão-de-obra remunerada. O transporte das carnes salgadas pelo porto do Aracati era feito através das *sumacas*, descritas por Evaldo Cabral de Melo:

A armação compunha-se de mastro de vante ou traquete, dotado de vela latina, vela de estai (polaca), mastro de mezena com vela redonda ou quadrada, e gurupes; dispunha também de castelo de popa. (2002, p. 198).

A capacidade de carga era estimada em cerca de 80 toneladas. A ata de 8 de março de 1745, tratando da criação da vila do Aracati, faz referência a movimentação na vila à época da venda das carnes secas: “negócio este sete e oytto mezes no anno fez o dito lugar paresser hua Prassa populosa” (GIRÃO, 1984, p. 110).

A consulta aos documentos do cartório de Aracati, da Igreja Matriz de Aracati, do Arquivo Público do Estado do Ceará, do Arquivo Público do Estado de Pernambuco e da documentação compilada por Guilherme Studart disponível no Instituto Histórico do Ceará é de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Alguns, de acesso menos restrito, já estão sendo incansavelmente lidos e transcritos e adicionados ao estágio atual da pesquisa. A problematização da rede comercial interna da Capitania do Ceará e da mão-de-obra disponível para o entendimento do comércio intercontinental do charque é de muita importância para as atuais pesquisas sobre História do Ceará Colonial.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ANDRADE, Manuel de Andrade. A Pecuária e a Produção de Alimentos no Período Colonial. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. ed. Revista – São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica/ Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas, *apud* ABREU, João Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

BLUTEAU, Raphael. Dicionário de Língua Portuguesa do Século XVIII – Digitalizado.

BRAGA, Renato. Um Capítulo Esquecido da Economia Pastoril do Nordeste. In: **Revista do Instituto do Ceará**. V. 61. 1947

CEZAR, Júlio. Memórias dos principais estabelecimentos, factos e casos raros acontecidos no Aracati, de Manuel Esteves de Almeida, Vereador da Câmara. **Revista do Instituto do Ceará**. V. 1. 1887.

FARIA, Sheila S. de Castro. Verbete Sesmaria. IN: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do Comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII), IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (Século XVI-XVIII)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOULART, José Alípio. Brasil do Boi e do Couro. 1965 *apud* NOBRE, Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará.** Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

LOPES NETO, Simões. Anais da Biblioteca Pública Pelotense, V. 2. p. 106. *apud* GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará.** 2. ed. – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000.

MELO, Evaldo Cabral de. Um Imenso Portugal – História e Historiografia. São Paulo, 2002. p. 198. *apud* OLIVEIRA, Almir Leal. A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783) In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL: TERRITORIALIDADES, PODER E IDENTIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA – SÉCULOS XV A XVIII, 1., 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará.** Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL: TERRITORIALIDADES, PODER E IDENTIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA – SÉCULOS XV A XVIII, 1., 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAINT-HILLAIRE, August. Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. Leonam Azevedo Pena, 1935 *apud* GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará.** 2. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura e recursos naturais no Brasil-Colônia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial.** 2. ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

XIMENES, Sérgio. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Ediouro, 2000.

A EXPERIÊNCIA COLONIAL NEERLANDESA NO BRASIL (1630-1654)

Lucia F. Werneck Xavier, M.A.
Projeto Resgate neerlandês

Em 8 de outubro de 1649, o comerciante neerlandês Mathias Beck escreveu uma carta aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (CIO) na qual expressou sua frustração e decepção por deixar o Brasil. Em suas palavras:

Em 1649 eu recebi ordem de partir para o Ceará para descobrir lá uma mina de prata. Desde a minha transferência, perdi minha fortuna, empregando todos os meus recursos na continuação da expedição, mas [não tive] tempo de lucrar com meu investimento. Nós os militares e também os civis sofremos repetidos períodos de fome. Ao invés de partirmos como deveríamos, nós sofremos privações e vivemos em perigo cercados de Tupis e Tapuias selvagens e perigosos por cinco anos.¹

Mathias Beck foi um dos milhares colonos da CIO que, entre 1630 e 1654, partiram para Nova Holanda para tentar a sorte. Para aqueles colonos, o Brasil era um lugar diferente. O clima tropical, a fauna, a flora e várias das culturas que lá encontraram, principalmente africanos e indígenas, em nada se pareciam com o que conheciam de sua vida nos Países Baixos.

Colonos da CIO são conhecidos na literatura sobre o Brasil Neerlandês por sua incapacidade ou inabilidade em se adaptar ao diferente Novo Mundo. Podemos dizer que o primeiro a chamar a atenção para o estereótipo acima foi o historiador brasileiro do século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen, em seu trabalho História das lutas com os holandeses no Brasil, de 1871.² Já no século XX, José Antonio Gonçalves de Mello, Sérgio Buarque de Holanda e Charles Boxer tinham a mesma opinião, ou seja, que “colonos da CIO não possuíam nenhum talento especial para adaptarem-se às suas novas condições de vida. Obstadamente, mantinham seus velhos hábitos (...)”.³ Nessa linha de pesquisa, a falta de capacidade de se ajustar é uma das razões pelas quais os neerlandeses perderam o Brasil.

O principal problema dos trabalhos mencionados acima, entre outros, é que são baseados ou num número reduzidos de fontes copiadas ou publicadas, ou em literatura

1 Mathias Beck. *Brief aan de vergadering van de heren XIX* [Carta aos Diretores XIX], 8 de outubro de 1654 em Barbados. Arquivo Nacional, Haia, Arquivo “Oude West-Indische Compagnie”, número de chamada 1.05.01.01, Inv. Nr 67, documento 96. Nesse trabalho, a tradução do Neerlandês do século XVII para o Português foi feita pela autora. Muitas vezes algumas adaptações tiveram que ser feitas devido à distância entre os dois idiomas.

2 VAMHAGEN, F. A. de. *História das lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 à 1654*. (Vienna 1871)

3 MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Nederlanders in Brazilië De invloed van de Hollandse bezetting op het leven en de cultuur in Noord-Brazilië (1624 - 1654) [No tempo dos flamentos A influência da ocupação flamenga na sociedade e cultura do Nordeste do Brasil]* Zutphen: Walburg Press, 2001. Para a citação, página 95. HOLANDA S. Buarque de. *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro 1971). About the Dutch see pages 31-36. BOXER, C. *De Nederlanders in Brazilië 1624-1654* (Alphen aan de Rijn 1977).

secundária. Alguns deixaram de consultar, por exemplo, a documentação presente no Arquivo Nacional dos Países Baixos em Haia. Outros, embora tenham consultado fontes neerlandesas, deixaram-se influenciar por linhas de pesquisa que engrandecem a adaptabilidade portuguesa e ignoram a neerlandesa, esquecendo-se, por exemplo, que quando os neerlandeses chegaram aos trópicos, os portugueses lá se encontravam há mais de um século. Conseqüentemente, o estereótipo existente sobre os colonos da CIO surgiu de uma análise inadequada de fontes primárias neerlandesas. Além disso, os autores mencionados oferecem uma “foto geral” do período, descrevendo as diferentes estruturas da colônia numa perspectiva macro, como se tais estruturas fossem auto-geradas, e se afetassem igualmente a vida de todos os indivíduos, deixando de fora o significado e a influência de tais estruturas nas vidas diárias das pessoas, e, portanto, contando apenas uma parte da história, falhando em investigar as complexidades da vida e das atividades cotidianas da colônia.

Utilizando fontes neerlandesas até então pouco conhecidas por pesquisadores brasileiros, esse trabalho discutirá como Mathias Beck adaptou-se ao Brasil para então demonstrar como sua atitude nada mais é do que um reflexo da atitude dos colonos da CIO, confrontando assim, a noção de que colonos da CIO, ou colonos “neerlandeses”, não eram capazes de se adaptar ao Brasil. Finalmente, seguiremos Beck até Curaçao para demonstrar como a experiência brasileira influenciou outros empreendimentos coloniais dos Países Baixos na região do Caribe e no Suriname após a perda de Pernambuco.

Para nosso intento, faz-se necessário algumas notas sobre nomenclatura. No contexto desse artigo, adaptar-se significa a capacidade de fazer mudanças para encaixar-se em diferentes ambientes ou ser capaz de interagir com pessoas diferentes; em outras palavras, ajustar-se às circunstâncias e culturas em volta de si. Como nas fontes primárias neerlandesas a palavra utilizada para a colônia é “Brazilië”, ou seja, Brasil, utilizaremos aqui Brasil, que corresponde ao território da América Portuguesa ocupada pela CIO.⁴ A fim de evitar generalização, usamos colonos da CIO para designar todos os que foram ao Brasil diretamente a serviço da Companhia das Índias Ocidentais ou que, de algum modo, estavam ligados às Sete Províncias Unidas dos Países Baixos. Normalmente refere-se a esses colonos como “neerlandeses”, mas, durante os vinte e quatro anos de colonização, não só neerlandeses, mas também ingleses, franceses, alemães e outros foram ao Brasil, fazendo da colônia neerlandesa “uma sociedade internacional, uma mistura de pessoas, culturas e religiões”.⁵

4 ‘América Portuguesa’ refere-se ao território do Brasil atual ocupado pelos portugueses. Os súditos portugueses durante os séculos XVI e XVII não se percebiam como habitantes do Brasil mas sim das possessões portuguesas na América.

5 WIESEBRON, M. *As muitas facetas da sociedade durante a ocupação neerlandesa do Brasil*.

Contexto

Em 1630, a empresa neerlandesa Companhia das Índias Ocidentais ocupou parte da América Portuguesa. Embora a força militar tenha alcançado uma vitória gloriosa, ficaram confinados dentro das defesas do Recife. Por isso, era difícilimo, mas não impossível, para os neerlandeses ter acesso aos recursos naturais da terra, dependendo, assim, dos recursos enviados dos Países Baixos. Essa situação se manteve até 1632, quando, aos poucos, os “neerlandeses” começaram a ganhar controle sobre o interior da capitania, expandindo seus domínios.⁶

Durante os seis anos seguintes à conquista em 1630, as condições internas da colônia foram melhorando. O período de ouro da ocupação neerlandesa coincidiu com o governo de João Maurício de Nassau-Siegen (daqui para frente Nassau) entre 1637 e 1644.⁷ A partida de Nassau encerrou um período de relativa estabilidade e crescimento. Um ano depois, os antagonismos latentes se desenvolveram em guerra aberta entre os moradores, “portugueses”, e o invasor “neerlandês”. Os nove anos seguintes trouxeram somente destruição e misérias às partes beligerantes e, devido ao conflito, a infra-estrutura econômica foi lentamente destruída. Após duas derrotas nas chamadas Batalhas do Guararapes, a primeira em 19 de abril de 1648 e a segunda em 18 de fevereiro de 1649, os “neerlandeses” ainda conseguiram resistir até janeiro de 1654 quando finalmente se renderam. Pouco depois, colonos da CIO fizeram sua última viagem a partir do porto do Recife abandonando a colônia definitivamente.

Em 1649, colonos da CIO tinham uma espada de Dâmocles sobre suas cabeças: a perda da colônia. A situação financeira da CIO tanto no Brasil quanto nos Países Baixos era precária. Por isso, se os colonos desejassem manter a colônia, necessitavam de recursos financeiros o mais rápido possível. Para tentar remediar a situação, Beck foi enviado ao Ceará, pois, tanto para ele quanto para a CIO, era crucial achar a mina de prata o mais rápido possível.

Mathias Beck em seu tempo

As informações biográficas de Beck que sobreviveram são fragmentárias. Krommer possui a melhor biografia resumida.⁸ De acordo com ela, Beck partiu no final de 1635 de

Iberoamericana Berlim, 24, 7-26, dez. 2006.

6 A mais completa referência para os acontecimentos do período é o trabalho de Charles Boxer. Ver nota 3 para a referência.

7 Não cabe no contexto desse trabalho uma descrição detalhada do governo de Nassau. Boxer dedica dois capítulos de seu trabalho ao assunto. Para uma referência mais recente, conferir BOOGAART, Ernst van den. *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679. A Humanist Prince in Europe and Brazil*. Haia: Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.

8 KROMMEN, R. *Beck und die Westindische Kompagnie Zur Heerschaft der Niederländer im kolonialen Ceará*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Colônia, Alemanha, 2001. O

Amsterdã para o Brasil no navio *'tLand van Belofte* (Terra Prometida), chegando ao Brasil no início de 1636. A carta por ele escrita em Barbados corrobora essa afirmação, pois nela afirma que permaneceu no Brasil por dezenove anos. As fontes sugerem que ele morava em Itamaracá, onde possuía uma propriedade de tamanho considerável na qual cultivava cerca de quarenta mil pés de mandioca.⁹ Beck participou ativamente da vida da colônia. Além da esfera econômica, atuou também nas esferas política, militar e religiosa. Foi eleito três vezes para o Conselho Municipal e para a Câmara dos Escabinos. Em 1646, Beck encontrava-se no Rio Grande do Norte, no engenho Cunhaú, juntamente com o general alemão, Sigismund von Schoppe, defendendo a posição contra os portugueses. Ficou lá pelo menos até o ano seguinte, quando marchou para a Paraíba.¹⁰ Finalmente, esteve envolvido nas atividades diárias da Igreja Reformada como presbítero. Na Igreja Reformada tinha três funções ordenadas distintas. Uma delas era a de presbítero, responsável pelo “zelo da comunidade através de visitas domésticas, preferencialmente antes da celebração da Ceia do Senhor”.¹¹ Como era uma posição ordenada, muito provavelmente Beck cursou algum tipo de educação superior nos Países Baixos. Tudo isso nos mostra que Beck era, com certeza, um membro respeitado na comunidade e também uma pessoa de posses. Os dados sugerem também que ele era acostumado a negociações políticas e diálogo com outros. Tanto a sua posição como vereador no Conselho Municipal quanto sua função de presbítero certamente o ajudaram a desenvolver tais habilidades.

Nem as fontes primárias nem a literatura secundária nos informam porque Mathias Beck foi escolhido dentre os vários candidatos. Segundo Hulsman, Gijsbert de With foi a primeira escolha. Porém, após a derrota sofrida em fevereiro de 1649, Gijsbert mudou de idéia e desistiu de seu lugar na expedição, lugar esse assumido por Beck.¹² Podemos apenas presumir que seus contemporâneos acreditavam que suas qualidades eram tão evidentes que seria supérfluo consultar os Diretores XIX sobre sua escolha. Meuwese concluiu que “A posição proeminente de Beck como comerciante rico, vereador e comandante da milícia civil do Recife tornaram-no um candidato muito atraente para o comando”.¹³ Beck, por outro lado, informa-nos porque aceitou. Em carta de 23 de abril de

texto encontra-se em <http://www.uni-koeln.de/phil-fak/aspla/download/arbeitspapiere/krommen.pdf>, acessado em 24 de julho de 2008

9 MELLO, J. A. Gonsalves de. *Nederlanders in Brazilië*. p. 152. A referência completa para a fonte aqui mencionada encontra-se na nota 112 do capítulo II.

10 IBOLD, Frank; JAGER, Jens; KRAACK, D. *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624-1672)* [Memorial e jornal de Peter Hansen Hajstrup] Neumünster: Wachholtz Verlag, 1995. Para a citação, páginas 77-79

11 SCHALKWIJK, F. L. *The Reformed Church in Dutch Brazil (1630 – 1654)*. Zoetermeer: Boekencentrum, 1986. Para a citação, página 117

12 HULSMAN, L; WITH, Gisbert de en PAES Anna. *De geschiedenis van het huwelijk van een Dordtenaar en een Braziliaanse in de zeventiende eeuw in*. Oud Dordrecht 23 2005, p. 36-45

13 MEUWESE, M. “For peace and well-being of the country”: intercultural mediators and Dutch-

1650, escreve que o presidente do Conselho do Brasil “(...) informou-me que caso eu aceitasse a expedição para [o Ceará] e quando a mina de prata fosse descoberta (...) eu receberia todos os direitos de explorá-la (...)”.¹⁴ Ou seja, Beck viu uma oportunidade de tornar-se ainda mais rico, e a agarrou.

A busca pela prata

Como já mencionado, a situação dos colonos da CIO no Brasil era desesperadora. Beck estava ciente dessa condição, pois na página 51 de seu diário escreveu que o bem-estar dos Indígenas bem como dos “neerlandeses” dependia fundamentalmente “de se achar a mina de prata, ai então, todo o resto será perfeita satisfação e alegria”.¹⁵ Beck acreditava também que uma vez achada a mina de prata, seria possível “encorajar corações desanimados a agirem para ajudar a manter o Estado do Brasil”.¹⁶

A expedição de Beck partiu para o Ceará em 20 de março, lá chegando em 3 de abril. A essa altura, a região ainda era selvagem, ocupada apenas por uma reduzida guarnição e pelos nativos. Assim, Beck teve que construir sua empresa mineradora do chão. No dia 7 de abril ordenou a construção de uma ponte para que “quando suprimentos forem descarregados, possam ser trazidos facilmente para o monte onde se encontra o forte e o depósito” [26]. No dia seguinte, como não havia nem alojamentos nem depósitos, improvisou uma barraca com uma “velha vela para servir de armazém e acomodação para mim até que o forte esteja pronto” [28].

Como a mineração era o objetivo principal da expedição, quanto mais começasse, melhor. Assim, uma semana após os primeiros ajustes necessários, a primeira expedição mineradora partiu em 13 de abril. Ao longo da primeira parte do seu diário de viagem, Beck deixa claro que acreditava na existência de prata no Ceará e também que esperava achar a mina rapidamente. Com essa certeza, a estratégia mineradora de Beck era simples e o papel de cada um estava bem definido: os Indígenas indicariam o caminho e a localização

Indian relation in New Netherland and Dutch Brazil, 1600 – 1664. Dissertação (Tese de doutorado) Notre Dame University, Indiana, Estados Unidos, setembro de 2003. Para a citação, página 297. O texto se encontra em <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf> acessado em 24 de julho de 2008.

14 BECK, Mathias. *Brief van Mathias Beck, in het fort Schoonenburg te Siara, aan president en raden van Brazilië*. Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, número de chamada 1.05.01.01, Inv. Nr 66-1, documento 38.

15 BECK, Mathias. *Journael op mijn voijagie near Siara*. Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, número de chamada 1.05.01.01, Inv. Nr. 65, documentos 77 e 106. Daqui em diante, todas as citações do relato de viagem de Beck serão mencionadas por páginas entre colchetes, [1] significa página 1 ou [1A] que está na página 1 da segunda parte.

16 BECK, Mathias. *Brief aan president en raden van Brazilië 27 de fevereiro de 1650*. Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, número de chamada 1.05.01.01, Inv. Nr 66-1, documento 13. Embora o diário de viagem de Beck seja apenas do ano de 1649, nessa carta é possível encontrar o resultado de empreendimentos iniciados em 1649. Por essa razão foi incluída nesse trabalho também.

exata da mina, pois em outras ocasiões já “havia informado ao Alto Conselho saberem o local exato da mina e prometido solenemente mostrá-lo a nós” [53]. Os mineiros iriam para o monte onde se achava a mina, cavariam, extrairiam o minério de prata para produzir amostras que seriam avaliadas pelo prateiro. Beck estava tão confiante no sucesso de seu plano que essa primeira expedição levou suprimentos para apenas oito dias. Muito provavelmente tal medida é mais uma indicação do otimismo de Beck já que ele explica que “caso demore mais do que oito dias, você [superintendente Van Ham, chefe da expedição mineradora] deve enviar alguém de volta aqui para informar o que é necessário, para seja providenciado” [41]. Ou seja, se suprimentos fossem necessários, poderiam ser buscados.

Contrariamente às expectativas de Beck, dois dias após a partida da expedição, os primeiros relatórios chegaram, informando que os Índigenas não tinham sido capazes de localizar a entrada da mina. Para remediar a situação, um dos mais velhos, Caspar Paraupaba, que em 1628 informara as autoridades neerlandesas sobre as minas, foi enviado. A situação agravou-se ainda mais no dia 18 quando os membros da expedição voltaram dizendo que nem mesmo o velho Paraupaba fora capaz de localizar a mina [49]. Apesar desses primeiros resultados não esperados, a crença na existência da mina não foi abalada. Duas explicações surgiram para a falha: a mina deveria estar em outro lugar e chovia muito. A partir de 23 de abril a situação sofreu uma reviravolta para melhor com a chegada das primeiras amostras. Essas últimas pobres em prata. Tais contratemplos não abalaram a certeza de Beck, mas levaram-no a concluir que seria necessário permanecer mais tempo do que o planejado e, por isso, escreveu ao Recife dizendo que acreditava “que eles [O Alto Conselho] não serão econômicos (...) e enviarão para cá, no momento oportuno, todos os recursos necessários (...)”.¹⁷ Poucos dias depois, em 3 de maio, escreveu novamente ao Recife, informando que os depósitos “deveriam ser abastecidos por pelo menos mais seis meses”¹⁸ O Alto Conselho do Recife percebeu também, que uma estada prolongada no Ceará não seria possível devido à falta de recursos, por isso, em 07 de agosto de 1649, escrevem aos Diretores XIX pedindo o envio de mais recursos para o Ceará pois

“(...) haviam enviado recursos ao Ceará para quatro meses e não podemos enviar mais nada caso [Suas Excelências] não enviem-nos suprimentos extras. Caso não enviem, seremos forçados a ordenar que deixem o Ceará, abandonem a mina de prata e voltem para cá”.¹⁹

Beck sabia que para explorar por mais tempo o Ceará, não poderia contar muito com

17 BECK, Mathias. *Brief van Mathias Beck, in het fort Schonenburg in Siara, aan president en raden van Brazilië. 30 de abril de 1649.* Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, Inv. Nr 65, documento 71.

18 Citado a partir de R. Krommen, *Mathias Beck und die Westindische Kompagnie*, 95.

19 Citado a partir de R. Krommen, *Mathias Beck und die Westindische Kompagnie*, 108.

os recursos enviados pelo Recife. Diante desse dilema, tinha duas opções: ou partir ou superar as adversidades. Optou pelo segundo.

Já que levaria mais tempo para achar a prata do que o inicialmente previsto, era indispensável que se construísse uma infra-estrutura propícia à sobrevivência da expedição e também à mineração; era necessário também, o desenvolvimento de um plano melhor de mineração. Devido à quantidade de trabalho a ser realizado, em 3 de maio, Beck solicita ao Alto Conselho que envie alguém para supervisionar os trabalhos na mina para que ele, Beck, pudesse “cuidar de todas as outras coisas além da mina de prata que até agora não foram realizadas por falta de tempo”.²⁰ Não recebeu ninguém. Por essa razão, somente em 27 de agosto é que a nova estratégia de mineração ficou pronta. Essa última rezava que os trabalhos na mina seriam coordenados pelo superintendente Van Ham que “deveria controlar todos os aspectos da mina” [33A]. Para evitar-se dispersão e para

“permitir que os mineiros continuem trabalhando [somente na mina] eu [Beck] envio um cabo para preparar a comida deles (...), dois escravos para buscarem água quando necessário e também para carregarem ferramentas de ferro da mina para o ferreiro e vice versa para que o trabalho não precise parar” [33A].

Entre abril e agosto, Beck ocupou-se principalmente da construção do forte e de descobrir e iniciar outras possibilidades econômicas da região. Para isso, colaborou enormemente com os nativos baseando suas decisões, em muitas ocasiões, em informações providas por eles. Começamos com agricultura. Em sua carta de 3 de maio, escreve que “aqui e nos arredores acha-se boa terra, tão boa quando a de Pernambuco, na qual tudo pode ser plantado”.²¹ Logo ordenou a limpeza de terrenos para a plantação de mandioca para fazer farinha. No registro de 23 de julho em seu diário achamos que “[C]abo Nicola Provoo voltou da roça Itabepa informando que o trabalho está desenvolvendo bem e que mais de seis mil mudas de mandioca já estão plantadas e que, dependendo do trabalho dos nativos, talvez mais” [2A]. Já na página 31A escreve que a “mandioca está crescendo e se Deus Nosso Senhor enviar alguma chuva, não teremos falta da mesma”. Finalmente, em carta de 20 de setembro de 1649 informa que “os produtos naturais da terra (...) até o momento cultivados pelos Indígenas são mandioca, milho, batatas, feijão, abóbora, limões, melancias, e há uma plantação de milho que é tão vasta que todos sobrevivem apenas dela (...)” para então concluir que se até aquele momento os Indígenas cultivaram a terra sem muitos recursos, se cultivada propriamente, a terra “poderia alimentar mil pessoas”.²²

Outra possibilidade, juntamente com agricultura, era pesca. Embora nas fontes não

20 Ver nota 19.

21 Ver nota 19

22 BECK, Mathias. *Brief van Mathias Beck, in het fort Schonenburg in Siara, aan president en raden van Brazilië. 20 de setembro de 1649.* Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, Inv. Nr 65, documento 153.

haja informações sobre a construção de uma peixaria, no registro de 29 de julho Beck escreveu que “o soldado que foi para a peixaria para pegar alguns peixes, voltou (...)” [9A]. Pouco depois, em 2 de agosto, ordenou “dois sargentos com dez homens cada, a pescar com redes e cada grupo deveria fornecer trezentos peixes secos e salgados ao armazém” [13A] Mas, sem recursos, pescar era difícil. Por isso, Beck pediu repetidas vezes ao Alto Conselho que enviasse redes de pesca, pois, as que trouxera consigo eram “aquelas péssimas redes portuguesas que não resistem muito tempo”.²³ Ainda que no registro de 25 de abril Beck mencione um Indígena pescando com sua jangada, não fala nada sobre como ele estava pescando e muito menos se tentou aprender com os Indígenas sobre como pescar na região. Outra dificuldade era a falta de sal, pois “embora eu quisesse pescar para abastecer o armazém, não há mais sal”. Esse problema foi resolvido com ajuda dos nativos. Na sua carta de 20 de setembro, nos informa que

de acordo com informação e relatório dos Índios Tupis, uma lagoa que produz sal suficiente não fica a mais do que uma hora e meia daqui (...) então, na época certa, extrairemos sal para abastecer o armazém (...).²⁴

Por fim, para facilitar a pesca em rios, o carpinteiro Timon Jacobss foi autorizado a construir uma canoa para “pescar no rio Oxoró” 25. Caso a pesca no mar fosse difícil, sempre poderiam pescar nos rios.

Além dos recursos acima mencionados, Beck soube explorar também madeira, pecuária e argila. Desde o início da expedição os marceneiros utilizaram madeira da região para construir não só uma ponte, mas também o forte: “(...) alguns cabos cortaram palissadas usando serrotes” [41]. A região era tão rica em madeira que em 20 setembro Beck escreveu ao Recife que “há muita lenha ou madeira aqui perto do forte e na mina também”.²⁶ Como soube aproveitar da abundância, em 23 de fevereiro de 1650 enviou somente 50 pranchas ao Recife pela falta de tempo e pessoal para produzir mais.²⁷ Em setembro de 1649, Beck pediu ao Recife cavalos e gado bovino. Em janeiro de 1650 recebeu cavalos e duas vacas. Como os Indígenas ao norte do Ceará possuíam um touro, Beck tentou comprá-lo para que este pudesse cruzar com suas vacas, introduzindo assim, a pecuária na região. Por fim, no registro de 30 de agosto de 1649, informa que certo “Hendrick Balthasar vander Meulen (...) construirá algumas peças de barro pois a uma e meia milha daqui há excelente argila (...)” [35A].

23 Ibid idem.

24 Ibid idem. Ênfases minhas.

25 BECK, Mathias. *Brief aan president en raden van Brazilië. 27 de fevereiro de 1650*. Arquivo Nacional em Haia, coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, Inv. Nr 66-1, documento 13.

26 Para a carta de 20 de setembro, ver nota 23.

27 Ver nota 26

Contando com poucos recursos vindos do Recife, mas aproveitando-se dos diversos recursos naturais e humanos da região, Beck foi capaz de construir uma infra-estrutura propícia à mineração. Contudo, quatro anos após o início da expedição, ele e seus associados foram obrigados a deixar o Ceará, falhando em produzir prata, mas bem sucedidos em desenvolver, a partir de quase nada, um posto colonial. O forte por ele construído, então Forte Schonenborch, chegou até os dias de hoje. Foi a partir dele que se desenvolveu a atual cidade de Fortaleza. Do Ceará, Beck foi para Barbados onde permaneceu por cerca de um ano, viajando para Curaçao em 1655, onde atuou até o fim de seus dias, como vice-diretor.

Quando chegou a Curaçao, Beck trazia consigo não só um moinho de açúcar, mas também toda a experiência do que fizera no Brasil. Nesse período, a ilha estava desorganizada e períodos de fome eram constantes, mas durante sua administração, “ocorreram poucos períodos de fome”. Resolvidos os problemas mais imediatos para assegurar o sustento da população, introduziu na ilha o cultivo de cana de açúcar, pois “tinha conhecimento dessa cultura, que adquirira no Brasil”.²⁸

Mathias Beck é apenas um dos muitos exemplos que se pode dar para demonstrar a adaptabilidade “neerlandesa” ao Brasil; nesse caso, econômica. Para uma adaptação militar, um bom exemplo é o coronel polonês Christopher Arciszewski.²⁹ O seu memorial do ano de 1637 está repleto de exemplos, aqui, porém, limitar-nos-emos a dois. Militar experiente, ele sabia da importância de se defender a capital de ataques, principalmente surpresas, do inimigo e os custos disso. Assim, argumentou a favor da mudança da capital do Recife para a ilha de Tamaracá, pois a ilha “não é tão grande nem tão pequena [mas] com situação favorável (...) [podendo] ser defendida com metade dos custos do que o Recife (...) pois por ser uma ilha a natureza própria a defende”. Além da defesa, a logística também era um problema. Embora boa parte dos militares insistisse no emprego da velha tática da marinha, apoiar no transporte de tropas e suprimentos, o polonês entendeu que tal estratégia limitava a guerra à região mais próxima do litoral ou de rios enquanto o “inimigo está livre para marchar pelos bosques” e, por isso, não é possível freiar os ataques guerrilheiros. Mas, se os “neerlandeses” usassem a “boa maneira do nosso inimigo” e usassem “carros (...) e negros para (...) transportar tudo o necessário e marcharem junto com as tropas” os

28 Todo esse parágrafo é baseado em J. A. SCHILTKAMP, Curaçao onder vice-directeur Matthias Beck, 1655 – 1668. in VAN DELDEN, M. Ph et al.. Het oog van de meester. Curaçao: Stichting Wetenschappelijke en Culturele Publicaties, 1988.

29 Existem boas biografias de Arciszewski em Inglês e Holandês. Para um resumo biográfico em Português, cf. XAVIER, L. F. W. O uso de 'egodocuments' e o Brasil Neerlandês: as Memórias do coronel Christoffel Arciszewski. Em WIESEBRON, M. (ed) O Brasil em arquivos neerlandeses. Leiden: CNWS, 2008, 130 – 149. Todas as citações desse parágrafo estão em ARCISZEWSKI, C. Memorie door den Kolonel Artichofsky. Arquivo Nacional em Haia, coleção Staten Generaal, código de acesso 1.01.05, número de inventário 9217, documento 2.

guerrilheiros não escapariam tão facilmente.

Conclusão

Esse artigo começou com a apresentação da atitude de Mathias Beck no Ceará e brevemente a atitude militar do coronel Arciszewski. Agora demonstraremos como tais atitudes nada mais foram do que um reflexo das atitudes “neerlandesas” no Brasil.

Em 1630, a força invasora da CIO esperava uma vitória fácil e rápida, pois acreditava que os portugueses se juntariam aos neerlandeses para escapar da tirania espanhola. De fato uma vitória fácil não só era esperada, mas também necessária, pois a CIO não possuía recursos necessários para uma guerra prolongada. Como já mencionado, apesar da vitória, ficaram confinados às defesas do Recife. Mas, desde o início da ocupação, os “neerlandeses” exploravam o território a seu redor, tornando-se gradualmente familiares com a região. Isso fica evidente na cartografia do período, pois dois mapas de 1632 foram confeccionados a partir de depoimentos de prisioneiros portugueses. Em 1633, em seu relatório entregue aos Estados Gerais, o ex-conselheiro político Walbeeck escreve que a ilha de “Tamaracá é considerada como não oferecendo dificuldades, agora que conhecemos as passagens e caminhos (...)”.³⁰ Além disso, por razões desconhecidas, lentamente portugueses passaram a colaborar com os neerlandeses, provendo-os ainda mais de informações essenciais sobre as condições da região.

Como já citado, as condições de guerra dificultaram, mas não impediram que os primeiros colonos se aclimatizassem. Sempre que possível, saíam do Recife para colher frutas nas vizinhanças, caçar e pescar. Ao mesmo tempo, fortificavam o Recife que se tornava cada vez mais populoso. Por isso, quando foram assolados por uma epidemia de escorbuto, os doentes foram transferidos para a ilha de Fernando de Noronha onde poderiam melhor se recuperar. Para diminuir o problema populacional do Recife, Nassau criou uma cidade nova, *Mauritsstad* na ilha de Antônio Vaz. Para ligá-la ao continente, construiu uma ponte.

Assim como os portugueses, a CIO estava interessada na produção e comércio do açúcar e, por isso, outras atividades econômicas foram colocadas em segundo plano e os efeitos da monocultura se fizeram sentir. Assim como durante a administração portuguesa, durante o governo neerlandês, a colônia sofreu por falta de gêneros para subsistência. Um dos principais produtos era a farinha, sempre escassa, dificultando a produção de pão, base da dieta, principalmente dos soldados. Por isso, Nassau implementou o Ato da Mandioca que estabeleceu que todos agricultores, neerlandeses ou portugueses deveriam cultivar

30 WALBEECK, J. Van. *Relatório do Conselho Político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais*. In: Documentos holandeses 1ª volume. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

pelo menos duzentas mudas de mandioca por ano para consumo interno. Protestos surgiram de todos os lados, uma vez que agricultores queriam cultivar somente cana de açúcar.

A guerra prolongada destruiu a infra-estrutura de produção do açúcar desenvolvida pelos portugueses ao longo de cento e trinta anos. Após os seis primeiros anos de conflitos, quando a situação tornou-se mais tranqüila, colonos da CIO e portugueses passaram a produzir novamente. Entre 1637 – 1644, Nassau conseguiu reestruturar a produção do açúcar, atraindo portugueses novamente para seus engenhos, também colonos da CIO envolveram-se na produção, comprando ou arrendando engenhos. Envolveram-se tanto que durante todo o período da ocupação, adotaram termos portugueses principalmente para agricultura.³¹

Em suma, Beck falhou em produzir prata. A razão para isso é que não existe prata no Ceará – de fato, até hoje nada foi achado lá. Mesmo assim, adaptou-se muito bem às circunstâncias à sua volta, criando uma infra-estrutura propícia à mineração e ao mesmo tempo, um posto colonial avançado. Como escrito em sua carta de Barbados, não teve tempo de lucrar com a infra-estrutura que ele tão meticulosamente desenvolveu no Ceará já que foi obrigado a partir depois que os neerlandeses renderam-se aos portugueses. Assim, a falha da expedição de Beck pode ser mais bem entendida como o resultado da perda de uma guerra e não uma batalha perdida para a adaptação. Ao contrário, como demonstrado, ele levou a experiência do que fez no Brasil consigo para Barbados e Curaçao.

A mesma conclusão pode ser tirada para a falha dos neerlandeses no Brasil de modo geral. Até hoje, a falta de adaptabilidade dos colonos da CIO é considerada por muitos como um dos motivos pelos quais falharam em manter o Brasil. Mas, ao reduzirmos a escala de observação percebemos que os treze primeiros anos da ocupação foram dedicados à aclimatização ao Brasil enquanto se reconstruía a infra-estrutura destruída pela guerra. Quando Nassau partiu, a colônia era como uma “maquina oleada” novamente, tendo produzido boa quantidade de açúcar e com excelentes perspectivas para o ano de 1645. Entretanto, durante todo o período uma paz frágil reinou na colônia. Um ano após a partida de Nassau, a guerra estourou novamente. Devido a essa, os neerlandeses perderam suas posições, retirando-se para dentro das defesas do Recife, perdendo assim, acesso aos recursos da terra enquanto os portugueses tinham todo o território a seu dispor. Novamente, a infra-estrutura produtiva foi destruída, piorando ainda mais a situação, já difícil, da CIO. A essa altura, os portugueses tinham mais facilidade em obter recursos na terra do que neerlandeses, mas ambos dependiam de suas metrópoles para receber suprimentos,

31 Gonçalves de Mello fornece uma lista extensa dos termos portugueses utilizados em documentos neerlandeses do período. Cf. José A. Gonsalves de Mello, *Nederlanders in Brazilië*, p. 141.

principalmente militares. No caso neerlandês, a CIO enviou o que podia com seus magros recursos. Os portugueses, por sua vez, não estavam completamente abandonados. Embora o rei de Portugal anunciasse em público que não apoiava os colonos, fretava navios de outras nacionalidades para transportarem suprimentos ao Brasil. Por fim, devemos olhar para a Ásia. Apesar das diferenças de meio ambiente, sociedade e economia, lá, os adaptáveis portugueses foram derrotados pelos neerlandeses, inadaptáveis.

Essa análise micro histórica contribui para a literatura sobre o Brasil Neerlandês, pois revela a complexidade da ligação de Beck com o meio ambiente estranho e muitas vezes hostil que o cercava no Ceará, ligação essa que não foi percebida em análises macro até agora utilizadas para estudar o tema. Finalmente, revela que em muitos aspectos, podem-se traçar paralelos entre a expedição de Beck e a colonização neerlandesa como um todo.

Bibliografia

Fontes primárias

- .BECK, Mathias Journael gehouden bij Mathias Beck aen Siara. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01,01, número de inventário 65, documento 77.
- .BECK, Mathias. Vervolch van’t journael gehouden bij de H[r] Becks in Siara. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01,01, número de inventário 65, documento 106
- .BECK, Mathias. Brief van Mathias Beck, in het fort Schonenburg in Siara, aan president en raden van Brazilië 30 de abril de 1649. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01,01, número de inventário 65, documento 71.
- .BECK, Mathias, Memorie van Mathias Beck, in het fort Schonenburg in Siara, aan president en raden van Brazilië 3 de maio de 1649. Arquivo Nacional em Haia. Coleção Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01,01, número de inventário 65, documento 72
- .BECK, Mathias. BECK, Mathias. Brief van Mathias Beck, in het fort Schonenburg te Siara, aan president en raden van Brazilië 20 de setembro de 1649. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, número de inventário 65, documento 153
- .BECK, Mathias. Brief van Mathias Beck, in het fort te Siara, aan president en raden van Brazilië 27 de fevereiro de 1650. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, número de inventário 66-1, documento 13
- .BECK, M. Brief aan de vergadering van de heren XIX 8 de outubro de 1654, em Barbados. Arquivo Nacional em Haia. Coleção “Oude West-Indische Compagnie”, código de acesso 1.05.01.01, número de inventário 67, documento 96

Literatura secundária

- .APPUHN, K. “Microhistory” in Staerns(ed) *Encyclopedia of European Social History I Methods & theory; Periods; Regions, nations, peoples; Europe & the world* (Scribner's Sons, 2001) pp. 105-112
- .ARCISZEWSKI, C. “Memorie door den kolonnel Artichofsky, bij zijn vertreck uit Brazilië in 1637 overgeleverd aan Graaf Maurits en zijnen Geheimen Raad” in *Kroniek Historisch genootschap Utrecht XXV* (1869) pp. 253-349.
- .BOOGAART, E., EMMER, P. C., KLEIN, P., ZANDVLIET, K.. *La expansión holandesa en el Atlántico* (Madrid 1992).
- .BOOGAART, E; BRIENEN, E. van. *Informações do Ceará de Georgf Marcgraf (junho-agosto 1639)*. (Rio de Janeiro 2002).
- .BOXER, C. *De Nederlanders in Brazilie 1624 – 1654*. (Alphen aan den Rijn 1977).
- .BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. (Rio de Janeiro 1971).
- .BUVE, R. “History of Dutch Brazil (1624-1654) in the light of recent documental and historiographical publications: a provisional state of the art”. Lecture in the conference Rethinking Iberian Atlantic, Liverpool 22-24 April 2006
- .COOLHAAS, W. Ph. *A critical survey of studies on Dutch colonial history*. (The Hague 1980).
- .DAVIS, Natalie Z. “The possibilities of the past” in *Journal of Interdisciplinary History*” 12 (1981) pp. 267-275.
- .EDMUNDSON, George. “The Dutch Power in Brazil (1624-1654). Part I – The struggle for Bahia (1624-1627)” in *The English Historical Review*, 11(1896) pp. 231-259.
- .EDMUNDSON, George. “The Dutch Power in Brazil (continued).” in *The English Historical Review*, 14(1899) pp. 676-699.
- .EDMUNDSON, George. “The Dutch Power in Brazil. Part II – The first conquests (continued)” in *The English Historical Review*, 15(1900) pp. 38-57.
- .HEIJER, H. Den. *De geschiedenis van de WIC*. (Zutphen 1994).
- .HERKENHOFF, P. (org). *O Brasil e os holandesês 1630-1654*. (Rio de Janeiro 1999).
- .HULSMAN, L. “Gisbert de With en Anna Paes De geschiedenis van het huwelijk van een Dordtenaar en een Braziliaanse in de zeventiende eeuw” in *Oud Dordrecht* 23 (2005) pp. 36 – 45.
- .ISRAEL, J. *Dutch primacy in world trade, 1585-1740*. (New York 1989).
- .KROMMEN, R. *Mathias Beck e a Companhia das Índias Ocidentais* (Fortaleza 1997). The original version in German can be downloaded at <http://www.unikoeln.de/philfak/aspla/download/arbeitspapiere/krommen.pdf> (09-03-2006).

- .LEVI, G. “*Sobre a micro-história*” in BURKE, P (org). *A escrita da história* (São Paulo 1992). pp. 133-161.
- .MAGNÚSSON, S. G. “*Social History as “sites of memory”?* *The institutionalization of history: microhistory and the grand narrative.*” in *Journal of Social History* 39 (2006) pp. 891-913.
- .MAURO, F. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. (Lisboa 1997).
- .MEGILL, A. “*Grand Narrative and the Discipline of History*”. in ANKERSMIT, F and KELNNER, H. *A new philosophy of history*. (London 1995) pp. 151-173.
- .MELLO, E. C. de. *Olinda Restaurada*. (Sao Paulo 1975).
- .MELLO, E. C. de. *Nederlanders in Brazilie (1624 – 1654)*. (Zutphen 2001).
- .MEUWESE, Marcus P. *For peace and well-being of the country: intercultural mediators and Dutch-Indian relation in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. Doctoral dissertation by the University of Notre Dame in 2003. The whole text can be downloaded from <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003005338/unrestricted/MeuweseMP092003.pdf#search=%22%22For%20the%20peace%20and%20well-being%22%22> (15-09-2006).
- .NETSCHER, P. M. *Os holandeses no Brasil*. (São Paulo 1942).
- .PIJNING, Ernst. “*Paradise Regained Historiography on the Dutch Occupation of Northeastern Brazil, 1630-1654*” in *Itinerario* 26 (2002) pp. 120-126.
- .POSTMA, J. and ENTHOVEN, V. (eds). *Riches from Atlantic Commerce Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*. (Leiden 2003).
- .PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. (São Paulo 1970).
- .PUTMAN, L. “*To study the fragments/whole: microhistory and the Atlantic world*” in *Journal of Social History* 39 (2006) pp. 615-630.
- .RODRIGUES, J. H. and RIBEIRO, J. *Civilização holandesa no Brasil*. (São Paulo 1940).
- .SCHALKWIJK, F. L. *The Reformed Church in Dutch Brazil (1630-1654)*. (Zoetermeer 1986).
- .SCHIMIDT, B. *Innocence abroad The Dutch imagination and the New World, 1570-1670..* (Cambridge University Press 2001).
- .SCHWARTZ, Stuart. B. “*Expansion, diaspora, and encounter in the Early Modern South Atlantic.*” in *Itinerario* 19 (1995) pp. 48-59.
- .SCHWARTZ, Stuart. B. “*The voyage of the vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese restoration of independence 1624-1640*”. in *The American Historical Review*, (1991) pp. 735-762.
- .SOUTY, F. J. L. “*Le Brésil Neerlandais, 1624-1654: Une tentative de projection conjoncturelle de longue durée à partir de données de courte terme*”. in *Revue D’Histoire Moderne et contemporaine* 35 (1988) pp. 182-239.

- .STOLS, E. “*Convivências e convivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro.*” in *Ler História* 1997 (32) pp. 119-147.
- .TEENSMA, B. N. “*De Braziliaanse brieven van ds Vincent Joachim Soler.*” in *Documentatieblad voor de geschiedenis van de Nederlandse zending en overzeese kerken* 1997, 1 pp. 1-21.
- .VARNHAGEN, F. *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654.* (São Paulo 1943).
- .WATJEN, Hermann. *O domínio colonial holandez no Brasil.* (São Paulo 1938).
- .WIESEBRON, M. (ed). *Brazilië in de Nederlandse archieven (1624-1654).* (Leiden 2005). Vol II
- .WIESEBRON, M. “*Confrontos durante a ocupação holandesa no Brasil.*” in SILVA, Maria B. N. da. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.* (Lisboa 1995) pp. 91-107.

RAZÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA RIBEIRA DO SERIDÓ (SÉCULO XVIII)

Jeferson Candido Alves¹
sethjeferson@yahoo.com.br

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macedo²
muirakytan@uol.com.br

A formação da sociedade pecuarística do sertão da ribeira do Seridó, capitania do Rio Grande do Norte teve um significativo concurso de negros africanos e afros-descendentes. Com uma proporção menor de escravos, se compararmos com aqueles utilizados no processamento da cana-de-açúcar, os sertões pecuarísticos terão, no entanto, um maior equilíbrio em termos demográficos entre os sexos das pessoas de cor. Fator que facilitaria os arranjos familiares. Nossas conclusões baseiam-se em análises da razão de masculinidade (número de homens dividido pelo de mulheres e multiplicado por cem) calculada a partir de investigação em fontes seriais da ribeira do Seridó: livros de óbitos, nascimento, casamento; inventários e testamentos.

Introdução

Nosso trabalho objetiva fazer uma análise demográfica da população cativa dos sertões da ribeira do seridó no século XVIII, com intuito de construir um mapa demográfico, para assim embasarmos nossas pesquisas sobre a família escrava. Nossa pesquisa é baseada nos inventários *post mortem* da região supracitada e refere-se ao recorte temporal setecentista. A documentação encontra-se sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica CERES/UFRN (LABORDOC).

Dividimos nosso trabalho em duas partes a primeira “Família escrava e demografia histórica: uma relação”, justificamos os métodos de nossa pesquisa, o uso da demografia e sua importância para o estudo da história da família e das famílias escravas. Na segunda parte “Escravos nos sertões da ribeira do seridó, século XVIII: uma análise demográfica” nessa parte fazemos a análise demográfica das populações cativas dos sertões do Seridó, elaboramos tabelas e discutimos cruzando-as com historiografia regional, e até mesmo com

¹Graduando em História pela UFRN-Ceres, integrante do projeto de pesquisa “As astúcias da suavidade - a escravidão negra nos sertões do Rio Grande do Norte”. Com bolsa financiada pelo CNPQ/PIBIC.

²Professor do curso de História da UFRN-Ceres. Doutor em Ciências Sociais. Coordenador do projeto de pesquisa “As astúcias da suavidade - a escravidão negra nos sertões do Rio Grande do Norte”.

dados de anos posteriores a do nosso recorte temporal, e estabelecendo comparações entre elas.

Família escrava e demografia histórica: uma relação

A história a partir da escola do *Annales* e depois no que seria sua herdeira, a Nova História, passa a incorporar métodos pertencentes a outras ciências, por exemplo, a demografia ciência que se tornou essencial para os estudos sobre a História da família.

As contribuições da demografia histórica para o estudo da História da família são de vital importância visto que segundo FARIA (1997) os estudos sobre a família antes da demografia quase não existiam, e quando existiam estavam aprisionados as análises genealógicas sobre os grupos das elites. Após os estudos e o aperfeiçoamento das técnicas da demografia por Michel Fleury e Louis Henry, a demografia passaria a ser uma importante ferramenta metodológica para os estudos da família (FARIA;1997,BURGUIÉRE;1988), dando inclusive visibilidade à famílias das classe menos abastardas.

No Brasil esta disciplina vem se destacando e a demografia segundo Helder Alexandre Medeiros de MACEDO:

Tem ocupado especial destaque nos principais centros de pós graduação do país. Herdeira da Demografia francesa e comumente conhecida como história demográfica, sua metodologia evoluiu fundindo as técnicas demográficas aos estudos da História Social e cultural, procurando enxergar nas estatísticas os personagens que atuaram num cotidiano público e privado antes imersos na teia da análise quantitativa. (2002;p,97)

No Brasil, uma das grandes beneficiadas pelas abordagens da demografia histórica foi a família escrava³, pois antes das novas formas de se enxergar a família, com essa interface com a demografia, movimento esse que veio ocorrer no Brasil após os anos 80 do século XX, a própria existência da família escrava era negada, o escravo era visto como “coisa” tornando-se agente histórico apenas de uma forma “espasmódica”⁴.

³São notáveis os trabalhos de Sheila de Castro Faria na *Colônia em Movimento* (1998), Robert Slenes em sua obra *Na senzala uma flor* (1999) e do historiador americano Stuart B. Schwartz e sua obra *Segredos Internos* (1988).

⁴ Ver THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Nossa pesquisa é apoiada em um princípio da demografia, pertencente à estatística: razão de masculinidade⁵. A partir desse cálculo podemos estabelecer se seria possível um maior número de famílias cativas já que “um desequilíbrio entre homens e mulheres adultos tem implicações importantes”(SLENES;1999;p 73), obviamente um número maior de homens causaria uma desproporção entre os sexos impossibilitando um maior número de uniões matrimoniais.

A maior taxa de desproporção entre os sexos se dá nas regiões de processamento da cana-de-açúcar, economia que movimentou o mundo da América Portuguesa, e que para seu desenvolvimento se utilizou muito do braço negro, advindo da África até chegar na terra Brasilica, já nos navios o número de homens superava o de mulheres⁶, e quando chegavam em terra, os senhores ávidos por trabalhadores para labutar nos canaviais e engenhos, davam preferência aos homens o que seria drástico para formação de arranjos familiares.

Já em regiões de economias como a pecuária e a da produção de madeira a razão de masculinidade, tendia a ser mais equilibrada, o que contribuiria para uma maior ocorrência de famílias escravas, até pra própria segurança do investimento do senhor, pois a permissão de manter a família seria uma forma de fincar o escravo na terra de seu senhor, estes teriam uma maior dificuldade já que ao fugir teriam que deixar sua família naquela condição servil. Então a família serviria também para “docilizar” o cativo.

Escravos nos sertões da ribeira do seridó, século XVIII: uma a análise demográfica

Gado e cana-de-açúcar foram dois elementos complementares na economia colonial, no entanto, excludentes quando se tratava de abrigar a ambos nas terras próximas ao litoral nordeste da América Portuguesa, o uso quase absoluto destes solos para as lavouras de cana não suportaria com o tempo o criatório de gados, posto que os largos pastos necessários ao apascentamento terminariam por competir com os terrenos destinados ao produto agrícola de exportação mais rentável para a lógica econômica do sistema colonial.(MACÊDO;2007,p33)

⁵ Que seria o número de homens dividido pelo de mulheres e multiplicado por cem.

⁶ Segundo Hernandez o número de homens superava o de mulheres nos navios porque estas eram vendidas para o norte da própria África para comporem os harems mulçumanos, onde lá se alcançariam melhores preços por elas.

Temos nos sertões pecuarísticos o fenômeno de interiorização das capitâneas da futura região nordeste, após a proibição feita pela carta régia que restringia o criatório de gado a menos de dez léguas da zona de produção açucareira.

Na ribeira do Seridó a ocupação efetiva do espaço, se deu já “quando o sertão do semiárido potencializou-se em deserto humano, em fins do século XVII e início do século XVIII” (MACÊDO;2007.p. 52) após o episódio da chamada guerra dos bárbaros.

Os homens e gados chegavam cada vez mais e a ribeira do Seridó, dando início a construção de fazendas, sendo estas montadas por mão-de-obra livre e cativa, lado a lado erguendo a sociedade seridoense⁷. Os escravos o gado e as terras estavam no topo do cabedal familiar da ribeira do Seridó. Esse trio correspondia a 79% do patrimônio familiar. (MACÊDO;2007)

De modo geral sabemos que a quantidade de escravos de um campo pecuarístico comparado com o número de escravos, da zona de produção agrícola para exportação como a da cana é bem menor, podemos apontar dois motivos o primeiro seria que a pecuária não necessita de uma escravaria extensa para labutar como a cana-de-açúcar, um vaqueiro pode dar conta de 250 reses, e segundo porque a exangue economia pecuarista não poderia arcar com os altos preços de um número extenso de cativos.

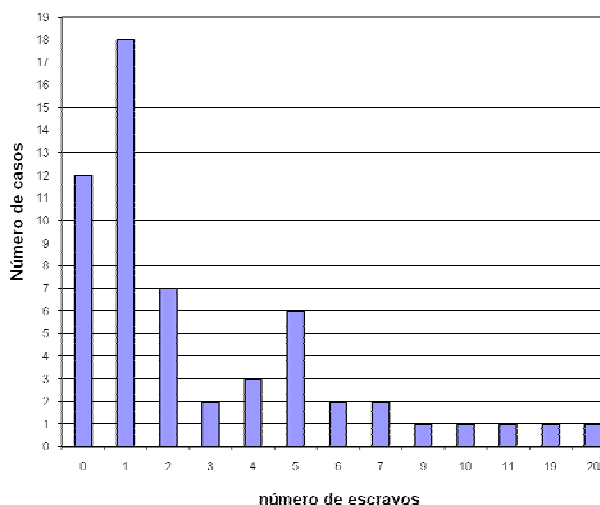
Podemos perceber essa questão do baixo número de cativos em campos de criatório de gado a partir da análise do gráfico abaixo. Ressalta-se a maior ocorrência de escravos esta entre um e cinco, destaque para o número de casos que os inventários só apresentaram um escravo, grandes plantéis só encontraríamos, “nas duas pontas do período colonial. Muito antes da seca, em 1774, José Carneiro Machado dispunha de 10 escravos e no ano que começou a estiagem o afortunado João Marque de Souza possuía ainda 20 cativos”(MACÊDO: 2007,p.212). Os números depois da grande seca só iriam ultrapassar uma dezena em 1813 no inventario de Dona Teresa Maria da conceição.⁸

GRÁFICO 1

Número de escravos nos inventários seridoenses (século XVIII)

⁷ “Não devido a uma tolerância racial que as atividades pastoris permitiriam, mais porque muitos dos proprietários de terras eram ou tornaram-se vaqueiros e possuíam poucos escravos e muito trabalho a realizar em suas terras.” afirma MACÊDO (2007.p.83)

⁸ Jeferson Candido Alves, catalogou um inventário do ano de 1829 que continha trinta e dois escravos pertencentes ao capitão Joaquim Álvares de Faria.

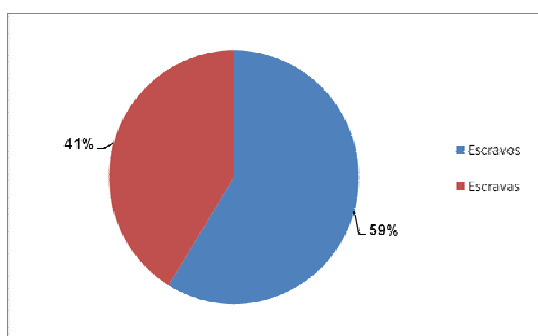


FONTE: Inventários do 1º cartório de Caicó –Arquivo LABORDOC

A razão de masculinidade entre escravos em freguesias que tinham como economia à pecuária tendia ser mais equilibrada. A Freguesia da Gloriosa Santa Ana do Seridó, no século XVIII, nos 56 inventários pesquisados, foram catalogados 143 escravos, 84 do sexo masculino e 59 do sexo feminino (ver GRAFICO 02), que calculando pela razão de masculinidade chegamos ao coeficiente de 142,3 da proporcionalidade homem/mulher. Esse número reforça a questão que em campos pecuarísticos a razão de masculinidade permite maior número de arranjos familiares entre os cativos.

GRÁFICO 2

Razão homem/mulher entre escravos Século XVIII



FONTE: Inventários do 1º cartório de Caicó –Arquivo LABORDOC

Em um período posterior, dos anos de 1822 a 1832, essa razão de masculinidade ficou muito mais equilibrada, pois dos 154 escravos catalogados, 82 eram do sexo masculino e 72 eram do sexo feminino, que calculando pela razão de masculinidade chegamos ao resultado de 113,8. Porque o aumento desse equilíbrio ainda não temos essa resposta, mais com o avançar de nossas pesquisas poderemos identificar o fator do aumento no número de mulheres, e conseqüentemente a diminuição na quantidade de homens.

Algumas conclusões

A partir dos resultados apresentados, após as análises demográficas que aqui se deram podemos comprovar que razão de masculinidade entre escravos nos campos pecuarísticos da ribeira do Seridó, apresenta uma certa proporcionalidade, esse equilíbrio nos revela que é demograficamente possível a formação de famílias escravas.

A partir das comparações entre épocas e series demográficas diferentes podemos discutir motivos, que expliquem porque o aumento ou a diminuição da população cativa da região.

REFERÊNCIAS

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, J. NORA, P. (org) **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 67-82.

FARIA, Sheila de Castro. **História da Família e Demografia Histórica**. In: Cardoso, Ciro Flamarion, Vainfas, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 199. p 241-258.

_____. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de uma moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras.,1987.

GUERRA, Phelippe e GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca**. 3 edição Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal,1980.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.
Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, **Vivências índias, Mundos Mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX.** Caicó, 2002. 168 p. Monografia (curso de História), universidade federal do Rio Grande do Norte.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó – uma historia do regionalismo seridoense.** Natal: Sebo Vermelho, 2005.

_____ **Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII).** Natal, 2007, 290p. Tese de (doutorado em ciências sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó.** Brasília: centro gráfico do senado federal, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos – engenhos e escravo na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste século XIX .** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TENSÕES POLÍTICAS E INTERESSES EM PERNAMBUCO, 1817

Teresa Cristina de Novaes Marques¹

Resumo:

Este ensaio examina a presença do comerciante Bento José da Costa nos principais círculos políticos da capitania de Pernambuco entre finais do século XVIII e o movimento político de 1817, quando este comerciante colaborou com o governo revolucionário. Este ensaio retorna ao problema histórico das motivações para a ação política, que não encontra solução satisfatória na suposição de que os atores políticos agiam movidos por interesses materiais, declarados ou disfarçados, nem na suposição de que o único motor da ação política foram as idéias revolucionárias que percorriam as Américas naquela época.

Supõe-se que a chave de compreensão do envolvimento de Bento José da Costa com 1817 deve ser buscada na rede de relações mercantis e pessoais onde ele ocupa lugar central.

A primeira seção examina a pertinência da noção de centralidade para a compreensão do envolvimento de Bento José da Costa em 1817. A segunda parte trata da posição econômica de Pernambuco no conjunto das capitanias do Brasil e o endividamento sistêmico das famílias proprietárias em Pernambuco. Na terceira seção, são apresentados os resultados da investigação.

Palavras-chave: Pernambuco, 1817, redes mercantis.

1. Redes de poder e de negócios

Nos estudos sobre o comércio atlântico no período moderno, ganha importância reconstituir a configuração das redes mercantis de que agentes econômicos faziam parte² Em alguns desses estudos, adota-se a noção de centralidade, inspirada na psicologia social, para caracterizar a posição dos indivíduos nas redes relacionais.³ Neste sentido, quanto mais um indivíduo é solicitado ou referenciado por outros integrantes da rede de relações, mais central será o seu lugar nesta rede. E, ainda, essa solicitação depende da reputação adquirida e alimentada pelo indivíduo no seu meio. Em verdade,

¹ Professora de História do Brasil, Departamento de História da Universidade de Brasília, tcnmarques@unb.br

A autora deseja agradecer ao professor Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino (UFPE), pelo gentil empréstimo da transcrição do livro de contas de Bento José da Costa, cujos originais se encontram no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Esta pesquisa é fruto do projeto “Sistema de herança em famílias da elite em Pernambuco colonial”, ainda em desenvolvimento e que contou com apoio financeiro do **CNPq** entre 2006 e 2008.

² Leonor Correa & Maria Manuela Rocha (2007), *Remessas do ouro brasileiro*.

³ D. Kraschhardt & M. Kilduff (1994), *Bringing the individual back in*.

quanto mais ampla for a rede relacional, mais assimétrico será o acesso à informação sobre a conduta dos seus integrantes e mais importante para a sustentação da posição destacada de um deles será o fato de os demais o perceberem como detentor de um atributo especial valorado pelo grupo, qual seja: poder, habilidade, competência, riqueza ou honestidade. No espaço atlântico do setecentos, como a posição de destaque em um complexo de relações variava conforme as vicissitudes do trato mercantil e a dinâmica política, a reprodução desta posição requeria esforços para reforçar a imagem positiva pelo acúmulo de instrumentos de poder alimentado pela habilidade de fazer e refazer alianças acertadas. O estudo faz uso dessa noção de centralidade para compreender a atuação política de Bento José da Costa.

Costa foi um comerciante nascido no norte de Portugal, em 1758, que teve educação rudimentar e que se estabeleceu em Pernambuco, onde explorava contratos régios, tinha imóveis urbanos, fazendas de gado, embarcações de longo curso e de cabotagem, comércio de atacado, e muitos devedores.⁴ É controverso se Bento atuava no tráfico de escravos na costa africana, embora seja bastante provável.

Usualmente, seu nome é mencionado na historiografia quando se deseja enumerar os participantes do movimento de 1817, conforme o espectro de comprometimento ideológico com a causa revolucionária e o grau de envolvimento efetivo com o governo provisório. Entre os cabeças do movimento, estavam Domingos José Martins, coincidentemente genro daquele comerciante, os irmãos Suassuna (os Paula Cavalcante de Albuquerque), Antônio Carlos de Andrada, o Padre João Ribeiro, Gervásio Pires Ferreira, os irmãos Affonso Ferreira (José Alexandre e Felipe Néri), e outros mais exaltados e sem sobrenomes ligados a linhagens influentes.⁵ Nas listas dos envolvidos em 1817, surge também Bento José da Costa, ora como hesitante

⁴ Embora não se conheça o paradeiro do inventário de Bento José da Costa, é possível reconstituir seus interesses mercantis através de fontes indiretas, a exemplo do livro de contas de seu falecido sócio, Domingos Affonso Ferreira (IAHGP). Veja-se, também: Georges Félix C. Sousa (2007), *Elite y ejercicio de poder*, p. 732.

⁵ Até a conclusão deste *paper*, a relação dos bens de Gervásio Pires Ferreira confiscados pela justiça como parte da devassa dos implicados em 1817 não estava disponível para consulta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Aguarda-se para breve a reabertura do fundo onde está a documentação.

colaboracionista, ora como indivíduo arrastado para o centro dos acontecimentos à revelia, pelo casamento de sua filha com o líder revolucionário Domingos José Martins.⁶

A historiadora Glacyra Leite Sobre escreveu sobre as supostas dificuldades de relacionamento de Costa com a administração portuguesa sugerindo ter sido esta a razão de sua participação de 1817.⁷

Sua filha Maria Teodora casou-se com Domingos José Martins, um dos chefes do movimento de 1817. O fato de manter comércio com países não privilegiados com a Inglaterra, com taxa de 15% para a entrada de mercadorias e também o fato de estar constantemente endividado com a Coroa Portuguesa podem ter sido fatores de atração para apoiar o Governo Provisório. (...)

Suas embarcações, bem como mercadorias, permaneceram embargadas por muito tempo. Uma ordem real, expedida a 16 de maio de 1818, mandando liberar os navios de alguns comerciantes pernambucanos não incluía o nome de Bento José da Costa.

Não foram somente estas medidas tomadas pela repressão que atingiram Bento José da Costa. Foi também obrigado a repor as taxas alfandegárias, que deixara de pagar, sobre tecidos que importou da Espanha durante a vigência do Governo Provisório. Esteve em vias de responder processo por envolvimento nos acontecimentos de 6 de março, tendo, neste particular, contado com a proteção do então governador Luís do Rego Barreto.

Convém observar que o inventário de Domingos Affonso Ferreira, sócio de Bento José da Costa, registra que ambos esperavam receber da Fazenda Régia cerca de 82 contos de réis relativos a contratos de dízimos das freguesias do Cabo, Ipojuca, Alagoas e Penedo, do triênio 1802/1804, que esses comerciantes haviam arrematado. Inclui-se nesse valor, dívidas ativas do contrato dos dízimos reais do Ceará, relativo ao período 1797 a 1800. Ferreira morreu em 1804 e a partilha formal do inventário de Ferreira foi concluída em 1818.⁸ Embora não se conheça o inventário de Bento José da Costa, não parece haver fundamento na idéia de que este comerciante estivesse endividado com a Coroa, como afirma a autora.

⁶Glacyra L. Leite (1987), *Pernambuco, 1817*, p. 121; Evaldo Cabral Mello (2004), *A outra independência*.

Como historiadora de gênero, por tudo que conheço sobre a ordem patriarcal no Antigo Regime, considero inadmissível a hipótese de a filha de Bento José da Costa se casar à revelia do pai.

⁷Idem, pp. 122-123.

⁸Relação de dívidas ativas do inventário de Domingos Affonso Ferreira. [Arquivo Orlando Cavalcanti, IAHP; transcrito por Tácito Cordeiro Galvão]

Ainda sobre o argumento de Glacyra Leite sobre os atritos de Bento José da Costa com a Coroa, como explicar que Costa tivesse sido indicado para vereança em 1815 pelo príncipe D. João? Foi este o único mandato de Costa na Câmara municipal do Recife.⁹ Sem desmerecer a importância da obra de Leite, afirmamos que o papel político dos envolvidos em 1817 ainda requer pesquisas.

Prosseguindo no exame sobre a forma como a historiografia tem tratado os comerciantes envolvidos nos movimentos políticos do início do século XIX em Pernambuco, vemos que na obra de Carlos Guilherme Motta o nome de Costa aparece como uma exceção à regra, por se tratar de um reinol em meio a uma articulação política de colonos nascidos no Brasil contra a opressão do sistema colonial.¹⁰ Em outubro de 1821, Costa integrou a junta governativa presidida por Gervásio Pires Ferreira, em adesão ao movimento do Porto. Com isso, os historiadores parecem ter encontrado a chave para o enigma político posto pela atuação de Bento José da Costa, o qual, enfim, assumiu uma posição clara em favor do sistema de governo constitucionalista. Ele era um constitucionalista, então.

Entre ator coadjuvante nos acontecimentos e hábil articulador que consegue se envolver na trama e ao mesmo tempo se esquivar das punições, Bento José da Costa não provoca grande curiosidade nos historiadores políticos. Entretanto, como argutamente comenta Marcus Carvalho, o sistema colonial não teria sido tão longo se não contasse com o apoio dos colonos beneficiados por ele.¹¹ Por analogia, cremos que a influência do grupo ligado a Costa não viria de tão longe e não persistiria no tempo se não tivesse sido sustentada por sua capilaridade em termos de negócios e de influência política, inclusive por sua participação nos movimentos políticos das décadas de 1810 e 1820 na província. Gervásio Pires Ferreira não foi apenas um comerciante com grande visão política e projeto de poder, nem os irmãos Ferreira foram exaltados revolucionários que, coincidentemente, dividiram a mesma cena política com Bento José da Costa. O primeiro era primo da mulher de Bento, e

⁹ Georges Félix Cabral Sousa (2007), *Elite y ejercicio de poder*, p. 411 e 732.

¹⁰ Carlos Guilherme Mota (1972), *Nordeste, 1817*.

¹¹ Marcus J. M. Carvalho (1998), *Cavalcantis e cavalgados*.

este, por sua vez, vinha a ser sócio e inventariante dos bens do pai dos irmãos Ferreira, que também eram primos de Gervásio.¹² Além das ligações familiares e, possivelmente, de idéias compartilhadas, esses homens tinham entre si o propósito de se perpetuar à frente do poder em Pernambuco. Em nome dos seus negócios e de sua centralidade política, Bento enfrentara o bispo Azeredo Coutinho, em 1799, sustentou o movimento de 1817 e aderiu à junta constitucionalista, em 1821.¹³ Ao invés, portanto, de tomar sua atuação política como mera rejeição do sistema colonial obsoleto que não o beneficiava mais, sugere-se, neste ensaio, que a ação política de Bento José da Costa foi guiada pelo propósito de garantir a continuidade da sua acumulação material, simbólica e de poder. Assim mesmo, simultaneamente, sem haver predomínio de um propósito sobre outro, mas complementaridade entre eles. Havia o sistema antigo que ruía à vista de todos, esboçou-se outro após o movimento do Porto ainda sem contornos definidos e havia os arranjos locais que sustentavam os negócios e a proeminência de Costa e dos Ferreira. Para garantir isso era preciso estar à frente do processo de mudança política, sob pena de perder o controle sobre os acontecimentos. Já eram os principais da terra e desejavam assim permanecer.

¹² A linhagem das famílias é a seguinte: do casamento de Domingos Pires Penedo (lavrador) e Domingas Gonçalves, moradores de Bustelo, Portugal, nasceu, entre outros, Domingos Affonso Ferreira, que se estabeleceu como comerciante de tecidos em Pernambuco, onde se casou e teve oito filhos. Na descendência de Domingos Affonso Ferreira estavam os implicados em 1817, Jose Alexandre e Felipe Néri. Domingos Affonso Ferreira tinha como sócio Bento José da Costa, este último nascido em Braga, em 1758. Um irmão de Domingas Gonçalves, chamado Domingos Pires Ferreira também migrou para Pernambuco onde foi inspetor da Mesa de Inspeção dos açúcares e algodões. Domingos empregou no seu comércio de grosso o sobrinho Gervásio Pires Ferreira, que posteriormente se formou no Reino e retornou ao Brasil junto com o comboio da família real. Bento José da Costa casou-se com a filha de seu sócio, Ana Maria Theodora e teve por testemunha de casamento, o primo de sua mulher, Gervásio Pires Ferreira. O filho varão de Bento José da Costa, homônimo ao pai, casou-se com uma filha de Gervásio, chamada Emília Júlia, em 1825. Este vínculo familiar é a base das relações de negócios entre os biografados neste ensaio. [Veja-se: Inventário de Domingos Affonso Ferreira (IAHGP), Antônio J. Mello (1973), *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, Edgardo Pires Ferreira (1987), *A mística do parentesco*, Zilda Fonseca (2003), *Desbravadores da capitania de Pernambuco*, Georges Félix Cabral Sousa (2007), *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial*.]

¹³ Os comerciantes Domingos Affonso Ferreira, Bento José da Costa, Antônio Marques da Costa Soares, e Joaquim Pires Ferreira representaram à rainha D. Maria I, em documento datado de 16 de junho de 1799, contra a pretensão do bispo e governador da capitania, Azeredo Coutinho, de taxar as carnes secas trazidas de outras capitanias para garantir o ensino em Pernambuco. Seu pleito foi atendido. [Severino Nogueira (1985), *O Seminário de Olinda*, p. 101, *Apud* Correspondência da Corte, Livro XI.]

O movimento de 1817 constitui um elemento central na identidade histórica dos pernambucanos e a natureza da trama política é um tema que divide os historiadores há muito. Para Oliveira Lima, o que houve foi uma insurreição motivada por princípios e não por razões econômicas.¹⁴ Evaldo Cabral não descarta fatores econômicos a alimentar o mal estar e a insatisfação dos moradores na província, mas enfatiza a cisão entre os projetos políticos da maçonaria de linha francesa, revolucionária, e a de linha inglesa, politicamente moderada e influente no Rio de Janeiro. Este ensaio não pretende solucionar o problema das causas últimas econômicas ou políticas de 1817 porque não há solução para isso. Mesmo o raciocínio que enfatiza as motivações políticas não encontra sustentação fácil na atuação dos envolvidos no movimento, uma vez que até entre os mais próximos a Bento José da Costa encontravam-se atores políticos de diferentes matizes ideológicos, desde a linha abertamente revolucionária de Domingos José Martins, à insatisfação engajada dos irmãos Ferreira, à hesitação calculada de Gervásio Pires Ferreira. Em verdade, havia entre os conspiradores um gradiente de consciência política e de projetos de poder. Porque assim se fazem as revoluções: misto de idéias e de entusiasmo. Buscamos aqui examinar de que forma a perpetuação da proeminência econômica dependia do acesso privilegiado aos canais do poder, o que parece ter sido a motivação do envolvimento de Bento José da Costa no ciclo revolucionário.

Vejamos na próxima seção qual o peso econômico de Pernambuco no conjunto das capitanias e como isso era percebido pelos líderes de 1817.

2. Pernambuco no conjunto das capitanias

Na visão de Caio Prado e de Celso Furtado a segunda metade do século XVIII foi marcada pelo declínio do nível de atividade econômica na colônia. No entanto, há mais de uma década, pesquisadores brasileiros e estrangeiros revisam esta interpretação e sustentam, ao contrário, ter havido expansão da produção agrícola em várias partes da América portuguesa.¹⁵

¹⁴ Manuel Oliveira Lima (1996), *D. João VI no Brasil*, p. 502. [1ª Ed.: 1908]

¹⁵ Dauril Alden (1987), *Late colonial Brazil, 1750-1808*. Vejam-se também as obras de João Luís Fragoso.

No estado atual da pesquisa histórica, não há como precisar a situação econômica da capitania de Pernambuco no período, uma vez que os dados são precários e escassos. Os que existem, apontam para um crescimento expressivo no nível de produção de algodão e, em menor grau, também no de açúcar. Como o algodão se expandiu pelos sertões secos, em propriedades menores e exigindo menos investimento em escravos, nossa atenção se volta para o açúcar, produto tradicional nas matas sul e norte pernambucanas, cuja produção é a razão de ser do forte endividamento das famílias da elite da capitania. A se confiar nos dados de que se dispõe, a produção de açúcar evoluiu fortemente nos dez anos entre 1761 e 1771: de 69,7 mil arrobas, passou a cerca de 278 mil arrobas produzidas. No que diz respeito às unidades produtivas, também houve mudanças positivas, pois, em 1761 contavam-se 268 engenhos e, em 1777, havia 390 deles.¹⁶ Difícil dizer, no entanto, se o crescimento da produção e o investimento em novos engenhos resultaram da ação da Companhia Geral Pernambuco e Paraíba, que, reconhecidamente, expandiu a oferta de crédito na capitania. Não é conhecido se os empréstimos feitos logo no início da década de 1760 foram responsáveis pelo quadro de novos investimentos e de aumento produtivo, pois, já em 1768 a direção da companhia recuava da política adotada e endurecia na cobrança das dívidas.¹⁷ Em outros termos, é possível que o número de novos engenhos tenha crescido em poucos anos no início da década de 1760 e o dado de que dispomos, para 1777, reflete apenas este surto de investimento inicial e que não teve continuidade.¹⁸

De toda forma, entre as últimas décadas do século XVIII e o início do XIX os números da exportação de produtos revelam que Pernambuco estava em expansão econômica, inclusive porque o alcance do porto do Recife abrangia as capitanias da Paraíba, Ceará e Maranhão, estas duas em menor monta. Tanto o escoamento da produção dessas capitanias como seu abastecimento era feito por cabotagem. Aliás, este era um negócio bastante explorado por Bento José da Costa e Domingos Affonso Ferreira.

¹⁶ Idem.

¹⁷ José Ribeiro Jr. (2004), *Colonização e monopólio*, p. 172.

¹⁸ Idem, p. 172.

Essa prosperidade não significava que a renda decorrente da atividade econômica ficasse retida integralmente na capitania, ao contrário. Uma visão recente da situação financeira das capitanias do Brasil neste período foi apresentada por Carlos Gabriel Guimarães, a partir de pesquisas em arquivos de Lisboa.¹⁹ Os dados levantados por Guimarães, ainda que restritos a um conjunto pequeno de anos, 1795 a 1800, sugerem que o Erário de Lisboa enfrentava dificuldade para equilibrar as despesas com as receitas obtidas no Brasil. Consideramos somente a diferença entre os “rendimentos próprios” e a “despesa anual das capitanias” de modo a mostrar o resultado líquido de cada uma delas, desconsiderados os aportes financeiros e transferências entre capitanias promovidas pelo Erário para equilibrar as contas de umas e outras.

Essa diferença revela que, do conjunto examinado, Pernambuco afigurava-se como a capitania mais positiva, exceto pelo ano de 1789, quando apresenta um pequeno déficit comparativamente ao registrado no Rio de Janeiro e Minas Gerais no mesmo ano. O trabalho de Guimarães também mostra ter sido Pernambuco a capitania com maiores valores na rubrica “dívidas ativas”, no período. Por isso podemos entender serem créditos a receber internamente na capitania (dízimos a recolher e outros), e externamente, do Erário de Lisboa ou de outras capitanias, o que é mais provável. Em outros termos, os dados sugerem que a sustentação financeira das principais capitanias deveu muito aos bons resultados de Pernambuco, e isso, antes mesmo de a transferência da corte para o Rio de Janeiro aumentar o peso dos impostos sobre os moradores das capitanias do norte, como os contemporâneos se queixavam e a historiografia tomou como um dos fatores responsáveis por 1817.²⁰

Tabela 1. Diferença entre “Rendimentos próprios da Capitania” e “Despesa anual”

ANO	Minas Gerais	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco
1795	-51:358\$532	12:397\$257	71:282\$289	106:919\$276

¹⁹ Guimarães levantou oito rubricas nos Mapas Demonstrativos das contas das capitanias no curto período entre 1795 e 1800: rendimentos próprios da capitania, empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos, total das entradas em cada ano, despesa anual, dívidas ativas, dívidas passivas, sobras remetidas para Lisboa, remanescentes que ficaram na capitania.

²⁰ Veja-se: Glacyra Leite (1987), *Pernambuco, 1817*, e Evaldo Cabral de Mello (2004), *A outra independência*.

1796	-48:042\$239	43:812\$244	-38:345\$038	125:483\$896
1797	9:555\$019	-355:984\$700	-117:013\$480	72:787\$426
1798	-119:504\$131	-317:510\$786	13:888\$827	-3:230\$710
1799	-92:366\$774	-66:560\$209	-12:855\$577	98:706\$875
1800	sd	Sd	-13:415\$332	79:880\$978

Fonte: Carlos Gabriel Guimarães (2007), *O rendimento da capitania de Minas Gerais (...)*, Apud **Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa**, Cartórios Avulsos, cx. 77, Mapas Demonstrativos das Receitas e Despesas que tiveram as Capitanias (...).

Os contemporâneos mais bem informados tinham consciência de que o equilíbrio financeiro da capitania contrastava com os recursos disponíveis para as necessidades dos moradores, pois havia falta crônica de recursos para atender ao soldo da tropa, promover melhorias nos caminhos, pontes e portos, para mencionar os problemas que todo governador enfrentava. Sobre isso, escreveu o autor desconhecido do livreto “Revoluções do Brasil”: *Deve por fim notar-se, que de todos os Erários era o de Pernambuco que menos tempo tinha para descansar; os saques, e resaques da Corte, e de outros Erários eram quase quotidianos.*²¹ Logo a seguir, o mesmo autor critica a Hipólito José da Costa, que teria afirmado serem as sobras anuais do erário de Pernambuco apenas 400 contos, valor fortemente contestado pelo autor do “Revoluções”.²²

O dreno de renda da capitania para o centro-sul foi explorado pelo governo provisório, que, três dias após chegar ao poder, em 9 de março, anunciou, em uma proclamação reproduzida parcialmente abaixo, a redução de impostos que gravavam a vida dos moradores:²³

(...)Um Governo Provisório iluminado escolhido entre as ordens do estado preside a vossa felicidade. Confiai no seu zelo, no seu patriotismo. A providencia que dirigiu a obra ela a levará ao termo. A empresa é filha do céu, o céu a protegerá: vós vereis consolidar-se a vossa felicidade, vós sereis livres do peso de enormes tributos que gravam sobre vós, e vosso e nosso país subirá a ponto de grandeza que a [há] muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e zelo dos vossos concidadãos.

²¹ *Revoluções do Brasil, Idéia Geral de Pernambuco em 1817*, RIAHGP, 29/30, p. 76. Ao contrário do que se pode supor pelo título, não se trata obra apologética do movimento de 1817. Estima-se que tenha sido escrita na década de 1830.

²² A interpretação dos acontecimentos oferecida por Evaldo Cabral (2004) confere sentido a essa afirmação atribuída a Hipólito José da Costa, maçom ligado à linha inglesa, opositor do movimento de 1817. Tratava-se de diminuir a veracidade das queixas dos pernambucanos contra o domínio político do centro-sul após a transferência da Corte.

²³ *Documentos Históricas*, v. 101, p.15-16.

Ainda em 9 de março, o governo revolucionário suprimiu os impostos sobre munição e armamento além daqueles que incidiam sobre um conjunto de bens de consumo imediato pela população, inclusive sobre as carnes verdes, cuja arrecadação era destinada à sustentação da tropa.²⁴ No dia seguinte, um decreto ordenou que os direitos arrecadados sobre o açúcar e o algodão exportados na província não mais seguissem para a Corte e passassem a ser recolhidos ao Erário da província.²⁵

Os moradores de Pernambuco não eram os únicos a experimentar a carestia dos alimentos e eventuais crises de abastecimento, como a historiografia registra. No entanto, o momento revolucionário, por desestruturar o sistema produtivo, tornava esse quadro mais agudo. Daí as proclamações do Governo Provisório buscarem apaziguar os ânimos da população intranquilha. Embora, por ironia, em mais de uma ocasião Bento José da Costa tivesse sido apontado como açambarcador de gêneros.²⁶

Por certo as condições duras de vida da maior parte da população não eram o traço peculiar de Pernambuco. Único no conjunto das capitanias era o bom movimento comercial a garantir o superávit financeiro da capitania e a acumulação dos grandes comerciantes da praça do Recife. Também era específico de Pernambuco o elevado nível de endividamento das famílias produtoras, rescaldo das operações comerciais da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, iniciadas em 1755 e suspensas em 1778. A cobrança das dívidas se arrastava desde a década de 1760 e os efeitos disso ainda eram sentidos. Talvez não o fossem no modo como a historiografia costuma tratar o assunto: como um fator a mais alimentando a insatisfação dos moradores contra a administração portuguesa. Raciocina-se como se, de insatisfação em insatisfação, estivesse criado o ambiente favorável à inevitável ruptura institucional. Como voltaremos a comentar com detalhe, a sistemática de cobrança das dívidas parece ter dado espaço para o sentimento de crescente incerteza na maior parte dos devedores e seus herdeiros. Para um conjunto

²⁴ Idem, v. 101, p. 13.

²⁵ Glacyra Leite (1987), *Pernambuco, 1817*, p. 205.

²⁶ No governo de Thomaz José de Melo, que antecedeu ao do bispo Azeredo Coutinho. [Ribeiro Jr.(1980), *Pernambuco no comércio*, p. 49.]. Também Glacyra Leite (1987, p. 121-122) encontrou registros de queixas contra a conduta comercial de Bento José da Costa e seus associados.

menor de devedores, no entanto, as cobranças resultaram em perda efetiva de bens para a Junta Liquidatória da extinta Cia. Pernambuco e Paraíba.

É curioso como um assunto tão importante para a elite da capitania, depois província, não tenha resultado em muitos estudos historiográficos. Vale mencionar o trabalho de José Ribeiro Júnior sobre a atuação da Companhia, obra ainda insuperada.²⁷ A pesquisa de Ribeiro revelou indícios de que deputados administradores da Companhia em Pernambuco não agiram sempre de modo lícito, pois há informações sobre seu envolvimento com contrabando, além da imposição de sobre-preços abusivos nas mercadorias vendidas aos moradores. De toda forma, a contabilidade pouco transparente da Companhia de Pernambuco, em contraste com os livros compreensíveis da sua congênere do Pará e Maranhão, cria grande dificuldade para averiguar a pertinência das críticas que um ilustrado governador da capitania fez à administração da Companhia privilegiada em julho de 1778.²⁸ Trata-se do governador José César de Menezes, que esteve à frente de Pernambuco de 1774 a 1787. Ponderou o governador a Lisboa que o endividamento dos moradores atingira a proporção que chegara pela administração descuidada da Companhia, que impusera preços altos às mercadorias vendidas (escravos, tecidos, ferramentas, alimentos) e, em contrapartida, assumira a política de comprimir os preços de aquisição dos produtos locais. Além disso, a contagem dos juros e mesmo a definição do principal das dívidas era arbitrária, ou, no mínimo, diríamos hoje, muito pouco transparente. Argumentou o governador que muitas dívidas já teriam sido pagas, mas os devedores continuavam a arcar com os juros.²⁹ Diríamos nós: continuavam a viver sob a ameaça de sua cobrança.

Não há registro de que as críticas sensatas do governador tenham repercutido em Lisboa mudando o tratamento dos moradores endividados pela extinta companhia. Em fevereiro daquele mesmo ano, 1778, constituíra-se a

²⁷ Deste autor, veja-se: José Ribeiro Júnior (2004), *Colonização e Monopólio no Nordeste brasileiro*, e (1980), *Pernambuco no comércio luso-brasileiro da transição, 1780-1826*.

²⁸ O historiador português Antônio Carreira observa que os números das operações da Cia. Pernambuco e Paraíba parecem ter sido deliberadamente truncados, especialmente no que diz respeito ao comércio de escravos na costa africana. E o problema não se restringe à administração em Pernambuco somente; transborda para Lisboa. [Carreira (1982), *As Companhias Pombalinas*, p. 245.]

²⁹ José Ribeiro Jr. (2004), *Colonização e Monopólio*, pp. 193-201.

Junta Liquidatária dos Fundos das Companhias do Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba, responsável por arrecadar os bens das companhias, inclusive dívidas ativas. No que diz respeito à sistemática de arrecadação dos haveres, convém reproduzir um trecho da instrução passada pela Junta aos seus feitores no Maranhão:³⁰

Todo o desvelo em aplicar os meios que julgar mais acertados para obter aquele desejado fim ainda que seja preciso facilitar-lhe os preços que temos estipulados para deste modo adiantarmos as nossas cobranças antigas e não caírem nas mãos de novos negociantes e aumentos de dívidas e para o evitar vós o facilitará quanto lhe for possível (...).

Em outros termos, havia um mercado local para o financiamento das parcelas do endividamento nas Companhias. Senhores de engenho e pequenos comerciantes que enfrentassem a urgência de comparecer com o pagamento de uma parcela de suas dívidas, sob pena de prisão, caso houvesse sentença contra o devedor, depositário ou fiador, recorriam a capitalistas locais, a exemplo de Domingos Affonso Ferreira, Bento José da Costa ou Antônio Marques da Costa Soares, na praça do Recife. Isso também conferia a esses comerciantes informação privilegiada sobre a solvabilidade das famílias e a possibilidade de adquirir propriedades a baixo preço.

Uma visão parcial do endividamento das famílias moradoras de Pernambuco junto à Companhia Geral pode ser obtida na listagem concluída em novembro de 1793 para informar os acionistas em Portugal sobre a situação das dívidas: o quanto se devia e o quanto já havia sido arrecadado até então.³¹ Embora haja outras listas no Arquivo Ultramarino, cuja pesquisa mais aprofundada pode revelar a repetição de nomes e de valores ou registros novos de devedores nas listagens, processamos o rol de 1793. Encontramos 369 registros de penhoras de bens. Cabe observar que um mesmo devedor podia dar origem a mais de um registro, embora constatemos que na descrição dos processos judiciais é recorrente que um mesmo devedor sofra mais de uma penhora no tempo. De toda forma, os registros contém, salvo equívocos do escrivão e dificuldades de transcrição, o nome do devedor, a data da primeira penhora, o nome do depositante ou fiador (conforme a situação), o

³⁰ Manuel Nunes Dias (1962), *A Junta Liquidatária dos fundos*, p. 167. O grifo é nosso.

³¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, CD ROM, Cod.I, 26, 090,010]

valor da penhora (tomemos isso como o valor histórico da dívida), além de uma descrição rápida sobre o que se fez para reaver o valor emprestado pela Companhia. O valor total apurado nesses 369 registros é de 784:378\$030 rs, que deve ser entendido como o valor devido ao tempo das penhoras. Este não é o valor do principal corrigido com o dos juros. Tampouco é possível precisar o valor real das penhoras pela estimativa do preço dos bens, pois, assim como há registros em que, nitidamente, o valor dos bens penhorados é menor que o valor das dívidas, há casos em que os administradores da Companhia devem ter penhorado a mais do que o necessário. Convém raciocinar sobre as penhoras como uma medida preventiva para que, na eventualidade de outros credores investirem sobre os mesmos bens dos devedores, e isso acontecia recorrentemente, a Companhia se habilitava a participar do rateio desses bens.

Quanto ao tempo decorrido entre a penhora e a feitura da lista, 25 (6,7%) registros de penhora são datados desde antes de 1760 até o ano de 1775, 58 (15,7%) penhoras aconteceram entre 1776 e 1789, e 276 (74,8%) foram realizadas entre 1781 e 1793. Isso significa que a lista reflete as ações mais recentes dos administradores da Companhia em Pernambuco, relativamente ao ano de fechamento do documento: 1793.

Quanto à cadeia de responsabilidades, observa-se que, segundo as Ordenações, são co-responsáveis o devedor, o depositário dos bens e o fiador. Caso haja omissão maliciosa de algum bem que impeça a penhora no valor emprestado, essas três pessoas estão sujeitas à prisão.³² Em outros termos, depositário e fiador são co-responsáveis pela dívida e respondem por ela com seus próprios bens. Esses instrumentos institucionais conferem forte poder de coação aos credores, entretanto, observa-se que este poder quase nunca foi empregado e a Companhia preferiu receber parcelas das dívidas a criar situações para que os devedores as quitassem. Essa afirmação se baseia na constatação de que dos casos examinados, apenas dez (2,7%) resultaram em prisão efetiva do devedor, ainda que temporária. Há sete menções à emissão

³² Os títulos que tratam de quebras e de arrestos de bens estão dispersos em mais de um livro das Ordenações, particularmente, nos livros Primeiro e Terceiro. [*Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. 14ª Ed. Notas e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, 2004. Edição fac-similar à de 1870.]

de mandados de prisão (não efetivados) contra devedores e apenas dois mandados contra depositário ou fiador.

Uma medida da parcimônia com que o instrumento da prisão era usado para coagir o devedor a pagar parte do seu débito é a situação das viúvas. O conjunto de registros examinados menciona 28 casos de viúvas penhoradas, algumas delas estavam à frente de patrimônio de valor, como engenhos, casas e escravos. No entanto, nenhuma das viúvas responde também como depositária dos bens, o que a colocaria como duplamente responsável pela dívida e poderia levá-la à prisão por não pagamento ou ocultamento do bem, como aconteceu com depositários. Em todos os casos envolvendo viúvas, o depositário é um homem, um filho ou parente próximo.³³ Certamente causaria escândalo impor a prisão de uma integrante de família influente na capitania e os administradores não ousariam fazer isso.

Outro instrumento de força contra os devedores é a possibilidade de perda efetiva dos bens penhorados através da colocação em hasta pública para arremate. Entretanto, isso aconteceu em apenas 31 casos, ou 8,4% dos registros de penhora. Para saber se a penhora significa a perda definitiva do bem é preciso observar se o devedor perdeu o domínio sobre ele, isto é, se o escravo, ou o engenho ou a casa foi depositado em mãos de terceiros. Nessas situações, o devedor perdia acesso ao rendimento da propriedade ou, quando se tratava de escravo, perdia a capacidade de explorar o trabalho do cativo. Como é bastante freqüente na lista examinada o devedor ser constituído também como depositário, isso significa que a maior parte dos devedores continuava usufruindo da sua propriedade, embora tivesse que abrir mão de parte da sua renda para a Companhia.

Uma situação drástica acontece quando a Companhia colocava na praça o arrendamento do bem, quase sempre um engenho de açúcar. Entretanto, isso aconteceu apenas cinco vezes nos casos que examinamos. Mesmo havendo arrematação dos bens, com freqüência isso recai sobre parcela deles; a dívida era reduzida, mas não era eliminada. Há casos em que o devedor

³³ A viúva de Bernardino da Costa Melo, devedor de 641\$100, requereu fiança alegando ser mulher, e foi atendida. Manuel da Cunha Andrade pagou a fiança e a execução teve continuidade.

continuou respondendo pela dívida com outros bens e há outros em que o arrematador assumiu a antiga dívida. Resumindo: não é simples acompanhar a lógica dos negócios da Companhia, inclusive porque não está clara a taxa de juros empregada e a evolução das dívidas por vezes é assustadora. Vejamos alguns exemplos.

Em 1786, os herdeiros de Francisco do Rego Barros foram penhorados em 589\$776 rs, na forma de 17 escravos e 20 bois. Se tomarmos o valor médio de um escravo por 60\$000 rs, mesmo sem conhecer detalhes quanto a idade, gênero, condição física do escravo, o valor dos escravos no conjunto dos bens penhorados chegaria a 1:020\$000 rs.³⁴ Talvez o escrivão tenha registrado alguma quantidade errada, podemos pensar. O que dizer então da dívida de José Antônio da Costa, que foi penhorado em 1785 em 450\$000, na forma de casas térreas no Recife e que, em julho de 1792, devia 3:527\$947 rs? Supondo que este devedor, ou seus herdeiros, não tivesse feito qualquer pagamento, ainda assim, nos sete anos que se passaram entre a penhora e o seu cômputo parcial o valor se multiplicou por 7,8 vezes. Vicente Gurjão devia 118\$160 rs em 1785 e chegou a julho de 1793 devendo 1:300\$215 rs, ou 11 vezes o valor original!

Por todos esses elementos mencionados acima, somos levados a pensar que a Companhia preferia ter um fluxo de pagamentos permanente a receber bens que não poderia administrar ou teria dificuldade para encontrar comprador na praça do Recife. Entretanto, sabe-se que os administradores aplicaram medidas enérgicas a alguns devedores, a exemplo dos irmãos Julião e Jacome Lumacchi, que haviam servido como deputados da Companhia Geral antes da sua liquidação e que eram apontados por irregularidades. O primeiro foi penhorado em 1781 em 28:745\$194, relativos a dois engenhos, casas e um sítio, que foram levados a leilão e arrematados. Jacome Lumacchi, por sua vez, sofreu penhora em 1783 no valor de 12:155\$556 rs. Um dos seus engenhos encontrou comprador a 5:068\$000 e a execução da dívida prosseguiu com

³⁴ É possível que o preço de arremate do lote de escravos fosse menor que o preço individual. No registro de João Vieira de Melo, menciona-se que os 5 escravos penhorados em 1788 foram vendidos em hasta pública por 234\$000 o conjunto, ou cerca de 46\$000 cada um. Também é possível pensar que comprar escravos dessa forma devia ser bom negócio. Já Manoel Alves Pereira teve um escravo seu arrematado por 104\$000, em 1776, e José Moraes Navarro Júnior teve um escravo vendido por 80\$000, em 1791.

muitos outros credores além da Companhia a disputar os mesmos bens. A despeito das dívidas de Jacome e das suspeitas sobre sua conduta quando à frente da Companhia, seu filho, Caetano Lumacchi, obteve da rainha D. Maria I a propriedade do ofício de escrivão da alfândega de Pernambuco, em 1797, alegando os bons serviços prestados por seu pai, que também fora militar como ele. Além disso, Caetano foi oficial da Câmara do Recife de 1817 a 1819, o que mostra algum prestígio político.³⁵

Como se viu, os administradores da Companhia dispunham de muitos instrumentos para criar problemas para os devedores: ameaça de prisão, de perda dos bens, exposição a vexames públicos. Na verdade, algumas famílias de devedores sofreram conseqüências sérias do endividamento, mas a maior parte conviveu com esse problema. Essa convivência foi possível a partir de manobras nos poderes locais para protelar a execução da dívida, talvez à espera de um perdão real. Em proporção inversa aos poucos leilões de propriedades encontrados no conjunto dos bens penhorados, estão os muitos extravios de sentenças. Precisamente, a lista de 1793 menciona 103 (27,9%) casos de extravio de sentença em algum ponto do processo, e 36 (9,75%) extravios de processos inteiros. Como o efeito de sumir com a sentença ou com o processo é o mesmo, isto é, adiar a decisão judicial desfavorável, pode-se somar as duas ações e afirmar que em 37,6% dos casos de penhora, algum papel importante foi suprimido do processo. Aliás, quanto mais distante do Recife, menor o controle dos administradores da Companhia sobre o andamento dos processos na justiça.

Em 1807, em função da ameaça das tropas francesa a Portugal, o trabalho de cobranças das dívidas foi suspenso em Pernambuco e no Maranhão.³⁶ A insatisfação crescia agora no outro lado do Atlântico, onde acionistas remanescentes das extintas companhias exigiam o recebimento de parcelas do capital que haviam investido no negócio, ou o rendimento a que imaginavam fazer jus. Os acionistas da companhia de Pernambuco se sentiam ainda mais prejudicados. A pressão dos acionistas se somava às dos comerciantes de Lisboa e do Porto em favor do retorno do rei para Portugal e

³⁵ Georges Félix Cabral Sousa (2007), *Elite y ejercicio de poder*, p. 735.

³⁶ Manuel Nunes Dias (1962), *A Junta Liquidatária*, p. 177.

de medidas enérgicas para sustar o quadro de declínio econômico que o Reino experimentava.³⁷ Significativamente, uma nova investida dos acionistas em favor da retomada sistemática da cobrança das dívidas se deu em 1821, junto às Cortes.

Os moradores de Pernambuco parecem ter convivido com essa perspectiva de perda de bens com muitos subterfúgios, como o de fazer desaparecer sentenças executórias ou mesmo o processo inteiro, realizar pequenos pagamentos e de forma irregular, ou, em casos extremos, embrenhar-se nos sertões, longe do alcance dos administradores da Companhia. Com essas medidas, conseguiam protelar a perda do patrimônio, embora tivessem que aceitar um grau crescente de incerteza quanto à continuidade das suas Casas, ou seja, o bem-estar das famílias na ausência do pai. E isso era um valor muito importante para as pessoas então.

Esse endividamento disseminado dos pernambucanos foi tomado por Ribeiro Júnior e por outros tantos estudiosos, certamente influenciados por Muniz Tavares, como gerador de um sentimento de insatisfação anticolonial que motivou muitos a participar de 1817. Especialmente, a adesão dos moradores de Goiana ao espírito insurrecto ainda requer muita pesquisa que avalie o quanto os produtores estavam endividados por lá.

Parece, no entanto, pouco razoável supor que dívidas se traduzissem imediatamente em disposição para enfrentar o temor da repressão severa e motivasse a adesão em larga escala a movimentos revolucionários. Tamanho endividamento poderia gerar, como sugerimos acima, elevada insegurança no seio das famílias: uma insatisfação política a ser capitaneada pelas lideranças mais engajadas. De fato, logo em março de 1817, o Governo Provisório decretou a nova forma de cobrança das dívidas, que passariam a ser realizadas pelo Erário da província e os devedores estariam obrigados a efetuar pagamentos das parcelas apenas do principal. Aboliu-se a cobrança

³⁷ A situação econômica do Reino após 1808 é examinada por Jorge Pedreira (2000), *From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System*. No entanto, este autor não faz comentários sobre os acionistas das antigas companhias. Sobre isso, ver Manoel Nunes Dias (1962), *A Junta Liquidatária*.

dos juros vencidos. Coube a Gervásio Pires Ferreira, como conselheiro do Governo Provisório, fazer executar esse decreto.

Após o colapso do movimento, Gervásio foi preso e, na sua acusação, consta ter sido encarregado de executar o decreto de 11 de março e *de unir ao Erário a administração dos fundos da extinta Companhia de Pernambuco; de examinar as suas contas, de ter sido conselheiro e ir às sessões; de ir por alta noite e ter entrada franca na sala do governo; de ter a inspeção do Erário; de ter sido incumbido de arrancar os fundos da Companhia e da Mesa da Inspeção da compra de víveres e repartimento (...)*.³⁸ Claro que o governo revolucionário buscou recursos onde havia para sustentar a resistência armada à repressão, que não demorou, como também é claro que Gervásio, ainda que relutante em colaborar com o governo, pois, argumenta-se que ele julgava o movimento de 1817 precipitado, aceitou mergulhar nas contas do Erário e da Companhia e conhecer com detalhes a situação financeira da província e dos principais devedores individuais. Havia ganhos políticos nisso, claro.

O momento de lançar mão desse capital político veio em outubro de 1821, quando as Cortes impuseram a substituição do então governador, Luís do Rego Barreto, por uma junta civil eleita e composta por sete vogais. No dia 26 daquele mês, a junta foi eleita e, curiosamente, Bento José da Costa recebeu mais votos que Gervásio Pires Ferreira (157 votos a 87). Ainda assim, Gervásio assumiu a presidência da junta governativa e se manteve no poder, com muita resistência, até setembro de 1822.³⁹

No outro lado do Atlântico, os acionistas da Companhia de Pernambuco pressionaram as Cortes do Porto e obtiveram, em 11 de outubro, um decreto que delegava à junta liquidatária da Companhia do Grão Pará e Maranhão a responsabilidade de retomar a cobrança das dívidas dos devedores de Pernambuco.

Não se está aqui a sugerir que a ação dos atores políticos em Pernambuco fosse condicionada somente pelo problema da forma de cobrança das dívidas, se lenta, como se fazia até então, ou mais enérgica, como se

³⁸ Defesa Geral, *Documentos Históricos*, v. 106, p. 145.

³⁹ Evaldo Cabral Mello (2004), *A outra independência*, p. 69.

poderia supor a partir do decreto do dia 11. Sugere-se que os contemporâneos deveriam ter conhecimento das pressões dos acionistas junto às Cortes, onde o ambiente político já dava sinais desfavoráveis aos interesses brasileiros.

Apenas para mencionar, porque o assunto foge ao escopo deste trabalho, em 1824, D. Pedro I cedeu às pressões dos acionistas em Portugal e recolocou alguém de confiança deles para cobrar as dívidas em Pernambuco, pois, desde 1822, a atribuição das cobranças passara à Junta da Fazenda Nacional, ou seja, poderes constituídos no Brasil, por brasileiros.⁴⁰ O movimento de 1824 em Pernambuco reagiu contra essa e outras medidas do Imperador.

Entre várias reviravoltas, em 1836 a administração dos saldos dos bens da Companhia em Pernambuco estava novamente em mãos de locais. Particularmente, respondiam pela gerência dos interesses da Companhia no Recife os comerciantes Emigídio de Souza Lobo e João Pires Ferreira.⁴¹ Seria este último o irmão de Gervásio, chamado João de Deus Pires Ferreira? É provável.

De qualquer forma, o historiador Manuel Nunes Dias resumiu a visão negativa da escassa historiografia portuguesa sobre a arrecadação dos haveres da Companhia de Pernambuco.⁴²

A vetustez destes imensos débitos, oferecendo em geral enormes dificuldades ao delicado e aflitivo processo do seu recebimento, já pela falta de notícias de diversos devedores ou de seus representantes, já pela carência de meios que dificultava a liquidação das dívidas em crônica retenção, tornava conseqüentemente assaz precário o arrecadamento.

3. Considerações finais

Retornando ao problema principal deste ensaio, examinamos a centralidade de Bento José da Costa nos campos político e econômico da capitania. Cabe perguntar primeiro se Bento José da Costa e seus associados mantinham alguma relação comercial com a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba? Muito pouco, ao que parece. Na lista de 1793, Bento José da Costa

⁴⁰Veja-se: José Ribeiro Jr. (2004), *Colonização e monopólio*, pp.198-199, e Manuel Nunes Dias (1962), *A Junta liquidatária*, p. 196.

⁴¹ Manuel Nunes Dias (1962), *Idem*, p. 186.

⁴² *Idem*, p. 187.

não é mencionado e Domingos Affonso Ferreira surge duas vezes como fiador de operações, e uma vez como depositário de um escravo. Como fiador, Ferreira estava co-obrigado com o devedor, que, no caso, era José Machado Pimentel, penhorado por 7,8 contos de réis, em 1788, no seu engenho Alagoa Grande, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, mata sul. O mesmo Pimentel contrata o arrendamento do engenho por três anos, tendo por fiador Domingos Affonso Ferreira. Pimentel sofreu outra penhora no ano seguinte, na qualidade de fiador de seu sogro, no valor de 1:190\$700 rs. Em 1790, Pimentel é penhorado novamente pelo mesmo motivo e paga à Companhia, além da elevada soma referente ao arrendamento do engenho Alagoa Grande, a rolagem da dívida do sogro, em 300\$000. Com uma situação patrimonial tão desequilibrada, certamente o peso do nome de Ferreira como fiador confere a Pimentel a possibilidade de continuar à frente de suas propriedades.

Outro Pimentel, chamado Félix José, senhor do engenho Gaipió, em Ipojuca, na mata sul, associou-se a Domingos Affonso Ferreira para acumular terras limítrofes a esse engenho, denominadas Fernandas.⁴³ Essa porção de uma légua de terras era reivindicada por um vizinho e, em 1783, o governador Manoel Carvalo Paes de Andrade deu despacho de doação das terras à viúva D. Maria Francisca de Mello. O despacho dizia, inclusive: (...) *a qual terra possuirá e gozará ela suplicante e seus herdeiros, ascendentes e descendentes como sua que fica sendo de hoje para todo sempre, com todas as suas pertenças e matos, campos, águas, rios, testados e logradouros e mais úteis que ela compreender (...)*.⁴⁴ Ferreira e Pimentel recorrem ao Conselho Ultramarino, que decidiu a favor deles e, em 1784, a provisão da rainha D. Maria I ordenou a medição e tombamento das terras aos suplicantes.

Passado o tempo, o inventário de Ferreira informa ser Félix José Pimentel o maior devedor do espólio, fora os filhos de Domingos Affonso que haviam recebido antecipações da herança. Este ramo dos Pimentel, que continuou à frente do Gaipió até a Praieira, devia à família Ferreira 15:465\$028

⁴³ CD ROM, Resgate, Pernambuco, 14; Códice I, CD 21, 069, 001, 073.

⁴⁴ Despacho de doação da sesmaria à Dona Maria Francisca de Mello, 22 de julho de 1783. [CD ROM, Pernambuco, n. 14, 187,001,031ss]

rs, em 1818. A razão dessa dívida ainda requer pesquisas nos arquivos pernambucanos.

No entanto, a relação entre a açucarocracia e os comerciantes de grosso do Recife não se fazia apenas de alianças pontuais. Também havia conflito, a exemplo de Francisco Carneiro Sampaio, penhorado pela Companhia em 1784, no seu engenho Água Fria e outros bens de grande valor, que lastreavam a vultosa dívida de 22,7 contos de réis. Ferreira e Antônio Marques da Costa Soares se revezaram atuando como fiadores de arrendatários do engenho entre 1788 e 1791, até que Costa Soares comprou a propriedade em outubro de 1793, o que não liberou os Sampaio do peso das dívidas remanescentes.⁴⁵

A família Vanderlei também percorre o rol dos devedores da Companhia e de Domingos Affonso Ferreira. Em 1773 e 1788, a Companhia penhorou Sebastião Maurício Vanderlei. Sob pressão, a família vendeu o engenho Várzea Grande em 1792. Em 1818, João Maurício Vanderlei é mencionado no rol dos devedores inadimplentes de Ferreira por 360\$000 rs. Ao todo, o sobrenome Vanderlei responde por 3 contos de réis de dívidas ativas no espólio de Ferreira. Exercício semelhante pode ser feito com respeito à família de senhores de engenho Rego Barros, que deviam tanto à Companhia, como à família Ferreira o equivalente a 5 contos de réis, por baixo.

Também o deão de Olinda, Bernardo Luiz Ferreira Portugal, que devia cerca de um conto de réis à Companhia desde 1785, também devia um décimo disso a Domingos Affonso Ferreira. Mais do que uma pequena dívida comercial, o deão tinha uma dívida moral com Bento José da Costa, pois já haviam atuado em conjunto durante o governo do bispo Azeredo Coutinho, quando a Irmandade do Santíssimo Sacramento, cujo advogado era Bernardo Portugal e o juiz comercial era Costa, havia tornado politicamente inviável o governo do bispo na capitania.⁴⁶

Não surpreende que durante os dias tumultuados do Governo revolucionário, o deão tivesse procurado o apoio de Bento José da Costa, a

⁴⁵ CD ROM, Resgate, Códice I, 26, 090, 001,049. Veja-se também: Georges Félix Cabral Sousa (2007), p. 721.

⁴⁶ Monsenhor Severino Leite Nogueira (1985), *O seminário de Olinda*.

ponto de mencionar, em sua defesa, que vivia recluso em sua casa, em Olinda, freqüentando, eventualmente, apenas a casa dos principais da capitania: entre eles, seus amigos Bento José da Costa, Antônio Marques da Costa Soares, os irmãos João de Deus e Gervásio Pires Ferreira, além de outros três.⁴⁷ Ainda em sua defesa, o padre Portugal alegou que, no auge do conflito, correu à casa do coronel Bento José da Costa e, *lhe rogou com lágrimas que resolvesse a seu genro com os mais governadores, que se lhe davam 80\$000 e ainda mais quantia para fugirem e deixarem a terra a Sua Majestade.*⁴⁸ No que Costa teria lhe respondido que ele mesmo oferecera 40 contos para se retirar, uma fala interpretada por alguns historiadores como indício da rejeição de Costa ao movimento e que nos entendemos como um ardil.⁴⁹

Enquanto Gervásio amargava a prisão da Bahia, Bento José da Costa articulava a resistência em Pernambuco agindo de modo ambíguo: apoiava os opositores do governador Luís do Rego Barreto, responsável pela repressão política aos remanescentes do movimento de 1817, ao mesmo tempo em que recebia o mesmo governador para longos almoços dominicais no seu sítio, na periferia do Recife.⁵⁰ Em contrapartida, o governador sustentou junto à Corte que Bento José da Costa fosse poupado de devassa criminal.⁵¹ O que também pode ser tomado por uma manobra política do governador, pois, ao procurar se aproximar dos líderes políticos locais, buscava ampliar a base de apoio de seu governo, uma vez que a repressão militar não é alicerce suficiente para garantir um governo minimamente legítimo. Costa, por sua vez, ganhava tempo para avaliar a direção dos acontecimentos e preparar o retorno ao poder de Gervásio e dos irmãos Ferreira, como de fato aconteceu na Junta Governativa de 1821.⁵²

Por todas as razões apresentadas, porque Bento José da Costa e seus associados ocupam um lugar central na dinâmica dos negócios de

⁴⁷ *Documentos Históricos*, vol. 105, p. 105 ss.

⁴⁸ *Idem*, pp. 173-74.

⁴⁹ Carlos Guilherme Mota (1972), *Nordeste, 1817*.

⁵⁰ Francisco Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. VI, p. 27271.

⁵¹ Evaldo Cabral de Mello (2004), *A outra independência*, capt. 1.

⁵² O filho varão de Bento José da Costa, homônimo, também foi oficial da Câmara Municipal do Recife, em 1823, e indicado deputado pela mesma Câmara, em 1824. [Georges Félix (2007), p. 732.]

Pernambuco e na iniciativa de ações políticas, sustentamos que Costa não deva ser tomado como personagem menor nas articulações dos grupos mais ativos em Pernambuco nas primeiras três décadas do século XIX.

4. Referências bibliográficas

Projeto Resgate: Códice I, Cd ROM 26, 21; Pernambuco, Cd ROM 14.

ALDEN, Dauril. Late colonial Brazil, 1750-1808. In, BETHELL, L.(Ed). *Colonial Brazil*. Cambridge University Press, 1987.

Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. 14ª Ed. Notas e comentários de Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, 2004. Edição fac-similar à de 1870.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela. Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII. Lisboa, *Análise Social*, v. XLII, 182, 2007.

CARVALHO, Marcus J.M. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, 1998.

CARREIRA, Antonio. *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

DIAS, Manuel Nunes. A Junta liquidatária dos fundos das Companhias do Grão Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba, 1778-1837. Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, tomo X, 1962.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. Domingos Pires Ferreira e sua descendência. São Paulo: Marques e Marigo Editora; Recife: IAGHPE, 1987.

FONSECA, Zilda. *Desbravadores da capitania de Pernambuco*. Seus descendentes, suas sesmarias. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

Revoluções do Brasil, Idéia Geral de Pernambuco em 1817. RIAHGPe, n. 29/30, 1977. [1ª ed. 1883.]

GUIMARÃES, Carlos Gabriel (2007). *O Rendimento da Capitania das Minas Gerais no período 1795-1800: uma comparação com as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Texto para

Discussão< Disponível em: www.historia.uff.br/artigos/guimaraes_rendimento.doc>
Acesso em 04/02/2008.

KRACKHARDT, D.; KILDUFF, M. Bringing the Individual back in: a Structural Analysis of the Internal Market for Reputation in Organizations. *Academy of Management Journal*, feb. 1994, 37,1.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco, 1817*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987.

MELO, Antonio Joaquim. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife: UFPE, 1973. [1ª Ed.: 1895]

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed 34, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOGUEIRA, Monsenhor Severino Leite. *O seminário de Olinda e seu fundador, o bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. [reedição]

OLIVEIRA LIMA, Manuel. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 502/3. [1ªed. 1908]

PEDREIRA, Jorge M. From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System, 1760-1830. *Hispanic American Historical Review*, 80:4, 2000.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Vol VI.

RIBEIRO Jr., José. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

RIBEIRO Jr., José. *Pernambuco no comércio luso-brasileiro da transição, 1780-1826*. Tese de Livre-Docência, UNESP- Assis, 1980.

SOUZA, Georges Félix Cabral. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife, 1710-1822*. Tese de doutorado em História, Universidade de Salamanca, 2007.

“NO INTERIOR DA PERIFERIA”: A RELAÇÃO CENTRO E PERIFERIA NAS CAPITANIAS DO NORTE - SÉCULO XVIII

Autor: Tiago Silva Medeiros

Mestrando pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte –

tiagomedeirosupe@hotmail.com

Orientador: Dr. Paulo César Possamai

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte -

paulopossamai@cchla.ufrn.br

Pernambuco até fins do século XVIII ostentava uma posição de destaque no Norte do Estado do Brasil, deixando de ser uma capitania donatária no século XVII para se tornar uma capitania Régia. Posteriormente, a Paraíba e o Rio Grande foram anexados.

Acompanhando cronistas do período da invasão holandesa e símbolos que incorporam a cultura pernambucana, observamos, além do sentimento ufanista por parte dos mesmos, uma posição de destaque nas entrelinhas dos discursos desses cronistas e dos símbolos do atual Estado de Pernambuco. Assim vemos comparações como “*Nova Roma de Bravos Guerreiros*” ou, segundo Diogo Lopes Santiago, cronista do século XVIII, falando das causas da invasão batava, compara Pernambuco a Roma, apontando os pecados que impulsionaram seu declínio:

*É cousa muito certa que da abundância e afluência das cousas se originem e nasçam os vícios, como se viu por exemplo além de outros muitos, na romana monarquia, que estando em sua prosperidade e grandeza veio a cair em tantos vícios e demasias, que começando a declinar seu império chegou a ser sujeita, e tantas vezes cativa de ínfimas e bárbaras nações; (...) Disto temos um vivo e patente exemplo na vila de Olinda, cabeça da Capitania de Pernambuco, nobre em moradores, famosa em templos e edifícios, próspera e rica dos bens da fortuna, venturosa em seus sucessos, opulenta com os navios que a seus portos de tantas províncias concorriam, porém afiada e contaminada com pecados, de senhora que era, veio a ser cativa e escrava de hereges holandeses(...)*¹

¹ SANTIAGO, Diogo Lopes, séc. xviii. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira*. Recife: CEPE, 2004. p. 21.

No entanto, não será apenas nos discursos e símbolos de sentimentos ufanistas que iremos concentrar nossas atenções ao que se refere à formação de Pernambuco como centro das Capitânicas do Norte, mas outros fatores que irão esclarecer como a Capitania que já fora intitulada como Nova Lusitânia, tornou-se referência de uma região que incluía as capitânicas da Paraíba, Rio Grande e até mesmo dos vastos sertões que formavam as fronteiras dessa região do Estado do Brasil. Com isso, iremos verificar as relações entre esse centro e suas periferias.

As relações econômicas têm importância como um fator que incentivou várias mudanças na variação de regiões centrais e periféricas ou reafirmou essas áreas como nucleares ou marginais. Uma praça influente no comércio com o além-mar, grupos sociais comprometidos com o grande comércio de exportação e a produção de alguma monocultura que traga lucros garantidos para metrópole podem ser fatores que fazem de alguma região da América Portuguesa se tornar uma área central.

Pernambuco, já na primeira metade do século XVII, se destacava no cenário colonial graças à exportação de açúcar e pelo número de engenhos instalados. Antes da invasão batava, a Capitania, juntamente com a Paraíba, possuía 150 engenhos, que faziam 500.000 arrobas de açúcar “macho”.² No período que se estende desde a expulsão dos batavos, em 1654, até a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, a cultura canavieira no Brasil foi sacudida por crises e vangloriada nos períodos de esplendor.

Essa produção açucareira fez do porto do Recife o porto mais movimentado da região Norte do Brasil (com exceção do porto da Capital da Colônia, Salvador) sendo referência para as capitânicas anexas, cuja produção de açúcar e outros víveres deveria ser escoada para a praça do Recife.

As primeiras crises da economia açucareira deveram-se à produção antilhana, onde melhores solos e uma técnica agrícola mais desenvolvida permitiram uma maior produção. No entanto, as guerras travadas na Europa na segunda metade do século XVIII e as revoluções surgidas nas Antilhas – a revolução no Haiti – favoreceram muito a economia açucareira em Pernambuco.³

Mesmo quando a produção açucareira passava por crises, a produção interna de carne, couro e farinha continuava a percorrer os caminhos do sertão ligando-os às praças de comércio de Pernambuco como Recife e Igarassu. A partir da segunda metade do século XVII formou-se no sertão uma economia inteiramente voltada para o

² SANTIAGO, Diogo Lopes. Op. cit. p. 18.

³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste; contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 69-70.

mercado situado no litoral, as zonas canavieiras, onde a mercadoria se auto-transportava, em boiadas conduzidas por vaqueiros, por centenas de léguas.

O fato é que a agricultura exportadora era incapaz de manter os recursos básicos para a manutenção da sociedade, “a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa”⁴. Foram nesses circuitos internos que viabilizaram as trocas comerciais e o envolvimento de homens com esse comércio que interligava as áreas periféricas da colônia com as zonas centrais.

A praça do Recife estava povoada por homens ávidos em lucrar não só com o comércio de açúcar, mas também com outros víveres como farinha, carne seca, couro etc. vindos do sertão. Homens de negócio que estavam envolvidos com o poder local, representados no Senado da Câmara de Recife e que faziam parte de uma elite que estava envolvida em vários setores da economia colonial, não se restringindo apenas ao comércio de grosso trato. Porém, outra elite, e talvez a elite dona da maior parte dos poderes e envolvidos em vários setores do poder público como na justiça, no clero ou nas ordenanças, estava a açucarocracia olindense, representada pelo Senado da Câmara de Olinda.

No entanto, não será apenas na história econômica que iremos explicar a relação de Pernambuco como centro, mas serão justamente essas elites e as instituições a que elas pertenciam nosso ponto de observação, melhorando assim, a compreensão da estrutura da zona central das Capitânicas do Norte e sua área periférica. Para tal empreitada teremos que observar primeiramente algumas relações entre áreas centrais e periféricas referentes à Metrópole portuguesa e seu vasto império relacionando com conceitos teóricos em torno dessa problemática (a relação centro-periferia).

Durante o período colonial havia uma área central na estrutura da sociedade, a qual influenciava as áreas periféricas por conexões administrativas, comerciais e religiosas com o intuito de expandir valores culturais, econômicos e políticos, assim como difundir crenças e costumes, servindo como referência para a sociedade. A relação da metrópole com suas colônias era marcada por questões que

⁴ FRAGOSO João. & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio De Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.p. 54.

iam além do “sentido da colonização”⁵, no qual o verdadeiro corolário da colonização determinaria a emergência de certo tipo de estrutura assentada na contínua transferência de excedentes para a metrópole. Isto estava centrado numa economia exportadora que combinava três elementos básicos: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

As instituições administrativas, religiosas e militares que formaram o mundo atlântico português uniam politicamente e culturalmente toda a extensão desse império, instituindo valores para as elites coloniais (senhores de engenho, membros das câmaras, comerciantes, militares etc.), difundindo regras de comportamento (ser fiel à Igreja Católica, freqüentar missas, participar de festividades religiosas) assim como excluindo grupos (africanos, nativos não convertidos ao catolicismo, mouros e judeus).

Devido às variações geográficas e espaciais do que seria o centro e a periferia e de sua subjetividade, devemos então canalizar este conceito, observando o que faz do centro a zona central da sociedade. O centro, ou zona central, é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças que governam as estruturas da sociedade.

Essa zona central tem como um de seus principais valores que governam a colônia, a religião oficial. No caso do império português, ser católico era um sentimento que unia a autoridade do rei, estabelecido em Portugal, a seus súditos, espalhados em suas colônias. A autoridade real deveria difundir por todo seu império a fé cristã que era uma das justificativas do expansionismo ibérico.

A relação de valores e crenças consistiu em um número de subsistemas interdependentes: a economia, o sistema de estatuto, a política, o sistema de parentesco, instituições que têm a seu cargo a conservação dos valores culturais e políticos. No entanto esses subsistemas e seus constituintes não se afirmam com a mesma força entre si, pois o grau de afirmação sofre variações através do tempo e é compatível dentro de cada elite e entre elites.⁶

Esses subsistemas compreendem uma rede de organizações ligadas entre si por uma autoridade comum, por pessoas em comum, relações pessoais, contratos e interesses em comum, em uma localização territorial possuidora de valor simbólico.⁷ Cada uma dessas organizações possui uma autoridade, uma elite, que tanto pode ser um único indivíduo como um grupo de pessoas. Essas elites tomam decisões, por vezes consultando outras elites, mais freqüentemente por sua própria iniciativa, cuja

⁵ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 19-32.

⁶ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992. p.54-55.

⁷Idem. p. 53-54.

intenção é a preservação da organização, controle do comportamento da elite e cumprimento dos seus objetivos.⁸

Segundo José Murilo de Carvalho, a elite política constrói e mantém o domínio no momento em que essa elite controla alguma força social (dinheiro, terra, conhecimento, religião etc.) que seja predominante.⁹ As elites coloniais do império ultramarino português contavam com diversos palcos de expressão política e dominação social em suas relações com a metrópole. A aristocracia rural açucareira comandava as relações de poder no norte do Estado do Brasil e estava representada nas câmaras de vereadores, principalmente nas de Salvador e Olinda. Essa elite estava no centro do poder das capitanias e indicava membros para as diversas instituições.

O filho primogênito de um senhor de terras, com a morte do pai, normalmente herdava o título de nobre da terra. O costume de o filho mais velho herdar a maior parte das terras era uma forma de garantir a indivisibilidade da propriedade. A açucarocracia, que dominava as câmaras no norte do Estado do Brasil, encaminhava os outros filhos, caso houvesse, para outras áreas da administração colonial ou para o clero. Normalmente o segundo filho homem era mandado para estudar Direito em Coimbra. Na volta iria defender os interesses de sua elite. Na Bahia, havia o costume de haver casamentos entre a elite local, o que acarretou que cada família de posição social elevada tivesse algum parente no tribunal superior, que certamente protegia os interesses familiares.¹⁰ O terceiro filho homem, geralmente, ingressava em alguma ordem religiosa, tendo vocação ou não.

Outro setor do poder público cobiçado pelas elites era o corpo das ordenanças. Entrar no corpo das ordenanças significava prestígio e posição de comando.¹¹ Em 1757 foi criado o cadetismo¹², forma pela qual as elites ingressavam no exército já no oficialato, com todos os privilégios inerentes ao posto.

Durante o período colonial havia uma área central na estrutura da sociedade, a qual influenciava as áreas periféricas por conexões administrativas, comerciais e religiosas com o intuito de expandir valores culturais, econômicos e políticos, assim como difundir crenças e costumes, servindo como referência para a sociedade. A

⁸Idem. p.54.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 189.

¹¹ POSSAMAI, Paulo César. O cotidiano da guerra: a vida na colônia de sacramento (1715-1735) (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2001. p. 122-123

¹² CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 171.

relação da metrópole com suas colônias era marcada por questões que iam além do “sentido da colonização”¹³, no qual o verdadeiro corolário da colonização determinaria a emergência de certo tipo de estrutura assentada na contínua transferência de excedentes para a metrópole. Isto estava centrado numa economia exportadora que combinava três elementos básicos: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

As instituições administrativas, religiosas e militares que formaram o mundo atlântico português uniam politicamente e culturalmente toda a extensão desse império, instituindo valores para as elites coloniais (senhores de engenho, membros das câmaras, comerciantes, militares etc.), difundido regras de comportamento (ser fiel à Igreja Católica, freqüentar missas, participar de festividades religiosas) assim como excluindo grupos (africanos, nativos não convertidos ao catolicismo, mouros e judeus).

Devido às variações geográficas e espaciais do que seria o centro e a periferia e de sua subjetividade, devemos então canalizar este conceito, observando o que faz do centro a zona central da sociedade. O centro, ou zona central, é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças que governam as estruturas da sociedade.

Essa zona central tem como um de seus principais valores que governam a colônia, a religião oficial. No caso do império português, ser católico era um sentimento que unia a autoridade do rei, estabelecido em Portugal, a seus súditos, espalhados em suas colônias. A autoridade real deveria difundir por todo seu império a fé cristã que era uma das justificativas do expansionismo ibérico.

A relação de valores e crenças consistiu em um número de subsistemas interdependentes: a economia, o sistema de estatuto, a política, o sistema de parentesco, instituições que têm a seu cargo a conservação dos valores culturais e políticos. No entanto esses subsistemas e seus constituintes não se afirmam com a mesma força entre si, pois o grau de afirmação sofre variações através do tempo e é compatível dentro de cada elite e entre elites.¹⁴

Esses subsistemas compreendem uma rede de organizações ligadas entre si por uma autoridade comum, por pessoas em comum, relações pessoais, contratos e interesses em comum, em uma localização territorial possuidora de valor simbólico.¹⁵ Cada uma dessas organizações possui uma autoridade, uma elite, que tanto pode ser um único indivíduo como um grupo de pessoas. Essas elites tomam decisões, por

¹³ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 19-32.

¹⁴ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992. p.54-55.

¹⁵ Idem. p. 53-54.

vezes consultando outras elites, mais freqüentemente por sua própria iniciativa, cuja intenção é a preservação da organização, controle do comportamento da elite e cumprimento dos seus objetivos.¹⁶

Segundo José Murilo de Carvalho, a elite política constrói e mantém o domínio no momento em que essa elite controla alguma força social (dinheiro, terra, conhecimento, religião etc.) que seja predominante.¹⁷ As elites coloniais do império ultramarino português contavam com diversos palcos de expressão política e dominação social em suas relações com a metrópole. A aristocracia rural açucareira comandava as relações de poder no norte do Estado do Brasil e estava representada nas câmaras de vereadores, principalmente nas de Salvador e Olinda. Essa elite estava no centro do poder das capitanias e indicava membros para as diversas instituições.

O filho primogênito de um senhor de terras, com a morte do pai, normalmente herdava o título de nobre da terra. O costume de o filho mais velho herdar a maior parte das terras era uma forma de garantir a indivisibilidade da propriedade. A açucarocracia, que dominava as câmaras no norte do Estado do Brasil, encaminhava os outros filhos, caso houvesse, para outras áreas da administração colonial ou para o clero. Normalmente o segundo filho homem era mandado para estudar Direito em Coimbra. Na volta iria defender os interesses de sua elite. Na Bahia, havia o costume de haver casamentos entre a elite local, o que acarretou que cada família de posição social elevada tivesse algum parente no tribunal superior, que certamente protegia os interesses familiares.¹⁸ O terceiro filho homem, geralmente, ingressava em alguma ordem religiosa, tendo vocação ou não.

Outro setor do poder público cobiçado pelas elites era o corpo das ordenanças. Entrar no corpo das ordenanças significava prestígio e posição de comando.¹⁹ Em 1757 foi criado o cadetismo²⁰, forma pela qual as elites ingressavam no exército já no oficialato, com todos os privilégios inerentes ao posto.

Os doutores estavam habilitados a entrar nos cargos nobres, os religiosos exerciam a dignidade eclesiástica, e os militares a manutenção da ordem e proteção a

¹⁶ SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992. p.54.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

¹⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p. 189.

¹⁹ POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da guerra: a vida na colônia de sacramento (1715-1735)* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2001. p. 122-123

²⁰ CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.* p. 171.

colônia, garantindo assim, os principais elementos de nobilitação a que se podia aspirar na Colônia.

Porém, outra elite marginal estava nas relações econômicas, sociais e administrativas na colônia. Os homens de negócio não eram senhores de terras, não possuíam um grande número de escravos, porém tinham capital financeiro suficiente para fazerem empréstimos aos senhores de terras e para a manutenção da economia agro-exportadora. Sendo assim, este grupo foi de fundamental importância para a manutenção do processo mercantilista.

O preconceito contra a arte mecânica e ao comércio em pequena escala não fora um fator primordial para que não houvesse ascensão social de mercadores, enobrecimentos de alguns, ou até casos de mercadores cariocas que se tornaram donos de moendas de cana, mas não abandonaram as funções mercantis.²¹

Em Pernambuco os comerciantes de Recife não tinham vergonha da sua atividade, por outro lado, os senhores de terras de Olinda brandiam contra as atividades dos comerciantes. Conseqüência das disputas na primeira metade do século XVIII, Recife consegue a independência da Câmara Olinda, no episódio chamado posteriormente de “Guerra dos Mascates”. Após o conflito entre açucarocracia e mascates, a Câmara de vereadores do Recife acabou por ter como representantes os homens de negócio daquela vila.

No caso da América portuguesa, o centro estava relacionado a um núcleo urbano, tanto para o rei como para o colono. No mundo português isto corresponde à categoria de vilas e cidades. As vilas tentavam prover recursos para obterem o status de cidade, porém nem todas conseguiam responder satisfatoriamente às perspectivas reais.

A correlação entre cidade e núcleo não era automática. Algumas cidades nunca alcançaram o status de núcleo no contexto dos interesses coloniais em sentido mais amplo, em outras, a importância variava e outras retinham seus status ao longo do período colonial. Em última instância isto era atribuído ao papel de suas instituições enquanto centro de governo, bispado, comércio, importância estratégica para defesa, crescimento populacional. Os principais núcleos urbanos que usufruíram do status de

²¹ FRAGOSO, João(Org). *Nas Rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES; Lisboa. 2006

cidade estavam localizados naquelas capitanias que, no contexto colonial mais amplo, constituíam as regiões nucleares: norte (Pernambuco e Bahia) e sul (Rio de Janeiro)²².

Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, Recife, nos primeiros anos do século XVII, era apenas um povoado abandonado. Povoado onde cidadãos da aristocracia olindense, com receio dos mangues e alagados, passavam a contragosto; um vilarejo de marinheiros e habitantes ligados aos serviços do porto.²³

Com a ocupação holandesa, logo os batavos destruíram a então capital da Capitania, Olinda, reduto dos aristocratas ou homens de terras e escravos. Devido ao terreno difícil, assim como o sítio histórico de Olinda atual, a cidade está localizada no topo de um morro, no qual, para os holandeses, a construção de fortes não era viável. Um cronista da época nos dá a dimensão topográfica e estrutural da vila de Olinda:

No que diz respeito à praça de Olinda, temos a referir que ela está situada em forma de ângulo no dorso de um alto monte, do qual uma extremidade é mais elevada do que a outra. No extremo mais alto do monte acha-se o Convento dos Jesuítas, sendo o extremo norte do lugar formado pelas encostas do mesmo monte; para o lado sul encontra-se o Convento dos Franciscanos, que tem bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber. Descendo o monte, a partir do Convento dos jesuítas, depara-se novamente com uma eminência sobre a qual eleva-se a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador, a Casa da Câmara, debaixo da qual acha-se o açougue, e à direita acima dela a prisão, e uma grande parte da cidade, sendo eminência em cima plana e igual. Porém no extremo meridional, desce um monte com tão áspero declive, que não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de se (...) Olinda é por natureza fraca, e, em conseqüência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos, a praça não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa.²⁴

²² RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. Revista Brasileira de História. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

²³ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

²⁴ RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado: (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004. p. 39-45. (Restauração Pernambucana) Série 350

Todavia, Recife tinha potencial para o tipo de urbanização planejada pelos batavos. A partir de 1630 começa um verdadeiro desenvolvimento urbano no porto do Recife, e constava do plano dos holandeses transformá-la em um núcleo urbano e mercantil. A queima de Olinda, o terreno plano, porém alagado, e a proximidade do porto, no qual os holandeses se sentiam mais à vontade, foram fatores que contribuíram para o apego batavo por aquela localização.²⁵

Não se descuidava o governo batavo, no Recife, de promover obras públicas que visavam aos interesses dos comerciantes, pois valorizava o potencial mercantil da cidade. Em 1635, projetava-se a construção de um mercado, considerando-se que o “limite e área do Recife são pequenos para acomodar as necessidades e negócios dos comerciantes livres”.²⁶ Tão depressa, Recife tornara-se não só apenas um porto, mas uma vila com potencial comercial com grupos mercantis ativos com os negócios do além-mar.

Do breve período neerlandês no Recife, consagraram-se as mudanças estruturais que favoreceram o desenvolvimento da cidade do Recife, explorando o potencial desse porto. Portanto, Recife, por estar constituída numa área portuária, urbana e direcionada ao grande comércio de além-mar, desenvolveu-se em um espaço comercial urbano, diferente da maior parte da capitania, dedicada ao cultivo de cana-de-açúcar.

No entanto, apesar do potencial mercantil, Recife ainda era um povoado dependente das políticas aristocráticas da câmara de Olinda. Com a expulsão dos holandeses de Pernambuco e com a restauração da capitania com recursos próprios, os representantes da açucarocracia já não poderiam aceitar, da parte dos reinóis ou

²⁵Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit, p. 54.

²⁶ Idem. p.79.

mascates de Recife, uma posição de superioridade e exigia a proteção real, justificando serem “súditos Del Rei de Portugal”²⁷

No século XVIII, Recife consegue o título de vila, conseqüentemente, consegue sua independência da câmara de Olinda. Graças ao desenvolvimento econômico e urbano e o crescimento populacional de Recife, que vinha crescendo já com a presença holandesa, a capitania concentra um porto de escoamento de produtos para Portugal e um mercado de víveres para as vilas açucareiras e demais núcleos urbanos. Tal mercado colaborou para a produção de víveres e manutenção de uma periferia interligando-a com a metrópole através do porto do Recife, o qual, a partir do século XVIII, possuía homens comprometidos com negócios, cujos interesses se aproximavam com os interesses metropolitanos. O desejo de elevação de status da burguesia mercantil do Pernambuco colonial uniu-se à principal estratégia política usada pela metrópole para a manutenção de sua dominação: privilegiar a classe economicamente dominante, delegando-lhe poder através da concessão de postos e funções nas corporações administrativas do Estado.²⁸

Em decorrência, tem a periferia a necessidade de ter um centro de referência para escoar seus produtos. Em suas formas mais extremadas, as periferias eram associadas a um termo muito usado em Angola e no Brasil: o sertão. Área multifacetada, o sertão, no caso da América portuguesa, era vários sertões. Uma estrutura física rústica formada por uma vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos; região de pessoas rústicas, ao contrário da zona açucareira, ambiente inóspito, um “vazio” de membros do Erário Régio, uma região de fronteira, longe da administração lusa, mas uma área de esperança onde se

²⁷ MELLO, Evaldo Cabral. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC. 2001. p.41.

²⁸ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. Pag. 1.

encontraria riquezas, o *el dorado*.²⁹ É possível também encontrar, no Vocabulário Portuguez & Latino de Raphael Bluteau, como: “O Sertão da calma. O Lugar, em que faz mayor calma(...) (Metendo-se pelo sertão da calma, que naquelle tempo fazia)³⁰

Era dessa região que saíam os víveres para as áreas urbanas de Pernambuco. Citada como “pão da terra”³¹, a farinha de mandioca era o gênero alimentício mais consumido no Norte do Brasil. Para os escravos das áreas rurais ao redor do recôncavo baiano, a farinha correspondia a uma dieta de carboidratos e calorias; para a população urbana uma ração fundamental na sua dieta, pois o feijão, arroz e o milho tinham um papel secundário na alimentação cotidiana.

Ao analisar um documento datado 24 de março de 1678, no qual o governo geral pede para às câmaras de Boipeba, Cairú e Camamú para fazer acordos sobre o abastecimento de farinha, tem-se a importância desse alimento comprovada:

No mesmo ponto que Vossa Mercês receberam esta carta enviem a esta cidade duas pessoas com Procuração sua para ajustarem as contas que essa Câmara (tem) com o senado, e se fazer novo conchavo das farinhas que daqui por diante tenham de contribuir esses moradores, emquanto os procuradores se detiverem nesta praça mandem Vossas Mercês prevenir bastante quantidade de sirios para quando elles forem os acharem promptos; pelo computo que tocar a essa vila, se lançará aos Lavradores o numero que comvem e seu cabidal for licito, e se não dilatar tempo algum a ração à Infantaria, que tanto há se acha sem ella. E em uma e outra cousa espero mostrarem Vossas Mercês o zelo com que servem a Sua Alteza. Guarde Deus a Vossas Mercês .³²

Nos grandes centros urbanos, como Salvador, a farinha também servia como alimento básico. Os baianos, que tinham recursos para tanto, consumiam 0,567 litros³³

²⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2003.

³⁰ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Vol. VII; Coimbra, 1720. Pag. 613.

³¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

³² Documentos Históricos (Biblioteca Nacional). Vol. IX. Pg. 62. LAPHE - UFPE

³³ BARICKMAN, B.J. *Um Contra Ponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

de farinha, aproximadamente. Essa ração era distribuída aos escravos que trabalhavam no celeiro público, aos presos, pobres e soldados aquartelados.

Pernambuco, como centro regional, cumpria seu papel como receptor desses víveres. Porém, em alguns casos, o alto consumo findava por desabastecer ou até mesmo a acabar com outras culturas de subsistência. Assim foi o caso da capitania do Ceará. O capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, com um ofício ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, comentou sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passava a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar mandioca, limitando-se à criação de gado.³⁴

O comércio de gado também ajudava a complementar a renda do Erário Régio através de impostos e subsídios criados para incidir sobre o gado. Segundo Maria Yeda Linhares, o estado beneficiava-se com o comércio de gado através de alguns impostos. Os impostos que incidiam sobre a carne eram, a saber:

o dízimo, imposto meio civil, meio eclesiástico, segundo Capistrano, era arrematado na sede da comarca, no principio, de três em três anos, e por freguesias, a partir da segunda metade do século XVII, recaindo, em geral, nos lances de pessoas ricas de Pernambuco e cabendo ao arrematante um quarto dos bezerras; o subsídio militar (subsídio de sangue, para manter a tropa) era cobrado à razão de 400 réis por boi e 320 réis por vaca que se transportassem para fora da capitania, ou que nela se consumissem, fosse nos açougues ou nas fazendas; o subsídio literário (Carta Régia de 10 de novembro 1772), para custeio das escolas, incidia sobre bebidas, vinagre e de um real arrátel de carne vendida (isto é, 32 reis uma arroba); o subsídio das bodas (iniciado em 1728) recaía sobre cavalo ou rês que saísse da capitania.³⁵

A importância econômica de Pernambuco é um fator preponderante para que ele se tornasse o centro das capitanias do Norte. No entanto, não seria de toda verdade afirmar que esse fator seria o único a justificar Pernambuco como área central

³⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 9, D. 590. Ceará, post. 1728.

³⁵ LINHARES, M. Y. e SILVA. *História da agricultura brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

no período colonial. Algumas instituições faziam desta capitania uma referência entre as outras capitanias.

Na estrutura judiciária encabeçada pelos Tribunais da Relação na América portuguesa foi ainda complementada pela introdução das Juntas de Justiça, na segunda metade do século XVIII. Buscava-se, assim, poder contar com instituições mais numerosas para reprimir crimes diversos, agilizando e desafogando os canais de provimento da justiça real. No caso das capitanias do Norte, a única capitania a receber a Junta de Justiça fora Pernambuco, graças a sua influência econômica em torno das capitanias anexas.

Também era na organização eclesiástica que Pernambuco era a zona central das capitanias anexas. A prelazia de Pernambuco foi criada em 15/07/1614 pela bula *Fasti novi orbis* do papa Paulo V. O papa Urbano VIII, com a bula *Romanus Pontifex* do dia 06/07/1624, a constituiu sufragânea da então diocese de São Salvador da Bahia. O papa Inocêncio XI, no dia 16/11/1676, pela bula *Ad sacram Beati Petri sedem* a elevou como diocese, denominando-se diocese de Olinda, da qual Dom Estêvão Brioso de Figueiredo foi o primeiro bispo com jurisdição até o Pará, incluindo Paraíba e Rio Grande do Norte.³⁶

A Câmara do Recife exerceu um papel importante na formação da capitania de Pernambuco como centro econômico das Capitanias do Norte. Isso devido, de certa forma, ao grupo que formava essa câmara. Com a saída dos holandeses de Pernambuco, Recife não era apenas um grande porto de escoamento de produtos vindo de outras capitanias, mas devido ao “vazio” deixado pelos holandeses e judeus na praça do Recife, uma nova onda migratória portuguesa encontra brechas para poder se estabelecer em um centro de comércio burguês.

³⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Imprensa, 1955.

Os homens de negócio que compunham a câmara do Recife estavam envolvidos em diversos negócios, como na exportação do açúcar. No entanto, a relação entre centro e periferia está clara ao referirmos a capitania de Pernambuco e os vastos sertões espalhados pelas capitanias do Norte. Logo, o envolvimento de setores do poder público e comércio com os sertões estava presente na câmara do Recife. Desta forma, o comércio com o sertão estava protegido pelo poder público, conseqüentemente, pelos interesses dos homens de negócio do Recife, que também estavam ligados com o tratamento do couro para exportação.

Boa parte dos proprietários das fábricas de atanado possuía cargos na câmara. O historiador George Felix Cabral nos coloca os exemplos dos irmãos Costa Monteiro:

Em 1744 una concesión especial de 10 años para la apertura de unidades productoras no solo en Pernambuco, sino que em cualquier capitania e la colónia.(...) Por estas fechas ya poseían fábricas em Pernambuco y recogemos la noticia de 1751 de que tenían una instalada en Paraíba³⁷

Ao mesmo tempo em que os homens de negócio que pertenciam à câmara do Recife tinham privilégios e concessão com o comércio de gado e fábricas de atanados por todas as capitanias do Norte, interligando sertões e o porto do Recife, havia a presença de setores mercantis da câmara envolvidos com a proteção da capitania, ou seja, os militares de carreira. Durante os anos de conflito entre mascates do Recife e senhores de engenho de Olinda, a nobreza da terra reivindica o enobrecimento dos comerciantes do Recife para os postos das ordenanças.³⁸

³⁷ SOUZA, George Felix Cabral de. Elite y Ejercicio de poder en el brasil colonial: la cámara municipal de Recife (1710-1822) (Tese de Doutorado). Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica. Universidad de Salamanca. 2007.p. 462

³⁸ Idem. 469.

BIBLIOGRAFIA.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste; contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BARICKMAN, B.J. *Um Contra Ponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Imprensa, 1955.

FRAGOSO, João(Org). *Nas Rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES; Lisboa. 2006

_____. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio De Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

LINHARES, M. Y. e SILVA. *História da agricultura brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELLO, Evaldo Cabral. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC. 2001.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da guerra: a vida na colônia de sacramento (1715-1735)* (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2001.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808*. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18. N. 36; São Paulo, 1998.

_____. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Itfel, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os Pobres do Açúcar e a Conquista do Sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2003.

SOUZA, George Felix Cabral de. Elite y Ejercicio de poder en el brasil colonial: la cámara municipal de Recife (1710-1822) (Tese de Doutorado). Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica. Universidad de Salamanca. 2007

Documentação.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Vol. VII; Coimbra, 1720.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um Soldado: (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004. p. 39-45. (Restauração Pernambucana) Série 350

SANTIAGO, Diogo Lopes, séc. xviii. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira*. Recife: CEPE, 2004.